



## **Equipe Editorial**

### **Editor**

Ladislau Dowbor, PUC-SP, Brasil

### **Comitê Executivo**

Cristina Helena Pinto de Mello, PUC-SP, Brasil

Ladislau Dowbor, PUC-SP, Brasil

Rosa Maria Marques, PUC-SP, Brasil

### **Conselho Editorial Nacional**

André Moreira Cunha, UFRGS

André Tosi Furtado, UNICAMP

Anita Kon, PUC-SP/ECOPOLO

Carlos Augusto Vidotto, UFF

Francisco Eduardo Pires de Souza, UFRJ

Índio Campos, UFPA/NAEA

João Sicsú, UFRJ

Júlio Manuel Pires, PUC-SP e USP

Luiz Augusto Estrella Faria, UFRGS

Márcio Holland, UFU

Marco Crocco, UFMG

Maria Cristina Cacciamali, USP

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, UNB

Patrícia Helena F. Cunha, UFABC

Paulo Davidoff, Unicamp

Regina Maria D'Aquino Gadelha, PUC-SP

Wilson F. Menezes, UFBA

Ruy de Quadros Carvalho, Unicamp

### **Conselho Editorial Internacional**

Aldo Ferrer, UBA, Argentina (*in memoriam*)

John Bellamy Foster, University of Oregon, Estados Unidos da América do Norte

Pierre Salama, Université Paris XIII, França

Raúl Bernal-Meza, CERIAL, Argentina

Rémy Herrera, Université Paris I, França

### **Responsável Técnico**

William de Medeiros – Mestrando em Economia Política (PUC-SP)



## Sumário

<b>Carta do Editor .....</b>	<b>3</b>
<b>Keynes and Kalecki on future perspectives .....</b>	<b>6</b>
<b>George Bernard Shaw or the quest for a popular and scientific economics   7</b>	
<b>Constituição do ser neoliberal .....</b>	<b>39</b>
<b>Ética e crise na economia brasileira recente.....</b>	<b>62</b>
<b>Novos rumos de políticas nos EUA: acirramento com a China em novos setores.....</b>	<b>79</b>
<b>Covid-19 no Brasil: os impactos sobre a desigualdade de renda em 2020. 94</b>	
<b>Análise do impacto da desigualdade de gênero no crescimento econômico: um estudo com dados em painel para o período 1960 e 2022 .....</b>	<b>114</b>
<b>O ambíguo cenário dos MEIs e uma política pública francana de fomento ao empreendedorismo .....</b>	<b>128</b>
<b>Resenha do livro “Angus Deaton – Economics in America: an immigrant economist explores the land of inequality”, da Princeton University Press, Princeton .....</b>	<b>146</b>
<b>Resenha do livro “Um novo olhar sobre os portos: uma leitura multidimensional do sistema portuário” de Cassia Bömer Galvão.....</b>	<b>150</b>



## Carta do Editor

### Ladislau Dowbor

Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP  
[ladislau@dowbor.org](mailto:ladislau@dowbor.org)

A vantagem de uma revista de economia política é permitir ir além da economia e trabalhar como os dilemas econômicos se vinculam com as diversas dimensões das transformações sociais. A economia desempenha um papel fundamental, mas é uma ciência social, e as articulações entre as diversas áreas, ainda que complexas, são essenciais tanto para entender a realidade como para construir uma visão propositiva. Neste número apresentamos um leque interessante de visões neste sentido.

Jan Toporowski, da University of London, é autor de uma biografia científica de Michal Kalecki, é autoridade mundial na área, e conhece a fundo o debate com o Keynesianismo, é o autor do primeiro artigo dessa edição: **“Keynes and Kalecki on future perspectives”** em que destaca que Keynes estava aberto a uma variedade de formas de se assegurar o pleno emprego, enquanto Kalecki argumentava que isso deveria beneficiar o nível de vida da massa da população. O trabalho de Kalecki sugere um caminho político, através do pleno emprego, para o socialismo. E o desafio do pleno emprego continua central.

No nosso segundo artigo: **“George Bernard Shaw or the quest for a popular and scientific economics,”**, Antonio V.B. Mota Filho traz outro debate da Inglaterra, de George Bernard Shaw, mais conhecido pelo lado teatral, mas foi um militante da causa socialista, aprofundou seus estudos em economia, tendo se envolvido em uma polêmica com o reverendo, e também estudioso da economia, Philip Wicksteed, sobre a teoria do valor. Esse artigo tem como objetivo analisar esta polêmica. Justaposição das visões neoclássicas e marxistas, raízes importantes para entender os novos desafios.

No nosso terceiro artigo: **“Constituição do ser neoliberal”**, Leslie Denise Beloque apresenta uma análise da racionalidade neoliberal que, sobretudo a partir de 1980-90, vem condicionando: (i) um ideário econômico que orienta a gestão da atividade econômica e políticas que privilegiam o mercado; (ii) práticas governamentais que se opõem a um Estado do bem-estar social, mas reivindicam intervenção do Estado sempre que maximizam a acumulação de capital; (iii) formas de relações sociais que visam, não gerir a economia a fim de minimizar as desigualdades econômico-sociais entre os indivíduos, mas, sim, adaptar a sociedade ao mercado e, por fim, (iv) a constituição de uma subjetividade neoliberal do sujeito que reproduz essa racionalidade.

No nosso quarto artigo: **“Ética e crise na economia brasileira recente”**, Alexandre Lyra Martins investiga se houve mudança na moral econômica predominante da sociedade brasileira com o advento da crise de 2014. Esta moral é compreendida



como elemento superestrutural central da sociedade e delineada historicamente a partir da identificação dos princípios que regem as práticas do mercado e de sua expressão política. Verifica que a moral econômica na aludida crise continua definida por grupos tradicionais locais e pelo grande capital internacional, tendo traços predominantes primitivos, porém, sofre pequenas correções de rota no longo-prazo em razão de movimentos na dinâmica socioeconômica externa e interna, como foi o caso do período estudado.

Em **“Novos rumos de políticas nos EUA: acirramento com a China em novos setores”**, Arthur Osvaldo Colombo e Sarah Patrocínio Sartório estudam o acirramento das tensões dos Estados Unidos com a China em novos setores, a partir da ordem executiva lançada em 12 de setembro de 2022 e do Plano Biden, elaborados recentemente pelo presidente norte-americano. Constata grande ênfase e previsões de investimento no setor de biotecnologia e nos complexos produtivos interligados a ele. Além disso, o artigo demonstra que os Estados Unidos da América (EUA) encontrarão diversas dificuldades no médio e no longo prazo para execução do que foi mencionado na respectiva ordem executiva, devido à complexidade intrínseca de se avançar em setores de alto conteúdo tecnológico.

No artigo: **“Covid-19 no Brasil: os impactos sobre a desigualdade de renda em 2020”**, Camila Oliveira Ribeiro e Izete Pengo Bagolin analisam a evolução dos índices de desigualdade antes e durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, observando os efeitos dos programas sociais, principalmente do Auxílio Emergencial (AE). Foram utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos anos 2012 a 2020 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19 (PNAD Covid-19) em 2020, ambas realizadas pelo IBGE. Os dados foram organizados em formato de painéis, permitindo observar as variações e estimar a desigualdade. Os resultados sugerem uma redução dos índices de Gini e Palma, indicando a importância do Auxílio Emergencial na manutenção da renda durante a pandemia em 2020.

No artigo **“Análise do impacto da desigualdade de gênero no crescimento econômico: um estudo com dados em painel para o período 1960 e 2022”**, Laura Alice Boriello Marino e Raphael Almeida Videira. Utilizam a base de dados do Banco Mundial para o período de 1960 a 2022 e a técnica econométrica adotada foi a de dados em painel. Os resultados encontrados mostram que as variáveis-chaves para a análise razão da participação feminina no mercado de trabalho e a razão da escolaridade feminina possuem sinais positivos e estatisticamente significantes. Quanto menor a desigualdade de gênero em educação e em acesso à mercado de trabalho, maior o desenvolvimento econômico.

Em **“O ambíguo cenário dos MEIs e uma política pública francana de fomento ao empreendedorismo”** Lucas Mikael da Silva parte da experiência de Franca para estudar a política de fomento ao empreendedorismo, buscando uma presença mais ativa da administração pública. A implementação de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e à formalização, cujo aspecto dúbio pode fornecer reflexões sobre a busca humana por realização expressa em direitos fundamentais e a atuação política e econômica do Estado. Para exemplificar, usa o caso concreto da Sala do Empreendedor



Francana, a partir de dados disponibilizados pela prefeitura da cidade, em um momento de expansão e informatização da assistência empreendedora.

Esta edição conta com a resenha do livro de Cassia Bömer Galvão, **“Política de desenvolvimento portuário brasileiro: uma abordagem multidimensional”** em que Pedro Henrique Pedreira Campos do Departamento de História da UFRRJ traz uma contribuição para o estudo da questão portuária e a política para o setor no Brasil. Fruto da pesquisa “Um novo olhar sobre os portos: uma leitura multidimensional do sistema portuário brasileiro” especializada sobre a questão, a obra constitui um trabalho bastante original que guarda alguns pontos de destaque.

Conta ainda com a resenha do Professor Ladislau Dowbor **do livro Angus Deaton – Economics in America: an immigrant economist explores the land of inequality** (A ciência econômica na América: um economista imigrante explora o mundo da desigualdade) do economista Angus Deaton ganhador do Premio Nobel de Economia (prêmio do Banco da Suécia) em 2015, em que ele relata sua experiência no mundo dos economistas americanos, e traça um retrato cativante de como é o universo dos economistas neste país. Apresentando um panorama dos aprendizados que teve com diversos economistas com os quais conviveu ou que estudou, com isso, abre o leque de posições desta área das ciências sociais, a economia, que busca novos rumos.

Boa leitura!



## Keynes and Kalecki on future perspectives

*Keynes e Kalecki sobre perspectivas futuras*

**DOI:** [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64878](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64878)

**Autor:** Jan Toporowski, professor of Economics and Finance at SOAS University of London. Orcid: 0000-0001-8065-7157. E-mail: [jt29@soas.ac.uk](mailto:jt29@soas.ac.uk)

### Resumo

Keynes e Kalecki tinham perspectivas diferentes quanto às perspectivas futuras para a economia capitalista. Keynes considerava que o aumento da produtividade permitiria eventualmente mais lazer destinado a atividades culturais. No entanto, Kalecki reconhecia que, numa economia capitalista, os desafios do emprego sempre chegariam na frente, com pleno-emprego beneficiando os trabalhadores diretamente, mas com os empregadores se opondo ao pleno-emprego porque fragilizaria a disciplina de trabalho. Keynes estava aberto a uma variedade de formas de se assegurar o pleno emprego, enquanto Kalecki argumentava que isso deveria beneficiar o nível de vida da massa da população. O trabalho de Kalecki sugere um caminho político, através do pleno emprego, para o socialismo.

**Palavras-chave:** Keynes; Kalecki; pleno emprego; distribuição de renda; capitalismo.

### Abstract

Keynes and Kalecki had different perspectives on the future prospects for the capitalist economy. Keynes considered that rising productivity would eventually allow more leisure to be devoted to cultural activities. However, Kalecki recognised that in a capitalist economy, issues of the employment would always come to the fore, with full employment benefitting workers directly, but employers opposing full employment because it undermines labour discipline. Keynes was open to a variety of ways of securing full employment, whereas Kalecki argued that it should benefit the standard of living of the mass of the population. Kalecki's work suggests a political road, through full employment, to socialism.

**Keywords:** Keynes; Kalecki; full employment.

**JEL:** E11, E12, J50, P16.



## Introduction

In 1930, Keynes published his well-known article 'Economic Perspectives for our Grandchildren'. Amid the turmoil created by the Great Crash, but unaware yet of how depression would grip the world, Keynes laid out a future in which growing productivity would satisfy consumption needs and give everyone more leisure in which to enjoy the finer things of life (Keynes 1930/1972). This became regarded as his vision for a future society: Thanks to capital accumulation '... in the long run... mankind is solving its economic problem' leaving only the problem of 'how to occupy the leisure, which science and compound interest will have won...' The only obstacle was 'the love of money as a possession' which would get in the way of productive investment. This enjoyment of leisure would be the new purpose of life (ibid.).

Writing this, Keynes was returning to his lifelong aesthetic interests. He made no secret of them, and they were identified clearly by his teachers at Cambridge. Shortly after he came to Cambridge in 1902 to study mathematics, he was invited to join the secret discussion club, the Apostles, where he met the philosopher and mathematician Bertrand Russell, then a Fellow of Trinity College. In his Autobiography, Russell was later to give a penetrating portrait of the future economist: 'The tone of the generation some ten years junior to my own was set mainly by Lytton Strachey and Keynes. It is surprising how great a change in mental climate those ten years had brought. We were still Victorian; they were Edwardian. We believed in ordered progress by means of politics and free discussion. The more self-confident among us may have hoped to be leaders of the multitude, but none of us wished to be divorced from it. The generation of Keynes and Lytton did not seek to preserve any kinship with the Philistine. They aimed rather at a life of retirement among fine shades and nice feelings, and conceived of the good as consisting in the passionate mutual admirations of a clique of the élite.' (Russell 1951, p. 70).

Russell recognised that Keynes matured out of this self-regard: 'From this atmosphere Keynes escaped into the great world... Keynes's escape, however, was not complete. He went about the world carrying with him everywhere a feeling of the bishop in partibus. True salvation was elsewhere, among the faithful at Cambridge. When he concerned himself with politics and economics he left his soul at home... There was one great exception, *The Economic Consequences of the Peace*...' (Russell 1951, p. 71)

In the Cambridge of Keynes and Russell, College 'fellows' needed to have the support of family wealth or private income in order to get by. Without such income, Keynes's friend and ideological rival, Ralph Hawtrey had to toil through his working life as an economist in Her Majesty's Treasury, as indeed Keynes also had to, until he earned enough in foreign currency speculation to leave the Treasury in order to write *The Economic Consequences of the Peace*.

It is perhaps this attachment to Cambridge that accounts for the major lacuna in Keynes's 'Economic Possibilities for our Grandchildren'. In this article, Keynes attributed the crisis of 1930 and the insecurities of our time to the excessive love of wealth, and specifically



love of money. There is no mention in the essay of the distribution of income in capitalism, the central question of political economy since the eighteenth century. Six years after his essay, Keynes acknowledged this gap in the first sentence of the concluding chapter of his *General Theory*: 'The outstanding faults of the economic society in which we live are its failure to provide for full employment and its arbitrary and inequitable distribution of wealth and income.' This gap was filled by the economic theory of Michał Kalecki.

While Keynes was concerned with the future that awaited a couple of generations from now, Kalecki considered a much more immediate future in his essay on 'Political Aspects of Full Employment' perhaps the most widely read of his works today '... a recognised masterpiece that is still widely quoted by economists of widely different orientation...' (Vercelli 2013).

Kalecki's glance at the future was written in the middle of the Second World War, a time of much greater uncertainty and turmoil than the circumstances that gave rise to Keynes's reflections. In particular, Kalecki wrote at a time of full employment caused by the mobilization of all resources in order to win the war. The question that Kalecki wanted to address was whether full employment could survive a transition to peace, in which business opposition to full employment would be much more explicit. In a 'capitalist democracy' popular demand for full employment could not be kept off the political agenda. But business would use its power to demand the use of unemployment ostensibly for the purpose of maintaining financial and monetary stability, actually to maintain labour discipline. The result of these conflicting pressures would be a political business cycle.

Kalecki expected that, in a slump, with large-scale unemployment, the government would undertake debt-financed investment. But, as the boom proceeded, opposition would arise from business leaders anxious about the effects of full employment on labour discipline, while rising prices in the boom would squeeze the real incomes of rentiers making them 'boom-tired'. 'In this situation a powerful alliance is likely to be formed between big business and rentier interests, and they would probably find more than one economist to declare that the situation is manifestly unsound.' Not that the alliance was opposed to full employment in principle. Rather, it would argue that full employment would be more effectively achieved through private investment if only the government would get its finances in order, abandoning deficit financing, and workers embrace factory discipline. In this way the alliance would force the government to return to fiscal orthodoxy. As a result, the economy would decline into recession. In its turn, the recession would highlight the attractions of full employment, so that eventually expansionary policies are resumed.

There is something uncanny about the way in which this argument about 'sound finance' recurs through the eight decades since Kalecki wrote about this. Today, rising prices are the pretext for enforcing departures from full employment. Under inflation-targeting, control over inflation is contracted out to central banks. This arrangement places central banks at the forefront of demands for sound finance and labour discipline, where they are urged to deflate economies until unemployment can stabilise prices. As recently





noted by ‘a former central banker and a professor of finance at the University of Chicago’s Booth School of Business, ‘... without some slack in the labour market, the Fed[eral Reserve] cannot feel comfortable pausing its efforts [to deflate the economy].’

‘To get the job done, therefore, the Fed has to force markets to abandon their belief that disinflation will involve only mild job losses. Indeed a recent study Stephen Cecchetti and others suggests that every disinflation since the 1950s has involved a significant rise in unemployment.’ (Rajan 2023. The Cecchetti study referred to is Cecchetti et al. 2023.)

In 1943 Kalecki noted that such a fiscally-induced cycle had already happened in the United States in 1937-38, when a drastic reduction in the federal budget deficit had broken the economic recovery. However, the resulting recession had forced the government to return to the previous programme of fiscal stimulus. Kalecki envisaged the political business cycle as a milder version of the nineteenth-century capitalist business cycle. Full employment would only be reached at the peak of the boom. But as government expenditure to combat unemployment becomes established practice, recessions would be comparatively modest and short.

Kalecki concluded by asking whether someone of a progressive outlook should be satisfied with such a regime of modest economic fluctuation just below the level of full employment. His answer was that a progressive should oppose it because it does not assure permanent full employment and because the government spending is restricted to public investment, and does not include subsidizing consumption, with welfare payments. Kalecki suggested that beyond a certain point public investment could be excessive, resulting in unwanted projects, just for the sake of providing work. To the objection that ‘the government will have nothing to show for their money’ in subsidizing consumption, he answered that such subsidies would provide a higher standard of living for the population and asked rhetorically ‘is not this the purpose of all economic activity?’ (Kalecki, p. 356)

### **‘Varieties of Keynesianism’ and other political aspects of ‘Political Aspects’**

Kalecki’s paper is notable not only as an exposition of the political difficulties that arise in a capitalist economy with any attempt to achieve full employment. It also contains a critical examination of ways in which Keynesian doctrines of monetary policy and public finance may be applied to achieve full employment; ways that may be inefficient, ineffective, and politically undesirable. These may be considered under a general heading of ‘varieties of Keynesianism’.

### **Business Keynesianism**

The notion that full employment should be achieved by means of private investment may be described as ‘business Keynesianism’. As Kalecki described it: ‘In current discussions of these problems there emerges time and again the conception of counteracting the slump by stimulating *private* investment.’ It is Keynesian in the sense that it recognizes



(as argued by Keynes and Kalecki) that in a free market capitalist economy it is the level of investment that determines the volume of output and employment in the economy.

This is in contrast to the neo-classical view that the volume of output is determined by the availability of productive resources, and the level of employment is determined by the wage rate (Kalecki 1936; Toporowski 2022b). Keynes lent some credibility to this notion by advocating a low rate of interest to stimulate investment: ‘... the scale of investment is promoted by a *low* rate of interest... Thus, it is to our best advantage to reduce the rate of interest to that point relatively to the schedule of the marginal efficiency of capital at which there is full employment.’ (Keynes 1936, p. 375).<sup>1</sup>

In his essay, Kalecki identified the political attractions of such a solution. But he was sceptical of its effectiveness: ‘Stimulating private investment... may be done by lowering the rate of interest, by the reduction of income tax, or by subsidizing private investment in this or another form. That such a scheme should be attractive to business is not surprising. The entrepreneur remains the medium through which the intervention is conducted. If he does not feel confidence in the political situation, he will not be bribed into investment.’ Such tax and interest rate incentives for investment would have to be applied cumulatively, so that, ‘in the not too remote future, the rate of interest would have to be negative, and income tax would have to be replaced by an income subsidy.’ (Kalecki 1943, pp. 353-354). Moreover, the reaction of business to such incentives is ‘uncertain. If the downswing is sharp, they may take a very pessimistic view of the future, and the reduction of the rate of interest or income tax may then for a long time have little or no effect upon investment, and thus upon the level of output and employment.’ (Kalecki 1943, p. 354).

For business: ‘The necessity that “something must be done in the slump” is agreed; but the fight continues, firstly, as to *what* should be done in the slump (i.e., what should be the direction of government intervention) and secondly, that it should be done *only* in the slump (i.e., merely to alleviate slumps rather than to secure permanent full employment) (Kalecki 1943, p. 353).

In a later article, ‘Three ways to full employment’ Kalecki laid out the requirements needed for private investment to maintain full employment: ‘Private investment must be at a level adequate to expand the capacity of equipment *pari passu* with the increase in working population and productivity of labour, i.e., proportionate to full employment output.’ (Kalecki 1944, p. 366). However, a market economy does not provide government with policy instruments to secure such a precise volume of investment. In general, the slump is a period when demand is insufficient to keep industrial capacity fully utilised, and the excess capacity will tend to reduce, rather than maintain full capacity working.

---

<sup>1</sup> Keynes called this reduced return on money capital the ‘euthanasia of the rentier’ and it relied for its effectiveness on inducing capitalists to have resort to productive investment as a means of earning a return on their capital. This argument had been anticipated by Marx in volume II of *Capital*. See Marx 1974, p. 378.



## Conservative Keynesianism: Public works

Kalecki's sceptical remarks about the difficulties of coordinating *private* investment do not quite put paid to the 'socialisation of investment' urged by Keynes at the end of his *General Theory* (Keynes 1936, p. 378). In 'Political Aspects' Kalecki argued that a measure of *public* investment may make up for the deficiencies of private investment at any one time. However, capitalists would be wary of public investment that may enter into competition with the private sector (Kalecki cited hospitals, schools and highways as examples). 'Otherwise the profitability of private investment might be impaired, and the positive effect of public investment upon employment offset, by the negative effect of the decline in private investment.' (Kalecki 1943, p. 350). Keynes was sanguine about the employment possibilities of filling 'old bottles with banknotes' or the construction of pyramids (Keynes 1936, pp. 129, 131). But Kalecki was opposed to such pharaonic schemes. Public works, as a way of filling the gap in aggregate demand between *private* investment and the level of investment required for full employment, had to satisfy some public need. As he wrote after his 'Political Aspects' article, 'the gap to be filled by this government expenditure may be so large that public investment will soon become entirely, or nearly, useless. In such a case it would be absurd to restrict the government spending programme to public investment when a higher standard of living can be achieved by devoting a part of this spending to increased consumption. (Kalecki 1944, p. 368).

Public expenditure, in Kalecki's view, must provide social benefits beyond mere job-creation. 'The general principle must be that social priorities should decide the nature of the government's spending programme. It will have to be decided, for instance, whether it is more important to provide in a given year more swimming pools or more milk for children. Such decisions may be affected to a great extent by political factors. However, the principle of social priorities will in any case eliminate such projects as building five bridges over one stretch of river for the mere purpose of providing employment.' (ibid.)

## Fascist Keynesianism

Kalecki then considered the situation under fascism, where capitalist objections to full employment are removed by placing 'the state machinery... under the direct control of a partnership of big business with fascism.' Government expenditure is concentrated on armaments, and labour discipline and 'political stability' are maintained by suppressing trades unions and instituting concentration camps for internal 'enemies' of the 'new order'. Expanding armaments production and the numbers of men in uniform with lethal equipment to hand induces competitive military investment in other countries. As shortages of capacity and equipment arise, it becomes necessary to plan the economy. But this is not socialist planning. Under fascism, planning is done by the partnership of big business and fascism and concentrated on the armaments sector, and at the expense of mass consumption. (Kalecki 1943 p. 352).



Forcing governments in neighbouring countries into competitive military investment has the advantage that it helps to overcome the foreign trade bottleneck on Keynesian deflation. Imports rise as aggregate demand increases and, unless exports rise at the same time, a foreign exchange crisis becomes more likely. Kalecki had noted before the war that the foreign trade constraint on 'Keynesianism in one country' could be overcome by having all trading partners deflating simultaneously, so that they all expand their imports from each other at the same time. But he did not consider this to be politically or economically a stable strategy since it requires a degree of international economic coordination that he thought 'utopian' (Kalecki 1932a and 1932 b). In 'Political Aspects' he concluded that 'An armament economy involves in particular the curtailment of consumption as compared with that which it could have been under full employment... The fascist system starts from the overcoming of unemployment, develops into an armament economy of scarcity, and ends inevitably in war.' (Kalecki 1943, p. 352).

After the Second World War, Kalecki saw features of this fascism in the Cold War politics and economics of the United States and its NATO allies, with governments maintaining full employment under policies directed in collaboration between military and industrial establishments. (Toporowski 2016).

### **A transition to Socialism?**

In contrast to Keynes, Kalecki considered that the changes brought about by full employment, in society and in the balance of power between classes, would strengthen the influence of the labour movement in society. Behind Kalecki's reflections on full employment lay the realization, shared with many socialists and progressive thinkers (including most notably Keynes himself), that mass unemployment need not be a permanent feature of capitalism. If full employment could be obtained in the conditions of the Second World War, it could be organised after that War. The purpose of his article was to show how this could be done. But he also recognized that a regime of full employment would change the fundamental conditions under which capitalism was used to operating. At the end of his life, in 1970, as an alternative to 'the problem of reconciling the struggle for reform with the revolutionary struggle' Kalecki suggested a 'Crucial Reform' that 'will strengthen, not weaken, the revolutionary potential of mass movements.' Such a reform would arise when '...the strong pressure of the masses leads to such a radical reform of the system that, without abolishing the existing relations of production, a new valve is opened for the development of the forces of production. There will then be a paradoxical situation: a 'crucial reform' imposed on the ruling class may stabilize the system, temporarily at least. (Kalecki and Kowalik 1971, p. 467).

This last attempt by Kalecki to explain the political economy of capitalism after the Second World War is less clear than his war-time endeavour. Not least of its problems is the reversal, within a few years of the writing of that joint article, of public attitudes towards full employment: In 1943 Kalecki had written '... the slogan "Unemployment never again" is now deeply rooted in the consciousness of the masses. This position is reflected in the recent pronouncements of the "captains of industry" and their



experts...most economists are now agreed that full employment may be achieved by government spending...' (Kalecki 1943 pp. 353 and 349). Four decades later, Kalecki and Kowalik wrote their article in part to explain the broad acceptance among economists and government policy-makers of Keynesian policies to maintain high employment. Indeed, in their recent survey of Kalecki's ideas, Julio López Gallardo and Michaël Assous, suggest that Kalecki and Kowalik's paper represents an attempt to argue that the political business cycle was no longer agitating capitalist economies (López and Assous 2010, pp. 198-200). Within a decade of the publication of the article by Kalecki and Kowalik on the 'Crucial Reform', governments led by Margaret Thatcher and Ronald Reagan had swept to power and been re-elected despite rising mass unemployment, while in France the socialist François Mitterand had been forced to reverse fiscal policies aimed at full employment (King 2013; Vercelli 2013).

Riccardo Bellofiore has suggested that it is 'Political Aspects' that contains Kalecki's true analysis of the 'crucial reform' of capitalism (Bellofiore 2013, 2023). This is undoubtedly correct. Indeed, a reading of 'Political Aspects' suggests further that his 1943 article contains hints at a 'Kaleckian Road to Socialism', stopping only short at the final breakthrough to the social ownership of the means of production. Two arguments point to such a future arising out of a regime of full employment in capitalism. The first is his contention that the maintenance of full employment would give 'confidence' to workers and their organisations, released from employers' threats to deprive workers of their means of earning their livelihoods: 'the self-assurance and class-consciousness of the working class would grow'. Secondly, his argument that full employment would also require new institutions to maintain the industrial and financial stability of the economy: 'Full employment capitalism' will need 'new social and political institutions which will reflect the increased power of the working class. If capitalism can adjust itself to full employment, a fundamental reform will have been incorporated in it. If not, it will show itself an outmoded system which must be scrapped.' (Kalecki 1943, p. 356).

This may be contrasted with the traditional Marxian view that capitalism progresses through the immiseration of the working class, whose coming together in factories allows them to resist 'pauperisation' and 'cuts from under its feet the very foundation on which the bourgeoisie produces and appropriates products. What the bourgeoisie, therefore, produces, above all, is its own grave-diggers. Its fall and the victory of the proletariat are equally inevitable.' (Marx and Engels 1970). In Marx's view the bigger capitalists would eliminate competition from the 'lower middle class, the small manufacturer, the shopkeeper, the artisan, the peasant...' He considered the petty-bourgeois to be largely reactionary but doomed to proletarianization.

By contrast Kalecki knew from his own experience that the traffic went both ways: without comprehensive unemployment insurance the unemployed would join the ranks of the self-employed and casually employed, whose only hope of progress within the capitalist order was to become petty businessmen (see also Robinson 1936, which made an impression on Kalecki when he came to Britain for the first time). Kalecki went further and pointed out the role of unemployment in swelling the social basis of fascism, which would provide business with an alternative full employment model to one that



gives power to workers. He concluded ‘Fascism sprang up in Germany against a background of tremendous unemployment, and maintained itself in power through securing full employment which capitalist democracy failed to do so. The fight of the progressive forces for all employment is at the same time a way of *preventing* the recurrence of fascism.’ (Kalecki 1943, p. 356)

## Conclusion

Kalecki and Keynes shared a common conviction that there was no natural tendency for a capitalist market economy to gravitate to full employment. Both of them explored and explained how, by fiscal policy, governments can eliminate involuntary unemployment. But Kalecki went further, to examine how full employment affects the relationship between the social classes of capitalists and workers and how the maintenance of capitalist control over labour becomes an obstacle to full employment. ‘Political Aspects of Full Employment’ is an answer to the question haunting modern capitalism of the relationship between democracy and capitalism. In the nineteenth century, capitalism begat parliamentary democracy. In the twentieth century the question of full employment became a test of parliamentary democracy. The failure to achieve it opened the door to populist movements of fascism, as it does to populist movements today.

Kalecki envisaged the achievement of full employment by welfare provision and expanding the production of public goods and services at subsidized rates to improve standards of living for all citizens. This is not so different from the ambition of the Financial Times’ chief economic commentator Martin Wolf, who recently observed that ‘it is impossible to sustain a universal suffrage democracy with a market economy if the former does not appear open to the influence — and the latter does not serve the interests — of the people at large. This, in turn, demands a political response rooted not in the destructive politics of identity, but of welfare for all citizens — that is, a commitment to economic opportunity and basic security for all.’ (Wolf 2023). But universal suffrage does not make us all equal in the market economy. As Kalecki showed, ‘economic opportunity and basic security for all’ may be incompatible with employers’ power in the workplace and requires for its stability new institutions prefiguring socialism. When big business takes the initiative to protect its rights in places of work, and in society as a whole, such business has readily made its peace with populist movements on the right of the political spectrum. This is a choice made by business and not by the citizen or the concerned observer. It was business support for deflation that made mass unemployment respectable in the 1980s and confounded Kalecki’s ‘crucial reform’ of capitalism.

By contrast, Keynes considered capitalists as being merely in need of enlightenment, because their rights as employers and in society would not be compromised by full employment. If anything, industrial progress would ensure that contented workers with more leisure would renounce political extremes and enjoy the cultural pursuits of their betters. With rising productivity, full employment equilibrium would eventually be matched by social equilibrium. Keynes’s was a long-term vision that could only be realised when the power of capitalists is removed.



## Acknowledgement

This paper draws on Toporowski (2023). I am grateful to Ladislau Dowbor, Tom Ferguson and Elżbieta Mączyńska for their encouragement in developing aspects of my arguments in this paper.

## References

- Bellofiore, R. (2013) 'Luxemburg and Kalecki: The Actuality of Tadeusz Kowalik's Reading of the *Accumulation of Capital*' in R. Bellofiore, E. Karwowski and J. Toporowski (eds) *The Legacy of Rosa Luxemburg, Oskar Lange and Michał Kalecki Volume I of Essays in Honour of Tadeusz Kowalik* Basingstoke: Palgrave.
- Bellofiore, R. (2023) 'Rosa Luxemburg and Michał Kalecki: A Marxian View' in J. Toporowski (ed.) *Polish Marxism after Luxemburg* Bingley UK: Emerald Publishing.
- Cecchetti, S.G.G., Feroli, M.E., Hooper P., Mishkins, F.S., Schoenholtz, K.L., with M. Luzzetti and J. Weidner (2023) 'Managing Disinflation' *USMPF 2023 Paper* University of Chicago Booth School of Business Initiative on Global Markets, February 23.
- Kalecki, M., (1932a) 'Is a "Capitalist" Overcoming of the Crisis Possible?' in J. Osiatyński (ed.) *Collected Works of Michał Kalecki Volume I Capitalism: Business Cycles and Full Employment* Oxford: The Clarendon Press 1990.
- Kalecki, M., (1932b) 'Inflation and War' in J. Osiatyński (ed.) *Collected Works of Michał Kalecki Volume VI Studies in Applied Economics 1927-1941* Oxford: The Clarendon Press 1996.
- Kalecki, M. (1943) 'Political Aspects of Full Employment' *Political Quarterly* Volume 14 No. 4, pp. 322-331, in Kalecki 1990, pp. 347-356.
- Kalecki, M. (1944) 'Three Ways to Full Employment' in The Oxford University Institute of Statistics *The Economics of Full Employment* Oxford: Basil Blackwell. In Kalecki 1990, pp. 357-376.
- Kalecki, M. (1990) *Collected Works of Michał Kalecki Volume I Capitalism: Business Cycles and Full Employment* edited by Jerzy Osiatyński, Oxford: The Clarendon Press.
- Kalecki, M., and Kowalik, T. (1971) 'Observations on the "Crucial Reform"' in Kalecki, M. (1990) *Collected Works of Michał Kalecki Volume I Capitalism: Business Cycles and Full Employment* edited by Jerzy Osiatyński, Oxford: The Clarendon Press, pp. 466-476.
- Keynes, J.M. (1930/1971) *A Treatise on Money in Two Volumes I The Pure Theory of Money Volume V The Collected Writings of John Maynard Keynes* London: Macmillan for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M. (1930/1972) 'Economic Possibilities for our Grandchildren' in *The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume IX Essays in Persuasion* London: Macmillan for the Royal Economic Society.
- Keynes, J.M. (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money* London: Macmillan.
- King, J.E. (2013) 'Whatever Happened to the "Crucial Reform"' in R. Bellofiore, E. Karwowski and Jan Toporowski (eds) *Economic Crisis and Political Economy Volume 2 of Essays in Honour of Tadeusz Kowalik* Basingstoke: Palgrave.
- López Gallardo, J., and Assous, M. (2010) *Michał Kalecki* Basingstoke: Palgrave Macmillan.



- Marx, K.H. (1974) *Capital A Critique of Political Economy Volume III The Process of Capitalist Production as a Whole* London: Lawrence and Wishart.
- Marx, K.H., and Engels, F. (1970) 'Manifesto of the Communist Party' in Karl Marx and Frederick Engels *Selected Works* London: Lawrence and Wishart.
- Osiatyński, J. (1990) 'Editorial Notes' in *Collected Works of Michał Kalecki Volume I Capitalism: Business Cycles and Full Employment* Oxford: The Clarendon Press.
- Rajan, R. (2023) 'Hard landing or harder one? The Fed may need to choose' *Financial Times* 11/12 March, p. 11.
- Robinson, J.V. (1936) 'Disguised Unemployment' *Economic Journal* Vol. 46 No. 182, June, pp. 225-237.
- Russell, B. (1951) *The Autobiography of Bertrand Russell Volume One 1872-1914* London: George Allen and Unwin
- Toporowski, J. (2016) 'Multilateralism and Military Keynesianism: Completing the analysis' *Journal of Post-Keynesian Economics*, Vol. 39, No. 4, pp. 437-443.
- Toporowski, J. (2020) 'Debt Management and the Fiscal Balance' *Review of Political Economy* Vol. 32 No. 4, October, pp. 596-603.
- Toporowski, J. (2022a) *Interest and Capital the Monetary Economics of Michał Kalecki* Oxford: Oxford University Press.
- Toporowski, J. (2022b) 'Michał Kalecki and the Politics of Full Employment' *Jacobin* 18 January 2022 <https://jacobin.com/2022/01/michal-kalecki-keynes-full-employment-political-economy>
- [Toporowski, J. \(2023\)](#) 'Political Aspects of Full Employment in Retrospect' *Contributions to Political Economy*, Volume 42, Issue 1, July, pp. 226–241
- [Vercelli, A. \(2013\)](#) 'Political Aspects of Persisting Unemployment: Kalecki and Beyond' in R. Bellofiore, E. Karwowski and Jan Toporowski (eds) *Economic Crisis and Political Economy Volume 2 of Essays in Honour of Tadeusz Kowalik* Basingstoke: Palgrave.
- Wolf, M. (2023) 'In defence of democratic capitalism' *Financial Times* 20 January.





## George Bernard Shaw or the quest for a popular and scientific economics

*George Bernard Shaw ou a busca por uma economia popular e científica*

**DOI:** [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64885](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64885)

**Autor:** Antonio V. B. Mota Filho – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). E-mail: [vogaciano@gmail.com](mailto:vogaciano@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1631-3629>

### Resumo

George Bernard Shaw foi um importante teatrólogo irlandês do final do século XIX. Além de sua produção literária, que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1925, Bernard foi também um importante militante socialista, ligado à Sociedade Fabiana. Como militante fabiano, Shaw aprofundou seus estudos em economia, tendo se envolvido em uma polêmica com o reverendo, e também estudioso da economia, Philip Wicksteed, sobre a teoria do valor. Este artigo tem como objetivo analisar esta polêmica e está dividido em três seções: a primeira descreve a formação do pensamento econômico de George Bernard Shaw; a segunda analisa a formação do pensamento econômico de Philip Wicksteed; e a terceira analisa o conteúdo propriamente da polêmica entre os dois. A conclusão do artigo aponta para a abordagem criativa de Bernard Shaw, mas também seus limites, ao justapor elementos do pensamento econômico marxista e neoclássico, sem alcançar uma síntese precisa de ambos.

**Palavras-chave:** Socialismo; Sociedade Fabiana; George Bernard Shaw; Philip Wicksteed. Teoria do valor.

### Abstract

George Bernard Shaw was an important Irish playwright of the late 19th century. In addition to his literary output, which won him the Nobel Prize for Literature in 1925, Bernard was also an important socialist, linked to the Fabian Society. As a Fabian activist, Shaw furthered his studies in economics and became involved in a polemic with the Reverend Philip Wicksteed, also an economics scholar, on the theory of value. This article aims to analyse this controversy and is divided into three sections: the first describes the formation of George Bernard Shaw's economic thought; the second analyses the formation of Philip Wicksteed's economic thought; and the third analyses the actual content of the controversy between the two. The article concludes by pointing out Bernard Shaw's creative approach, but also his limits, as he juxtaposed elements of Marxist and neoclassical economic thought, without achieving a precise synthesis of the two.

**Keywords:** Socialism; Fabian society; George Bernard Shaw; Philip Wicksteed; Theory of value.

**JEL:** B14, B31.



## I. The formation of Bernard Shaw's economic thought

Born in Dublin in 1856, George Bernard Shaw was an important British writer, which led him to win the Nobel Prize for Literature in 1925. His plays have a clear mark of social criticism, which can be seen in the plot of *Pygmalion*, a play from 1914. This element sheds light on an aspect less known to the general public: his attachment to socialism, particularly the Fabian Society, which he joined in September 1884 (GIBBS, 2001, p. 50).

It is necessary to define what the word "socialism" meant in the Victorian society of the period. The term had begun to be used in Britain around the 1830s by the followers of Robert Owen, in a direct influence of the French Revolution. However, until the 1880s, the adjectives 'radical' and 'republican' still predominated to describe English social movements (BEVIR, 2011, p. 14). Thus, the definition of socialism was broad, allowing different political nuances to identify with it. Gregory Clayes suggests the following definition for fin-de-siècle socialism:

By the 1880s, programmatically, 'socialism broadly came to mean collective control over the means of the production of wealth, particularly land and industry, for the benefit of the whole people. More crudely expressed in terms of interests, it meant a system in which individual interest was sacrificed to that of the community, and specifically that of the capitalist class to the common good. Broadly speaking, it entailed a co-operative as opposed to a competitive approach to production (CLAYES, 2011, p. 527-528).

Although relevant, Clayes' definition does not explain the position of one of the main British socialist groups: the Fabian Society, which was largely inspired by John Stuart Mill's individualism. The definition of "socialism" we adopt in our work is the one proposed by Mark Alisson in his book *Imagining socialism*: "socialism is best understood as a goal to be imagined, rather than an ideological program to be instantiated" (ALISSON, 2021, p. 2). Alisson analyses the link between the political and cultural aspects of the different types of socialisms, which had, according to him, "an aesthetic impulse" (ALISSON, 2021, p. 3). This being so, for the socialism of the period, the boundary between the economic, political or cultural aspects of "its goal to be imagined" was porous. Having this system of communicating vessels between the different expressions of knowledge, it is normal, and even to be expected, that authors identified with the area of "culture", as was the case of Shaw, should also have studied the economic phenomena of their period.

As we have already mentioned, the formulation of a broad critique of capitalism, however, was not exclusive to the socialist movement. It is possible to perceive in Romantic authors a critique, sometimes of a conservative nature, of capitalism. For Löwy and Sayre, "Romanticism represents a critique of modernity, that is, of modern capitalist civilization, in the name of values and ideals drawn from the past (the precapitalist,



premodern past)" (LÖWY, SAYRE, 2001, p. 17)<sup>2</sup>. Influenced by romanticism, British socialism, especially in its fin-de-siècle format, combined politics, economics and culture. However, it is important to note that socialism did not represent a simple continuation of romanticism. Mark Bevir indicates three main currents of British socialism: the ethical socialists, with a strong religious character, of whom one of the main representatives is the Unitarian Pastor Philip Wicksteed; the Marxists, influenced by the ideas of Karl Marx, and the Fabians, heirs of the radical liberal tradition and classical political economy, in particular John Stuart Mill, and of new social ideas that emerged at the end of the nineteenth century such as positivism and evolutionism (BEVIR, 2011, p. 15).

The first British movement to call itself "socialist" was the Social Democratic Federation, created in 1881 under the leadership of Henry Mayers Hyndman, whose book "England for all" is an early milestone of the movement<sup>3</sup>. This group claimed to be the heir to "Marxism" in England. However, Hyndman's authoritarian behaviour caused the organisation to split in 1885, from which emerged the Socialist League (SL). Its main leaders were William Morris and Eleanor Marx, to whom Shaw was close<sup>4</sup>.

The theoretical differences between the two "Marxist" groups and the Fabian Society, created in 1884, did not initially prevent them from maintaining good relations. The difference, which became clearer as each group formalised its respective political programme, lay in the way in which they wanted to arrive at socialism. While the SDF advocated proletarian revolution and the SL, the boycott of elections, the Fabians believed that the transition would pass through long democratic reforms<sup>5</sup>. Far from

---

<sup>2</sup> Shaw's political thought is greatly influenced by romanticism, in particular by John Ruskin, considered by Shaw as one of the "three great amateur propagandists of political economy" alongside Henry George and Karl Marx (SHAW, 1916, p. 263). In *The Intelligent Woman's Guide to Socialism, Capitalism, Sovietism and Fascism*, first published in 1928, Shaw explains the relevance he attributed to the Romantics and the social criticism they formulated: "If you read Sociology, not for information but for entertainment (small blame to you!), you will find that the nineteenth-century poets and prophets who denounced the wickedness of our Capitalism exactly as the Hebrew prophets denounced the Capitalism of their time, are much more exciting to read than the economists and writers on political science who worked out the economic theory and political requirements of Socialism. Carlyle's *Past and Present* and *Shooting Niagara*, Ruskin's *Ethics of the Dust* and *Fors Clavigera*, William Morris's *News from Nowhere* (the best of all the Utopias), Dickens's *Hard Times* and *Little Dorrit* are notable examples: Ruskin in particular leaving all the professed Socialists, even Karl Marx, miles behind in force of invective. Lenin's criticisms of modern society seem like the platitudes of a rural dean in comparison. Lenin wisely reserved his most blighting invectives for his own mistakes" (SHAW, 2012b, p. 520-521).

<sup>3</sup>In reality, it was created only as Democratic Federation, passing the name Social Democratic Federation in 1883.

<sup>4</sup>In a preface to his biography of William Morris, Shaw writes the following description of the author: "Going straight to the root of Communism he held that people who do not do their fair share of social work are 'damned thieves,' and that neither a stable society, a happy life, nor a healthy art can come from honoring such thieving as the main-spring of industrial activity. To him the notion that a British workman cannot arrive at this very simple fundamental conclusion except through the strait gate of the Marxian dialectic, or that the dialectic can be anything to such a one but a most superfluous botheration, was folly" (SHAW, 2012a, p. IX).

<sup>5</sup>The following quote from Graham Wallas, one of the founders of the Fabian Society, from which he eventually withdrew in 1904, makes explicit his group's belief in the slow evolution of societies and their improvement through gradual reform: "The growing recognition, due in part to Darwin, of



seeing the working class as a 'revolutionary agent', the Fabians interpreted it as the 'conservative element in society'. For Shaw, this perception was confirmed by the sociology of the formulators of socialism: "Lassalle, Marx, Liebknecht, Morris, Hyndman [add Lenin, Trotsky, and Stalin]: all, like myself, bourgeois, who painted the flag red" (SHAW, 1949, p. 50).

On the Fabian Society falls the supposed merit of having overpowered Marxism in Britain. The claim, however, lacks foundation, because Marxism as well as Marx himself were very little known in the country (HOBBSAWM, 1967, p. 296-297). Hyndman himself attests to this in his autobiography: "[...] in 1880 it is no exaggeration to say that Marx was practically unknown to the English public, except as a dangerous and even desperate advocate of revolution, whose organization of the 'International' had been one of the causes of the horrible Paris Commune, which all decent and respectable people saw and thought of with horror" (HYNDMAN, 1911, p. 272).

The publishing history of "Capital" exemplifies the limitation of Marxism in Britain. With the first volume of Marx's work being translated only in 1887, so-called "Marxism" initially had a weak thread of historical continuity with the thought of Karl Marx and Friedrich Engels. Socialists who were interested in Marx appealed mainly to his works in French.

George Bernard Shaw moved between Marxism and Fabianism. In reality, being an attentive reader of the Romantic authors, Shaw appears as the embodiment of the different theoretical influences that mark fin-de-siècle socialism. Beginning his attachment to socialism through Marxism, he moved away from it as he deepened his attachment to the Fabian Society. However, Shaw never abandoned Marxism, maintaining extensive political and personal contact with exponents of the group, such as William Morris.

It was in this climate of developing socialist ideas, which, as already mentioned, combined economics, politics and culture, that Bernard Shaw arrived in London and joined some debating societies. The first of these was the Zethetic Society, in October 1880, where he met Sidney Webb. The following year he joined the Dialectical Society of London (GIBBS, 2001, p. 67).

To improve his performance as a public speaker, the young Shaw attended several public lectures. In one of them, which took place in September 1882, Shaw had the opportunity to attend the American economist Henry George, who had recently released his book "Progress and Poverty". According to Shaw: "His speech sent me to political economy, with which I had never concerned myself, as fundamental in any social criticism. I devoured Progress and Poverty and sought out the Socialist meetings of the Democratic Federation [...]" (SHAW, 2012a, p. XII).

---

causation in the development of individuals and societies; the struggles and disappointments of half century of agitation; the steady introduction of Socialistic institutions by men who reject Socialist ideas, all incline us to give up any expectation of a final and perfect reform. We are more apt to regard the slow and often unconscious progress of the Time spirit as the only adequate cause of social progress, and to attempt rather to discover and proclaim what the future MUST be, than to form an organization of men determined to make the future what it should be (WALLAS, 1948, p. 172).



Henry George, an admirer of Herbert Spencer, was far from being a socialist, but his critique of the social problems linked to the development of capitalism marked the discussions of fin-de-siècle socialism (DE VIVO, 1987, p. 37). George's *Progress and Poverty*, published in 1879, analysed how poverty could still exist in the midst of steadily increasing wealth. Its land reform message evoked a strong response during the 1880s. The sales of his were about 100,000 copies by the end of 1883 (NEWTON, 1971, p. 179).

Starting from Ricardo's theory of land rent, George maintains that increases in society's productive ability simultaneously lower the margin of cultivation; thus, increases in production are accompanied by increases in rent. Societal progress is also accompanied by a fall in the separate relative shares remaining for labor and capital. Thus, the level of wages and of interest remains depressed (NEWTON, 1971, p. 181). He advocated the elimination of private property in land, not by taking away land titles, but by absorbing rents through taxation. In consequence, equal rights to land will be made available to all, and the evils of landlordism would be abolished.

George had a not negligible influence on the vulgarisation of economics among progressive sectors in England and even elsewhere<sup>6</sup>. Interestingly, like Shaw, Wicksteed was also introduced to economic science from George's work (White 2018: 6). In suggesting that the SDF should read George's book, Shaw was accused of not really knowing the workings of economics as he had not yet read 'The Capital'. Provoked by Marxist militants, Shaw read volume I of Marx's book in French in 1883<sup>7</sup>.

I promptly read it, and returned to announce my complete conversion by it. Immediately contempt changed to awe; for Hyndman's disciples had not read the books themselves, it being then accessible only in Deville's French version in the British Museum reading room, my daily resort. From that hour I was a speaker with a gospel, no longer an apprentice trying to master the art of public speaking (SHAW, 1949, p. 58).

By adhering to Marxism, Shaw abandoned the idea of nationalization of the land, as advocated by George and, above all, the religious moral aspect that underlies the work. However, the link that George had established between land rent and workers'

---

<sup>6</sup> Bernard Shaw mentions the relevance that Henry George had, for example, for Tolstoy: "Between Karl Marx and the Webbs came Henry George with his *Progress and Poverty*, which converted many to Land Nationalization. It was the work of a man who had seen that the conversion of an American village to a city of millionaires was also the conversion of a place where people could live and let live in tolerable comfort to an inferno of seething poverty and misery. Tolstoy was one of his notable converts" (SHAW, 2012b, p. 519). In several letters, Tolstoy discusses the relevance of the American economist: "The service rendered by Henry George is that he has not only mastered the sophistries with which religion and science try to justify private ownership of land, and simplified the question to the uttermost, so that it is impossible not to admit the wrongfulness of landownership - unless one simply stops one's ears - but he was also the first to show how the question can be practically solved" (TOLSTOY, 2009, p. 88). For an example of how Tolstoy used Henry George's formulations at his books, we suggest Pousson's article (2021).

<sup>7</sup> The second and third volumes of *Capital* did not appear in English until after Engels's death (1895) in 1907 and 1909, respectively (AMINI, 2016, p. 335).



exploitation is one of the points that Shaw kept in his formulation on capitalist economy for “of the law of rent, which is fundamental in Socialism, Marx was simply ignorant, as his footnote on Ricardo shews” (SHAW, 1949, p. 82). The relevance of the “rent” category appears developed more clearly in the “Fabian Essays”, edited by Shaw, of 1889, text that consolidates the formulations of the Fabian Society, at the end of the 19th century, on various topics such as capitalism, socialism and democracy.

Analysing his period of “conversion” to Marxism, Shaw mentions some elements that made up this current of socialism: “in 1885 we used to prate about Marx's theory of value and Lassalle's Iron Law of Wages as if it were still 1870” (SHAW, 1895, p. 15). In view of this quotation it is possible to raise the following question: if Shaw apparently shared the same theoretical foundation of Marxism as the SDF, why did he not join this group? Shaw even assumes that he applied for SDF membership, but soon gave up on the idea: “Hyndman's congregation of manual-working pseudo-Marxists could for me be only hindrances” (SHAW, 1949, p. 59). The answer to this question must be sought elsewhere than that of theoretical convergence. Shaw's main reason for joining the Fabian Society was its sociological composition: a progressive section of the British middle class. According to him.

Now the Fabian Society was nominally open to all classes; but as it met in middle class drawing rooms where a laborer would have been out of place and unbearably uncomfortable, the Society was a genuine society of equals, whose minds worked at the same speed, by the same methods, on the same common stock of acquired ideas. [...] I joined them because I knew that I could work with them and that I could not work with untrained colleagues (SHAW, 2012a, p. XVII - XVIII).

Shaw's link with the Fabians symbolized the confluence of two traditions that were sometimes opposed: the renewed utilitarianism of John Stuart Mill, of which Sidney Webb was the main heir, and the romanticism of Carlyle and John Ruskin<sup>8</sup>. These two theoretical sources help explain the scientific, under Mill's influence, and popular, under the influence of the Romantics, mode that the Fabians developed. As summarised by Raymond Williams (1960, p. 195): “In attaching himself to Fabianism, Shaw was, in effect, telling Carlyle and Ruskin to go to school with Bentham, telling Arnold to get together with Mill”. Shaw's interpretation of Marxism, therefore, was not marked by a revolutionary romantic foundation. As Williams points out as a basis for Shaw's politics, the feeling is rational. The hatefulness of men, his period had taught him to believe, is not final; it is merely the stamp of their incomplete evolution. The agency of this evolution is still, however, in question. Socialism which promises regeneration by the coming to power of the working class will obviously not be acceptable: the odious can hardly negotiate the noble. In one way or another, regeneration is something that will have to be done for mankind; but then by whom? Marxist revolution is merely an old-fashioned liberal romanticism. Owenite revolution, the belief that man will accept the new moral world as soon as he is clearly told about it, is also incredible. Yet, despite the facts of human continuity, the odious need not at all ‘be replaced by people like

---

<sup>8</sup> Commenting on the importance of Sidney Webb in his political formation, Shaw states that “Without him I might have been a mere literary wisecracker, like Carlyle and Ruskin” (SHAW, 1949, p. 82).



themselves'. A revolutionary discontinuity has to be achieved in the context of a disbelief in revolutions. In the end, Shaw never got out of this dilemma, but for a time, and especially in the 'eighties and 'nineties, he went along with a particular English tradition, which culminated in Fabianism. If the existing classes were odious, there was always, in Arnold's term, the 'remnant': men moved by general feelings of humanity. If the appeals of Carlyle and Ruskin for the aristocracy to resume its functions had failed, there was always the other aristocracy, the aristocracy of intellect. Shaw, determined on socialism, chose these means of its attainment (WILLIAMS, 1960, p. 194-195).

Thus, maintaining aspects of liberalism, Shaw states that individual interest leads people to specialize in order to produce more, thus linking the functioning of the market to human nature (BEVIR, 2011, p. 157). The defense of competition is not to be confused with a naive adherence to "free trade", since the author pointed out that the state could also act in the production of goods and services. However, this action should be guided by competition, as we read in the Fabian Tract n. 2, the so-called "Fabian manifesto", written by Shaw and published in 1884: "that since Competition among producers admittedly secures to the public the most satisfactory products, the State would compete with all its might in every department of production" (SHAW, 1884, p. 2).

Disruptions in the normal functioning of a market create problems for collective welfare. The main distortion in the markets was generated, according to Shaw, by monopolies. In this way, the idea of class struggle appears updated in Shaw's Marxist period work as taking place between workers and monopolists. The origin of the exploitation of workers was found in the existence of monopolies: by destroying them, free competition would again generate benefits for all people (BEVIR, 2011, p. 159).

Shaw did indeed share a number of assumptions with classical economics, as did all the other early British Marxists and Marx himself. But Shaw did not accept George's economic theory, let alone his ethics. On the contrary, we have seen that as soon as Shaw read *Capital*, he left the land nationalizers and joined the fringes of the Marxist movement. His economic theory implied that monopolists obtained surplus value because they possessed a monopoly. Like many contemporary Marxists, his only important ethical claim was that this state of affairs was wrong because people should get the value they themselves create.

Shaw's Marxism superseded his Georgism. His economic theory was that of contemporary British Marxists, and it coincided with that of George only where theirs did so. His ethics similarly echoed ideas common among contemporary Marxists. He had no time for the overt Christianity of George. On the contrary, Shaw relied on a labor theory of value with its implicit idea that people should get the fruits of their own labor. He presented socialism as an economic theory rooted in assumptions about self-interested behavior, competition, and the market (BEVIR, 2011, p. 157).

Having not pursued higher education, Shaw's education came through participation in debating societies (GIBBS, 2001, p. 41). One of these, devoted mainly to debating economics, was the Hampstead Historic Club, initially known as the Karl Marx Club, set



up by Charlotte Wilson, an anarchist activist who was part of the Fabian Society<sup>9</sup>. The meetings attracted mainly Fabians at first. Sidney Webb, one of the main names of this current, attended the first meetings of the Club, in which the first chapter of "Capital" was discussed, and soon sent letters to Shaw suggesting that the group should devote themselves to reading some other work such as "the gospel of David Ricardo" (HARRISSON, 2000, p. 28)<sup>10</sup>. Having done higher studies in German, Sidney began, together with Bernard Shaw, in 1885, to read volume 2 of "Capital". According to Harrison (2000, p. 29): "While Shaw still hoped to convert Sidney to Marx, Sidney hoped to convert Marx into a means of teaching Shaw some German. They read two pages in two hours, Sidney accompanying each word with a philosophical dissertation". Over time, discussions began to take place at the home of Henry Beeton, a stock market investor. From this moment on, the Hampstead Historic Club became known as the Economic Circle and its meetings were attended by other economists such as Alfred Marshall.

In the Economic Circle, Shaw met Philip Wicksteed, a character we will analyze in more detail in the next section. Having come within the scope of William Stanley Jevons' formulations, Wicksteed was instrumental in Shaw's distancing himself from Marxism. The polemics between the two in the pages of the Social-Democratic newspaper Today in 1884 and 1885 was an important milestone for Shaw, who ended up abandoning the labour theory of value and adopting the Jevonian theory of utility value.

## 2. Philip Wicksteed: in search of the bond between religion and economics

In an article published in 1930 in honour of Philip Wicksteed, Lionel Robbins claimed that the Unitarian Shepherd's reputation among professional economists had always been high<sup>11</sup>. Today, more than ninety years later, Wicksteed's name is, however, hardly remembered in the pantheon of English economists. Robbins continues his analysis by asserting Wicksteed's link with William Stanley Jevons. Handling the copy of the second edition of "Theory of Political Economy" that had belonged to the Pastor, Robbins mentions that "on almost every page show how profoundly and how extensively he had meditated on its doctrines" (ROBBINS, 1933, p. 86).

Two aspects of Robbins' text do not fail to draw attention. The first is its title: "The Economic Works of Philip Wicksteed". Secondly, the first sentence of the article, which

---

<sup>9</sup>For a rescue of elements of Wilson's life and work, we suggest the article by Hinely (2011).

<sup>10</sup> Many years later, Bernard Shaw, probably referring to their critique of the revolutionary formulations of the Marxists, wrote that the couple Sidney and Beatrice Webb had "[...] cured Fabianism of the romantic amateurism which had rendered the older socialist agitations insignificant and ridiculous, and contributed most of the practical proposals of the Fabian Society to the solution of pressing problems" (SHAW, 2012b, p. 465).

<sup>11</sup>The article had been requested by Charles Harold Herford, Professor of English Literature at the University of Manchester, to compose the biography of Wicksteed, of which the Unitarian Pastor's family had commissioned him in 1927. In an intellectual biography of Robbins, there is an indication that Wicksteed's family was quite pleased with the text (HOWSON, 2011, p. 173).





appears almost as a corollary of the title: "to the general public, it is probable that Wicksteed is known chiefly for his work as a classical and mediaeval scholar" (ROBBINS, 1933, p. 86). Robbins' analysis moves in the direction of compartmentalizing Wicksteed's economic thought from other areas of his life and theoretical reflection.

In 1923, during his third year of economics graduation at the London School of Economics (LSE), Robbins had read "Common Sense of Political Economy", initially published in 1910. According to notes in his study notebook, the author comments that, in this text. There are certain chapters in it from which I feel I have learnt as much as from any other chapters in the whole of economic literature. I shall never forget the thrill with which as a student I first read the masterly chapter on the universal applicability of the rent analysis (HOWSON, 2011, p. 98).

The LSE bachelor's degree in economics had been established in 1901, two years before the Economics Tripos at Cambridge (HOWSON, 2011, p. 69). Although it did not come close to the current format of economics teaching, it was an important step in shaping it. Robbins' systematic training in economic theory had, therefore, very little to do with Wicksteed's self-taught learning. Lionel Robbins was an economist, whereas Wicksteed combined his study of economics with a myriad of other intellectual pursuits. The years separating the intellectual training of each of them demarcates an important difference in the link they established with economics. For Robbins, economics was his object of study and training, while, for Wicksteed, it was one of several subjects of intellectual interest<sup>12</sup>.

In organizing Wicksteed's selected work in the 1990s, Ian Steedman proposed another approach: "Wicksteed never made a sharp distinction between economic and other aspects of life; on the contrary, he was very insistent that no distinction could be adequately made" (STEEDMAN, 1999, p. X). In analysing the texts that the Unitarian Church pastor published in the Unitarian-linked newspaper "The Inquirer", Steedman hypothesises that, if we bear in mind throughout the interrelatedness of the spiritual and the material, the idea of "the kingdom of God on earth" and that of a "religion of humanity," this may help us to understand the detailed interconnections between Wicksteed's religious and economic thinking (STEEDMAN, 1994, p. 81).

Picking up Mark Bevir's proposed classification of the different groups in British socialism, Wicksteed can be seen as close to so-called 'ethical socialism'. His protégé, John Trevor, was the founder in 1891 of the Labour Church, with which he collaborated heavily until 1900 (STEEDMAN, 1994, p. 78-79).

---

<sup>12</sup> "It was during his twenty-three years in London that Wicksteed became heavily involved in the new University Extension movement - although he never held a university post. Between 1887 and 1918 he gave nearly three hundred Extension courses under the auspices of Cambridge, London manchester and Oxford Universities, ranging as far afield as Canterbury, Exeter, Southport and Newcastle. The subject matter ranged equally widely, including Greek Drama, Aristotle, Dante, Wordsworth, economics and sociology [...] It was perhaps as a lecturer on Dante that Wicksteed was best known, his lectures being appreciated by newcomers and by the already knowledgeable" (STEEDMAN, 1999, p. VI).



As with George Bernard Shaw, Wicksteed's first contact with economics was through Henry George's *Progress and Poverty* in 1882. The economic aspect, however, was not the only aspect of George's work that caught Wicksteed's attention: its religious foundation was also relevant in securing the Unitarian Pastor's initial sympathy. According to Bryson (2011): It was this religious conviction that provided his great concern about the poverty of his fellowmen in an economic system that generated progress. He pursued his writings with a commitment and perhaps even a zeal, products of his belief that God had called him, as it were, to reveal fundamental economic truths to his fellowmen. [...] George seems to have sensed that he was a part of the Lord's plan to bring harmony and justice to the social order (27-28).

Wicksteed was extremely enthusiastic, explaining that *Progress and Poverty* made a "new heaven and a new earth" for him; and he vowed to join the "new crusade". He explained that he had long sensed a fundamental fallacy in classical economics, and that George had crystallized his thinking for him, particularly by pointing out that capital does not put labor to work (NEWTON, 1971, p. 184). At the time, Wicksteed was also an advocate of George's proposals for the nationalisation of land.

If, on the one hand, the work of the American economist caught Wicksteed's attention, on the other, it made his ignorance of economics explicit. Thus, Wicksteed felt the need to broaden his studies in Political Economy. Michael White mapped out various correspondences sent by the Unitarian Pastor to professors of Economics at some English universities, in which he requests suggestions for texts on the subject. Through Herbet Foxwell, the Cambridge economist who was also professor of political economy at University College London, Wicksteed came to know the work of William Stanley Jevons, to whose vision of economic science he eventually became linked (WHITE, 2018, p. 10, FLATAU, 2004, p. 70).

Although he was a progressive pastor and kept close to socialism, he pointed out his differences with Marxist groups, especially the SDF. Having read the first volume of "Capital", Wicksteed decided to publish, in 1884, a critical review of Marx's work in the "To-day" newspaper linked to the Marxists. This is the first of his texts dealing with more directly economic aspects. The core of the critique was the inconsistencies of Marx's labour theory of value and the correctness of Jevons's theory.

### **3. The scientific critique of “scientific socialism”**

The spread of Marxism in England was particularly slow. It is noteworthy that it took so long to publish an English translation of *Capital*. The "To-day" magazine began to publish in April 1883 a series of translations of chapters X and XXIII and of volume I of Marx's work. Only in October 1885 were the first ten chapters of that volume translated directly from German, marking the beginning of the most systematic effort to translate Marx into English.

Although they were of similar length and were published at close intervals, *Capital* did not receive the same reception from the English public as Henry George's *Progress and*



Poverty. Moreover, no major English economist of the period ever wrote a detailed and systematic review of the work. The criticism by Philip Wicksteed, John Rae and Robert Flint only analyzes points in Marx's work, which was not subjected to a detailed analysis as was usually the case with the works of, for example, John Stuart Mill, William Stanley Jevons and Alfred Marshall. Thus it fell to authors from other areas of knowledge, such as the biologist T. H. Huxley and the mathematician and philosopher Bertrand Russell, to begin the revision of the texts by Marx that had just been translated and published in England.

Wicksteed's review, published in October 1884 in the *To-day* magazine, and the polemic it generated with George Bernard Shaw indicate the cold reception with which Marx's work was received by the English. At that time, these were two little-known authors in the field of economics who were venturing for the first time into a discussion on the subject. Nevertheless, it is a polemic relevant to the future of English Marxism. As Willis points out: Even though debate over Marxist thought was waged throughout the latter half of the century, it was most heated in the final two decades and may properly be said to have been completed by 1900. To be sure, discussion continued well into this century, but the fate of Marxist thought in Britain had been determined by the end of the nineteenth century (WILLIS, 1977, p. 419).

Wicksteed's "Das Kapital: a criticism" polemical character is made explicit from the opening of the text, in which Wicksteed states that: "The sense of obligation will be more than doubled if any student of Marx should think my criticisms deserving of a reply" (WICKSTEED, 1933, p. 705). It was written with sympathy and courtesy, and with full appreciation of "that great work", "that remarkable section" in which Marx discusses value, "that great logician" and even of the "contributions of extreme importance" which Wicksteed believed Marx to have made in the latter part of volume I (HOBSBAWM, 1967, p. 293).

The author's analysis focuses on two main points: how the value of a commodity is determined and whether labour power would have its value determined like that of any other commodity. As to the first question, the depth of Wicksteed's philosophical analysis is perceptible as he follows Marx's argumentation on the question of value. For the German thinker, before getting to the quantitative scope of exchange relations, it was necessary to understand what qualitative aspect in common would allow the equivalence of commodities. As is well known, for Marx the qualitative aspect in common, which makes it possible to compare commodities, is the labour time contained in them.

However, by describing the functioning of commodity production in this way, Marx implicitly assumes that labour can only count in the economy if, first of all, it is useful. This is a theoretical deviation barely perceptible in the opening pages of "Capital", but one that completely alters the outcome of his formulations (WICKSTEED, 1933, p. 712). The important question posed by Wicksteed is "what if the commodity is not useful?" What good is all the speculation about abstract labour time if the commodity does not satisfy a human desire? In this way, the author inverts Marx's proposition: the qualitative aspect in common to all commodities is what he calls "abstract utility." Wicksteed



exemplifies this concept with a case of equivalence between Bibles and brandy: If I am willing to give the same sum of money for a family Bible and for a dozen of brandy, it is because I have reduced the respective satisfactions their possession will afford me to a common measure, and have found them equivalent. In economic phrase, the two things have equal abstract utility for me. In popular (and highly significant) phrase, each of the two things is worth as much to me as the other (WICKSTEED, 1933, p. 713).

The other issue is the determination of the value of labour power. For Wicksteed, the claim that this value is maintained at the subsistence level, as postulated by classical economics and reproduced by Marx, is based on the asymmetry of power between capitalists and workers. The development of labour-saving capitalism would cause an intensification of competition between the working class, keeping the wage at the subsistence level of the labour force.

Wicksteed points out an inconsistency in Marx's formulation. The value of labour power is independent of the relationship between capitalists and workers. The Unitarian Shepherd even admits the hypothesis that value may coincide with the cost of labour power, however "[...] that coincidence depended on labour being 'freely directed' to move between the production of different commodities until equilibrium was reached" (WHITE, 2018, p. 26). This eventual coincidence does not occur because value converges with labor time, but because labor will be allocated to produce the quantities of goods that generate marginal utilities that, at some point, may coincide with the cost of labor. Note that the free mobility of labor and capital is an important aspect for the coincidence of the results obtained by Marx's and Jevons' formulations.

As a corollary to this conclusion, Wicksteed indicates that only in a slave economy, in which labor power would be a commodity produced like any other, would it be possible to make this approximation between the cost of labor power and its value. In this way, Wicksteed would have invalidated not only the theory of classical economics, of which Marx is a tributary, that the value of labor power is equivalent to its subsistence, but also the idea that it would be possible to extract a surplus from labor power, the so-called "surplus value".

On these two points, it is less a criticism of Marx's work than an attempt to establish the validity of the theory of utility value. By evoking the possibility that the practical outcome of both formulations coincide, he ends up hypothesising that there would not be an inconsistency between the two theories. The question would arise, above all, at the level of generality that each of them could explain. In being able to explain the production and exchange even of non-reproducible goods, Jevonian marginalism would be broader than the labour theory of value as developed from Ricardo to Marx, which only applied to reproducible goods<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> In fact, the limits of the labour theory of value are a question that plagued, for example, David Ricardo who in the first lines of his "On The Principles of Political Economy and Taxation" already argued that: "Possessing utility, commodities derive their exchangeable value from two sources: from their scarcity, and from the quantity of labour required to obtain them. There are some commodities, the value of which is determined by their scarcity alone. No labour can increase the quantity of such goods, and therefore their value cannot be lowered by an increased supply. Some



Taking the example of Bibles and brnady, Wicksteed asserts that in addition to these evidently reproducible goods, marginalist economics could also be applied to others that existed in “strictly limited in quantity, like the ‘Raphaels,’ one of which has just been purchased for the nation” (WICKSTEED, 1933, p. 714).

Wicksteed then develops an analysis that should “immortalise the name of Stanley Jevons”. The author gives the example of a watch manufacturer that adopts an innovation that allows it to reduce by 25% the working time previously required. If a watch previously took 12 days to produce, it will now be made in 9. In his formulation, the value of the watch will not change, since its utility does not change with productive transformations. The new watches, however, will have less value because, maintaining the same work day, there will be a 25% increase in the supply of watches. Thus, “[i]f they are all to be bought (or indeed used) they must, some of them, be bought (or used) by persons to whom (in comparison with other things) they are less useful than the watches formerly sold were to their purchasers” (WICKSTEED, 1933, p. 719). If previously, the watch was bought for, say, £10, after the increase in supply, it will sell for £9. In this way, for Wicksteed, the reduction in the value of clocks, and in their price, is explained not because there has been a reduction in the labour required, “[...] but because the recent increments have been less useful, and by the ‘law of indifference’<sup>14</sup> the utility of the last increment determines the value of the whole” (WICKSTEED, 1933, p. 720).

Although, as Eric Hobsbawm indicates, few criticisms have been more effective on Marx's work, Wicksteed's comments also lack theoretical problems, even with regard to his interpretation of Jevons (HOBBSAWM, 1967, p. 292). On the validity of marginalism for irreproducible goods, contrary to Wicksteed's claim, in TPE, Jevons expresses the limits of his formulations for this type of good. As White indicates: “[...] the problem with irreproducibles was that they were simultaneously indivisible and heterogeneous because unique. In discussing indivisibility, Jevons turned to the “much more difficult problem” of exchange, between two transactors, of an indivisible commodity for a divisible one, such as money (WHITE, 2018, p. 24).

Marx's formulations on the determination of wages are not correctly represented by Wicksteed. This is the case, for example, with his comment linking the extraction of surplus from labour to the wage being at its subsistence level. Above all, Wicksteed ignored Marx's formulation that the basket of goods that make up the subsistence of

---

rare statues and pictures, scarce books and coins, wines of a peculiar quality, which can be made only from grapes grown on a particular soil, of which there is a very limited quantity, are all of this description. Their value is wholly independent of the quantity of labour originally necessary to produce them, and varies with the varying wealth and inclinations of those who are desirous to possess them. These commodities, however, form a very small part of the mass of commodities daily exchanged in the market. By far the greatest part of those goods which are the objects of desire, are procured by labour, and they may be multiplied, not in one country alone, but in many, almost without any assignable limit, if we are disposed to bestow the labour necessary to obtain them.” (RICARDO, 1911, p. 5).

<sup>14</sup>The law of indifference was enunciated by William Stanley Jevons in *Theory of Political Economy*: “[...] in the same open market, at a given time, there cannot be two prices for the same kind of article” (JEVONS, 1911, p. 91).



labour power is historically and morally conditioned (MARX, 1982, p. 275). As White indicates:

[...] to derive his specific argument that Marx had made a logical blunder, Wicksteed assumed that the value of labour-force should be explained, like that of any other commodity, in marginalist terms. That simply dismissed, without any acknowledgement, the non-marginalist terms of Marx's analysis, thereby erasing the complexity and analytical lineage of his discussion. It also erased Marx's clear statement that, whereas the (exchange) value of labour power in a long period was explained in terms of labour embodied, the bundle of commodities that made up a minimum "subsistence" were historically conditioned. By contrast with "other commodities, the determination of the value of labour-power contains a historical and moral element" (Marx 1990, 275). The general point about "a historical and moral element" was, of course, hardly new, as Marx's own references indicate. But, Wicksteed's critique conflated the explanation for the value of labour-power with the explanation of the commodity bundle whose value had to be determined. The argument was thus constructed wholly within the terms of Wicksteed's marginalist framework, erroneously attributing an important assumption to Capital (WHITE, 2018, p. 26-27).

One point where Wicksteed's critique proved to be right is the question of the common substance of commodities. This is, in fact, an obvious weakness in Marx's analysis, which, as Wicksteed has rightly noted, ended up implicitly assuming that such common substance is utility. It is relevant, however, to mention that after setting out this set of comments on Marx's work, Wicksteed does not shy away from noting, unlike most bourgeois critics, that "In latter part of the published volume Marx appears to me to have made contributions of extreme importance to the solution of the great problem" (WICKSTEED, 1933, p. 724).

#### 4. Shaw's rebuttal

The publication of Wicksteed's criticism in a socialist newspaper created some embarrassment in the socialist movement. The response to Wicksteed's criticism was late in being formulated. The self-styled "Marxists" were expected to respond to the text, which would fall mainly to Henry Mayers Hyndman, editor of the magazine "To-Day". As White points out:

Although Engels had attributed the publication of Wicksteed's critique to Hyndman's "direction" of To-Day, Hyndman apparently had less control over the contents of the magazine. A note in Justice, the "organ" of the SDF edited by Hyndman, mockingly referred to "the generosity of Socialist editors" in publishing Wicksteed, commenting that "the late Stanley Jevons is a queer champion indeed for the Rev. P.H. Wicksteed to set up against such a thinker as Karl Marx." A further note on the following month's issue of To-Day praised the contents but asked: "Why is not Mr. Wicksteed's weak article answered?" (WHITE, 2018, p. 29).



Finally, the answer fell to Bernard Shaw, in his "Marxist" phase<sup>15</sup>. We have already seen, however, the particularities of what Shaw called Marxism. It is important to note, by way of factual accuracy, a letter sent by the author to the Social-Democratic newspaper "Justice" in March 1884, that is, before the publication of Wicksteed's text, entitled "Who's the thief?"<sup>16</sup>, in which he raises doubts about the validity of the labour theory of value. According to Shaw:

I need hardly point out the preposterous absurdity of a theory which assumes that the labourer is helplessly dependent on the capitalist in the face of the axiom that labour is the source of all wealth, an axiom which no political economist has ever denied, and which Marx himself insisted on as the foundation of Socialism.

In focusing its attention on the dependence of the working class on the bourgeoisie, Marxism ignored that the bourgeoisie was also dependent on the working class to guarantee the production of commodities. Thus one could not speak of a political asymmetry between the two social groups in favour of the elites. Both groups collaborated for the functioning of the economy, only assuming distinct roles, which did not necessarily involve a hierarchization between them.

Shaw describes a model in which competition between capitalists by means of price reduction leads to a reduction in profits, but generates an increase in consumer welfare, by allowing the cheapening of consumption. Faced with this socially positive result, how could one say that capitalists were thieves? In reality, the great thieves would be the buyers. Shaw continues his questioning: But who are the buyers? Editors of Justice, we are the buyers, we and our parents, our sisters and brothers, our wives and children. Do these dear ones commit theft whenever they enter a shop? Do you dare to assert that the many men of whose probity England is justly proud are systematic thieves? For this is what your theory of surplus value comes to.

---

<sup>15</sup> Many years later, Shaw described the context in which he agreed to write the reply to Wicksteed: "When the controversy arose, I, a helpless novice in economics, was thrust upon the Jevonian bayonets with no better defence than my mother wit and such literary adroitness as I had picked up professionally. I protested that I knew nothing about it, and that Hyndman, who was then at the head of the Socialist movement in London, was the proper person to undertake it. For he, professing himself an adept at the differential calculus, heaped scorn on Jevons' equations (which were perfectly unintelligible to me) and denounced him as a silly person who had announced the speedy exhaustion of our coal supply and referred commercial crises to the action of the sunspots. Clearly the hour and the man had come; and the man was Hyndman. But no: he would not waste time in squelching the presumptuous insect Wicksteed; and finally R. P. B. Frost, then one of the proprietors of this magazine, assured me as we stood among the tombs within the consecrated precinct of St. Paul's Cathedral, that if I did not do it he (Frost) must do it himself. The threat prevailed; and I undertook to write 'a comment' on Wicksteed's article on condition that he was to be offered fair space for a rejoinder if he survived to make one. All of which, including the survival of Wicksteed in robust health, came to pass in due course". Excerpted from: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/today/1889/05/gbs-value-theory.htm>. Viewed on 12/03/2023.

<sup>16</sup> All quotations relating to this text have been taken, unless expressly mentioned, from the website: <https://www.marxists.org/subject/economy/authors/fabians/earlyenglishvalue/gbs-justice-18840315.htm>



Explaining his economic basis, taxed from classical economics, the author concludes that the result of free competition is positive for society as a whole. The cheapening of goods could even contribute to the cultural elevation of the worker, "a few pence he can taste the delights of Shakespeare's page, and unlock the treasures of our noble literature". Therefore, nothing would be more unjust than to link this cheapening to the theft of part of the value that should be paid to workers, being the consumers, ultimately, the worst thieves, whose pressure to increase their consumption with lower price, end up generating the mechanism called "exploitation".

In September 1884, already as a member of the recently created Fabian Society, Shaw published the Society's Manifesto, in which the influence that classical political economy had in the formulation of his economic thought can be seen. As we have already mentioned, the defense of free competition, as an element that generates collective benefits, is reiterated several times throughout the text. In the following month, Shaw began attending the Hampstead Historic Club, where he was able to deepen his readings on economic science and discuss with important economists of the period. It was also in October that Wicksteed's text was published in *To-day* magazine.

Shaw's reply to Wicksteed's article was published in January 1885. It is important to quote Shaw's appreciation of the character of the Unitarian Pastor's text: "The October number of 'To-day' is memorable for containing an attack by a Socialist on the theory of value held by the late Karl Marx" (SHAW, 1933, p. 724). Being a Socialist, Wicksteed's "attack" on the theory of value as developed by Marx in "Capital" would be less an attempt to delegitimize the work of the German thinker, but a repair carried out in the light of scientific advances, such as the theory of utility value. In this way, Shaw recovers the ironic character of his text "Who's the thief", which has as its object less Karl Marx than the Marxists. The latter, according to Shaw,

[...] often dogmatize intolerably on the subject of what Marx taught, or what they suppose him to have taught, on the subject of value; and Mr. Wicksteed, being a sworn enemy of dogma, has in my opinion acted wisely as well as written ably in leading the assault which must have been made sooner or later upon the economic citadel of Collectivism (SHAW, 1933, p. 724).

In this way, he does not set out to 'defend' Karl Marx, but because he believes that the question of the theory of value is a subject on which socialists would sooner or later have to dwell and to express their questions about the theory of utility value (SHAW, 1933, p. 725). Before even going into the analysis of Wicksteed's content, Shaw makes a brief consideration of the methodological aspect of the theory of utility value, which is relevant of the transformations that occurred in economic science, in its long transition from Political Economy to Economics: "Even were I economist enough to do that myself, I am not mathematician enough to confute Mr. Wicksteed by the Jevonian method. I somewhat mistrust mathematical symbols" (SHAW, 1933, p. 725). Although we are not yet in the field of economics, the impacts of the marginalist revolution on economic theory can already be noted, especially at the methodological level: "the successful penetration of mathematical discourse into theory" (MIROWSKI, 1984, p. 362). Without





the full mastery of the infinitesimal calculus, Shaw feels obliged to justify his limits in the treatment of the economic questions raised by Wicksteed.

Shaw begins his argument by analyzing aspects of the theory of exchange, in particular, the "law of indifference" and the "law of variation of utility". The author develops the example of a hungry person, who, as he feeds himself, reduces the utility of each new forkful. If the law of indifference were completely applicable to this case, Shaw argues [...] the last mouthful of beef costs just as much as the first. Consequently the man has not to pay more for the first mouthful than for the twentieth, though it is infinitely more useful to him, nor, when he has eaten so much that he can eat no more, could he buy another mouthful more cheaply than the first, useless as the beef has become to him. Once satiated, the utility of an additional forkful will be zero. At this point, consumption ceases. After a few hours, the subject of the example will feel hungry again, making that piece of food, until then useless, useful again. In the words of Shaw: "In that space Nature produces 'negative utilities' in the form of appetite - the universal discommodity" (SHAW, 1933, p. 727). Faced with this change in the appreciation of the consumption of steak, Shaw wonders whether the exchange value of food changes.

By no means: it will rise to the cost of catching, killing, and cooking a cow: not a farthing higher. If a man demand a greater price from another, obviously that other will, in the last resort, catch, kill and cook for himself, and so save the excess demanded from him. If the labour necessary to produce the beef be halved or doubled, neither the mass nor the final degree of utility in the beef will be altered one jot; and yet the value will be halved or doubled. Evidently, then, the utility does not determine the value (SHAW, 1933, p. 727).

Thus Shaw reaffirms Marx's labour theory of value. Shaw's formulation, however, is noticeably marked by inaccuracies. As we shall see later on, in this example Shaw confuses diminishing marginal utility, linked to the behaviour of the individual consumer, with the law of indifference, which concerns the pricing of a given commodity in a market. The inaccuracy reappears when Shaw compares the utility that a thirsty person in the Sahara desert would have by drinking a glass of water with that of another person standing next to a natural water well. For him, the utility would be exactly the same, even if the prices that each of them would be willing to pay were different. It is clear that the author does not take into account in his explanation scarcity as a central parameter of the theory of utility value (SHAW, 1933, p. 727).

Shaw's perception of the theory of utility value is marked by a moral appreciation of its possible harmful social consequences. How precisely could one discover the marginal utility of a good? Without an objective means of doing so, Wicksteed's formulation, based on Jevons, "directly illustrates the ordinary economist's habit of regarding the value of a thing as the maximum of blackmail which its possessor can extort from the person who desires to consume it" (SHAW, 1933, p. 727).

Taking the example that Wicksteed presents several times in his article, about the consumption of bibles and alcoholic beverages, Shaw refutes the argument that it would



be possible to reduce the two elements to a common denominator of exchange, in the case of Wicksteed's example, a bible for twelve doses of alcohol. For the author: This may be so; but it does not at all follow that Mr. Wicksteed will find Bibles and brandy exchanging in that ratio. The price of neither would be raised or lowered by one farthing if Mr. Wicksteed suddenly got tired of the Bible and became a dipsomaniac. [...] But as the rain falls alike on the just and the unjust, so is the price of Bibles and brandy the same to Mr. Wicksteed and his neighbours, though the utility differs in each of their cases (SHAW, 1933, p. 728).

Another example of Wicksteed taken up in Shaw's reply is that of the manufacture of watches. In the latter's explanation, the fact that the watch is worth £15 does not mean that this will be the amount paid. The final price may be £5. Should the price rise beyond £15, the consumer will not buy it, but that does not mean that the utility of the product has fallen to zero. According to Shaw: It simply means that though the utility remains the same, he will not be able to afford the price, or will think that he might spend fifteen guineas to better advantage on a writing-table than on a watch. The comparison of utility which he has made between them does not change the value of either (SHAW, 1933, p. 729).

At this moment, utility appears as a constant in the consumer's analysis. The change of parameters, such as the increase in supply and the consequent fall in price, are independent elements of utility and do not influence it.

In his short rejoinder, published in April 1885, Wicksteed made brief comments on Shaw's text, in particular on the points where the theatrist reinforces the link between value and the quantity of labour, without, however, explaining it<sup>17</sup>. However, his argument basically repeats that which had already been set out in his first article of October 1884. What is most interesting is the comment on Jevons' mathematical method. Wicksteed shares the idea that the mathematical method is the most correct one to express "the truth" about economic theory, whereas the literary exposition of facts "enables a clever man to follow equally fallacious arguments to equally absurd conclusions without seeing that they are absurd" (WICKSTEED, 1933, p. 733).

The question of the theory of value was even discussed face-to-face by Shaw and Wicksteed at one of the meetings of the "Economic Circle", probably occurring in April 1885. Wicksteed and Shaw continued to hold each other in high regard in later years, and when Shaw released his "Common Sense of Municipal Trading" in 1904, he sent Wicksteed a copy inscribed "To my father in economics" (GIBBS, 2001, p. 43).

---

<sup>17</sup> "I am quite at a loss to know what Mr. Shaw means by saying that 'If the labour necessary to produce the beef be halved or doubled, neither the mass nor the final degree of utility in the beef will be altered one jot; and yet the value will be halved or doubled.' Unless and until both the total and the final utilities are altered the exchange value will remain exactly the same. It is only by producing more beef, and thus at the same time increasing its total and lowering its final utility, that the increased facilities of beef-making can produce any effect on the price whatever" (WICKSTEED, 1933, p. 731).



## Conclusion

The polemic on the theory of value between Bernard Shaw and Wicksteed, led by two authors who had recently entered the economic debate, did not go so far as to develop problems with Karl Marx's economic formulations. However, it does provide elements for understanding the transformations that have taken place in the scope of economic science since the end of the 19th century.

Firstly, one can see that Shaw's argumentation fits within the popular model of economics that we described in the introduction of this paper. While Wicksteed's text uses several of Karl Marx's concepts in German, Shaw's short answer is filled with examples and illustrations that are quick to understand and appeal to moral aspects, as when he analyses the determination of the value of a piece of meat for a hungry person. However, Shaw cannot simply ignore more refined elements of Wicksteed's argument. This brings us to the second aspect that the polemic reveals of economic science: the scientific model gains in relevance and the popular model begins to respond increasingly to parameters dictated by the former. This is particularly the case with the quantitative foundation of marginalism. Shaw needs to justify himself for not developing an analysis based on the infinitesimal calculation, as marginalist economics did. Even if the main objective of popular economics was to disseminate analysis to a wider public and that, therefore, theoretical methodological rigor was not fundamental for this, it was no longer possible to simply ignore this methodological difference between the two models (SHAW, 1933, p. 725).

From the point of view of the content of the polemic, Shaw's text does not represent a coherent response to Wicksteed's poorly worded critique. A few weeks after the publication of Shaw's response, the social democratic newspaper Justice, published an editorial stating.

We are not satisfied with Mr. Shaw's answer to Mr. Wicksteed; it seems to us that Mr. Jevons' metaphysical vagaries filtered through Mr. Wicksteed should have been met with a plain statement of the economic theory worked out by Marx. Surely this is necessary if a naturally clever man like Mr. Wicksteed can thus miss the whole point of Marx's exposition (WHITE, 2018, p. 20).

The fact that Shaw concentrated on an internal critique of Wicksteed's comments without making broader reference to the contents of Capital did not please Marxists and, in particular, the editor of Justice, Hyndman. In April 1889, when Hyndman decided to write a synthesis of Marx's theory of value, simply no mention is made of Wicksteed's critique<sup>18</sup>.

The main response to this text was a retort by Shaw, already converted to marginalism, stating that "he does not understand, never has understood and probably never will understand either Marx's or Jevons' theory of value". At the end of the whole affair, as

---

<sup>18</sup> Excerpted from: <https://www.marxists.org/history/international/social-democracy/today/1889/04/hyndman.htm>. Viewed on 02/04/2023.



De Vivo points out, "the result was that the Marxists seemed totally unable to defend themselves, and Jevons' theory got the better of them" (DE VIVO, 1987, p. 43). Or again, as Hobsbawm states: "Wicksteed's article did more to create the mistaken feeling among socialists that Marx's theory of value was somehow irrelevant to the economic justification of socialism than the emotional diatribes of Foxwell or Flint" (HOBSBAWM, 1967, p. 293).

There is, however, a relevant issue in Shaw's response that deserves a separate comment. At the end of his text, Shaw indicates that Jevons may have contributed to socialist planning "when he turned away from economics and into psychology, and that the comparative utilities of things are of far greater importance to the community than their exchange ratio, to which our social system has given a factitious importance" (SHAW, 1933, p. 730). Socialist administration could find in the Jevonian system a way to plan the economy, preserving "the catalactic atomicity of markets by adjusting supply to demand" (SHAW, 1933, p. 730). Was Shaw giving a wink to a further rapprochement of socialists with Jevons and marginalism?

The answer is probably yes, and this can be seen in the radical theoretical shift in Shaw's thinking. A few weeks after the publication of the translation of the first volume of "Capital" in English, in 1887, Shaw published a set of three articles reviewing the work of Karl Marx in which he adheres to Wicksteed's marginalism. Although the brief polemic between the two thinkers newly integrated into economic science did not go beyond a superficial discussion on the theory of value, it undoubtedly converted Shaw from Marxism to marginalism (STEEDMAN, 1999, p.viii).

## References

- ALISSON, Mark. *Imagining Socialism Aesthetics, Anti-politics, and Literature in Britain, 1817–1918*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- AMINI, Babak. A Brief History Of The Dissemination And Reception Of Karl Marx's Capital In The United States And Britain, *World Review of Political Economy* Vol. 7 No. 3 Fall 2016, pp. 334-349.
- BEVIR, Mark. *The Making of British Socialism*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- CLAYES, Gregory. Non-Marxian socialism 1815–1914. In: JONES, Gareth Stedman; CJAYES, Gregory (ed.). *The Cambridge History Of Nineteenth-Century Political Thought*. Cambridge: University of Cambridge Press, 2011, pp. 521-555.
- DE VIVO, Giancarlo. Marx, Jevons, and Early Fabian Socialism. In: *Political Economy Studies in the Surplus Approach*, Vol. 3, No. 1, 1987, pp. 37-62.
- ENGELS, Friedrich. Synopsis of volume one of capital by Karl Marx. In Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Marx-Engels Collected Works*. Vol. 20. London: Lawrence & Wishart, 1985, pp. 263-310.
- FLATAU, Paul. Jevons's One Great Disciple: Wicksteed and the Jevonian Revolution in the Second Generation, *History of Economics Review*, Vol. 40; No. 1, 2004, pp. 69-107.
- GIBBS, A. M. *A Bernard Shaw Chronology*. London: Palgrave, 2001.



- HARRISON, Roy den. *The Life and Times of Sidney and Beatrice Webb - 1858-1905: The Formative Years*. London: Palgrave, 2000.
- HINLEY, Susan. Charlotte Wilson, the “Woman Question”, and the Meanings of Anarchist Socialism in Late Victorian Radicalism, *IRSH*, Vol. 57, No. 1, 2012, pp. 3-36.
- HOBBSBAWM, Eric. *Labouring men*. New York: Anchor Books, 1967.
- HOWSON, Susan. *Lionel Robbins*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- HYNDMAN, Henry Mayers. *The record of an adventurous life*. London: Macmillan, 1911.
- JEVONS, William Stanley. *Theory of Political Economy*. London: Macmillan, 1911.
- JONES, Gareth Stedman; CLAYES, Gregory (ed.). *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought*. Cambridge: University of Cambridge Press, 2011.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romanticism Against the Tide of Modernity*. Durham: Duke University Press, 2001.
- MARX, Karl. *Capital*. Vol 1. London: Penguin, 1982.
- MIROWSKI, Philip. Physics and the 'marginalist revolution', *Cambridge Journal of Economics*, December 1984, Vol. 8, No. 4, pp. 361-379.
- NEWTON, Bernard. The Impact of Henry George on British Economists, *American Journal of Economics and Sociology*, 1971, v. 30, pp. 179-186.
- POUSSON, Guilhem. Tolstoj, Nexljudov et l'impôt unique de Henry George, *Revue des études slaves*, v. 92, n. 2, 2021.
- RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation*. London: J. M. Dent & Sons Ltd., 1911.
- ROBBINS, Lionel. Introduction. In: WICKSTEED, Philip. *The Commonsense of Political Economy*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul Limited, 1933, pp. V - XXVIII.
- ROBBINS, Lionel. *Economic Science and Political Economy*. London: Macmillan, 1997.
- RUSKIN, John. *The political economy of art. Or “a joy for ever”*. London: Cassel's National Library, 1907.
- RUSKIN, John; *Unto this last*. London: E. P. Dutton and Company, 1921.
- SHAW, Bernard. *A manifesto*. Fabian Tract 2. London, 1884.
- SHAW, Bernard. *The Fabian Society: its early history*. Fabian Tract 41. London, 1895.
- SHAW, Bernard. On the History of Fabian Economics. In: Pease, Edward. *The History of the Fabian Society*. New York: E. P. Dutton & Company Publishers, 1916, pp. 253-280.
- SHAW, Bernard. The Jevonian criticism of Marx. In: Wicksteed, Philip. *The Commonsense of Political Economy*. Vol. 2. London: Routledge & Kegan Paul Limited, 1933, pp. 724-730
- SHAW, Bernard. *Sixteen self sketches*. London: Constable and Company, 1949.
- SHAW, Bernard. Morris as I knew him. In: Morris, May. *William Morris: Artist, Writer, Socialist*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2012a, pp. IX-XL.
- SHAW, Bernard. *The Intelligent Woman's Guide to Socialism, Capitalism, Sovietism and Fascism*. London: Alma Classics, 2012b.
- SHAW, Bernard (ed.). *Fabian Essays*. London: The Garden City Press, 1948.
- STEEDMAN, Ian. Wicksteed: Economist and Prophet. In: Brennan, H. Geoffrey; Waterman, A. M. C. *Economics and religion: are they distinct?* New York: Springer, 1994, pp. 77-122.
- STEEDMAN, Ian. Introduction. In: Steedman, Ian (ed.). *Collected Works of Philip Henry Wicksteed*. London: Overstone, 1999, pp. I - XIII.



- STOKES, E. E. Bernard Shaw and Economics. In: The Southwestern Social Science Quarterly, December 1958, Vol. 39, No. 3, pp. 242-248.
- TOLSTOY, Leo. Last Steps: The Late Writings of Leo Tolstoy. London: Penguin, 2009.
- WALLAS, Graham. The organization of society. In: Shaw, Bernard (ed.). Fabian Essays. London: The Garden City Press, 1948, pp. 165-212.
- WHITE, Michael V.: Searching for New Jerusalems: P.H. Wicksteed's "Jevonian" critique of Marx's Capital, The European Journal of the History of Economic Thought, 2018, DOI: 10.1080/09672567.2018.1523938
- WICKSTEED, Philip. 'Fabian essays in socialism', The Inquirer, August 16, 1890, pp. 530-31.
- WICKSTEED, Philip. The Commonsense of Political Economy. Vol. 2. London: Routledge & Kegan Paul Limited, 1933.
- WILLIAMS, Raymond. Culture and society: 1780-1950. New York: Anchor Books, 1960.
- WILLIS, Kirk. The Introduction and Critical Reception of Marxist Thought in Britain, 1850-1900. The Historical Journal, Vol. 20, No. 2, 1977, pp. 417-459.



## Constituição do ser neoliberal

*Constitution of the neoliberal being*

**DOI:** [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64888](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64888)

**Autor:** **Leslie Denise Beloque** - Professora Doutora do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: [lbeloque@pucsp.br](mailto:lbeloque@pucsp.br) Orcid 0000.0003.2286.665X

### Resumo

O estudo visa contribuir para o entendimento da racionalidade neoliberal que, sobretudo a partir de 1980-90, vem condicionando: (i) um ideário econômico que vem orientando a gestão da atividade econômica e políticas que privilegiam o mercado; (ii) práticas governamentais que se opõem a um Estado do bem-estar social, mas reivindicam intervenção do Estado sempre que maximizam a acumulação de capital; (iii) formas de relações sociais que visam, não gerir a economia a fim de minimizar as desigualdades econômico-sociais entre os indivíduos, mas, sim, adaptar a sociedade ao mercado e, por fim, (iv) a constituição de uma subjetividade neoliberal do sujeito que reproduz essa racionalidade.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Racionalidade neoliberal; Ser neoliberal; Subjetividade neoliberal; Estado neoliberal.

### Abstract

The study aims to contribute understanding the neoliberal rationality that especially from 1980-90 conditioning: (i) an economic ideas that guiding economics and political activities that privilege the market; (ii) governmental practices that oppose a welfare State but demand state intervention whenever it maximizes the capital accumulation; (iii) social relations forms that aims not to manage economy in order to minimize economic-social inequalities between individuals, but adapt society to the market and, finally, (iv) constitution a neoliberal subjectivity and the individual that reproduce this rationality.

**Keywords:** Neoliberalism. Neoliberal rationality. Neoliberal Being. Neoliberal subjectivity. Neoliberal State.

**JEL:** A13, B12, B13 e B14



## 1. Introdução

O ponto de partida dessa reflexão é que o neoliberalismo não é apenas um ideário econômico que condiciona a atividade econômica de países que hegemonomizam a economia mundial; o que não é pouco. Mas, mais que isso, o que se pretende analisar é que o neoliberalismo, entendido também enquanto uma racionalidade governamental, vem, vitoriosamente, constituindo a subjetividade, o modo de ser de grande parte dos indivíduos.

Assim, para o desenvolvimento dessa reflexão, se irá partir do reconhecimento de que uma racionalidade governamental neoliberal, isto é, um conjunto de práticas governamentais que, conforme Rubens Casara (2021), “explicam, que condicionam e que justificam” os objetivos pretendidos pelo poder constituído, vem condicionando não só a atividade econômica, mas também aspectos das relações sociais e de produção desenvolvidas nas sociedades. E quando tal racionalidade é assimilada pelo indivíduo, se torna o substrato no qual é constituída a sua subjetividade e, portanto, o “sujeito que a reproduz”, em uma relação de retroalimentação.

Esclareça-se que não se pretende aqui, realizar um estudo da instituição Estado, do Estado enquanto instituição em si, mas apenas admitir, conforme Foucault (2021, p. 28), que há uma *razão de Estado*, uma relação entre *poder* e uma *racionalidade* que fundamenta os critérios do que se faz ou não se faz, do que é aceitável ou não nas práticas do Estado com a economia e no condicionamento da subjetividade dos indivíduos. Assim, razão de Estado será aqui utilizada enquanto um conjunto de *práticas governamentais*, “ou melhor, enquanto uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado (...) dado e um Estado (...) a ser construído”.

Isto posto, este estudo visa contribuir para o entendimento da racionalidade reconhecida como neoliberal, conservadora e que, quando necessário, convive bem com o autoritarismo, que, sobretudo a partir de 1980 - 1990, vem fundamentando e/ou condicionando:

- (i) um ideário econômico que vem orientando a gestão da atividade econômica e de políticas econômico-sociais que privilegiam o mercado;
- (ii) práticas de intervenção do Estado na economia;
- (iii) formas de relações sociais e de produção constituintes da sociedade;
- (iv) e a constituição de uma subjetividade neoliberal.

Cada uma destas práticas governamentais, destes aspectos de uma racionalidade neoliberal de Estado será discutido em seguida.

## 2. Ideário econômico neoliberal

Desde a década de 30 do século passado, o neoliberalismo veio pretendendo se impor enquanto razão de Estado, ao vir se instituindo como um projeto que se proclamava alternativa às falidas práticas liberais de governabilidade de determinados países.





Contudo, do pós-guerra até cerca dos anos 70, o capitalismo viveu uma fase de grande prosperidade; fato que dificultou a hegemonização desse projeto. Mas, com o esgotamento deste modelo de acumulação conhecido como fordista/keynesiano, uma onda conservadora neoliberal, sobretudo a partir das décadas de 80/90, como visto, se tornou fundamento não só de uma nova racionalidade do poder, como também da progressiva constituição de uma subjetividade neoliberal.

Assim, a origem do ideário econômico neoliberal, enquanto um projeto de ação governamental, decorreu de duas tendências, segundo Foucault (2021), que se organizaram em diferentes épocas.

Primeiramente, em 1938, fundadores do ordoliberalismo provenientes da Escola de Friburgo e, posteriormente, reconhecidos como representantes do neoliberalismo alemão, realizaram, durante cinco dias em Paris, o Colóquio Walter Lippmann cujos principais participantes foram o próprio Lippmann, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke, Alexander von Rüstow, Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, entre outros. Este encontro definiu como principal objetivo a renovação do liberalismo econômico e, para a realização de tal empreitada, a previsão de encontros regulares a serem realizados na sequência; contudo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial no ano seguinte, atropelou tais propostas.

Posteriormente, em 1947, o próprio Hayek, enquanto um “prolongamento da iniciativa anterior”, segundo Dardot e Laval (2016, p. 72), organizou uma conferência internacional na Suíça, criando a Sociedade Mont Pèlerin da qual participaram Ludwig von Mises, Milton Friedman, Michael Polanyi (irmão de Karl Polanyi) e Karl Popper, dentre outros. Essa reunião tem sido usualmente considerada o marco do processo de revitalização do liberalismo econômico que, sob formas renovadas – e muito diferentes – deu origem ao chamado *neoliberalismo*.

Hayek, partindo da crítica às “economias planejadas” decorrentes do intervencionismo estatal praticado na Alemanha nazista, no socialismo soviético, assim como nas economias inspiradas no modelo keynesiano, concluiu que as causas principais da crise econômica do início dos anos 70 foram, de um lado, a excessiva intervenção do Estado na economia que impede os mecanismos de mercado se autorregularem automaticamente. E, de outro lado, como descreve Bresser-Pereira (1991), o poder sindical da classe trabalhadora que, ao impedir a livre negociação e pressionar no sentido da elevação dos salários, reduz os lucros das empresas, afetando seus negócios, além de provocar surtos inflacionários que, por sua vez, agravam ainda mais a crise. Segundo Hayek, contrariamente a tais práticas “foi a submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização que, sem isso, não se teria desenvolvido.

É, portanto, submetendo-nos [ao mercado] que ajudamos, dia a dia, a construir algo cuja magnitude supera a nossa compreensão”. Esse tem sido o norte das práticas neoliberais. Anos depois, em 1989, em decorrência de uma grave crise que vinha assolando a América Latina ao longo desta década, se encontraram em Washington, nos EUA, economistas, representantes de bancos (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial) e de instituições governamentais, a fim de analisarem medidas, não



necessariamente inéditas, para a promoção do crescimento econômico na região. Como ainda descreve Bresser-Pereira (1991), tais medidas foram consolidadas, pelo economista Williamson, em um texto denominado *Consenso de Washington*, composto de dez medidas que se resumem, basicamente, em três principais recomendações: abertura econômica e comercial do país; prevalência de uma economia de mercado e controle fiscal na gestão do Estado. Tais medidas passaram a ser reconhecidas como o fulcro do ideário econômico neoliberal e, tendo em vista os objetivos deste estudo, são expostas resumidamente a seguir.

- (i) Ajuste fiscal, isto é, equilíbrio entre as receitas e gastos do governo para eliminação do déficit público, assim como barateamento do aparato governamental, mesmo que em prejuízo de políticas sociais, investimentos em obras públicas, políticas macroeconômicas anticíclicas e maior oferta de emprego.
- (ii) Mudança nas prioridades das despesas públicas no sentido da eliminação dos subsídios sociais e, em alguma medida, empresariais. Para tanto, é recomendada a concentração dos gastos em saúde e educação que, ressalte-se, segundo os neoliberais, devem ser, preferencialmente, transferidas para o setor privado.
- (iii) Reforma tributária a fim de alcançar o ajuste fiscal pretendido e a desoneração das empresas – sob a alegação de que a redução da taxa de incentiva os investimentos –, gravando, por consequência, a tributação sobre os consumidores finais.
- (iv) Controle rígido, pelo Estado, da política monetária, sobretudo da inflação. A taxa de juros, por sua vez, deve ser determinada livremente no mercado, a fim de garantir a confiabilidade da moeda e a sua “credibilidade” nos mercados, especialmente nos internacionais.
- (v) Determinação da taxa de câmbio no livre jogo do mercado, a fim de garantir a competitividade das transações no mercado internacional.
- (vi) Inserção do país no comércio internacional por meio da abertura comercial. Ademais, diminuição do protecionismo e das tarifas alfandegárias, assim como maior abertura para os capitais estrangeiros.
- (vii) Desregulamentação das barreiras alfandegárias a fim de viabilizar a livre mobilidade de capitais, de bens e serviços e da força de trabalho como alternativa à acentuada diminuição das oportunidades de geração de lucros na esfera produtiva local.
- (viii) Privatização das empresas estatais, bancos públicos e concessão de serviços públicos a empresas privadas, mesmo que retirando do Estado a possibilidade de empreender e/ou financiar a industrialização do país.
- (ix) Desregulamentação das atividades econômicas, dentre as quais a contenção, pelo Estado, do poder dos sindicatos e a flexibilização da relação empregatícia e salarial; fato que resultou, em grande parte dos países, na revisão de direitos trabalhistas duramente conquistados.
- (x) E, por fim, garantia do direito de propriedade, do cumprimento dos contratos realizados e da propriedade intelectual, majoritariamente existente na forma de patentes.

Este ideário foi adotado no Chile durante a ditadura de Pinochet a partir de 1973; na Grã-Bretanha, pelo governo Thatcher a partir de 1979, assim como nos Estados Unidos de 1980 em diante, pelo governo Reagan e, desde então, veio se generalizando pelos países de economia capitalista.



Apesar deste ideário neoliberal ter se tornado hegemônico na reorganização das economias de vários países e de se anunciar como o caminho para o crescimento e robustez da atividade econômica, o que se tem visto, em geral, é o desmonte gradual do Estado do bem-estar social, a diminuição expressiva de governos sociais-democratas e o corte severo de despesas públicas, assim como o ataque aos sindicatos e a flexibilização do amparo legal aos assalariados; ações estas que, como bem destaca Harvey (2005), foram transformadas pelos neoconservadores de “necessidade ocasional em virtude governamental”. Resulta que em alguns destes países, e especialmente no Brasil, o que se verifica é (i) o baixo crescimento econômico e não raro a recessão; (ii) elevado desemprego; (iii) o aumento da dívida pública; (iv) a crescente financeirização da atividade econômica e (v) o dramático aumento da pobreza e, por consequência, da desigualdade social.

Assim, cabe indagar: o que vem condicionando a bem-sucedida hegemonização deste projeto econômico neoliberal?

### 3. Práticas de intervenção do Estado na economia

A análise da atual ação governamental na economia não é tarefa fácil. Assim, mesmo que breve, a recomposição da trajetória de práticas de governabilidade de processos econômicos e respectivas contextualizações, sobretudo a partir da Idade Moderna, poderá contribuir para o avanço de tal reflexão. \*

Grosso modo, a partir do século XV, efeitos do progresso científico aproveitados na melhoria das práticas de navegação contribuíram, entre outros fatores, para a descoberta de rotas marítimas para a África, Oriente e América, cujos principais resultados, garantidos por um forte intervencionismo de soberanos na economia, foram, de um lado, o surgimento de impérios coloniais e, de outro, a intensificação da expansão do comércio e respectiva constituição de monopólios comerciais que, centralizando as transações com estes mercados nas mãos de poucos, possibilitava tanto a fixação de preços extremamente altos na venda, quanto a pressão para o rebaixamento destes preços nas compras.

Desnecessário dizer que tanto a espoliação destes mercados quanto a exploração dos consumidores com a cobrança de preços extorsivos constituíram importante substrato para o aumento da riqueza de comerciantes. Daí, a sabida condenação, pela igreja católica, da prática do “comércio lesivo”, da venda de bens por preços “não dignos do valor real”, dos altos lucros obtidos nas transações comerciais, do pecado da usura considerada “antinatural”, entre outros motivos de condenação à danação eterna.

Resulta que do século XVI até meados do século XVII, o mercado, ainda baixo severo intervencionismo do Estado, se torna um “*lugar de justiça*”, como bem observa Foucault, de comércio justo. O pensamento escolástico da época, também influente nas questões econômicas, estabelecendo que “a cobiça e a avareza” eram “pecados mortais”, passa a recomendar o fim “da fraude cometida na compra e venda”, ou seja, que os preços



garantissem um “lucro moderado aos comerciantes”, mas sem lesar “a massa do povo que vive em um estado de miséria”.

Esta foi a racionalidade do mercado até o século XVIII, quando o advento do liberalismo clássico, que surge em um contexto de oposição aos Estados absolutistas constituídos a partir do século XVI, traz consigo a crença de que os indivíduos quando deixados livres para agir – mesmo obedecendo à sua natureza egoísta e buscando a defesa de seus próprios interesses –, promoveriam não só a maximização de suas vontades pessoais, assim como o bem comum, o bem-estar de toda a sociedade. A razão é que a livre concorrência entre os vendedores e o confronto deles com os compradores no mercado iria possibilitar que estes atores econômicos, “comparando o interesse que têm em fazer trocas”, estabelecessem o justo preço. Segundo Adam Smith (1990), “o sistema simples e fácil da liberdade natural conduz ao desenvolvimento do bem geral”, com a vantagem de ainda manter a prática do comércio justo, além do fato de que, neste livre jogo, o mercado seria capaz de se autorregular.

Observe-se que, à época, os liberais foram bem-sucedidos em instituir no interior de uma sociedade política já estabelecida, o espaço econômico para um *livre mercado*, pois defendiam que intervenções do Estado, ineficientes por natureza, iriam “desnaturar os mecanismos espontâneos do mercado”, impedindo o sentido natural de seu reequilíbrio. Tal crença decorria do encontro de duas suposições de pensadores liberais sintetizadas por Smith. De um lado, a suposição de que é impossível, seja a um soberano seja ao Estado, o conhecimento da totalidade dos atores econômicos existentes, de suas intenções e ações e, portanto, a impossibilidade de controle de suas atividades e dos efeitos decorrentes; para os liberais “nenhuma sabedoria ou conhecimento humano poderia ser suficiente [para] dirigir a atividade das pessoas privadas e direcioná-las aos empregos mais favoráveis para a sociedade” (1990, p. 687). E, de outro lado, a própria afirmação de Smith de que, por isso mesmo, a “mão invisível”, orientando a livre ação dos sujeitos econômicos em busca de seus interesses – “únicos átomos de racionalidade” no mercado – constitui a única alternativa capaz de promover o desenvolvimento da atividade econômica satisfatoriamente, resultando, inclusive, no bem-estar geral da sociedade, como visto; ou seja, resulta daí a defesa do conhecido *laissez faire*. À esse respeito, é ilustrativo o suposto diálogo entre Colbert, o Ministro de Estado e da Economia do soberano francês Luiz XIV – que, diga-se de passagem, defendia forte intervenção do Estado na economia – e um comerciante, no qual Colbert pergunta a ele: “o que posso fazer por vós?”. E o comerciante responde: “o que podeis fazer por nós? Deixai-nos fazer...”. Daí, a famosa norma do liberalismo: “*laissez faire, laissez aller, laissez passer: le monde va de lui-même*” (deixai fazer, deixai ir, deixai passar: o mundo vai por si mesmo).

Desta forma, duas importantes características constituíram a prática liberal de governança de processos econômicos: o livre mercado e a limitação da ação do Estado, que só deveria intervir estritamente para a garantia das condições de concorrência entre os atores econômicos, o cumprimento de suas livres negociações contratuais e para a preservação da propriedade privada.



Isto posto, destaque-se que, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX, o hegemônico capital industrial, associando-se ao capital bancário, intensifica um processo de centralização, isto é, aumento do tamanho de capitais pela compra ou parcerias realizadas entre dois ou mais capitais pré-existentes, dos quais muitos chegaram a deter tamanho maior que o PIB de vários países. Os principais objetivos deste processo de agigantamento são a busca da capacidade de condicionar a dinâmica da economia, de submissão dos capitais menores a essa dinâmica, da constituição de monopólios e oligopólios a fim de obter, dentre outras vantagens, poder de mercado, além da imposição das chamadas barreiras à entrada de novos concorrentes nos setores em que tais capitais dominam.

Desnecessário dizer que as características que capitais adquirem nesse processo de centralização lhes permitem reduzir quase completamente a concorrência entre eles no mercado, sobretudo entre os grandes capitais – a não ser com capitais menores, quando necessário –, pois, a capacidade que adquirem de suportar a competição, redundaria em efeitos mortais para ambos os competidores; nestas condições, é mais interessante a eles a cartelização do mercado.

Assim, uma das hipóteses assumidas neste estudo é que, sobretudo no século passado, atores econômicos detentores de volumosos capitais e, por isso, de poder econômico, alcançaram expressiva independência de recursos extra econômicos para garantia de sua existência; ou seja, não necessitam que o Estado lhes garanta a sobrevivência como no liberalismo clássico, em que a intervenção do Estado para preservação da concorrência e da manutenção do *laissez faire* era vital para a sobrevivência deles – já que entendiam que a concorrência não é natural, mas organizada pelo Estado. Marx, se referindo a esse processo, observa que ainda no período manufatureiro, mas, sobretudo, no capitalismo industrial, “o modo capitalista de produção estava suficientemente forte para dispensar, por impraticáveis e supérfluas, as leis reguladoras” do Estado intervencionista (1983, p. 857). Desta forma, os atores econômicos – que passaram a deter tamanho, poder econômico e político, em suma, hegemonia e poder de pressão – não estão interessados em exigir um Estado interventor que lhes garanta a existência, mas estão interessados em exigir do Estado, e da própria sociedade, garantias de condições que potenciem o *funcionamento* da atividade econômica que maximizam as suas condições de acumulação de capital.

Estas características da economia capitalista perduram até os dias de hoje, mesmo quando, ao final do século XX, nos anos 1980 - 1990, ocorre a hegemonia do ideário econômico neoliberal que, inclusive, passou a maximizar, ainda mais, tais características. Isto posto, destaque-se que, ao contrário do que usualmente se pensa, o ideário neoliberal não proclama o Estado Mínimo, nem é contra intervenções do Estado na atividade econômica, mas, negando a eficácia da “espontaneidade do mercado” no sentido de sua autorregulação, busca a hegemonização de um ideário que objetive, sim, a intervenção do Estado na economia, mas, como dito antes, para a potencialização do funcionamento do mercado e, sobretudo, para a maximização das condições da acumulação de capital.



Desta forma, a intervenção do Estado na economia que o neoliberalismo recusa é especialmente as direcionadas às políticas públicas destinadas à educação, à saúde, à ciência, à cultura, à preservação do meio ambiente etc. e, sobretudo, à redução dos danos provocados pela crescente desigualdade social. Mas, paradoxalmente – ou cinicamente – se beneficia de intervenções do Estado no sentido do robustecimento da acumulação do capital, quando o próprio Estado promove, ou se omite nas práticas verificadas em apenas alguns exemplos citados a seguir.

(i) Constituição de oligopólios, monopólios, cartéis etc. sob o abrigo do Estado para a produção e/ou comercialização de bens e serviços necessários ao suprimento das necessidades da população. Tais práticas permitem o chamado poder de mercado que, como visto, permite a manipulação artificial da produção para, frequentemente, redução da oferta destes bens e serviços nos mercados internos e externos a fim de elevar os seus preços e, por consequência, também os lucros, sugando a economia às custas das condições de vida dos indivíduos. O período da pandemia foi excelente laboratório para a verificação de tais práticas. Este período, sem dúvida, desestruturou algumas cadeias produtivas, mas constituiu, inegavelmente, boa justificativa para a multiplicação dos preços dos respiradores, das vacinas, oxigênio em cilindros, remédios e insumos farmacêuticos, equipamentos individuais de segurança etc., que contribuíram para a morte de centenas de milhares de indivíduos só no Brasil. A justificativa foi sempre o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, mas o longo tempo para a resposta a tais urgências é mais bem explicado por esse poder de mercado das empresas que monopolizam a produção e lucram com a oferta insuficiente de tais bens.

(ii) Outro processo deletério corroborado pelo Estado tem sido a financeirização das *commodities* – alimentos, petróleo e seus derivados e produtos minerais – que transformadas em objetos de especulação no mercado internacional têm agravado o suprimento dos mercados interno e externo, elevando seus preços e criando outra via de elevação dos lucros. Estima-se que poucas grandes empresas monopolizam, internacionalmente, a produção e/ou a comercialização das *commodities* que suprem grande parte da economia mundial e que são vitais para seu funcionamento. E, em razão da grande capacidade de armazenagem destas corporações, manipulam a oferta de tais bens, provocando frequentemente uma escassez artificial, de forma a obter o máximo de elevação de seus preços e, igualmente, dos lucros esperados. A estas empresas interessa pouco a importância, e a necessidade, que a população mundial tem das *commodities*, e nem a estabilidade no fornecimento de tais bens aos países, mas interessa apenas as variações de seus preços provocadas pela especulação realizada sob quaisquer motivos, reais ou não. Observe-se que o especulador ganha na alta, assim como na baixa das cotações dos preços; apenas o que não interessa é a estabilidade do suprimento e dos preços, quando o mercado “anda de lado”: são as variações de preços que permitem os lucros especulativos. E, tais práticas de financeirização das *commodities*, de transformação de bens essenciais como alimentos, energia e minérios em instrumentos de especulação no mercado internacional, não são realizadas ao arrepio de regulamentações de governos nacionais, mas ocorrem com o consentimento deles. O processo inflacionário que, atualmente, degrada a economia do Brasil e agrava a sobrevivência de grande parte da população, é um dos resultados desta prática de financeirização da *commodity* petróleo; pois, em lugar de se estabelecer a política de



equivalência dos preços do petróleo nacional aos preços internacionais – que privilegia o rendimento dos acionistas em detrimento da população – nada impediria que se estabelecesse uma fórmula alternativa a essa atual política de preços que, ao mesmo tempo, impedisse prejuízos à Petrobras. Contudo, a política vigente foi estabelecida sob a tutela, e participação de governos recentes.

(iii) Uso do poder econômico – que a condição de proprietários de grandes capitais lhes garante – para o exercício de *lobby* junto às autoridades governamentais, influenciando e “privatizando” a esfera pública em favor de seus interesses particulares, a fim de manipular políticas e projetos do governo; de facilitar a criação de reservas de mercado ou garantir a omissão de órgãos fiscalizadores do governo na criação de oligopólios, cartéis etc.; de impor práticas que cerceiem a atuação do Estado, sobretudo no que se refere às políticas sociais, por meio de medidas como a do Teto de Gastos, Responsabilidade Fiscal etc.; do uso predatório de recursos naturais; do desmantelamento de instituições governamentais que zelam pelos direitos civis, humanos e ambientais; da corrupção nas compras e elaboração de contratos públicos lesivos aos interesses da sociedade; de escandalosas isenções ou desonerações fiscais às empresas, dentre outros, que só visam o aumento dos rendimentos dos capitais privados.

(iv) Estímulos, ou pressões, que empresas exercem sobre o Estado para a flexibilização de relações econômicas a fim de minimizar a intervenção e/ou a regulamentação estatal, não só na área externa do país, para entrada e saída livremente de capitais, mão de obra e de bens, como também a flexibilização de leis que amparam relações trabalhistas, aposentadoria etc. conquistadas a duras penas ao longo de muito tempo. A justificativa é sempre que o barateamento da folha salarial aumentaria a oferta de emprego que, até agora, não se viu crescer. A criação de um “capital sem Estado”, a precarização das condições de trabalho e a sua “uberização” exemplificam os efeitos destas práticas.

(v) Igualmente, a financeirização da economia que não só transforma o Estado em uma segura fonte pagadora de juros aos títulos privados que alimentam forte especulação financeira, como também permite que o funcionamento da economia seja submetido aos parâmetros de rendimentos do sistema financeiro. Anualmente, o governo central ao fechar suas contas, consolidando as suas receitas – provindas basicamente de arrecadação de impostos – comparadas aos seus gastos, pode encerrar o ano com saldo negativo e, nestas condições, deve financiar tal déficit, geralmente, emprestando recursos financeiros em bancos, emitindo moeda ou vendendo títulos ao setor privado – ressalte-se que, no Brasil, desde 2013, as contas anuais do governo central se encerram com déficit. Como estes títulos emitidos pelo governo concorrem com outras formas de aplicação financeira existentes no mercado, é a taxa de juros que tais títulos pagam aos aplicadores que os atraem para a compra destes papeis do governo. E, tendo em vista, que os continuados déficits anuais impedem o resgate, assim como o pagamento dos juros dos títulos vendidos, o governo vende novos títulos a fim de “rolar” a dívida passada; ou seja, faz nova dívida para pagar dívida passada, gerando uma perfeita bola de neve. Resulta que o próprio governo se tornou um sistema, como observa Dowbor (2017, p. 232), “de transferência de recursos públicos [em grande parte, provindos de tributos] para os bancos e outros aplicadores financeiros”, alimentando um enorme



sistema de especulação financeira. Tais práticas têm elevado astronomicamente os lucros especulativos no sistema financeiro às custas do dinheiro público, da implementação de atividades do governo na esfera real da economia e da melhoria dos serviços prestados à população. Outro aspecto perverso da financeirização da economia é que o capital financeiro passou a ser o parâmetro de organização e funcionamento da economia real, transformando a rentabilidade do mercado financeiro em referência para avaliação do desempenho e lucratividade de setores produtivos da economia. Dessa forma, os parâmetros para administração e avaliação da economia em sua fase financeirizada são: (i) consideração do valor acionário das empresas e remuneração dos acionistas para nortear as decisões das empresas e, sobretudo, dos investimentos; (ii) independência dos Bancos Centrais no controle das políticas monetária e cambial (iii) e submissão do desempenho econômico dos países ao escrutínio das agências de avaliação de riscos.

Assim, desde a predominância do neoliberalismo, vem se dando “grande ênfase à descoberta de maneiras alternativas de obter lucros que não se restrinjam somente à produção de bens e serviços”, conforme destaca Harvey (2005), intensificando a chamada ciranda financeira. Como se vê, as práticas exemplificadas acima – e tomou-se apenas algumas delas – não são impostas ao Estado, mas são decorrentes de uma parceria entre o capital e o Estado inspirada em uma racionalidade governamental neoliberal, que têm levado as instituições governamentais a se comportarem como um Estado-empresa.

#### 4. Sociedade e a racionalidade neoliberal

Novamente, a fim de subsidiar a reflexão aqui em desenvolvimento, apresenta-se em seguida, mesmo que apenas em seus principais traços, uma análise retrospectiva da evolução das práticas de governabilidade do soberano – ou do Estado após a constituição das monarquias absolutistas – em relação aos indivíduos, assim como de aspectos da evolução das relações sociais e de produção praticadas entre estes últimos. \*

Até o século XVII, em sociedades onde imperava o poder de um soberano, um de seus “privilégios característicos era o direito de vida e de morte” sobre o indivíduo, como destaca Foucault. Indubitavelmente, um poder assimétrico: o *poder soberano* “sobre a vida do indivíduo, pela morte que tem condições de exigir”. Como ainda observa o autor, essa prática é típica de sociedades em que o poder “se exercia essencialmente como *instância de confisco*”: de um lado, de riquezas, tais como terras, bens, de trabalho etc. e, de outro lado, o direito de apropriação “(...) do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida” dos indivíduos. (1988, p. 127-128).

A Inglaterra, sobretudo a partir do século XV, ilustra bem essa prática por constituir a primeira nação a tornar capitalistas as suas forças produtivas. Marx, ao descrever esse processo, observa que “os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das relações de vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta [sobretudo por meio dos cercamentos], esse contingente de despossuídos sem direitos, não podiam





ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis”. Desta forma, continua o autor, “bruscamente arrancados de suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vadios (...) por força das circunstâncias”. E, conclui Marx, “daí, ter surgido na Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do século XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem” (1983, p. 851).

Triste ironia. Além de serem bruscamente privados do acesso às terras que lhes garantiam a sobrevivência diária, ainda foram considerados, pelos soberanos ingleses, “vadios” e tratados como criminosos. Por qual crime? Pelo delito da pobreza. Aliás, ressalte-se *en passant* que o Brasil, após o fim da escravidão, fez algo muito parecido. A partir de 1530, conforme ainda destaca Marx, leis decretadas pela coroa inglesa permitiam que todo indivíduo apto ao trabalho que fosse flagrado esmolando ou perambulando por espaços públicos fosse açoitado “até que o sangue lhes corra pelo corpo”; se reincidente, flagelado e submetido ao corte de metade da orelha para tornar visível a sua condição e, finalmente enforcado se esmolasse novamente. Leis que permitiam que fosse condenado a escravo da pessoa que o denunciou; se tentasse a fuga seria marcado a ferro; se reincidente na tentativa de fuga, enforcado; se atentasse contra o senhor seria enforcado. Podia ser condenado a escravo vitalício não só de uma pessoa, mas da comunidade onde estivesse; podia ser remetido para trabalhos forçados; à prisão. Seus filhos podiam ser pegos e escravizados por qualquer um que autodeclarasse disposição de cuidá-los, entre outras disposições. (1983, p. 851-854).

Como se vê, e bem observa Foucault, o poder soberano detinha “o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver”. (1988, p. 128. Grifos do autor). Contudo, ao “progredir a produção capitalista” a partir do século XVI, sobretudo com a multiplicação da manufatura – primeira forma de organização da produção fabril e ainda baseada em operações manuais – a necessidade de trabalhador disciplinado para o trabalho assalariado se torna crescente e, por isso mesmo, urgente a quebra da resistência de ex-servos para aceitação da condição de empregados assalariados. A economia capitalista, como observa Foucault, só pôde ter seu desenvolvimento “garantido à custa da inserção controlada de corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento” destes corpos aos processos produtivos. (1988, p. 132).

Assim, foi neste contexto que foram multiplicadas instituições de trabalho forçado chamadas Casas para Pobres, Casas de Indústria, Casas de Trabalho, de hospitais, albergues, instituições religiosas, entre outras, cujo objetivo era o acolhimento desta população desocupada e miserável a fim de lhe ensinarem a arte de um ofício. Nestas instituições, o trabalho, assim como os exercícios religiosos aos quais sempre estava associado, valia “por suas capacidades moralizadoras tanto quanto por sua utilidade econômica”, como bem observa Robert Castel. O trabalho era visto como um meio de se purgar a natureza caída do ser humano, “como antídoto contra a ociosidade, o corretivo para os vícios do povo”, inscrevendo-se, portanto, “‘naturalmente’ em esquemas disciplinares” (2003, p. 227-228). E, o fim último a ser obtido nestas instituições era a transformação do ex-servo em uma poderosa máquina de produção, implicando, por isso, também a sua adaptação à disciplina do trabalho assalariado.



Desta forma, destaca Foucault, “a velha potência da morte na qual se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (1988, p. 131); ou seja, a partir do século XVII, o poder soberano é então substituído pelo *poder disciplinar* que, recaindo sobre o indivíduo se concentra, de um lado, na domesticação de seu corpo: “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade”, transformando o corpo em uma máquina de produção e, de outro lado, na gestão de sua mente por meio da obtenção de sua “docilidade, da sua integração aos sistemas de controle e econômicos”, a fim de majorar, multiplicar a sua força produtiva. Resulta que, a domesticação do corpo e da mente do trabalhador, a transformação de seu corpo vivo em “corpos dóceis”, a majoração de sua capacidade produtiva e a gestão calculista de suas forças vitais foram importantes processos para quebrar a sua resistência, ajustar a sua mente ao processo capitalista de produção e ao desenvolvimento posterior deste sistema produtivo.

Tais práticas prevaleceram no decurso do desenvolvimento do modo capitalista de produção, até que, em meados do século XVIII, o liberalismo, mesmo ainda incipiente, trouxesse em seu bojo o que foi chamada de *visão moderna do trabalho* que, segundo Hannah Arendt, inicia “quando Locke descobriu que o ‘labor’ [trabalho] é a fonte de toda propriedade [privada e]; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que esse mesmo ‘labor’ [trabalho] era a fonte de toda riqueza” (2001, p. 113). Nestas condições, o trabalho foi deixando de estar enquadrado em sistemas externos de coerções como instrumento disciplinar para se tornar uma “máquina de produção” e de lucros.

Foucault, ao analisar esse período, avança uma interessante hipótese ao afirmar que, a partir do século XVIII, se estabelece um *limite interno* às práticas governamentais, ou seja, até essa época, o poder divino e o Direito com suas normas legais legitimavam o poder, mas exteriormente a ele. A partir dessa época, o limite é estabelecido no próprio domínio da prática governamental que define o que se deve ou não se deve fazer, e esse limite interno às práticas governamentais é a *Economia Política* que segue a tradição de um dos expoentes do liberalismo econômico, Adam Smith. Desta forma, a Economia Política – em sua vertente que consagra as práticas liberais de governança da atividade econômica – foi bem sucedida em estabelecer um limite interno à ação governamental ao lograr a instituição de um *livre mercado* no interior da sociedade política existente que passou a organizar grande parte das dimensões da atividade humana; a limitação da ação do Estado sobre os processos econômicos; a obtenção de liberdade de ação dos vendedores e compradores para confrontarem seus interesses no mercado, para fixarem o justo preço, a maximização de suas vontades pessoais, assim como para a obtenção do bem-estar de toda a sociedade, entre outras ações. Observe-se de passagem que, para essa vertente da Economia Política, a lógica da economia de mercado, a “ordem do mercado” é uma verdade em si, que dispensa justificação; ou seja, admite-se que é uma lógica natural e necessária, sem a qual não se concebe o bom funcionamento de processos econômicos e sociais.

Esclareça-se que o limite interno da ação do Estado, ao contrário da legitimidade divina e das normas legais exteriores a ele, é dado pelos próprios efeitos das práticas governamentais na economia, que indicam o que se deve ou não se deve fazer; que



indicam as ações do Estado que potencializam ou não a acumulação de capital. É neste sentido que a Economia Política constitui um fator interno de limitação às ações de governança porque as limita por meio dos próprios resultados da atividade econômica. E, a Economia Política avançou ainda mais. Foi, igualmente, bem-sucedida na eliminação dos resquícios dos rígidos regulamentos das corporações de ofício; das regulamentações do Estado sobre o exercício da profissão e da atividade econômica e bem-sucedida na eliminação dos esquemas disciplinares das instituições de trabalho forçado. Com isso, um dos resultados desta ação foi a instituição também do *trabalho livre* e, por consequência, da livre negociação entre trabalhadores e os seus contratantes; fato que, diga-se de passagem, muito beneficiou estes últimos.

E, como bem observa Castel, o trabalho livre libertou, igualmente, “a *iniciativa privada*, o gosto pelo risco e pelo esforço, o sentido da competição” (2003, p. 234). Com isso, inaugura-se aqui um processo de “transição entre dois mundos”: do antigo sistema de relações de vassalagem, de reciprocidade de direitos e deveres passa-se a relações sociais entre homens livres mediadas por contratos. Verifica-se aí o advento de uma inédita dimensão que também passou a condicionar as demais dimensões da vida e do próprio ser humano e que o empurrou no sentido de um novo modelo ideal: o *homo economicus liberal*, o “homem da troca”, segundo Foucault; ou seja, nasce aí o indivíduo que adquire o gosto pela acumulação de riqueza, que passa a difundir a ideia de que o esforço próprio é o caminho do sucesso, assim como a assimilação de um comportamento competitivo e afeito ao risco da produção e das trocas realizadas no mercado enquanto caminho natural para o acesso à riqueza. Além disso, com a “contratualização” das relações sociais, na contramão de anteriores relações sociais comunitárias, a sociedade passa a ser percebida apenas enquanto um conjunto de relações contratuais entre indivíduos livres, entre homens de troca, que traz em seu bojo um nascente, e bem sucedido, individualismo. Jeremy Bentham, utilitarista inglês e contemporâneo deste processo, o descreve bem ao afirmar que a sociedade nada mais é que “um *corpo* fictício, composto de pessoas individuais que se consideram como constituindo os seus *membros*”. E o autor indaga: “qual é, neste caso, o interesse da comunidade?” E ele próprio responde: “a soma dos interesses dos diversos membros que integram a referida comunidade”. (1982, p. 10, grifos do autor). Como se vê, de um lado, os indivíduos não são, apenas “se consideram” membros da sociedade que é instituída enquanto somente uma “coleção de individualidades”, apenas enquanto um ajuntamento de sujeitos de interesses que não chegam a constituir um grupo social orgânico vivendo em colaboração e, de outro lado, só pode emergir, por consequência, uma sociedade que tem por fundamento uma “cooperação social mediada pela mercadoria” – mediada pelo mercado – produzida por indivíduos independentes e isolados entre si, conforme definição de Rosa Luxemburgo.

Além disso, observe-se, como bem destaca Foucault, que a Economia Política, enquanto limite interno de práticas governamentais, engendra resultados ambíguos, pois, primeiramente, ao contrário das normas legais, não se desenvolve fora da racionalidade governamental, nem contra ela, mas se desenvolve no interior mesmo dos objetivos da razão de Estado. Em segundo lugar, não se apresenta como objeção à essa racionalidade, nem à autonomia política do Estado; como dito anteriormente, a economia convive bem com regimes autoritários quando conveniente. E, por último, a Economia Política não



questiona se as práticas governamentais são legítimas ou não, se justas, boas ou ruins, mas apenas considera os efeitos, os resultados das ações de governança nos processos econômicos. Neste sentido, o *êxito* ou o *fracasso* é que se tornam critérios da boa ou da má ação governamental, e sem que se pergunte sobre a sua legitimidade, nem sobre a sua natureza boa ou ruim, como visto. (2021, p. 38-41). E o êxito ou o fracasso enquanto critérios da ação governamental exigem, de um lado, a não intervenção do Estado sempre que ela impeça que o livre mercado e o mecanismo de preços promovam a autorregulação da atividade dos sujeitos econômicos e, de outro lado, exigem a intervenção do Estado sempre que necessária para a potencialização do funcionamento da atividade econômica, da acumulação de capital.

Resulta que, com o desenvolvimento desta racionalidade governamental liberal e, sobretudo, com a sua reformatação, a partir do século XX, em uma *racionalidade neoliberal*, o indivíduo, como destaca Foucault (2021, p. 70), passou a se mover na tensão entre duas diferentes práticas: de um lado, pode se perceber enquanto cidadão dotado de direitos e que reivindica liberdade enquanto valor universal, inalienável e imprescritível e, de outro lado, pode se perceber enquanto sujeito econômico que exige liberdade, mas apenas perante seus governantes para exercer suas atividades econômicas e vontades sem restrições; ou seja, nesta ambiguidade o indivíduo caminha, ou se percebendo enquanto cidadão dotado de direitos, ou enquanto *homo economicus* dotado de interesses e vontades e orientado por uma concepção pragmática e instrumental de liberdade. Trata-se do indivíduo concebido como “instrumento”, como destacam Dardot e Laval (2016, p. 323), porque tanto a cooptação do Estado pelo ideário econômico neoliberal sobretudo a partir de 1980/90, quanto a sua coexistência com capitais agigantados que aumentaram o seu tamanho e o seu poder de pressão, vêm impondo novas práticas e apequenando outras funções do Estado, e este processo de constituição de uma sociedade neoliberal “necessita de uma *nova norma subjetiva*”, e o indivíduo é um dos instrumentos de sua produção e de sua reprodução.

Ressalte-se que na constituição da sociedade neoliberal, um dos supostos desta racionalidade é que não é função do Estado intervir na dinâmica da economia a fim de torná-la mais igualitária, de obter uma economia do bem-estar ou para constituir um Estado do bem-estar social que reduza as crônicas desigualdades econômico-sociais, mas, ao contrário, é função do Estado intervir na sociedade a fim de estimulá-la a se adaptar, a participar e a garantir o funcionamento do mercado.

Desta forma, tal suposto tem estimulado, no Brasil e em vários outros países, práticas governamentais em relação à sociedade que têm como inspiração o modelo empresarial e, nestas condições, os resultados têm sido a privatização da educação e da saúde; a reforma da previdência que tem como fim último baseá-la na capacidade do indivíduo de capitalização de sua aposentadoria durante sua vida ativa – que grande parte dos trabalhadores não conseguem fazer; a corrosão progressiva de direitos trabalhistas; a consequente instituição de formas precárias, intermitentes e temporárias de trabalho; o incentivo ao chamado empreendedorismo como forma de edulcorar a desobrigação de vínculos empregatícios; o aumento do desemprego; a inanição de entidades sindicais e associações de classe, entre outras ações. E, cotidianamente, constata-se a elevação



desumana da pobreza e da desigualdade que vêm engendrando “subcidadãos” em grande parte do planeta.

A premissa de tais ações é que a correção das desigualdades não pode ser por meio das “onerosas” políticas sociais que busquem realizar a perequação do acesso ao consumo de bens e serviços entre todos os indivíduos, mas tais desigualdades só devem ser corrigidas com os ganhos auferidos pelos próprios indivíduos por meio de suas ações no mercado e do mecanismo de preços que se realizam no livre jogo entre vendedores e compradores. E a justificativa de tal premissa é que o alto custo de ações sociais não só provoca elevado endividamento do Estado, como também impede que rendas de empresas e de famílias se convertam em poupança e investimentos que podem promover o crescimento econômico: único caminho para a mitigação da desigualdade social para os neoliberais. Como se vê, o próprio Estado deve se organizar conforme a lógica do mercado, ver a si mesmo enquanto uma empresa, enquanto um *Estado-empresa*. Dardot e Laval observam que o “Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado” (2016, p. 378). Os resultados são tanto ações quanto um discurso do Estado que estimulam os indivíduos se conduzirem enquanto empreendedores, agirem enquanto unidades de produção, enquanto *empresas-de-si-mesmo* a fim de garantirem a própria subsistência: essa é a estirpe do *homo economicus neoliberal*. Além disso, como ninguém é obrigado a participar de um “livre mercado” baseado na “livre iniciativa” dos indivíduos, essa “liberdade” detém, ainda, não só grande poder de sedução, como também capacidade de conferir credibilidade a este discurso neoliberal, pois, afinal, são os indivíduos que “escolhem” não ter patrão, ser “empreendedores”.

Resulta, como ainda destacam Dardot e Laval, que o “medo social” diante do desemprego, da miséria, da diminuição das proteções legais e da solidariedade coletiva, assim como do elevado grau de dependência das empresas para contratação de força de trabalho e/ou serviços, tem levado assalariados e também trabalhadores autônomos a aceitarem, por falta de alternativa, por humilhação ou mesmo por convencimento, a naturalização do discurso neoliberal do empreendedorismo, do chefe-de-si-mesmo e do risco como responsabilidade própria. Já não bastam corpos dóceis assalariados ou autônomos, trata-se, agora, de “governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige” dele; cujo sujeito econômico, subjetivado segundo o modelo de empresa mesmo quando assalariado – ou “colaborador”, como se diz atualmente – deve “participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo à sua atividade profissional” (2016, p. 327-329); ou seja, que tenham o que os gerentes e recursos humanos de empresas chamam de “alinhamento” aos objetivos da empresa: o sujeito do envolvimento total de si mesmo. Desta forma, Dardot e Laval chamam atenção para uma importante característica da racionalidade neoliberal: a escolha da “empresa” como modelo de práticas do Estado, de relações que constituem a sociedade, assim como da subjetivação do próprio indivíduo; ou seja, a empresa, escolhida como modelo único, permite a unificação tanto de práticas quanto de um discurso, pois vão sendo construídos coletivamente, se originando no Estado, passando pela sociedade e chegando até ao indivíduo-empresa e, dele, voltando ao Estado.



E por fim, como a racionalidade neoliberal não indaga sobre a liberdade, a legitimidade, a natureza das práticas governamentais, resulta que os efeitos desta racionalidade tem sido, além do desmantelamento do Estado que tem provocado a redução de suas funções sociais, o quase desaparecimento de sua ação junto aos indivíduos para o desenvolvimento da consciência de cidadania política e social; o reconhecimento da necessidade do respeito à legalidade e às instituições de um Estado democrático de direito; a intransigente defesa da democracia; o necessário reconhecimento e respeito aos direitos humanos, civis e políticos dos indivíduos; as necessárias práticas de solidariedade e de responsabilidade sociais; a consciência da inescapável necessidade de manutenção de instituições do Estado para a proteção do meio ambiente, das populações originárias, das minorias, do patrimônio histórico, dentre outras civilidades. O que vemos e constatamos cotidianamente é que o neoliberalismo convive bem com práticas autoritárias que obnubilam incansavelmente a consciência dos indivíduos do necessário Estado democrático de direito. Cumpre indagar: que sociedade vem sendo constituída?

## 5. O ser neoliberal

O liberalismo econômico do século XVIII, eivado pelo Utilitarismo inglês, sobretudo o de Bentham, como visto, idealizou o indivíduo, ator econômico, enquanto projeção do *homo economicus* e, desta forma, este se tornou um modelo para o comportamento do homem real. Mas, fez isso por meio de uma idealização atemporal e, por isso, a-histórica que, ao se corporificar no indivíduo, absorve a sua humanidade, reificando-o. Assim, Bentham, ao edificar os alicerces deste homem econômico liberal, parte do suposto de que a “natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*” e, estes dois senhores nos governam em “tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo que pensamos”. Destas constatações, o autor derivou o que chamou “*princípio da utilidade*” ou “*princípio da maior felicidade*”, que “reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento [do] sistema” econômico e da ação do indivíduo (1982, p. 9, grifos do autor); ou seja, para os liberais o fundamento da atividade econômica deve ser a liberdade de ação do homem econômico, “único átomo de racionalidade”, como visto, pois, é o que sabe o que lhe dá prazer, felicidade e quais são os seus interesses pessoais e, ao buscar maximizá-los no livre jogo do mercado, não só desenvolve a atividade econômica, como também maximiza o bem-estar de toda a sociedade.

E, mais que isso, a estes “dois senhores” Bentham associa a “norma que distingue o que é certo do que é errado”, esclarecendo que “por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem de aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo (...)”, e que isto “vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também para qualquer ato ou medida de governo” (1982, p. 10). Ademais, destaca que “em se tratando de uma ação que é conforme o princípio da utilidade, podemos sempre afirmar ou que ela deve ser praticada ou, no mínimo, que não é proibido praticá-la. Pode-se dizer, igualmente, que é certo praticá-la (...)” (1982, p. 11).



Observe-se o fio condutor da argumentação de Bentham: a premissa é que foi a “natureza [que] colocou o gênero humano sob o domínio” da dor e do prazer; do reconhecimento dessa sujeição, o autor deriva o princípio da utilidade ou da maior felicidade; e esse princípio passa a ser “a norma que distingue o que é certo do que é errado”, o “que aprova ou desaprova qualquer ação” e o critério para saber se a ação deve ou não ser realizada.

Esse é o substrato no qual o indivíduo veio sendo estimulado a constituir a sua subjetividade: como um *homo economicus* liberal, ou seja, um ser egoísta; movido apenas pela busca de seus interesses pessoais; que tem como certo ou errado aquilo que realiza as suas vontades e, além disso, “solitário, calculista, competitivo e insaciável”, completa Raworth (2019, p. 107). Não é por outra razão que Foucault o qualifica com a acertada denominação “*sujeito de interesse*”.

Assim, era com base nessa idealização que, aproximadamente, do século XVIII ao século XX, o indivíduo real, sujeito econômico, era representado: um *hommo economicus liberal*; caracterizado, segundo Smith, pela sua propensão natural ao negócio e à troca, o “homem da troca” que, por isso, exigia liberdade de ação; e que no encontro entre produtor e consumidor no livre mercado, cada um defendendo e maximizando os seus interesses pessoais, obteriam o justo preço, garantiriam o desenvolvimento da atividade econômica e, como visto, o bem-estar da sociedade.

Contudo, sobretudo na segunda metade do século XX, com a hegemonia do neoliberalismo, ele agora é estimulado a se tornar um *hommo economicus neoliberal*, ou seja, “empresário de si mesmo”, pois, é “ele mesmo, o seu próprio capital” e é “para si mesmo o seu próprio produtor e (...) a fonte de seus rendimentos”, segundo Foucault (2021, p. 286); não importando se é um trabalhador assalariado, autônomo ou um “empreendedor”. Assim, o indivíduo subjetivado nesta racionalidade neoliberal, que supervaloriza o mercado e a competitividade, tem se constituído enquanto uma ilha, mergulhado em um profundo individualismo e, isolado, tem se mostrado um ser que detém as características seguintes.

(i) Considera a sua força de trabalho não como a única mercadoria que lhe restou – no processo histórico de desapropriação ocorrido na constituição da economia capitalista – para vender a fim de garantir a sua subsistência, mas percebe a sua capacidade de trabalho enquanto *capital humano*. A razão é que considera o seu salário, ou outra forma de remuneração, não como contrapartida do uso de sua força de trabalho pelo capital de outrem, mas como “rendimento” e, conforme os neoliberais, rendimento é “a receita de um capital” ou, inversamente, “capital é tudo que pode ser, de uma maneira ou de outra, fonte de rendimentos (...)”, como destaca Foucault (2021, p. 284). Este capital humano, ainda conforme os neoliberais, é composto de elementos inatos – talentos, gostos, aptidões etc. – e elementos adquiridos, tais como nível educacional, habilidades, competências, cultura familiar etc. que compõem o chamado “patrimônio do homem econômico”, o seu capital, origem de seus rendimentos. Observe-se que, o homem econômico real, ao se perceber enquanto capital humano se percebe enquanto coisa, reificado e, conforme observa Raworth, citando Robert Frank, “nossas crenças acerca



da natureza humana ajudam a moldar a própria natureza humana” (2019, p. 172); ou seja, as nossas crenças e falas não criam apenas um discurso, mas criam uma realidade.

(ii) E tendo em vista que o “capital humano”, isto é, a capacidade de trabalho resultado do grau de educação, habilidades, experiência, competências etc., não se distingue do corpo do indivíduo trabalhador – pois, sua capacidade de trabalho decorre do conjunto de suas faculdades físicas e mentais – ele próprio surge, para si mesmo, como uma espécie de “empresa”, como “empresário-de-si-mesmo”.

E, nestas condições, como destacam Dardot e Laval, a “empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar”, (2016, p. 378).

(iii) E, por isso mesmo, este indivíduo se percebe como uma empresa que deve ser administrada de maneira racional, conforme técnicas empresariais; percepção, inclusive, refletida nas denominações de publicações, disponíveis em quaisquer bancas de jornal, intituladas *Você S/A* ou *RH S.A.* Assim, inspirado pelo senso comum econômico, comporta-se como um *homo economicus* que deve agir sempre racionalmente – apesar de que não se saiba, exatamente, de onde decorre a presença infalível de tal capacidade. Esta exigência de comportamentos racionais do indivíduo, reforçada pela tradição iluminista, tornou-se, inclusive, a medida de sua normalidade.

(iv) Neste sentido, a educação, a cultura, a arte, a tecnologia, a erudição enfim, passam a ser consideradas pelo crivo do que é “útil”: só dedica esforço e tempo ao que é útil para o trabalho diário e que resulta no aumento de seus rendimentos. A educação, a cultura deixam de ser vistas como o caminho para a humanização, a civilidade e a cidadania, mas são reduzidas apenas a conteúdos úteis para aumentar a rentabilidade do capital humano. Como bem destaca a conhecida expressão de que “tempo é dinheiro”, então tempo só deve ser utilizado racionalmente, isto é, com o menor custo, máxima utilidade e sem desperdício com coisas “inúteis”.

(v) E tendo em vista que os indivíduos devem agir como empresas, devem também fazer escolhas sempre racionais e maximizadoras, isto é, com base em um cálculo instrumental, frio e calculista que afere em uma balança os “custos e os benefícios” – expressão tão popular em nossa linguagem cotidiana – decorrentes de suas decisões.

Bentham esclarece como fazer esse cálculo. Primeiramente, é necessário atribuir valor aos custos, assim como aos benefícios em razão da “intensidade” deles; da “duração” esperada; da “certeza ou incerteza” com que podem ocorrer e “da proximidade no tempo ou de sua longinquidade”. Em seguida, soma-se os valores de ambos e o maior valor indica a decisão a ser tomada: se for dos “custos”, não deve ser feita; se for dos “benefícios” a decisão trará prazer e deve ser realizada. Tal procedimento tem, inclusive, a vantagem de poupar ao indivíduo a responsabilidade, assim como a ética, de decidir: basta seguir o cálculo da maior felicidade. Não foi por outra razão que Bernard Williams, citado por Mill, afirma que “o repertório de conceitos desenvolvidos pela ética utilitarista é pobre demais para dar conta da riqueza de nosso mundo moral” ((2000, p. 9).

(vi) Percebendo-se como empresa, o indivíduo movido pela competitividade percebe o outro como concorrente que, se possível, deve ser levado ao desaparecimento, e não como um concidadão. É certo que tal comportamento não só fragiliza a sua percepção, como também as suas ações de solidariedade e de responsabilidade sociais.

(vii) Tem como medida do sucesso pessoal o acúmulo de riqueza que, diga-se de passagem, se expressa em uma busca insaciável de dinheiro, portanto, sem limites. E não





poderia ser de outra forma, pois, o indivíduo que se percebe como capital humano constituído de sua capacidade de trabalho, que é intrínseca ao seu próprio corpo, ao seu próprio ser, só pode se comportar como uma empresa e, enquanto tal, a medida do sucesso é sempre a capacidade de acumular riqueza, acumular dinheiro.

E dinheiro, ou seja, valor de troca por ser “representante universal da riqueza material”, isto é, um equivalente geral que pode ser trocado por qualquer mercadoria, que pode comprar tudo – até amor verdadeiro, dizia Nelson Rodrigues – cria uma tensão em razão da constatação de que qualquer quantia de dinheiro que se acumula é ainda insuficiente para adquirir “tudo”, ou como destaca Marx, cria “uma contradição entre a limitação quantitativa [que se pode acumular de dinheiro] e o aspecto qualitativo sem limites” que o dinheiro indica (1983, p. 146). Desta tensão resulta uma avidez pela acumulação de dinheiro que só tem paralelo com o consumo insaciável, que busca preencher a vida com coisas, “objetos que são fatos do passado”, trabalho morto, sem vida. Martin Buber observa que “o indivíduo que se satisfaz com as coisas que utiliza, (...) só tem diante de si objetos”, produtos do trabalho passado, trabalho morto. E objetos significam “ausência de relação, ausência de presença”, ausência de vida (2004, p. 60).

(viii) Nesta ausência de presença, de vida, acredita que a felicidade é resultado de uma busca individual, isolada, ou seja, que é possível ser feliz sozinho.

(ix) Ademais, o indivíduo empresário-de-si-mesmo, que se percebe como uma empresa, transforma valores universais tais como liberdade e felicidade – que têm valor em si mesmos, valores intrínsecos e, por isso, valores que não são passíveis de mensuração – apenas em conceitos instrumentais, objetos de quantificação: apenas em um meio para a realização de vontades pessoais. Tim Mulgan, ao descrever o ideário utilitarista, observa que, para esse indivíduo “a única coisa valiosa é conseguir o que se (...) deseja”, é apenas a liberdade mensurada pelo grau de livre atuação no mercado a fim de alcançar os interesses pessoais; desta forma, a liberdade “é valorizada apenas porque contribui para o prazer” pessoal (2012, p. 101). Por sua vez, referindo-se à felicidade, Mill, ao explicar o fundamento moral do Utilitarismo, sustenta que “as ações estão certas na medida em que elas tendem a promover a felicidade e erradas quando tendem a produzir o contrário da felicidade”. E, esclarece ele, “por felicidade entende-se prazer e ausência de dor” (2000, p. 30). Como se vê, essa racionalidade pragmática, instrumental e quase cínica transforma instintos vitais – fuga da dor e busca do prazer –, porque têm a vantagem de parecerem verdades indiscutíveis, em medida da felicidade e critério do que é certo ou errado. Tendo em vista indivíduos assim subjetivados, cumpre perguntar: no que estamos nos tornando?

## 6. Individualismo exacerbado

Como se viu, a racionalidade neoliberal não se restringe a um ideário econômico que condiciona apenas tais políticas governamentais, mas é bem-sucedida também em impor não só à sociedade práticas que buscam adaptá-la à ordem do mercado, como também condições aos indivíduos que os têm empurrado ou seduzido a se transformarem em unidades de produção, em chefes-de-si-mesmo. E como bem observa Casara (2021), o neoliberalismo também não é um fenômeno passageiro: entranhado na atividade econômica, nas relações sociais e na subjetividade humana, como visto, tem



demonstrado enormes capacidades de sobrevivência e de adaptação. Pode-se, hoje, falar de um capitalismo neoliberal?

É comum a suposição de que a substituição de governos neoliberais por outros mais sensíveis à desigualdade e à pobreza vigentes, e que implementassem políticas econômicas e sociais adequadas, bastaria para reverter a hegemonia do projeto neoliberal. Esse é um bom começo, mas não suficiente.

Como visto, a racionalidade neoliberal é herdeira de práticas do liberalismo clássico do século XVIII, afeiçoadas a comportamentos racionais valorizados pela Ciência Moderna que se aprofundou a partir do século XVII. E, como se sabe, o enorme progresso científico daí decorrente retirou de Deus a centralidade na explicação dos fenômenos deste mundo, expulsando-o para o Paraíso e, ao mesmo tempo, como bem observa Arendt (2001), “mergulhou o indivíduo para dentro de si mesmo” em um profundo individualismo, tornando-o a medida das coisas.

Modernamente, o indivíduo se embebendo do discurso da racionalidade neoliberal eivada de interpretações senso comum da teoria econômica *mainstream*, percebe a sua educação, competências, habilidades enquanto capital humano, do qual, acredita ele, depende não só o seu bom desempenho ao longo da vida, como também seus rendimentos e, por consequência, sua possibilidade de acúmulo de riqueza: medida de seu sucesso pessoal; por isso, administra a si mesmo racionalmente, como se fosse uma empresa em concorrência com os demais “indivíduos-empresas”. E quando o que importa nas práticas governamentais e relações sociais são os critérios de êxito ou fracasso, são os resultados dos comportamentos racionais e maximizadores condicionados por técnicas empresariais, o indivíduo, enquanto uma unidade de produção, empresário-de-si-mesmo está sozinho, só depende dele mesmo: “a sociedade não deve nada a ele”. E tendo em vista que os sujeitos econômicos detêm condições econômico-sociais desiguais no chamado ponto de partida, isto é, condições econômico-sociais desiguais no nascimento, as práticas empresariais da sociedade neoliberal não as minimizam, ao contrário, reforça a lógica social de exclusão, produzindo subcidadãos à larga, como observam Dardot e Laval (2016).

Estes autores destacam ainda que à medida que direitos sociais não são garantidos aos indivíduos, engendrando relações sociais miseráveis, desumanas e conflituosas, e que a cidadania social tem, tendencialmente, fundamentos solidários com os da cidadania política, a preocupante consequência é também a contestação dos fundamentos políticos da democracia, além de seus fundamentos morais e culturais; daí o desdém pela liberdade e pela democracia. Assim, observam ainda Dardot e Laval, o “cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação” se tornam também critérios das práticas governamentais e sociais, pois o que importa são os resultados, a performance que cada indivíduo alcança (2016, p. 382); ou seja, quando os “critérios de validação” da racionalidade neoliberal são estritamente empresariais, os fundamentos políticos, jurídicos, morais da democracia se esvanecem: o que importa são a liberdade individual frente aos governantes e os resultados alcançados, a performance que cada indivíduo-empresa obtém.



Neste diapasão, e de maneira preocupante, não só vêm sendo ameaçado o próprio Estado democrático de direito, como também minguando os vínculos de solidariedade e de responsabilidade sociais.

Sabe-se que ao nascer, o indivíduo inicia a constituição de sua condição de ser humano, de sua identidade na relação com o outro: não possui natureza humana em si mesmo. Historicamente, segundo Marx (1983, p. 202), foi atuando sobre a natureza externa, modificando-a e na relação com os outros homens que o indivíduo veio modificando também a sua própria natureza. E, ainda conforme o mesmo autor (1982, p. 6), o indivíduo só produz e sobrevive em sociedade e, por isso, só nela pode isolar-se. Desta forma, o individualismo no qual o indivíduo vem mergulhando profundamente não destitui, nem faz desaparecer estes imperativos que são biológicos, psíquicos, materiais e sociais; apenas cria uma tensão entre a sua condição de animal social e esse moderno individualismo exacerbado.

Além disso, vivemos tempos difíceis e estranhos. Vimos surgir no passado próximo, uma tecnologia computacional que potencializa tal tendência ao individualismo e que coloca o indivíduo em uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que vive mergulhado em um profundo individualismo, isolado, e com pouquíssimos vínculos presenciais, parece necessitar de uma constante exposição nas redes sociais e midiáticas, e em âmbito mundial. Contudo, tais conexões virtuais não são diretas, nem pessoais, mas possibilitam conexões apenas mediadas pelas redes sociais que permitem amenizar, ou esconder, aspectos indesejáveis, mas normais no ser humano, tais como a pobreza, a frustração, a gagueira, a feiura cotidiana etc. Como bem observa Buber (2004), a relação social ocorre somente quando existe presença, encontro; por isso, o ser real só se constrói na relação com o outro, e na presença.

Como romper com essa racionalidade neoliberal individualista, pragmática, instrumental, que vem absorvendo a humanidade do indivíduo e, mais que isso, obnubilando sua percepção de liberdade enquanto valor universal e a consciência da necessidade de manutenção de um Estado de direito?

## 7. Considerações finais

A racionalidade neoliberal, como visto, não é apenas um epifenômeno de um ideário econômico, nem políticas governamentais *ad hoc* impostas de cima para baixo, mas decorre da construção coletiva de um discurso e de práticas que vão do Estado à sociedade, chegando até ao indivíduo que, de volta deste para o Estado, constitui o substrato de sua subjetivação e, portanto, do sujeito que a reproduz, como visto.

Nestas condições, para resistir a esta racionalidade dominante Dardot e Laval observam que o caminho é promover “formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa de si” (2016, p. 396). E, como bem lembra Nietzsche (2004), “nós podemos destruir somente enquanto criadores”; assim, apenas a constituição de novas práticas que



embasam as relações sociais pode fazer a racionalidade governamental neoliberal vigente perder a sua hegemonia.

E a construção desta racionalidade alternativa implica, segundo Dardot e Laval, uma “contraconduta” – ao modo de Foucault – às práticas governamentais neoliberais, ou seja, uma dupla recusa: de um lado, a recusa do indivíduo “de se conduzir em relação a si mesmo como uma empresa de si”, enquanto empresário-de-si-mesmo que se move somente em busca de resultados maximizadores e, de outro lado, “a recusa de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência”, de acordo com a percepção do outro enquanto empresa-concorrente que deve ser levada à falência. Neste sentido, as relações a serem estabelecidas devem ser, contrariamente, de “cooperação, compartilhamento e de comunhão” (2016, p. 400-401). Desta forma, concluem os autores, é pela *razão do comum* que uma razão alternativa à racionalidade neoliberal será construída. Neste mesmo diapasão, Casara observa que “o contrário do neoliberalismo é o comum” e, citando Dardot e Laval (2017), esclarece que o comum é o “princípio capaz de fundar novas relações sociais, condicionar o funcionamento do Estado e produzir uma nova economia psíquica” (2021, p. 365-366).

De fato, a alternativa parece ser essa. Contudo, relações sociais de cooperação não são duradouras se fundamentadas somente na conscientização, mas devem também produzir e serem, por sua vez, reproduzidas por relações materiais, por relações sociais de produção baseadas na cooperação. Mesmo no interior da economia capitalista é possível a organização de arranjos de produção cooperativos, baseados em relações de solidariedade e operando com base em relações harmônicas com o meio ambiente. O que é preciso é estimular práticas que evidenciem que uma economia não pode ter como norte, nem como lógica organizadora de seu funcionamento, a monopolização do uso da força de trabalho do país e dos recursos naturais do planeta para obtenção de lucro máximo e sem limites que vise o enriquecimento privado de alguns poucos. O fim último da atividade econômica tem que ser a preservação e a melhoria das condições de *toda* forma de vida: a vida humana, animal, vegetal, assim como a vida da Mãe-Terra.

O objetivo é a superação do modo de produção capitalista? Não se sabe se esse seria o resultado. Mas se sabe que essas já são formas de sobrevivência existentes, fundamentadas em práticas de cooperação capazes de estabelecerem laços de solidariedade e de constituírem novo substrato para a subjetivação dos indivíduos.

O porto a que se chegará irá depender da disputa das forças no trajeto.

## Referências

- BENTHAM, Jeremy (1982). *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo, Abril Cultural.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (1991). A crise da América Latina. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 21.
- BUBER, Martin (2004). *Eu e Tu*. São Paulo, Centauro.



- BYUNG-CHUL, Han (2020). *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte, Ed. Ayiné.
- \_\_\_\_\_ (2018) *No enxame – perspectivas do digital*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- CASARA, Rubens (2021). *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo, Autonomia literária.
- CASTEL, Robert (2003). *As metamorfoses da questão social*. 4.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2016). *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo.
- \_\_\_\_\_ (2017). *Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- DOWBOR, Ladislau (2017). *A era do capital improdutivo*. São Paulo, Autonomia Literária.
- FOUCAULT, Michel (2021). *Nascimento da biopolítica*. Lisboa, Edições 70.
- \_\_\_\_\_ (1988). *História da sexualidade – a vontade de saber*. Livro I. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- \_\_\_\_\_ (2001). *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. 24ed. Petrópolis, Ed. Vozes.
- HANNAH, Arendt (2001). *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- HARVEY, David (2005). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- LUXEMBURGO, Rosa (s/d). *Introdução à economia política*. São Paulo, Martins Fontes.
- MARX, Karl (1983). *O capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1982) *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural.
- MILL, John Stuart (2000). *O utilitarismo*. São Paulo, Iluminuras.
- MULGAN, Tim (2012). *Utilitarismo*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- NIETZSCHE, Friedrich (2004). *A gaia ciência*. São Paulo, Ed. Martin Claret.
- RAWORTH, Kate (2019). *A economia donut*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SMITH, Adam (1990). *Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones*. México, Fondo de Cultura.



## Ética e crise na economia brasileira recente

*Ethics and crisis in the recent Brazilian economy*

**DOI:** [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64890](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64890)

**Autor:** **Alexandre Lyra Martins** - Professor titular do Departamento de Economia do campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [lyramartins@hotmail.com](mailto:lyramartins@hotmail.com) Orcid: 0000-0001-5150-7061

### Resumo

O presente artigo pretende investigar se houve mudança na moral econômica predominante da sociedade brasileira com o advento da crise de 2014. Esta moral é compreendida como elemento superestrutural central da sociedade e delineada historicamente a partir da identificação dos princípios que regem as práticas do mercado e de sua expressão política. Verificou-se que a moral econômica na aludida crise continua definida por grupos tradicionais locais e pelo grande capital internacional, tendo traços predominantes primitivos, porém, sofre pequenas correções de rota no longo-prazo em razão de movimentos na dinâmica socioeconômica externa e interna, como foi o caso do período estudado.

**Palavras-chave:** Economia e sociedade. Ética econômica. Economia brasileira contemporânea.

### Abstract

The present article aims to investigate whether with the 2014 crisis came a change in the prevailing economic morality in Brazilian society. This moral is understood as a central superstructural element of society and outlined historically through the identification of the principles that govern market practices and their political expression. Verified that economic morality in the aforementioned crisis continues defined by traditional local groups and by big international capital, having predominant primitive traits, however, it suffers small corrections in the course of the long term due to movements in the external and internal socioeconomic dynamics.

**Keywords:** Economy and society. Economic ethics. Contemporary Brazilian economy.

**JEL:** A12, E02, E71



## Introdução

A crise socioeconômica, que abateu o país em 2014 e culminou com a interrupção do mandato da presidente Dilma em 2016, veio acompanhada de uma discussão nas mídias acerca de sua dimensão moral, algo que frequentemente ocorre quando uma crise alcança maior vulto. Constatando a importância da moral nas sociedades modernas, onde, na ausência do autoritarismo, ela deve ser respaldada pela população, alguns pesquisadores têm se debruçado sobre a relação desse elemento com as crises. Galbraith (2004), por exemplo, enfatiza a importância da moral econômica para explicar o desenrolar das grandes crises no início do presente século. A partir dele seguem outros estudos, como Magalhães (2018), aprofundando a análise da moral econômica praticada nos anos 2000 como fator determinante das crises globais de 2008.

Para o caso do Brasil, há estudos que discutem aspectos éticos da crise de 2014, mas não especificamente da moral econômica, tangenciando esse elemento. Rego e Palácios (2016, p. 67), por exemplo, afirmam que 2008 foi “... uma crise inerente ao desenvolvimento capitalista e às transformações sistemáticas que ocorrem nas sociedades em geral”, enquanto a crise contemporânea local deve ser observada “como reação provocada a uma pequena tentativa de modernização do capitalismo brasileiro” (ibidem), de cunho violento e ao mesmo tempo sutil na dimensão midiática<sup>19</sup>. Tendo em vista esta lacuna existente na literatura, o presente artigo busca aprofundar essa hipótese, investigando a dinâmica da moral econômica predominante no país na década de 2010<sup>20</sup>, considerando sua formação socioeconômica recente (século XX).

A moral econômica nacional preponderante é levantada a partir de pesquisa bibliográfica, buscando a identificação dos princípios que regem as práticas do mercado e de sua expressão política, manifesta principalmente nas disputas políticas no âmbito federal, e em particular na condução do executivo<sup>21</sup>. O parâmetro inicial é a reabertura da economia em 1990, momento da reinserção do país no mercado moderno globalizado, tendo como referência o *mainstream economics*, suas possíveis alterações nesse período e as repercussões nas práticas locais. Para além dessa avaliação mais contemporânea, a moral econômica também é colocada em perspectiva histórica por integrar o plano cultural, de modo que também são levados em conta elementos de sua evolução ao longo do período republicano do país, que dizem de sua construção e consolidação como processo até o padrão contemporâneo estabelecido.

---

<sup>19</sup> Os autores afirmam que “Não abordaremos aqui nem a crise econômica, nem a crise política, nem a de representatividade, tentando nos restringir às do campo moral.” (REGO; PALÁCIOS, 2016, p. 64).

<sup>20</sup> 2014 é o marco da crise, que foi explorada como temática principal em revistas especializadas, como Estudos avançados (2017). Essa crise foi agravada pela chegada da pandemia da COVID em 2019, que levou a economia brasileira, na década de 2010, a um de seus piores desempenhos dos séculos XX e XXI (ver <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pib-brasil-termina-2020-com-segunda-decada-perdida-e-a-pior-desde-1900>).

<sup>21</sup> Seguindo, nesse contexto, as concepções de hegemonia e blocos no poder (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 918-921).



## 1. Elementos teórico-metodológicos

A moral econômica é a essência superestrutural dos sistemas socioeconômicos. Mudanças técnico-produtivas provocam variações morais por sua potência, alterando as formas de convivência social, que são protegidas posteriormente por uma crosta ideológica de valores que se consolidam na sociedade e no mercado. Conforme Rocha (2007, p. 11), as transformações tecnológicas recentes engendraram uma nova indústria cultural, na qual “... são criadas continuamente condições cada vez mais favoráveis para a alienação não só do trabalho humano, mas também da produção”, que se manifestam na mercantilização dos desejos, terminando por esvaziar o significado das utopias sociais<sup>22</sup>.

Uma unidade social é formada a partir da definição da relação de produção referencial por processos dialéticos, como resultado de um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas, que leva à formação da estrutura econômica e do manto institucional que respalda a perpetuação dessa relação e dos paradigmas vigentes através de uma ordem política instituída (Marx, 1986, p. 25). Embora a moral tenha várias dimensões, a moral econômica corrente tem lugar destacado na constituição ideológica por refletir os principais interesses dos grupos dominantes. O plano econômico dialoga e se articula com as demais esferas da vida humana, geralmente se sobrepondo a elas, mas como não se trata de processo mecânico ou linear, há rebatimentos e conjunturas nas quais aspectos da moral social podem passar a ser elementos importantes na definição do *modus operandi* econômico.

O processo histórico, por sua vez, não é espacialmente uniforme, alcançando territórios e suas populações de forma distinta. Conforme Ribeiro (1998, p. 196), as civilizações pioneiras em transformações da matriz técnica se expandem, invadindo espaços para modificá-los de fora para dentro, decorrendo daí as formações subdesenvolvidas, que foram integradas ao “... sistema econômico mundial através de processos de atualização histórica...” (ibidem 206). Se esse processo acontece na fase moderna da história, os valores predominantes dos países centrais não devem ser simplesmente impostos, já que o parâmetro vigente é liberal, aumentando a importância do campo moral para a sustentação da condição periférica com o aprofundamento de contradições específicas<sup>23</sup>. Nesse contexto, Ribeiro (1995, p. 261) assevera que, no nosso caso, “a particularidade de nossa transfiguração étnica é a continuidade... da ordenação arcaica, da dependência econômica e do caráter espúrio da cultura.”

A teorização acerca da moral predominante nos mercados tem dois referenciais principais, aos quais segue a síntese ética neoclássica, que aproveita ambas em seu

---

<sup>22</sup> O autor esboça uma análise de inspiração marxista, mas se atém a referências filosóficas clássicas.

<sup>23</sup> “No curso desse processo civilizatório, superam-se algumas formas mais despóticas de subjugação colonial, como a escravidão, mas permanecem e até se aprofundam os vínculos econômicos de subalternidade” (RIBEIRO, 1998, p. 196) que caracterizam a reformatação neocolonial. A aludida superação é apenas formal em algumas regiões, por persistirem nelas formas análogas à escravidão, em pleno século XXI.





escopo: Smith (2015) e Mandeville (2022). A fábula mandeviliana satiriza a sociedade humana por meio do desenrolar da saga de uma colmeia, contada em dois tempos: num primeiro ela é referência central em todas dimensões sociais, da excelência produtiva às leis formuladas, do conhecimento científico às forças armadas, mas num segundo momento tudo resvala em decadência devido a uma reviravolta moral. A ironia é que a excelência geral era norteadada pela ambição individual, pelos vícios privados na busca do sucesso socioeconômico, tanto que após a divindade das abelhas encher de honestidade seus corações para terminar com os problemas restantes, se instaura uma crise produtiva sem precedentes na colmeia, confirmando que valores virtuosos são inimigos da fartura econômica. A moral da estória aponta para uma essência pequena e egoísta do ser humano, que prioriza apenas a melhoria nas condições materiais da vida individual/familiar.

A fábula das abelhas está contextualizada no começo do século XVIII, uma fase primitiva do capitalismo em que o mercado era majoritariamente pré-industrial. Smith (2015), contudo, construiu sua teoria dos sentimentos morais a partir da crítica a Mandeville, falando de um mercado industrializado que se ergue baseado na valorização das iniciativas produtivas, que teria na demanda um crivo moral de ordem econômica e social, condenando condutas abusivas para obtenção de ganho monetário. Mais tarde, a ética neoclássica é elaborada compatibilizando as concepções de ambos, substituindo a premissa smithiana do trabalho (oferta) como valor fulcral para a precificação, pelo princípio utilitarista, conferindo amplos poderes à demanda. De acordo os neoclássicos, haveria uma flexibilidade moral significativa entre os agentes para realização de negócios, podendo o comportamento econômico paradigmático ser mais primitivo (padrão mandeviliano) ou mais avançado (padrão smithiano) a depender da dinâmica predominante na atividade produtiva (MARTINS, 2019, p. 25).

## 2. A moral econômica contemporânea no mundo

A ética smithiana em geral se coaduna com a moral predominante nos países mais desenvolvidos, que têm um acordo social maturado ao longo do tempo, no qual são apurados os valores da convivência socioeconômica (tornados homogêneos) e a produção para o mercado é diversificada e disseminada, garantindo distribuição de renda relativamente equitativa aos cidadãos. De outro lado, a maior parte das economias de mercado é marcada por um grau menor de desenvolvimento, que leva a um regime concorrencial mais acirrado e desigualdades significativas nos rendimentos dos fatores. Uma moral próxima à smithiana prevalece em alguns mercados desses países, mas não representa a mentalidade das elites dominantes, que os usa como parâmetro para agentes menos expressivos e para o consumidor final, no sentido de conferir um verniz moderno à economia em geral (MARTINS, 2022, p. 154).

O *mainstream economics* subdesenvolvido é dado, então, por uma moral de mercado mais primitiva, norteadada por atitudes mais agressivas, coerente com a hipótese supracitada de Ribeiro (1995) acerca da cultura econômica referencial nesses lugares. A flexibilidade moral se manifesta no utilitarismo praticado tanto pelo grande capital (de



raízes externas) quanto pelas oligarquias tradicionais locais, às quais se sobrepõe. Ocorre que essas últimas conseguem como contrapartida a concessão de espaços no acordo com os grupos internacionais atuantes internamente, nos quais prevalece sua moral tradicional. A moral econômica dominante ratifica a exigência de rendimentos elevados para ambas elites, com práticas diversas que colocam o interesse econômico acima de morais sociais, envolvendo a manipulação dessas por seu apelo popular.

A dinâmica econômica no século XX possui outro marco relevante antes da queda do socialismo real: as primeiras grandes crises econômicas. O arcabouço neoclássico mostrou-se insuficiente para explicá-las, o que impôs sua revisão teórica. A perspectiva keynesiana é então incorporada ao pensamento dominante, trazendo com ela alterações no padrão moral, como a tolerância ao endividamento público. O governo passou a estimular a atividade produtiva, gerando recuperação dos ganhos dos trabalhadores, diminuindo a margem de lucro e forçando o capital a buscar aumento no volume de vendas. Esse quadro perdurou até o fim do socialismo no leste europeu, quando o capital voltou a pressionar por mais liberdade de atuação, diminuição da regulação e da participação governamental na economia, para voltar a uma moral de mercado mais visceral.

A consequência principal das grandes crises para vários países pobres, por outro lado, foi o início do processo de transferência do capital para eles, num movimento objetivando a recomposição de rentabilidade. Do ponto de vista dos neoclássicos, o crescimento das economias levaria a uma evolução gradativa da moral primitiva para uma moral mais civilizada como defendia Smith, mas a sequência dos fatos até o século presente (com a hegemonia do mercado combinada a avanços tecnológicos expressivos) tem desmentido esse pretense enredo ao manter a moral na periferia com modernizações conservadoras. Nessa nova cena, o crescimento periférico permite apenas que a elite local passe a figurar nos filmes que antes assistiam, remodelando e reforçando a práxis agressiva já instalada, com protagonismo dos atores dos países centrais.

Resta verificada a hipótese crítico/histórica da convivência persistente entre pobreza e riqueza<sup>24</sup>, refletindo a lógica de valorização progressiva do capital, interrompida espasmodicamente, uma vez que a moral econômica mercantil só suplantou práticas extorsivas como resposta a mobilizações sociais significativas de grupos organizados diversos<sup>25</sup>. O *mainstream economics* global neoclássico na contemporaneidade<sup>26</sup>, portanto, tem textura predominantemente mandeviliana nos países periféricos,

---

<sup>24</sup> As mudanças, variações, adaptações e transformações dessa relação ao longo do tempo são discutidas em trabalhos como o de Paulani (2022).

<sup>25</sup> A exemplo de ganhos salariais e melhorias nas condições de trabalho históricas conquistadas com mobilizações de trabalhadores e da revisão de parâmetros produtivos obtidos a partir das ações persistentes de organizações civis não governamentais ecologistas no fim do século XX.

<sup>26</sup> A exceção seriam os poucos países comunistas ativos, no entanto, no mais significativo país dirigido por um partido comunista, a China, há ampla integração ao mercado internacional de mercadorias e de capitais, com expressivo volume de transações (ver BAI ET AL, 2006). Nesse caso, o mercado é útil ao governo comunista e o modelo comunista adotado é útil ao mercado.



propiciada por movimentos econômicos diversos<sup>27</sup>, que de um lado enfraquecem a força de trabalho e de outro aumentam o poder das grandes empresas, produtivas e financeiras, no momento em que todos espaços passaram a disputar a presença do capital, incrementando o lucro<sup>28</sup> e o juro<sup>29</sup>.

### 3. A moral econômica local

Poucos autores se propuseram a estudar a moral econômica brasileira, delineando algumas conclusões a respeito. Pain (2008), Fonseca (1993) e Martins (2021; 2022) seguem linha de raciocínio similar, atribuindo características mercantilistas primitivas à moral prevalecente na economia brasileira contemporânea, remetendo ao clássico Mandeville (2021).

O Brasil é historicamente marcado por uma curta presença do capitalismo industrial e uma longa condução autoritária dos governos<sup>30</sup>. O capital internacional define as linhas gerais do ordenamento econômico, ficando a cargo dos estratos superiores locais ocupar o território político para compor o arranjo superestrutural. Nesse processo, as forças armadas apoiam as elites locais, originárias do setor primário, e chegam para formar o tripé do modelo adotado, afinal exploração acentuada não se prolonga sem repressão. A elite dirigente dos governos advém de camadas mais influentes das oligarquias locais, que articulam nacionalmente os interesses regionais, e se alternam para preservação dos valores fundamentais do patrimonialismo<sup>31</sup> e da alta lucratividade do capital, mas eventualmente cedem espaço para o comando das forças armadas em momentos de maior tensão.

Os grupos dominantes, internos e externos, são arredios a regulamentações que limitem suas práticas extorsivas diversas, de modo que normas são contornadas ou evitadas, e mesmo quando sancionadas, podem cair em desuso. As leis remetem a uma modernidade social e de mercado que não se sustenta na prática, cercada de instituições frágeis. Indicadores e estudos acerca da corrupção (FILGUEIRAS, 2009, PAGOTTO, 2010, MARANI ET AL, 2018) e da impunidade econômica (ALENCAR; GICO JÚNIOR, 2011, BARRETO et al, 2009, VILELA ET AL, 2004, MEZAROBBA, 2004, CASTILHO, 1996) locais confirmam a relevância desses valores para a sociedade. O país se adequou

---

<sup>27</sup> Constatada por Nassif (2008) ao mostrar a evolução recente dos modelos de coordenação política entre nações e as respectivas teses econômicas por trás deles, para discutir as perspectivas de inserção mundial do Brasil a partir da crise de 2008.

<sup>28</sup> Guedes; Cunha (2021) apresentam dados da recuperação da taxa de lucro no Brasil, comparando com alguns países desenvolvidos.

<sup>29</sup> Os juros brasileiros já eram significativos, situados frequentemente entre os maiores do mundo, o que resultou em pequenas variações dos altos patamares, como constata Cassetari (2002).

<sup>30</sup> Aspecto que também remete à colmeia de Mandeville (2022), onde não tinha vez a “desenfreada democracia”.

<sup>31</sup> Eventualmente há dificuldade de manter esses acordos, momentos em que há uma janela de oportunidade para desenvolvimento do capital local via pacto alternativo. A última vez que isso aconteceu foi em na década de 1930, quando um grupo alternativo assumiu o poder e conduziu um processo de industrialização, capitaneado por Vargas, voltado para acumulação interna de capital.



a uma lógica que incorporou esses elementos a seu *modus operandi*, precificando procedimentos alternativos variados, desde a industrialização até seu ingresso na era da microeletrônica.

A moral econômica das elites dominantes locais possui um componente corporativista e uma face fisiológica no exercício do poder político, mas sua expressão síntese é o patrimonialismo. Vaz (2005, p. 222) detecta que o domínio desses princípios foi paradoxalmente consolidado na redemocratização, quando o país deixou de ser conduzido pelos militares e voltou ao conceito ocidental de Estado de direito na metade da década de 1980, marco político compatível com o mercado moderno. Pain (2008, p. 15), preferindo denominar essa moral com a terminologia de contra reforma, aponta no mesmo sentido, enfatizando que embora “... tenha o Brasil se transformado numa nação industrial, a natureza do Estado não se alterou substancialmente” nesse processo.

A população em geral compreende a moral econômica predominante e a reproduz em pequenos favores e vantagens, na medida das possibilidades (MIRANDA, 2018, p. 259), ao mesmo tempo, constata que não há lugar para ela no clube fechado da elite, mitigando sua frustração em escapes como o esporte ou a religião, que estimula o trabalho persistente e obediente como forma de redenção social e econômica. De tempos em tempos, a pressão acumulada aumenta pelo desgaste acentuado do poder de compra básico, fazendo a população reivindicar reposições de renda e melhoria nas condições de vida, mas suas demandas são minimamente atendidas para depois voltar o ciclo de corrosão salarial, se preciso sustentado por repressão autoritária.

### **3.1. Moral predominante e blocos de poder: formação histórica**

Como visto anteriormente, a formação econômica do país ao longo da república foi guiada pela aliança entre oligarquias internas e grupos oligopolistas internacionais (OIOI), com protagonismo dos últimos e apoio das forças armadas, num pacto que marginalizou os demais segmentos. Esses interesses enfatizavam o ganho mais expressivo, acima do praticado em países centrais, sem preocupações com a construção de um capital local forte.

Historicamente, a maior parte da elite interna não enxergou a perspectiva de se tornar referência capitalista e só percebia o ganho excedente como superexploração tradicional do trabalhador ou apropriação do público pelo privado, lhe escapando a percepção da elevação de ganhos via mercado com realização de investimentos em processos tecnologicamente mais avançados, enquanto aos oligopólios internacionais não interessava transferir sua matriz tecnológica para periferia, nem estimular o desenvolvimento de novos capitais que pudessem vir a ser potenciais concorrentes futuros. Nessa conjuntura inóspita, quando um frágil capital local eventualmente tenta emergir, é sufocado em suas pretensões de protagonismo e volta a seu papel anterior. Alguns elementos devem ser colocados para a compreensão desse processo.

A ausência de visão capitalista moderna da classe dominante interna, envolvida em monoculturas desenvolvidas em grandes propriedades e determinadas pelo modelo



colonial vigente até o século XIX inibiu a formação de capitais industriais locais e de uma cultura empreendedora vanguardista. A persistência do projeto colonial ibérico fez fincar raiz na economia local a concepção oligárquica e sua cultura, afeita a relações em moldes feudais e escravocratas e à pessoalidade nas relações comerciais (BUARQUE, 1971), em contraposição à impessoalidade mercantil. No tempo, o projeto colonial local consolidou vínculos dependentes com as potências em suas respectivas épocas, primeiro Inglaterra e depois EUA.

A mentalidade econômica da elite local forma uma cultura sedimentada, comandada basicamente por mercantilistas diversos: proprietários de terra e comerciantes liberais (FURTADO, 2014, p. 120-121), que, no entanto, têm leitura distorcida do liberalismo, uma vez que se guiavam pela interpretação equivocada da teoria smithiana feita pelo Visconde de Cairu, defensor de um livre comércio sem industrialização, diferentemente da leitura predominante nos EUA feita por Hamilton, que enfatizava a divisão do trabalho e a indústria (FURTADO, 2007, p. 152-153). Uma parte dos comerciantes liberais vai se transformar em capitalista industrial e terá impulso no período excepcional de Vargas<sup>32</sup>, mas com exceção desse período, a formação de grandes indústrias de matriz nacional permanece fora das prioridades das elites dirigentes governamentais até os dias atuais, e assim, sem apoio estatal, esse capital não consegue furar o bloqueio tácito estabelecido pelo pacto OIOI.

As elites tradicionais se organizam regionalmente e se fazem representar sistematicamente no congresso nacional, de maneira a garantir a preservação dos interesses da aliança (VAZ, 2005, p. 226-227), e assim, entravam projetos de modernização efetiva da estrutura produtiva. Os Estados mais relevantes da Federação (SP, RJ e MG) e da região Nordeste (BA, CE e PE), detêm os grupos econômicos mais ativos historicamente, compondo constantemente as elites dirigentes.

A chegada do capital (externo) não vai trazer uma nova moral, industrial e financeira, ao contrário, vai reforçar a moral oligarca/mercantilista para produção de mais excedente para as matrizes. O *modus operandi* liberal vai ser referência formal para a economia, mas a moral predominante, tanto nos rincões quanto no centro do poder político, é uma variação modernizada da moral tradicional, que admite mais facilmente, por exemplo, uma participação governamental maior na economia, tanto do ponto de vista do gasto macroeconômico, quanto da regulamentação da atividade produtiva, para atender ao fisiologismo e patrimonialismo das elites internas.

### 3.2. Dinâmica recente (a partir de 1990)

Desde as primeiras eleições presidenciais após a redemocratização, em 1989<sup>33</sup>, a população se dividiu entre candidatos alinhados à esquerda e à direita, com predomínio

---

<sup>32</sup> A conjuntura externa de conflitos mundiais viabilizou a ascensão do grupo nacionalista e moderno, mas a condução do processo de modernização e industrialização da economia brasileira por Vargas também foi importante para pesquisadores como Lassance (2020) e Fonseca (2010).

<sup>33</sup> Tancredo neves foi eleito presidente em 1985 por colégio eleitoral, no congresso nacional.



desses últimos<sup>34</sup>, confirmando o maior poder de formação e disseminação de valores dos interesses da aliança OIOI. Com as primeiras gestões eleitas, dos liberais Collor e FHC, as esperanças de recomposição nos rendimentos básicos corroídos por anos pela inflação e de melhora nos indicadores sociais foram frustradas. A população reconhecia o comando das elites tradicionais e a necessidade de ressaltar os mecanismos de mercado para alavancar os empregos, mas o acúmulo da frustração foi fator decisivo para eleição dos governos petistas na sequência, representantes históricos das causas dos trabalhadores, revertendo e renovando as expectativas.

Ao longo dos governos militares foi construído algum capital industrial local, que se engajou politicamente nas supracitadas gestões, buscando ocupar um espaço nos estratos econômicos superiores que definiam a ordem econômica, porém sua fragilidade era patente perante a força econômica, tecnológica e política do capital internacional, que voltava disposto a retomar os mercados ‘emergentes’ temporariamente fechados e eles. O voo da indústria nacional na tentativa de participar ativamente do jogo de poder não teve fôlego, minguou e restaram casos isolados de produção industrial avançada geradora de tecnologia de ponta (ESPÓSITO, 2017, SARTI; HIRATUKA, 2017).

As gestões petistas apresentaram alguns avanços na agenda social e econômica, sem romper com o utilitarismo pragmático dos grupos oligárquicos dominantes, tolerando a continuidade da tradição patrimonialista (particularmente na ocupação do Estado) para garantir a governabilidade. Rego e Palácios (2016, p. 5) concordam que “Em nome do amplo arco da sociedade, cedeu-se em pontos e em questões que eticamente não seriam aceitáveis.”, mas não acreditam na determinação exclusiva desse fator para a decadência política petista, apontando para todo um quadro de dependência econômica e cultural. Como coloca Martins (2019, p. 33), a cobrança moral de governos com alguma inclinação à esquerda, como os petistas, é diferenciada porque sua pauta socioeconômica é mais ambiciosa, incluindo a substituição do paradigma moral tradicional e seus vícios, o que significa combater os esquemas de retroalimentação de riqueza dos grupos dominantes e realocar recursos públicos para investimentos e atendimento de demandas sociais. Três gestões petistas consolidaram pequenos avanços em várias áreas<sup>35</sup>, e proporcionaram um pequeno e persistente crescimento que absorveu mais força de trabalho e redistribuiu levemente a renda em favor dos segmentos inferiores (Dedecca, 2014), mas sem a realização de reformas estratégicas estruturais; condição das elites conservadoras<sup>36</sup>. Mesmo assim, essas elites deixaram a aliança ao primeiro sinal de fragilidade socioeconômica e política, para investir no desgaste do governo até chegar ao impedimento<sup>37</sup>. Foi quando aconteceram as manifestações políticas da população (2013), seguida da crise econômica; iniciada em 2014.

Como se viu, todas estratégias políticas petistas foram insuficientes para convencer a opinião pública da legitimidade de seu projeto, isso porque a direita domina os

---

<sup>34</sup> Considerando como centro-direita o antes esquerdista Fernando H. Cardoso, na linha de argumentação de Teixeira; Pinto (2012, p. 916-917).

<sup>35</sup> O segundo mandato da presidente Dilma estancou a expansão de avanços socioeconômicos em razão de forte ajuste fiscal empreendido (BEM, 2017).

<sup>36</sup> Que emplacaram reformas liberais, como a trabalhista.

<sup>37</sup> Conforme constata e analisa Dowbor (2017, p. 89).



mecanismos de manipulação de mídia, a ponto de transferir a responsabilidade de seus esquemas políticos para a esquerda. De outro lado, a população elege um presidente centro-esquerda, mas frequentemente não é transformador na escolha dos parlamentares, entravando o avanço. A quantidade expressiva de congressistas identificados com a direita, na maioria dos casos arcaica, reflete a presença da moral primitiva por todo país.

Com a ‘descoberta’ da corrupção nos governos petistas, o antipetismo ganha força e os indecisos na eleição seguinte (2018) acompanham a alternativa ascendente contra o sistema, via efeito manada. A escolha final, Bolsonaro<sup>38</sup>, personifica o salvacionismo histórico contra o avanço de uma dita ‘moral corrosiva à família tradicional’ e das esquerdas, que teriam se corrompido ao aceitar as históricas práticas escusas do fisiologismo<sup>39</sup>, em um reacionarismo como resposta ao voto de confiança quebrado. Ele é separado da tradicional política patrimonialista<sup>40</sup> por representar um novo inspirado no antigo, na moral militar, e também teve sua imagem construída à semelhança de um tipo comum<sup>41</sup>, medíocre. A cultura dependente/arcaica que esteve fora do foco central, volta à cena de forma barulhenta, mostrando sua força com o novo reacionarismo.

Sobre 2018 há consenso de que se trata de uma eleição atípica, porém, mesmo essa especificidade pode ser enquadrada num processo maior, econômico e político, em que o país, capitaneado por lideranças conservadoras, geralmente renovadas, é manipulado para se dirigir a ‘salvadores da pátria’ após ameaça de algum projeto de cunho esquerdista chegar ao poder, ou de sua presença efetiva no governo. São válvulas de escape controladas pelo *stabliment*, num movimento pendular que ocorre numa periodicidade aproximada de três décadas (MARTINS, 2021, p. 7). Depois de Vargas, três presidentes correspondem a esse perfil e movimento cíclico (Jânio Quadros, Fernando Collor e agora Bolsonaro) e representam a recuperação do modelo tradicional em sua formatação integral, com suas facetas, garantindo altos lucros e concentração de renda nas mãos das oligarquias e dos grupos estrangeiros.

Pode-se dizer, portanto, que a moral econômica local predominante na atualidade é uma modernização do padrão histórico neocolonial, cujo marco inicial é a queda de Vargas. Com sua saída<sup>42</sup>, é restaurada a moral liberal primitiva, agora no contexto de um país

<sup>38</sup> Nome gestado e articulado por setores do braço militar da OIOI, as forças armadas (CONCEIÇÃO, 2021, p. 51-52).

<sup>39</sup> Aqui não se discute o mérito da questão, apenas se ressalta que a justiça não tem encontrado provas para condenar Lula ou Dilma.

<sup>40</sup> Embora sua carreira política seja frequentemente associada a episódios de corrupção, o que permite encaixá-lo no perfil tradicional de político brasileiro (ver, por exemplo, <https://veja.abril.com.br/politica/ex-assessor-de-bolsonaro-admite-esquema-de-rachadinha-no-cla-do-presidente/>).

<sup>41</sup> Lula também se beneficiou dessa identificação popular, afinal também se trata de um cidadão comum, mas destacado, inversamente, pela sagacidade, inteligência e capacidade de articulação. Representando propostas bem distintas, ambos foram inicialmente rejeitados pelas elites e depois incorporados, mas o petismo foi reprovado por essas em razão de seus ‘resultados’ representarem uma ameaça de contenção ao alto padrão de acumulação exigido.

<sup>42</sup> As elites tradicionais já começaram a exercer seu poder durante o governo Vargas, a partir de seu alinhamento com o eixo para combater o nazismo.



formalmente republicano e parcialmente industrializado, embora com diversas lacunas estruturais. Os oligarcas se reergueram ao longo da fase adversa de Vargas na medida em que o capital estrangeiro também se reorganizou após a guerra, e ambos voltaram a determinar os rumos políticos e econômicos, conclamando o país a crescer e se modernizar sem preocupação com demandas sociais ou de classes. Quando o PT chega ao poder seis décadas depois, a moral primitiva da OIOI não é colocada de lado, é apenas arrefecida<sup>43</sup>, o suficiente para caracterizar uma variação que permitiu algumas concessões a segmentos menos favorecidos da sociedade e para mobilizar os interesses tradicionais em torno da recuperação dos parâmetros morais econômicos anteriores.

#### 4. Moral econômica e crise na contemporaneidade nacional

O desenrolar do período 1990-2016 não inova, reforçando um processo cíclico-histórico, pois como exposto ao final da última seção, a ascensão de projetos de inclinação nacional-esquerdista seguida da eleição de um salvacionista para encerrar as concessões aos trabalhadores, já foi observada em outras fases da economia brasileira. A outra saída histórica para tirar a esquerda do poder, o golpe militar<sup>44</sup>, dessa vez não foi colocada em pauta por duas razões: 1. O domínio hegemônico de um *mainstream* moderno e democrático no mundo, e 2. Não houve interrupção da moral dominante, apenas um arrefecimento dela. Mesmo assim, a solução encontrada flerta diretamente com o autoritarismo, na medida em que é articulada junto com o braço armado da OIOI, via construção de uma consistente rejeição à esquerda, por meio de moderna manipulação midiática.

Em todo esse processo histórico recente, a moral econômica predominante usou a moral social para alavancar sua proposta de continuidade disfarçada, enfatizando valores tradicionais e combate à corrupção. Uma diferença importante nas duas últimas décadas é a aceleração do progresso técnico (desencadeada ainda no fim do século anterior), que gerou a internet e as redes sociais virtuais, cuja potência foi percebida de imediato, paradoxalmente, por setores da elite conservadora, frente à constatação de um esgotamento das mídias convencionais. A tecnologia digital, então, foi usada para produzir uma realidade paralela, baseada no resgate de morais anacrônicas, sustentadas por meio de inverdades diversas, negando, inclusive, os avanços científicos que geraram os próprios instrumentos de disseminação da informação usados.

A crise política e econômica instalada em 2014 marcou o rompimento da aliança OIOI com as forças de centro/esquerda, entregando de volta a exclusividade do poder às elites dominantes por meio de armadilhas morais lançadas à população, com objetivo de recolocar a moral econômica excludora como referência única, abrindo caminho para piora na distribuição de renda. Trata-se da reafirmação de valores entranhados em uma sociedade conservadora composta por significativos segmentos reacionários, que no

---

<sup>43</sup> As elites dominantes permaneceram no círculo do poder e impuseram ganhos substanciais para o capital, como atestam os números apresentados por Gonçalves (2012) em sua análise do modelo econômico dos governos Lula.

<sup>44</sup> Casos de Getúlio Vargas e João Goulart.





passado recente estiveram camuflados por camadas de institucionalismo moderno e terminaram explicitados na década de 2010 devido a uma conjuntura política e econômica específica. Uma parte importante dessa mentalidade anacrônica do mercado foi gestada no processo de industrialização local, comandado em grande parte pelas forças armadas após Vargas.

O capital industrial no Brasil foi gestado à sombra de gestões militares, criando afinidade com o autoritarismo, mas entram nos anos 1990 com participação secundária, tem trajetória declinante na economia, ao mesmo tempo que ganha expressão o capital agropecuário, expandindo negócios no país e espalhando uma cultura econômica primitiva típica de ‘desbravadores’ no presente século, com discursos sociais conservadores e liberais radicais para os negócios. Esse segmento, corresponde à modernização das oligarquias tradicionais, atende perfeitamente ao reacionarismo e é fundamental para a remobilização política dessas elites, agora ainda mais representadas e atuantes no congresso. Assim, observa-se a volta de ações agressivas do capital agro de forma ampliada no presente século, se expandindo para o centro, para o sul do nordeste e para o norte do país (PITTA ET AL, 2017).

A reação ao projeto petista representa uma volta ao casulo, nos moldes do que explanou Banfield (1967) para explicar a pobreza e o isolamento socioeconômico como resultado da rejeição à chegada da modernidade numa cidadela rural italiana, caracterizando o que ele designou de comportamento familista amoral. O mercado primitivo é compatível com o protecionismo familiar, que admite meios desvirtuados para obtenção de ganhos econômicos para os mais próximos e não prevê entrada de estranhos na conformação distributiva local. Essa lógica sempre esteve presente da maneira sub-reptícia, tornou-se explícita e ganhou contornos nacionais com a eleição de Bolsonaro e a ascensão de um liberalismo antiquado, selvagem e autoritário, sem limites para exploração humana e dos recursos naturais, que jogou o país num limbo político mundial<sup>45</sup>.

## 5. Conclusões

O estudo constatou a presença de uma moral primitiva no ambiente econômico brasileiro como regra, ao menos desde a metade do século passado, moral essa correspondente aos moldes da concepção mandeviliana. No princípio do século 21, as gestões petistas possibilitaram avanços sociais de curto alcance e uma melhora residual na distribuição de renda, graças à acomodação temporária de segmentos populares na denominada aliança OIOI, responsável pela definição dos parâmetros morais referenciais. Assim, a hipótese inicial foi confirmada, uma vez que a crise de 2014 representou uma retomada do padrão de acumulação sem concessões, de maneira mais plena.

---

<sup>45</sup> O presidente eleito em 2018 não é convidado, nem é recebido, como chefe de Estado, em nenhum país ocidental desenvolvido (à exceção dos E.U.A, também excepcionalmente governado por um extremista de direita).



A observação histórica mostrou que desde os anos 1950 duas outras vezes (1964 e 1990) ocorreram eventos semelhantes no país, o que remete a um movimento pendular no padrão de acumulação, administrado pelas elites via manipulação da moral socioeconômica, para livrar o modelo dessas eventuais ameaças e desvios efetivos de rota. A moral de mercado agressiva se mantém, variando apenas em curtos períodos dentro de longos ciclos (cerca de 30 anos), nos quais a exaustão do modelo é dada pela ascensão de projetos populares (no bojo do excesso de exploração), que chegam ao poder ou são abortados de forma autoritária pelo braço armado (oficial) dos grupos dominantes. Esses episódios atestam que a sociedade tenta reagir, mas os grupos alternativos não conseguem acumular forças suficientes para impor uma ordem econômica mais avançada, tal qual a formulação smithiana.

Práticas de mercado diversas demonstram o *modus operandi* primitivo, como a corrupção sistemática decorrente da relação promíscua entre o público e o privado (típica do patrimonialismo) e a impunidade econômica que segue. O capital industrial local define no processo, sem protagonismo também na era digital/robótica, cedendo lugar à crescente importância do capital agropecuário, a versão atualizada das oligarquias rurais, que ganha espaço geográfico, econômico e político na crise, com atitudes e discursos agressivos. A modernidade tecnológica, por sua vez, é capitalizada pelas elites locais como eficiente meio para trabalhar e sustentar tanto a moral econômica quanto a social.

O estudo do processo histórico ao longo da república confirmou que as variações de conduta e comportamento econômico na sociedade tem associações com mudanças no padrão de acumulação, seja gerado por fatores políticos (queda do socialismo) ou técnico-produtivos (microeletrônica e internet) advindas de contexto histórico socioeconômico mundial. O padrão moral predominante no Brasil reflete as profundas raízes oligarcas das elites locais e o poder do capital estrangeiro na condução conjunta dos rumos econômicos locais, mesmo nos governos de centro-esquerda recentes, quando são encaminhadas pautas suas, como reformas trabalhistas e privatizações. Enfim, do ponto de vista ético, 2014 foi uma crise moral aparente, de ajustes para reafirmação da consolidada moral de mercado referencial que ampara um padrão periférico de acumulação.

## Referências

ALENCAR, Carlos. H.; GICO JÚNIOR, Ivo. Corrupção e judiciário: a (in)eficácia do sistema judicial no combate à corrupção. **Revista Direito GV**, 2011, v. 7, n 1, p. 75-98.

BAI, Chong-Em et al. The Return to Capital in China. **NBER Working Paper**, 2006, n. 12.755, p. 1-23. Disponível em <[https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w12755/w12755.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w12755/w12755.pdf)> Acesso em 20/02/2023.



- BANFIELD, Edward. C. *The moral basis of a backward Society*. New York: Free press, 1967. Disponível em < <https://coromandal.files.wordpress.com/2011/02/edward-c-banfield-the-moral-basis-of-a-backward-society.pdf>> Acesso em 10/09/2022.
- BARRETO, Paulo. et al. *A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas federais na Amazônia*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2009.
- BEM, Augusto P. *Gestão fiscal do governo Dilma e a depreciação do resultado primário*. *Indicadores Econômicos FEE*, 2017, v. 44, n. 3, p. 9-26. Disponível em <http://200.198.145.164/index.php/indicadores/article/view/3840> Acesso em 10/08/2022.
- CASSETTARI, Ailton. *Um estudo empírico da evolução das taxas de juro de curto prazo no Brasil desde o Plano Real*. *Estudos econômicos*, 2002, v. 32, n. 3, p. 409-440. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117814/115461>> Acesso em 21/02/2023.
- CASTILHO, Ela W. **O controle penal sobre os crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei N. 7.492, DE 16.06.86)**. 467 f. Tese (doutorado em direito). Florianópolis: Curso de pós-graduação em direito, Universidade Federal Santa Catarina, 1996.
- CONCEIÇÃO, André G. *Brasil: o golpe de 2016, o governo Bolsonaro e as forças armadas*. **Pontos de Interrogação**, 2021, v. 11, n. 1, p. 45-61. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/14238> Acesso em 10/08/2022.
- DEDECCA, Cláudio. S. *A queda da desigualdade de renda corrente e a participação do 1% dos domicílios de maior renda, 2000-2010*, **Revista de Economia Política**, 2014, v. 34, n. 2, p. 249-265. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/MCvZkWyZrmtJgdmS8w8nLsn/?lang=pt> Acesso em 02/08/2022.
- DOWBOR, Ladislau. *Entender a crise, retomar as conquistas*. **Estudos Avançados**, 2017, v. 31, n. 89, p. 98-95. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132420/128554>> acesso em 19/07/2122.
- ESPÓSITO, Maurício. *Desindustrialização no brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional*. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, 2017, n. 46, p. 120-146. Disponível em <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/293> Acesso em 01/03/2023.
- ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 31, n. 89, 2017. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/9745>>. Acesso em 05/07/2022.
- FILGUEIRAS, Fernando. *A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social*. **Opinião Pública**, 2009, v. 15, n. 2, p. 386-421. Disponível em <https://www.scielo.br/j/op/a/8vV5w5whdMLRD3sqWVPV6fgg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16/09/2021.
- FONSECA, Eduardo. G. **Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- FONSECA, Pedro. C. *Nem ortodoxia, nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira*. **Tempo**, 2010, v. 14, n. 28, p. 19-58. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/tem/a/8cKZ3vZNOwjsx9Fhc6PmGsK/?lang=pt>> Acesso em 05/07/2022.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.



- FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.
- GALBRAITH, John. K. **A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2012, n. 31, p. 5-30. Disponível em < <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/875> > Acesso em 11/05/2022.
- GUEDES, Leandro. T.; CUNHA, Elcemir. P. Financiamento do capital fixo (1970-2012): dissolvendo o paradoxo aparente entre financeirização e autofinanciamento em contexto de queda da taxa de lucro. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, 2021, v. 8, n. 1, p. 16-54. Disponível em < <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/394/pdf> > Acesso em 21/02/2023.
- HOLANDA, Sérgio. B. **Raízes do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio editora, 1971.
- LASSANCE, Antonio. Revolução nas políticas públicas: a institucionalização das mudanças na economia, de 1930 a 1945. **Estudos Históricos**, 2020, v. 33, n. 71, p. 511-538. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/eh/a/7x8kDcnT7CpHfYg4NBH8kwc/?lang=pt&format=html> > Acesso em 05/05/2022.
- MAGALHÃES, Sónia. M. **Uma análise ética da crise económico-financeira nos EUA**. 128 f. Dissertação (mestrado em economia) - Católica Porto Business School, Porto: 2018. Disponível em < <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/26592/1/Uma%20An%c3%aAlise%20%c3%89tica%20da%20Crise.pdf> > Acesso em 26/10/2022.
- MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas: vícios privados, benefícios públicos**. Disponível em < <https://projetophronesis.wordpress.com/2014/11/20/a-fabula-das-abelhas-de-bernard-mandeville/> > Acesso em 31/07/2022.
- MARANI, Sílvio. C. et al. Meanings of research on corruption. **Revista de Administração Pública**, v. 52, 2018, n. 4, p. 712-730. Disponível em < [www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/en\\_1982-3134-rap-52-04-712.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/en_1982-3134-rap-52-04-712.pdf) > Acesso em 08/06/2020.
- MARTINS, Alexandre L. Desafios éticos contemporâneos das economias de mercado. **Revista de Economia Política e História Econômica**, 2019, n 42, p. 16-35. Disponível em < <https://drive.google.com/file/d/1j67bawqVWrmTeuB2jGYLitLvZIBKJZdDI/view> > Acesso em 01/11/2022.
- MARTINS, Alexandre L. Smith, Mandeville e a moral do brasileiro contemporâneo. **Revista de Economia Política e História Econômica**, 2022, n. 47, p. 141-158. Disponível em < [https://drive.google.com/file/d/1tloWH4-ij1rBCGvBnfjM4YhHbvS6TP\\_R/view](https://drive.google.com/file/d/1tloWH4-ij1rBCGvBnfjM4YhHbvS6TP_R/view) > Acesso em 18/07/2022.
- MARTINS, Alexandre L. A ética neoclássica explica a moral predominante na economia brasileira? **A Economia em Revista**, 2021, v. 29, p. 75-86. Disponível em < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/61266/751375153761> > Acesso em 12/07/2022.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1986.



MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, 2004, v. 1, n. 1, p. 7-25. Disponível em [www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/sur-13.pdf#page=7](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/sur-13.pdf#page=7) . Acesso em 07/07/2022.

MIRANDA, Luiz. F. Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2018, n. 25, p. 237-272. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/VPBTRQmsPqT8KLqJmCnqpn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22/08/2022.

NASSIF, Luís et al. A crise internacional e seu impacto no Brasil. **Estudos avançados**, 2008, v. 22, n. 64, p. 185-214. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ea/a/TDtC5wWPmy74DcQccVnntyC/?lang=pt#>> Acesso em 21/02/2023.

PAGOTTO, Leopoldo. U. **O combate à corrupção: a contribuição do direito econômico**. 413 f. Tese (doutorado em direito). São Paulo: Faculdade de direito/Universidade de São Paulo, 2010.

PAIN, Antônio. Avanços na determinação do conteúdo do debate ético no Brasil. **Revista Estudos Filosóficos**, 2008, n. 1, p. 28-43. Disponível em < <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2415>> Acesso em 28/09/2022.

PAULANI, Leda. M. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, 2022, n. 64, p. 68-106. Disponível em < <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1009>> Acesso em 20/02/2023.

PITTA, Fábio T. et al. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos internacionais**, 2017, v.5, n.2, p. 155-179. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2017v5n2p155/12976>> Acesso em 02/03/2023.

REGO, Sergio; PALÁCIOS, Marisa. Ética e democracia em tempos de crise. **Saúde em Debate**, 2016, v. 40, p. 63-72, número especial. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vLr7McrVNSBfzTDHC878Vnb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 26/10/2022.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROCHA, Zeferino. Ética, cultura e crise ética de nossos dias. **Síntese - Revista de Filosofia**, 2007, v. 34, n. 108, p. 115-131. Disponível em < <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/227/416>> Acesso em 26/10/2022.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. **Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais**. Texto para Discussão, n. 290. Unicamp. IE, Campinas: 2017. Disponível em <



<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3510/TD290.pdf>> Acesso em 02/03/2023.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins fontes, 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo. A.; PINTO, Eduardo C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, 2012 v. 21, p. 909-941, número especial. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 19/09/2022.

VAZ, Lucio. **A ética da malandragem: no submundo do Congresso Nacional**. São Paulo: Geração editorial, 2005.

VILELA, Rodolfo. A. et al. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, 2004, v. 20, n 2, p. 570-579. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/n9YJ9gXknCxXCpBztHLB9LG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21/08/2022.



## Novos rumos de políticas nos EUA: acirramento com a China em novos setores

*New policy directions in the US: aggravation with China in new sectors*

**DOI:** [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64894](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64894)

**Autores:** **Arthur Osvaldo Colombo**, doutorando em Economia na UFRJ. E-mail [arthur\\_colombao@hotmail.com](mailto:arthur_colombao@hotmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1128-9140>,  
**Sarah Patrocínio Sartório**, doutoranda em Economia na UFMG – Cedeplar. E-mail [sarahpatrocinio@hotmail.com](mailto:sarahpatrocinio@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0795-0140>

### Resumo

O presente artigo buscou demonstrar quais são os principais alvos de políticas públicas da ordem executiva lançada em 12 de setembro de 2022 e do Plano Biden, elaborados recentemente pelo presidente norte-americano. Constatou-se grande ênfase e previsões de investimento no setor de biotecnologia e nos complexos produtivos interligados a ele. Além disso, o artigo demonstrou que serão encontradas diversas dificuldades que os Estados Unidos da América (EUA) encontrarão no médio e no longo prazo para execução do que foi mencionado na respectiva ordem executiva, devido à complexidade intrínseca de se avançar em setores de alto conteúdo tecnológico. Além das dificuldades internas supracitadas, os norte-americanos terão que enfrentar a forte concorrência chinesa, que também pretende avançar nas atividades supramencionadas, reforçando o forte embate geopolítico existente entre ambas as nações.

**Palavras-chave:** Políticas governamentais; P&D; Biotecnologia; Concorrência internacional.

### Abstract

This article sought to demonstrate the main public policy targets of the executive order launched on September 12, 2022 and the Biden Plan, recently prepared by the US president. There was great emphasis and investment forecasts in the biotechnology sector and in the productive complexes interconnected to it. In addition, the article demonstrated that there will be several difficulties that the United States of America (USA) will encounter in the medium and long term for the execution of what was mentioned in the respective executive order, due to the intrinsic complexity of advancing in sectors of high content technological. In addition to the internal difficulties mentioned above, the North Americans will have to face strong Chinese competition, which also intends to advance in the activities, reinforcing the strong geopolitical clash between both nations.

**Keywords:** Government policies; P&D; Biotechnology; International competition.

**JEL:** L65. O14. O24. O32.



## Introdução

Os avanços na ciência de modo geral podem afetar diretamente o processo produtivo e inovativo. As evoluções provenientes pioneiramente da biologia e da genética tornaram a nanotecnologia e a biotecnologia vertentes promotoras de novas atividades e de avanços que impactam de maneira direta nos procedimentos e na produtividade das unidades industriais (CHIARINI, 2021). Por ser altamente abrangente, alguns autores utilizam atualmente o termo “bioeconomia” para se referirem a todas as ramificações. Todavia, destaca-se que o conceito está relacionado a tudo que engloba a biomanufatura e a biotecnologia (BUENO; TORRES, 2022). As operações ligadas à biotecnologia recebem cada vez mais atenção das esferas pública e privada, tanto é que governos e empresários apostam na ideia de que aquelas que envolvem a referida área são as “detentoras do futuro” (LIMA, 2017; GADELHA, 2021; MOREIRA, 2021), e por esse motivo merecem atenção especial, principalmente na formulação de políticas públicas.

Em 12 de setembro de 2022, o presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, realizou a assinatura da Executive Order on Advancing Biotechnology and Biomanufacturing Innovation for a Sustainable, Safe, and Secure American Bioeconomy<sup>46</sup>, que dentre outros pontos visa ao fortalecimento dos complexos produtivos voltados à biotecnologia norte-americana (BIDEN, 2022). Com isso em pauta, pode-se elaborar as seguintes perguntas: em que consistem as principais políticas propostas e qual é a sua executabilidade dentro dos prazos previstos? Assim, o objetivo central deste texto é, justamente, averiguar os principais pontos a serem contemplados na nota supramencionada, os montantes financeiros empenhados e a razoabilidade dos prazos pretendidos.

A hipótese da qual este estudo parte é de que as metas estabelecidas pelo governo Biden marcam um ponto de inflexão em relação à gestão anterior, porque se evidencia a importância de políticas públicas que visem às questões ambientais, em especial, a transição energética para fontes renováveis. No entanto, a amplitude das medidas projetadas e a presença da China, como uma rival cada vez mais poderosa, apresentam-se como fortes empecilhos para os EUA.

A metodologia utilizada neste trabalho foi uma minuciosa análise da proposta assinada pelo presidente Joe Biden, assim como uma revisão bibliográfica a respeito da biotecnologia norte-americana e a demonstração de alguns dados de previsões de investimentos. Além desta introdução, o artigo conta com mais quatro seções. Na primeira são descritos os objetivos expostos na nota executiva. A segunda foca no embate que inevitavelmente ocorrerá entre EUA e China no curto, médio e longo prazo. Já na terceira é elaborada uma análise das dificuldades que o governo norte-americano encontrará para cumprir esses objetivos. Por fim, na quarta seção são elencadas algumas ponderações finais.

---

<sup>46</sup> Ordem Executiva sobre o Avanço da Inovação em Biotecnologia e Biomanufatura para uma Bioeconomia Americana Sustentável, Segura e Protegida.





## 1. Objetivos econômicos norte-americanos: políticas explícitas propostas pelo presidente Joe Biden com foco na bioeconomia

No dia 12 de setembro de 2022, o atual presidente dos EUA, Joseph R. Biden Jr., realizou a assinatura de um documento que pode ser considerado, no mínimo, uma tentativa de execução de uma política industrial e tecnológica marcada por amplitude, magnitude e formato com prazos auspiciosos, pois tem como foco o fortalecimento do que podemos nomear de complexo econômico e industrial da biotecnologia<sup>47</sup>, visando contemplar os avanços gerais em biotecnologia<sup>48</sup> e biomanufatura. Na visão de alguns pesquisadores, entre eles Lima (2017) e Moreira (2021), essas esferas produtivas atualmente estão em destaque, o que também pode ser percebido logo na seção um do documento:

[...] É política do meu governo coordenar uma abordagem de todo o governo para avançar a biotecnologia e a biomanufatura em direção a soluções inovadoras em saúde, mudanças climáticas, energia, segurança alimentar, agricultura, resiliência da cadeia de suprimentos e segurança nacional e econômica. No centro desta política e de seus resultados estão os princípios de equidade, ética, segurança e proteção que permitem o acesso às tecnologias, processos e produtos de uma maneira que beneficie todos os americanos e a comunidade global e que mantenha a liderança tecnológica e a competitividade econômica dos Estados Unidos (BIDEN, 2022, tradução nossa, grifos nossos).

Fica evidente que a partir de todo o arcabouço gerado pelas inovações entre os setores ligados à biotecnologia, o governo norte-americano pretende alcançar nobres objetivos, tais como: a melhoria geral da saúde, a diminuição da poluição (buscando utilização de energia limpa), a erradicação da fome (em conjunto com avanços nos setores da agricultura) e o adensamento dos elos produtivos nacionais que contemplem essas respectivas cadeias produtivas<sup>49</sup>.

Como argumentam Bueno e Torres (2022), a bioeconomia tem base assentada em algumas tecnologias que são essenciais para o desenvolvimento econômico atualmente, temática essa que já era discutida por Biden desde sua campanha presidencial, três avanços são descritos como sendo a base da bioeconomia nos EUA: engenharia genética, sequenciamento de DNA e manipulações automatizadas de biomoléculas (BUENO;

<sup>47</sup> Segundo Bueno e Torres (2022), os países europeus já possuem planos e discussões bem definidas a respeito dessa temática, o que não era encontrado por parte dos norte-americanos. A União Europeia debate de forma mais enfática desde 2012, enquanto os EUA só demonstraram de fato estratégias contundentes com documentos oficiais no pós-pandemia.

<sup>48</sup> É interessante notar que países desenvolvidos (como é o caso dos EUA) em geral possuem recursos baseados em biotecnologia. Um exemplo é o sistema Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats (CRISPR), que em tradução para o português significa: repetições palindrômicas curtas agrupadas e regularmente espaçadas. Tal aparato de edição genômica, aliada ao Cas 9, permite a deleção seletiva do DNA, e as referidas potências se utilizam disso para estabelecer elos entre a área farmacêutica e seus mercados relacionados (BUENO; SANTOS; MATTOS, 2021).

<sup>49</sup> A relação entre bioeconomia e segurança nacional na União Europeia é muito menos explícita do que no caso norte-americano. Para os europeus, a bioeconomia representa uma mudança ampla na economia, mas está ligada ao reaproveitamento de resíduos e à sustentabilidade (BUENO; TORRES, 2022).



TORRES (2022). Os avanços advindos da biotecnologia e da genética fizeram com que os termos “biotecnologia” e “nanotecnologia” fossem cada vez mais difundidos em unidades produtivas, estando diretamente associados ao aumento de produtividade nas últimas décadas (CHIARINI, 2021).<sup>50</sup> Como enfatiza Gadelha (2021), o novo ideal de desenvolvimento econômico, especialmente entendido como essencial após a pandemia de covid-19, é de que o desenvolvimento social é endógeno ao desenvolvimento econômico e acima de tudo possibilitador e promotor de progresso técnico. Essa visão está completamente em oposição à neoclássica, que observa o investimento social como um gasto, que deve ser balizado de acordo com possibilidade e previsão orçamentária de austeridade. A possibilidade da geração de progresso técnico a partir do investimento em políticas sociais rompe completamente com essa concepção liberal.

O termo “bioeconomia” se refere justamente a toda e qualquer atividade econômica que esteja associada à biotecnologia e à biomanufatura, além do uso da biomassa, como explicam Bueno e Torres (2022, p. 178-179). Segundo a Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos<sup>51</sup> (NASEM) (2020), ao menos 5% do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano advém da bioeconomia. Se existe algo que a pandemia de covid-19 provou a duras penas (não somente aos EUA, mas ao mundo todo) é a magnitude da importância das atividades supracitadas. A produção de vacinas, exames e diagnósticos estão diretamente conectados ao seu desempenho. Portanto, pode-se notar que a bioeconomia integra fatores humanos (saúde pública), climáticos (energia limpa), de desenvolvimento econômico (segurança alimentar, geração de empregos e renda), de adensamento produtivo e até de avanço geopolítico, ao liderar novos mercados.

Como destaca Gadelha (2021), a saúde, em si, pode ser qualificada como um sistema extremamente amplo, com características que envolvem esferas econômicas, produtivas e inovativas. Nesse panorama qualitativo, diversos complexos produtivos estão interligados, como as unidades industriais químicas e biotecnológicas, que se articulam diretamente com a farmacêutica e a farmoquímica, essas últimas responsáveis pela produção tanto de medicamentos quanto de insumos que serão utilizados na produção de vacinas e até mesmo de diagnósticos. Nesse sentido, ocorre uma interação de grande importância entre a indústria de transformação e os serviços de alta intensidade tecnológica. É reconhecida a dificuldade no aspecto tecnológico para se avançar em elos produtivos dos setores que compõem a biotecnologia, já que nos próprios termos utilizados por Biden.

Precisamos desenvolver tecnologias e técnicas de engenharia genética para poder escrever circuitos para células e programar a biologia de forma previsível da mesma forma que escrevemos *software* e programamos computadores; desbloquear o poder dos dados biológicos, inclusive por meio de ferramentas de computação e inteligência artificial; e avançar na ciência da produção em escala, reduzindo os obstáculos à

---

<sup>50</sup> Embora os avanços em biotecnologia marquem um avanço em ciência e tecnologia, esses avanços podem trazer resultados questionáveis. Um bom exemplo disso é a substituição em alguns casos de produtos naturais por produtos transgênicos. Todavia, não é objetivo deste artigo demarcar os possíveis malefícios dos avanços biogenéticos, mas, sim seus benefícios.

<sup>51</sup> National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine.



comercialização para que tecnologias e produtos inovadores possam chegar aos mercados mais rapidamente (BIDEN, 2022, tradução nossa, grifos nossos).

Assim, é possível notar o imenso desafio produtivo e inovativo que a economia norte-americana terá que enfrentar para atingir os objetivos ligados ao avanço da bioeconomia. O seu desenvolvimento engloba, basicamente, as mais modernas tecnologias informacionais, como *softwares* de última geração e inteligência artificial, combinados a outros aspectos correlacionados historicamente à manufatura, como a produção em larga escala que apresente uma respectiva demanda da população (GADELHA, 2021). Para atingir tais metas, a intervenção estatal é de sumária importância. A seguir são descritos 11 pontos nos quais o governo norte-americano terá influência direta para alcançar os avanços previstos:

(a) reforçar e coordenar o investimento federal em áreas-chave de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de biotecnologia e biofabricação, a fim de promover objetivos sociais; (b) promover um ecossistema de dados biológicos que avance em biotecnologia e inovação em biomanufatura, ao mesmo tempo em que adere aos princípios de segurança, privacidade e condução responsável da pesquisa; (c) melhorar e expandir a capacidade e os processos de produção da biomanufatura nacional, ao mesmo tempo em que aumenta os esforços de pilotagem e prototipagem em biotecnologia e biomanufatura para acelerar a tradução dos resultados da pesquisa básica em prática; (d) impulsionar a produção sustentável de biomassa e criar incentivos inteligentes para o clima para produtores agrícolas e proprietários florestais americanos; (e) expandir as oportunidades de mercado para bioenergia e produtos e serviços de base biológica; (f) treinar e apoiar uma força de trabalho diversificada e qualificada e uma próxima geração de líderes de diversos grupos para o avanço da biotecnologia e da biomanufatura; (g) esclarecer e agilizar os regulamentos a serviço de um sistema baseado em ciência e risco, previsível, eficiente e transparente para apoiar o uso seguro de produtos de biotecnologia; (h) elevar a gestão dos riscos biológicos como pedra angular do ciclo de vida da biotecnologia e da I&D da biofabricação, incluindo a investigação e o investimento em biossegurança aplicada e inovação em biossegurança; (i) promover padrões, estabelecer métricas e desenvolver sistemas para crescer e avaliar o estado da bioeconomia; informar melhor as políticas, a tomada de decisões e os investimentos na bioeconomia; e assegurar o desenvolvimento equitativo e ético da bioeconomia; (j) proteger e proteger a bioeconomia dos Estados Unidos adotando uma abordagem proativa e voltada para o futuro para avaliar e antecipar ameaças, riscos e vulnerabilidades potenciais (incluindo intrusão digital, manipulação e esforços de infiltração por adversários estrangeiros) e fazendo parceria com o setor privado e outras partes interessadas relevantes para mitigar riscos em conjunto para proteger a liderança tecnológica e a competitividade econômica; e (k) engajar a comunidade internacional para aumentar a cooperação em P&D em biotecnologia de forma consistente com os princípios e valores dos Estados Unidos e que promova as melhores práticas para pesquisa, inovação e desenvolvimento e uso de produtos seguros e protegidos. Os esforços empreendidos de acordo com esta ordem para promover essas políticas serão referidos coletivamente como a Iniciativa Nacional de Biotecnologia e Biomanufatura (BIDEN, 2022, tradução nossa, grifos nossos).



Observando os itens elencados, nota-se uma força tarefa intervencionista do Estado norte-americano. Todos esses movimentos marcam uma aliança em prol do desenvolvimento produtivo e inovativo dos EUA ancorado à biotecnologia e seus agregados. Esse elo reforçará a atuação público-privada norte-americana, deixando completamente de lado ideais neoclássicos ou novo-clássicos de livre mercado. A necessidade e previsão de atuação direta do governo estadunidense é ressaltada de maneira enfática ao longo dos referidos pontos, isto é, para perpassar pelo caminho pretendido é necessária uma abordagem sistêmica da biotecnologia e de todos os outros setores ligados a ela, justamente enfatizando a resolução de problemas que só podem ser enfrentados com uma atuação direta do Estado (MAZZUCATO; ROY, 2019; MAZZUCATO, 2019, 2021).

Como ressaltam Alvarenga Junior, Costa e Young (2022), o American Jobs Plan conta com um aparato de planejamento diretamente intervencionista, reforçando a ideia expressa acima de abandono da concepção liberal, principalmente a partir do governo Biden. Na mesma linha de raciocínio, no qual se explicita o total abandono de estratégias de cunho neoliberal pelo governo Biden, Rosales (2022) enfatiza que a competição com a China<sup>52</sup> é um fator acentuador do intervencionismo estatal norte-americano, que busca incentivar áreas como infraestrutura, inovação e novas tecnologias.

Para fins de exemplo, podemos citar que a saúde pública dentro do Plano Biden apresenta importância primordial com o Rescue Plan, Jobs Plan e Family Plan, apenas para citar alguns dos projetos previstos para execução nos próximos anos. Em termos de investimento direto, destaca-se que, no enfrentamento dos danos da pandemia, haverá um dispêndio de US\$ 14 bilhões destinados à pesquisa, com ênfase em vacinas e seu acesso; outros US\$ 48 bilhões para acesso, produção e inovação local. No que tange ao rastreamento e à prevenção, US\$ 50 bilhões serão voltados para as tecnologias do futuro (e aqui os setores que compõem a bioeconomia são amplamente contemplados). Além disso, prevê-se que mais de 100 mil profissionais sejam contratados e disponibilizados no mercado de trabalho que engloba toda a área da saúde (CHIARINI, 2021).

Já referente ao Jobs Plan, US\$ 400 bilhões serão para a proteção de grupos de risco; outros US\$ 300 bilhões destinados à esfera produtiva direta, partindo do Estado e retirando ao menos parte da parcela da saúde norte-americana, que fica quase exclusivamente delegada ao mercado; também há US\$ 180 bilhões de origem militar, visando à pesquisa e ao desenvolvimento. No tocante ao Family Plan, US\$ 225 bilhões serão investidos para tornar mais fácil o acesso da população como um todo, reforçando também as condições de trabalho dos funcionários da saúde, contemplando aumentos salariais e até mesmo o número de profissionais especializados em cuidado infantil (GADELHA, 2021).

Ainda podem ser citadas: a criação do Darpa da saúde, que contará com um orçamento de US\$ 6,5 bilhões apenas para o ano de 2022; a repatriação de elos produtivos e a garantia de que os novos que forem criados se situem em solo norte-americano,

---

<sup>52</sup> A competição com a China será abordada com maior detalhamento na próxima seção.



tornando-se um dos principais *fronts* na guerra geopolítica com a China; o investimento na casa dos US\$ 200 bilhões para o fortalecimento do antigo programa Obamacare; e quase US\$ 10 bilhões para possíveis controles epidemiológicos (GADELHA, 2021). Chiarini (2021) ressalta que dentre os investimentos previstos para o Plano Biden, cerca de US\$ 35 bilhões serão destinados a setores voltados à biotecnologia para a obtenção de energia limpa<sup>53</sup>. De tal modo que US\$ 40 bilhões serão alocados para a modernização da infraestrutura científica dos EUA.

Os avanços da bioeconomia e dos setores que a compõem passam a ser de interesse diretamente estatal, sendo descritos até mesmo como fatores de segurança nacional. Uma aliança entre as unidades industriais, as universidades e os centros de pesquisa, as organizações não governamentais, a comunidade, os sindicatos e as esferas públicas (em ordem federal, estadual e local) será formada para que se cumpram os objetivos nos prazos estabelecidos a partir da ordem executiva do presidente Biden. Ademais, os 11 pontos devem ser cumpridos de maneira sistemática ou sistêmica, isto é, de maneira correlacionada e ao mesmo tempo levando em consideração todos os principais agentes envolvidos.

Por fim, além dos pontos supracitados, existe o objetivo de mitigar as questões de assimetrias de informação, conforme o trecho a seguir:

A fim de facilitar o desenvolvimento da bioeconomia dos Estados Unidos, meu governo estabelecerá uma Iniciativa de Dados para a Bioeconomia (Iniciativa de Dados) que garantirá que um conjunto de dados biológicos de alta qualidade, amplos, facilmente acessíveis e seguros possam conduzir avanços para a bioeconomia dos Estados Unidos (BIDEN, 2022, tradução nossa, grifos nossos).

Sem dúvidas, a clareza dos dados pode ser uma aliada de eximia importância para que o governo norte-americano atinja seus objetivos. Uma organização coerente e acessível pode balizar as expectativas como um termômetro para a verificação se as propostas e os objetivos estão mais ou menos próximos de ocorrer no médio e longo prazo. De fato, mensurar a bioeconomia é algo de extrema complexidade, pois parte a ser mensurado se afasta de setores dito como tradicionais, além de produzir ativos intangíveis que dificultam ainda mais a contabilização e a mensuração de seu valor real. Dificuldade essa que já é apontada há alguns anos (BR&D BOARD, 2019): desde 2015, por exemplo, é explicitado que mensurar a bioeconomia é algo que envolve categorias da agropecuária, da bioenergia, dos químicos renováveis e produtos de base biológica e até mesmo de políticas, o que não é nada trivial do ponto de vista estatístico (GOLDEN *et al.*, 2015).

---

<sup>53</sup> Dentre o volume de investimentos, pode-se destacar o esforço considerável dentro do Plano Biden para a adoção de tecnologias que contemplem o uso da energia elétrica para o setor automotivo, por exemplo, substituindo os obsoletos modelos dependentes de produtos derivados de petróleo (DAVIDOVICH, 2022).



## 2. O embate China versus EUA na bioeconomia global

Existe uma preocupação central dos EUA com o aumento de novos concorrentes nas áreas que compõem a bioeconomia. Não é muito difícil de constatar que a principal nação que se apresenta como uma ameaça é a China.<sup>54</sup> Representantes norte-americanos que possuem influência na elaboração de políticas públicas mencionaram à *Reuters* que os EUA esperam reduzir sua dependência da China em termos de pesquisa biomédica (PAO, 2022). O Plano Biden vai além da ordem executiva supracitada e visa de fato contemplar os setores biotecnológicos, especialmente aqueles da área da saúde.

Como destaca Gadelha (2021), tal iniciativa acaba reforçando a rivalidade com os chineses e coloca a saúde em grau de importância similar as atividades ligadas a defesa que são historicamente privilegiadas. Segundo Poty e Aguiar (2021), na batalha tecnológica entre China e EUA, cada uma das potências concentrou seus esforços em áreas distintas: enquanto a primeira focou no desenvolvimento da tecnologia 5G, a segunda buscou aprimorar o setor de biotecnologia.

Na concepção dos autores, o investimento na tecnologia 5G seria uma estratégia acertada ao espriar os ganhos para diversos setores e complexos produtivos, posicionamento esse que pode ser passível de crítica, já que, com o passar do tempo, a biotecnologia se apresenta como uma área de maior relevância. A despeito disso, a velocidade de processamento e desenvolvimento dos dados estaria mais como algo complementar, e não como uma escolha entre um ou outro avanço (POTY, AGUIAR, 2021).

Desde 2021, o governo Biden se movimenta para o enfrentamento da China. A ordem executiva assinada no referido período, por exemplo, causou diversos impactos aos chineses. Dentre eles, é possível citar os índices da bolsa de valores, como os da empresa *WuXi Biologics*, fornecedora de serviços de pesquisa e fabricante global de medicamentos, que caiu cerca de 24%. Duas outras organizações, a *WuXi AppTec* e a *Pharmaron Beijing*, tiveram um decréscimo por volta de 11% e 16% cada. Sobre o referido documento, Rosales (2022, p. 511) destaca que os EUA buscam reduzir a dependência chinesa com relação a defesa, tecnologias de comunicação, saúde pública, biotecnologia, transporte, produção de alimentos e fornecimento de matérias-primas agrícolas o mais rápido possível.

Além disso, Gadelha (2021) ressalta que de fato existe um acirramento da competição entre EUA e China em relação aos novos setores que não remontam à ideia clássica de manufatura (indústria de transformação), isto é, a disputa se espriou para setores de serviços, principalmente setores que possuem alto conteúdo tecnológico e são ou estão diretamente ligados aos informacionais. Não é objetivo deste artigo refutar a magnitude da indústria de transformação para o desenvolvimento econômico, todavia, o que é

---

<sup>54</sup> O novo cenário criado no pós-pandemia da covid-19 será totalmente dominado pelas nações que obtiverem a liderança no desenvolvimento das tecnologias informacionais e da biotecnologia. De fato, logo após a crise de 2008, esses complexos já apresentavam seu alto grau de importância, mas é inegável que a crise sanitária intensificou a relevância dessas atividades e de sua capacidade produtiva e inovativa. O autor também ressalta a previsão de um amplo embate entre EUA e China (REICHE, 2022).



observado empiricamente nos últimos anos é a importância de diversos setores de serviços, especialmente aqueles voltados para as novas tecnologias informacionais. Mesmo classificações de intensidade tecnológica relativamente limitadas, que se utilizam apenas de uma parcela de pesquisa e desenvolvimento (P&D) como valor adicionado do PIB, já identificam e classificam diversos seguimentos não industriais como de alta intensidade tecnológica (GALINDO-RUEDA; VERGUER, 2016; MORCEIRO, 2018, 2020).<sup>55</sup>

Retomando as discussões sobre as relações e as disputas entre EUA e China no âmbito da biotecnologia e dos novos setores, Chiarini (2021, p. 184) aponta que os dispêndios Chineses em P&D vem aumentando de maneira significativa. Nas últimas 3 décadas.<sup>56</sup> Evidentemente, o indicador de investimento em P&D como valor adicionado do PIB possuiu suas limitações, no entanto, o avanço chinês nesse aspecto repercute em, pelo menos, uma preocupação ou mesmo uma ameaça aos norte-americanos. Embora exista um interesse mundial para a transição de todos para uma economia verde, o acirramento entre as referidas potências mundiais deixa de lado até possibilidades de negociações na casa dos trilhões de dólares para a manutenção ou um posicionamento melhor no médio e no longo prazo nas atividades que se referem aos seguimentos ligados à biotecnologia. Não é um devaneio deduzir que o governo norte-americano busca praticar o *reshoring* com o objetivo de repatriar diversos elos produtivos transferidos ao exterior ao longo das décadas, no qual o processo de globalização e a formação das cadeias globais de valor se intensificou. A busca pelo re(adensamento) produtivo visa ao aumento da geração de emprego e renda em solo estadunidense e principalmente à diminuição da dependência tecnológica do seu principal rival no mercado global, a China, processo esse que já acontece em outras esferas produtivas além da biotecnologia e da biomanufatura (ZHAI; SUN; ZHANG, 2016).

Analisando de maneira mais geral, o Plano Biden também busca minar o que ainda é o “calcanhar de Aquiles” da manufatura chinesa, como a produção de semicondutores modernos e equipamentos indispensáveis para a confecção de *chips* de última geração. Para tal, o governo norte-americano ultimamente aplica restrições nas exportações desses itens para a os chineses, o que em certa medida acaba prejudicando o avanço chinês na tecnologia de inteligência artificial e, por consequência, também atrasa a bioeconomia na China, justamente porque *chips* de inteligência artificial são necessários para o avanço desses setores (PAO, 2022).

Em virtude desse tipo de embargo, os chineses se manifestaram repudiando a estratégia estadunidense, afirmando que tal medida fere o conceito de livre mercado e o intercâmbio tecnológico, que, na concepção de Jeff Pao, é benéfico para ambas as nações,

<sup>55</sup> A última classificação de intensidade tecnológica elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) leva em consideração a P&D como uma porcentagem do PIB e foi elaborada por Galindo-Rueda e Verguer (2016), bem como adaptada para o Brasil e detalhada de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) por Morceiro (2018). Para mais detalhes sobre esse assunto, ver Morceiro (2018, p. 198).

<sup>56</sup> Os dispêndios chineses em P&D vem crescendo aceleradamente no período 1991-2019 [...] passando de 0,72% a 2,23% do PIB. Se a China mantiver a média da taxa de crescimento ade dispêndios em P&D dos últimos anos (4,3% a.a.), ultrapassará os dispêndios médios em P&D dos EUA da última década (2,8% do PIB) em 2005.



nas palavras do representante chinês “A globalização econômica é a realidade e uma tendência histórica. Esperamos que os EUA possam respeitar a lei da economia de mercado e o princípio da concorrência justa, em vez de dificultar o intercâmbio tecnológico global e o comércio”.

Em síntese, pode-se inferir que, embora a economia chinesa apresente diversos contratos e acordos com empresas estadunidenses, isso, por si só, não cria uma dependência estrutural da China com os EUA. E mais: os chineses afirmam que no médio e no longo prazo, dependendo das condições impostas, o país seria perfeitamente capaz de internalizar os elos produtivos dos quais os norte-americanos desejam repatriar, utilizando-se de avanços tecnológicos nativos — o que em teoria pode significar uma ameaça ainda maior à nação americana pela luta na obtenção de maior influência no mercado global.

Apesar de a nota executiva do presidente Biden ter afetado negativamente algumas empresas chinesas no mercado financeiro no curto prazo, quando se observa a situação no médio prazo, os resultados são totalmente diferentes. As CXOs<sup>57</sup> tiveram entre 2017 e 2022 um crescimento médio de 34% em sua receita no exterior e sua demanda continua patente. Isto é, a retaliação e as estratégias de Biden no atual cenário podem representar um empecilho de curto prazo, mas nada além disso na visão chinesa. Nesse sentido, a unidade produtiva *WuXi Biologics* já anunciou um plano de construir um laboratório em Cingapura, no valor aproximado de US\$ 1,4 bilhão, que contará com mais de 1.500 empregados. O grupo empresarial supracitado já conta com unidades em diversos países pelo mundo, como Irlanda, Alemanha e Estados Unidos (PAO, 2022).

Embora a grande maioria dos estudos apresentados até aqui tenham o foco no papel dos setores voltados à biotecnologia, com o seu poder de alterar as trajetórias de desenvolvimento econômico, Jaro (2022) aponta que no médio e no longo prazo a biotecnologia terá um impacto significativo na segurança nacional dos países. Portanto, um dos avanços da biotecnologia é o foco, por exemplo, na biossegurança com o intuito de evitar ameaças bioterroristas. A autora ressalta que, embora se descarte a possibilidade de a Covid-19 (que gerou o cenário de pandemia) ter sido fruto de um atentado bioterrorista, o presente quadro de debilidades interacionais demonstrou como o mundo se encontra despreparado para lidar com um possível ataque no futuro. Assim, fica claro que, além de todos os aspectos mencionados no qual a biotecnologia se apresenta como importante, a segurança nacional e até mesmo mundial também dependem do avanço dessa área e de seus setores.

### 3. A auspiciosidade dos objetivos e prazos

Para Rosales (2022), é evidente que o processo de conflito patente entre EUA e China e o desenrolar das problemáticas não se encerrarão em um curto prazo. Além disso, seria necessária uma mudança radical de concepção ideológica por parte da nação

---

<sup>57</sup> Juntamente com aquelas que fornecem apenas serviços de pesquisa de medicamentos (CRO), fabricação (CMO) ou vendas (CSO), todas essas empresas combinadas formaram na China o chamado setor CXO.





americana para mitigar os impasses, já que a ideia de livre mercado e o compartilhamento de inovações tecnológicas não leva nenhuma das duas potências ao sucesso na disputa pela hegemonia global. Além disso, o autor salienta que uma tentativa fracassada de barrar o avanço chinês pode cobrar um preço elevado, já que a China atualmente possui condições econômicas, políticas e mercantis para isso, algo que nem mesmo a União Soviética em seu auge chegou próxima de ter.<sup>58</sup>

Diante do exposto, compreende-se que se trata de uma disputa da hegemonia global norte-americana, que está sendo ameaçada de uma maneira jamais vista na história, desde quando os EUA alcançaram esse posto no período entreguerras. E agora todos os setores que compõem a biotecnologia, assim como os outros que de maneira direta ou indireta são afetados por eles, farão toda a diferença nas próximas batalhas pela soberania.

Além do documento oficial citado e analisado ao longo deste artigo, diversos autores apontam a necessidade de elaborar o processo de *reshoring*. O ex-presidente norte-americano Donald Trump, por exemplo, pretendia fazer isso com parte da indústria de transformação, diminuindo a dependência da manufatura chinesa, mas falhou significativamente. Agora Biden mostra uma preocupação similar àquela do governo anterior, todavia, o foco é em relação à biotecnologia e aos setores desse complexo produtivo. Adensar elos produtivos certamente se apresenta como um nobre objetivo, no entanto, pouco se fala na imensa dificuldade desse processo. São necessários esforços que, direta ou indiretamente, abranjam aspectos macro, meso e microeconômicos. Cano (2014, p. 167, grifos nossos)<sup>59</sup> explica com maestria esse fato:

Há de se entender que eliminar uma empresa é relativamente fácil, em tais circunstâncias. Destruir uma liderança industrial nacional, um empresário industrial dinâmico, como ocorreu com vários, também é fácil. O difícil é criar ou tentar recriar tais empresas e respectivas lideranças. Criar e recriar empresas nacionais expressivas e grandes.

Vale destacar que, durante o processo de *offshoring*, uma parte significativa da produção foi delegada ao exterior (no caso dos EUA para a China), a busca por maiores taxas de lucro das unidades foi intensa e deixou de lado a soberania nacional. O preço de tal movimento veio com a crise da pandemia de Covid-19. A nação estadunidense, que já foi a maior produtora de produtos manufaturados do mundo, não conseguiu abastecer sua população nem ao menos com respiradores, portanto, a análise de Cano (2014) é totalmente coerente com a atual situação. Em síntese, o que se aponta é que externalizar elos produtivos é uma tarefa relativamente rápida e fácil, porém trazê-los de volta é completamente o oposto, apresentando-se como um processo árduo e demorado.

Com essa concepção em voga, a nota executiva elaborada pelo presidente Joe Biden, embora tenha objetivos completamente nobres e que buscam o desenvolvimento

---

<sup>58</sup> O PIB soviético nunca ultrapassou 40% do seu homólogo norte-americano (ROSALES, 2022)

<sup>59</sup> Embora o trabalho de Cano (2014) apresente como foco a análise da indústria brasileira, esse ponto também serve para analisar a situação norte-americana, principalmente em relação a sua dependência com a China.



econômico norte-americano, com crescimento e melhoria de renda para a população, são inexecutáveis no curto prazo. A título de exemplo, no documento se estima um prazo de 240 dias para executar um relatório sobre indicadores para os setores da bioeconomia. Como já citado anteriormente, desde 2015, tenta-se estimar tais dados para a biotecnologia e ainda não foi possível obtê-los de forma satisfatória, devido ao alto grau de complexidade de mensurar as atividades desse setor. Assim, esperar um levantamento em menos de um ano parece muito pouco crível.<sup>60</sup>

Além da dificuldade natural que o *reshoring* e o próprio desenvolvimento da biotecnologia apresentam, não se deve esquecer que os EUA estão quase umbilicalmente unidos à China (ROSALES, 2022), portanto, desfazer essa relação de maneira truculenta criaria uma instabilidade em âmbito global, uma vez que o mundo ainda sente duramente os reflexos da pandemia e mais atualmente da crise energética, devido à guerra entre Ucrânia e Rússia. Portanto, essa não é uma manobra recomendável ou mesmo executável.

Não obstante, internamente os EUA encontrarão outro empecilho para colocar em vigor os principais pontos descritos na ordem executiva, porque muitos políticos e pesquisadores norte-americanos ainda pregam e acreditam ser o melhor caminho, o ideal do livre comércio que ampara boa parte das políticas neoliberais. Paraphrasing Rosales (2022), será necessária a realização de um “cavalo de pau ideológico” no discurso e nas ações por parte do governo estadunidense.

Não será tarefa trivial obter o apoio necessário para convencer uma ampla maioria de que o futuro depende de uma coordenação público-privada, dirigida por interesses produtivos apontados pelo Estado (e não pela iniciativa privada), e que determinados setores merecem mais auxílios que outros para o desenvolvimento comum no médio e no longo prazo. É como se estivesse falando em um retorno do ideal, dos anos dourados do capitalismo, levando em consideração, no entanto, que a questão ambiental atual também deve estar no centro das discussões.

## Considerações finais

Não é novidade alguma que a alternância de presidente nos EUA (Trump-Biden) marcou também uma mudança de direção em determinadas políticas, não apenas econômicas, mas de uma maneira geral. O setor de bioeconomia, que envolve a biomanufatura e a biotecnologia, assim como seus demais agregados passaram a ser objetivo central da atual gestão. A nota executiva elaborada em setembro de 2022 deixa isso claro. Por meio da sua implementação, o governo norte-americano buscará um tipo de desenvolvimento econômico marcado pelo crescimento e por melhores condições para os extratos de mais baixa renda da população. Dentro do bojo da biotecnologia, busca-se o desenvolvimento da saúde pública envolvendo as áreas farmacêutica, farmoquímica e de serviços gerais da saúde.

---

<sup>60</sup> Todos os demais prazos citados no documento também parecem pouco prováveis de execução.



Observa-se uma forte tendência de tornar a economia norte-americana menos poluente (ponto de inflexão importante em relação ao seu antecessor), e a transição para métodos de obtenção de energia limpa não será apenas indicada, mas fortemente estimulada. Além disso, a nação americana objetiva praticar o *reshoring*, ou seja, pretende adensar diversos elos produtivos que foram transferidos para outros países, especialmente em atividades que estão ligadas direta ou indiretamente à biotecnologia e atualmente localizadas em seu principal rival na geopolítica internacional, a China. Esse movimento visa não apenas ao aumento da geração de emprego e renda em solo norte-americano, mas no longo prazo, planeja enfraquecer (na medida do possível) o referido país, tornando mais tardio os avanços na biotecnologia chinesa.

Tem-se um entendimento de que um tecido produtivo adensado pode aumentar a possibilidade de geração de inovações e, conseqüentemente, o progresso técnico; sem mencionar que o atual governo norte-americano está em linha com diversos pesquisadores que apontam que a bioeconomia possui as atividades produtivas portadoras do futuro. Apesar de nobres propostas e certamente uma direção adequada com os novos tipos de desenvolvimento econômico que apresentam ênfase na preservação do meio ambiente, conclui-se que os prazos estipulados por Biden na nota executiva são demasiadamente curtos. Os objetivos têm, sim, a possibilidade de serem alcançados, principalmente, por uma nação como os EUA. Todavia, são metas passíveis de alcance no médio e no longo prazo.

Conclui-se que na medida do possível, o *reshoring* será um termo que tomara cada vez mais espaço nas políticas públicas norte-americanas e o embate com China tende a intensificar esse movimento nas próximas décadas. Todavia, destaca-se que readensar um elo produtivo é um processo extremamente complexo e pode levar diversos anos. Além disso, as novas políticas industriais a serem praticadas direta ou indiretamente terão que levar em conta o desenvolvimento dos setores ligados a biotecnologia. Ademais, percebe-se um enfraquecimento natural das ideias liberais que permearam o *mainstream* econômico da década de 1980 até grande crise 2008. A necessidade de uma presença ativa do Estado se faz necessária.

O livre mercado não possui o arcabouço necessário para os avanços em setores de elevada complexidade econômica tecnológica como, exemplo os supramencionados ao longo deste artigo. O avanço produtivo e inovativo das próximas décadas favorecerá métodos de produção não apenas o aumento da produtividade, mas, que levem em consideração a preservação ambiental e favorecimento direto e de todas as camadas da população, principalmente as menos abastadas.

Portanto, trata-se de um novo tipo de desenvolvimento econômico a ser alcançado. As ferramentas utilizadas e as medidas necessárias estão totalmente fora do arcabouço liberal. O sucesso para os novos objetivos de políticas pública estão com foco em atividades relativamente novas (por isso algumas vezes nomeadas como detentoras do futuro), o que no mínimo, requer estratégias distintas das utilizadas para desenvolver atividades ditas como tradicionais.



Os próximos estudos e pesquisas sobre esse assunto podem focar, por exemplo, em quais serão as consequências para os países em desenvolvimento neste embate entre EUA e China, bem como a busca por alternativas e lacunas para o progresso da biotecnologia nesses setores, com a apresentação dos objetivos centrais desses países. Além disso, se faz necessária a realização de estudos que possam apontar possíveis malefícios de alguns produtos alterados biogeneticamente como o caso dos alimentos transgênicos.

## Referências

- ALVARENGA JUNIOR, M. A.; COSTA, L. A. N.; YOUNG, C. E. F. Um *green new deal* para o Brasil. **GV Executivo**, São Paulo, v. 21, n. 1, jan./mar. 2022. p. 27-34.
- BIDEN, J. R. J. **Executive Order on Advancing Biotechnology and Biomanufacturing Innovation for a Sustainable, Safe, and Secure American Bioeconomy**. The White House, Briefing Room. Presidential Actions, Washington, 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2022/09/12/executive-order-on-advancing-biotechnology-and-biomanufacturing-innovation-for-a-sustainable-safe-and-secure-american-bioeconomy/>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- BR&D BOARD. **The bioeconomy initiative: implementation framework**. Washington: BR&D Board, 2019.
- BUENO, A. M. C.; SANTOS, M.; MATTOS, B. R. B. **Governança global de diversidade biológica e de clima e o conceito de soluções baseadas na natureza**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021.
- BUENO, A. M. C.; TORRES, D. A. P. Experiências recentes da União Europeia e dos Estados Unidos em bioeconomia e oportunidades para o Brasil. **Tempo do Mundo**, Brasília, n. 28, jul. 2022. p. 177- 207.
- CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento do Centro Celso Furtado**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2014. p. 139-174.
- CHIARINI, T. Ciência, tecnologia e inovação como alavancas para o desenvolvimento. In: RONCAGLIA, A.; BARBOSA, N. (org.). **Bidenomics nos trópicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. p. 183-195.
- DAVIDOVICH, L. Desafios globais para a ciência, a tecnologia e a inovação. **Tempo do Mundo**, Brasília, n. 28, jul., 2022. p. 17-22.
- GADELHA, C. A. G. O Complexo Econômico-industrial da saúde (CEIS): uma nova abordagem da política de desenvolvimento para o Brasil. In: RONCAGLIA, A.; BARBOSA, N. (org.). **Bidenomics nos trópicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. p. 85-97
- GALINDO-RUEDA, F.; VERGER, F. OECD taxonomy of economic activities based on P&D intensity. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, Paris, n. 4, 2016.
- GOLDEN, J. S. *et al.* **An economic impact analysis of the U. S. biobased products industry: a report to the Congress of the United States of America**. Washington: USDA's BioPreferred Program, 2015.



- JARO, A. N. **La amenaza bioterrorista**: nuevas vías de ataque y propuestas de intervención. Madri: Repositorio Universidad Pontificia Comillas, 2022.
- LIMA, U. M. O Brasil e a cadeia automobilística: uma avaliação de políticas públicas para maior produtividade e integração internacional entre 1990 e 2014. In: OLIVEIRA, I. T. M. et al. (org.). **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2017. p. 7-106.
- MAZZUCATO, M. **The entrepreneurial State**: debunking public vs. private sector myths. Londres: Public Affairs, 2019.
- MAZZUCATO, M. **Mission economy**: a moonshot guide to changing capitalism. New York: Harper Collins, 2021.
- MAZZUCATO, M.; ROY, V. Rethinking value in health innovation: from mystifications towards prescriptions. **Journal of Economic Policy Reform**, v. 22, n. 2, p. 101-119, 2019.
- MORCEIRO, P. C. **A indústria brasileira no limiar do século XXI**: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. 2018. 216 f. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 3, 2020. p. 835-860
- MOREIRA, U. Semicondutores, informação e automação. In: RONCAGLIA, A.; BARBOSA, N. (org.). **Bidenomics nos trópicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. p. 196- 211.
- NASEM. **Safeguarding the bioeconomy**. Washington: The National Academies Press, 2020.
- PAO, J. Chinese biomed, firms take ill on Biden’s decoupling order. **Asian Times**, China, Trade Wars, 15 set., 2022. Disponível em: <https://asiatimes.com/2022/09/chinese-biomed-firms-take-ill-on-bidens-decoupling-order/>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- PEREIRA, A. et al. Negacionismo e negócios: a política ambiental da diplomacia brasileira. In: SOUSA, A. T. L. M.; AZZI, D. A.; RODRIGUES, G. M. A. (org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Telha, 2022. p. 47-75.
- POTY, I. B.; AGUIAR, C. B. O. Políticas públicas dos EUA e da China para a pandemia: tensões geopolíticas, competição tecnológica e modelos de desenvolvimento. **Monções**, Dourados, v. 10, n. 20, jul./dez. 2021.
- REICHE, C. B. M. El norte de Centroamérica a la luz del bicentenario. **Espacios Políticos**, año XII, segunda época, n. 2, ago. 2022. p. 15-264.
- ROSALES, R. V. El conflicto Estados Unidos-China y las perspectivas del “desacoplamiento estratégico”. **El Trimestre Económico**, v. LXXXIX (2), n. 354, abr./jun. 2022. p. 491-532.
- ZHAI, W., SUN, S.; ZHANG, G. Reshoring of American manufacturing companies from China. **Operations Management Research**, Springer, v. 9, n. 3, dez. 2016. p. 62-74.



## Covid-19 no Brasil: os impactos sobre a desigualdade de renda em 2020

*Covid-19 in Brazil: the impacts on income inequality in 2020*

**DOI:** [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64895](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64895)

**Autoras:** **Camila Oliveira Ribeiro** - Doutoranda em Economia da PUC-RS. E-mail: [camila.ribeiro97@edu.pucrs.br](mailto:camila.ribeiro97@edu.pucrs.br) ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0282-5702>

**Izete Pengo Bagolin** – PUC-RS. E-mail: [izete.bagolin@pucrs.br](mailto:izete.bagolin@pucrs.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4325-7677>

### Resumo

O presente artigo visa analisar a evolução dos índices de desigualdade antes e durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, observando os efeitos dos programas sociais, principalmente do Auxílio Emergencial (AE). Foram utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos anos 2012 a 2020 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19 (PNAD Covid-19) em 2020, ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram organizados em formato de painéis, permitindo observar as variações e estimar a desigualdade. Os resultados sugerem uma redução dos índices de Gini e Palma, indicando a importância do Auxílio Emergencial na manutenção da renda durante a pandemia em 2020.

**Palavras chave:** Desigualdade de renda; Políticas de Transferência; Covid-19; Brasil.

### Abstract

The objective of this article is to analyze the evolution of inequality indices before and during the Covid-19 pandemic in Brazil, observing the effects of social programs, mainly Emergency Aid (AE). Information from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) from 2012 to 2020 and the National Covid-19 Household Sample Survey (PNAD Covid-19) in 2020, both carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were used. The data were organized in panel format, allowing the observation of variations and estimation of inequality. The results suggest a reduction in the Gini and Palma index, indicating the importance of Emergency Aid in maintaining income during the pandemic in 2020.

**Keywords:** Income Inequality; Transfers Policies; Covid-19; Brazil.

**JEL:** I14, I38



## 1 Introdução

A pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 em 2020 instaurou um cenário crítico para a economia dos países, dificultando até mesmo as ações para seu enfrentamento, uma vez que, diferentemente das recessões de 1929 e 2008, esta não foi originada pelo setor financeiro, e sim por um contágio viral que acarretou uma crise sanitária pelo mundo (Carvalho, S., 2020). Essa crise atingiu severamente as camadas mais pobres da sociedade, deixando evidente as lacunas e consequências da desigualdade. Os resultados de um recente estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), considerando dados de 175 países que sofreram com pandemia e epidemias<sup>61</sup>, evidenciaram o aumento de 1,5% na desigualdade de renda estimada por intermédio do índice de Gini durante os cinco anos em que ocorreram esses colapsos sanitários (Furceri; Loungani; Ostry, 2020).

No Brasil, a pandemia pode ser considerada um caso distinto, visto que a crise sanitária se instaurou em uma economia que ainda buscava se recuperar da crise econômica de 2015. A inércia dos rendimentos entre 2017 e 2019 possuía uma trajetória desigual, na qual os mais pobres vinham sofrendo com a perda do poder de compra, enquanto o topo da pirâmide se recuperava lentamente (Carvalho, S., 2020). Diante desse cenário, novas investigações que permitam entender o quadro sintomático dessa desigualdade ainda são pertinentes e necessárias.

Dito isso, o objetivo geral deste artigo é analisar a evolução dos índices de desigualdade antes e durante a pandemia de Covid-19, observando os possíveis efeitos dos programas sociais, em especial do Auxílio Emergencial (AE). Por meio de um breve resumo dos choques sobre a mobilidade de renda, o presente estudo colabora para identificar o impacto que as políticas de transferência de renda têm em períodos de crise sobre a desigualdade de renda.

Para responder ao objetivo proposto, o artigo está organizado em cinco seções. Na sequência desta introdução, apresenta-se uma revisão de literatura sobre as políticas de transferência de renda aplicadas no Brasil; na terceira e quarta seções, são apresentadas a metodologia e a análise dos resultados obtidos; por fim, na quinta seção, são feitas as considerações finais.

## 2 Políticas de transferência no Brasil

A criação de uma renda básica destinada aos mais pobres, segundo Bacha e Unger (1978), seria um instrumento essencial para a estruturação de uma democracia sólida, na qual há um nível aceitável de desigualdade de renda. No Brasil, somente após a Constituição Federal (CF) de 1988 foi possível criar condições para a sistematização da seguridade social (Soares, 2010), uma vez que este documento garante o direito à assistência e renda mínima aos indivíduos não contribuintes do fundo público (Brasil, 2020d).

---

<sup>61</sup> Sars (2003), H1N1 (2009), Mers (2012), Ebola (2014) e Zika (2016).



Embora as políticas de transferência<sup>62</sup> tenham ganhado força na década de 1990, como consequência da promulgação da CF/1988, suas primeiras ações ocorreram no período que as antecede. A Renda Mensal Vitalícia (RMV), por exemplo, instituída em 1974 e hoje em extinção, distribuía meio salário mínimo às pessoas idosas acima de 70 anos e às pessoas com deficiência que estivessem incapacitadas para o trabalho e que não tivessem outra forma de se sustentar.

Com a CF/1988, foi estabelecido o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo, independentemente de contribuição à Previdência Social, para quem não possua meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Para tanto, devem ser cumpridos dois critérios: ter acima de 65 anos ou ser portador de necessidades especiais. Desde então, aproximadamente 4.626.888<sup>63</sup> cidadãos foram contemplados.

Cabe ressaltar que o BPC faz parte da administração da previdência e assistência social do Governo Federal, sendo um dos únicos a ter essa estrutura. Embora seja coordenado pela assistência social, o requerimento ao benefício deve ser realizado por uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cuja aprovação é feita por um médico perito (Soares, 2010).

A partir do Projeto de Lei n. 80/1991, que propôs a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), a pauta se tornou cada vez mais frequente na agenda pública, seguida de projetos pioneiros nos municípios paulistas (Santos, Ribeirão Preto e Campinas) e em Brasília (1995) (Costa; Soares, 2020). O Governo Federal então instituiu os seguintes programas focalizados<sup>64</sup>: Bolsa Escola, em 1997, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, em 2001, e Bolsa Família, em 2004 (Costa; Soares, 2020).

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei n. 10.836 (Brasil, 2004), tornou-se o programa de assistência social mais importante do país, visto que, em 10 anos, foi de 3,7 milhões para 14 milhões de beneficiados. No primeiro ano, o número de famílias chegou a 6,5 milhões, ou seja, teve um crescimento de 76% (Brasil, 2020d). No entanto, apesar disso, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) defende a ineficácia do PBF para amenizar a situação de miséria ou de desigualdade, pois argumenta que o valor médio do benefício não é capaz de arcar com despesas básicas, como a alimentação, por exemplo (DIEESE, 2020). Segundo esse departamento, o benefício médio ficava em torno de R\$ 89,00 a R\$ 205,00 por família, já o custo da cesta básica variava de R\$ 325,01 a R\$ 472,59, dependendo da capital brasileira (DIEESE, 2020).

---

<sup>62</sup> Os programas de transferência de renda são uma forma de o Estado intervir, podendo ser universal ou individual, para atender aos mais vulneráveis.

<sup>63</sup> Dado referente ao mês de março de 2020.

<sup>64</sup> “O processo de focalização consiste na verificação periódica das informações das famílias elegíveis e beneficiárias do Auxílio Brasil registradas no Cadastro Único. O objetivo é aprimorar o programa, observando as linhas de elegibilidade e permanência. O público-alvo da focalização são famílias com renda divergente da declarada no Cadastro Único e a contida em outras bases federais, identificando aquelas com renda acima da linha de emancipação (R\$ 525) ou da linha de pobreza (R\$ 210)” (Brasil, 2022).





É importante considerar que o PBF se trata de uma política de transferência transitória, pois os benefícios se mantêm enquanto as famílias estiverem em condição de pobreza, de tal modo que “as pessoas têm direito a contribuições assistenciais contínuas somente quando se mantêm privadas de recursos [...]”. Além disso, elas estão sujeitas a procedimentos mais ou menos invasivos [...]” (Van Parijs; Vanderborght, 2018 *apud* Vieira, 2022, p. 78). Em síntese, o propósito dessas políticas é apenas controlar a miséria e a fome, uma vez que somente o auxílio não é suficiente para superar quaisquer tipos de desigualdade.

Em 2014, o PBF sofreu perdas significativas de beneficiários (83 mil nesse ano). Após o parlamento aprovar a Emenda n. 95, em dezembro de 2016, a situação dificultou ainda mais a expansão de ações sociais devido ao limite de gastos públicos definido no teto orçamentário (Brasil, 2020d). Posteriormente, após 16 meses do segundo mandato de Dilma Rousseff, reeleita em janeiro de 2015, foi aberto o processo de *impeachment* que resultou no afastamento da presidenta. Nesse contexto político, em que o governo sofreu perdas na base parlamentar enquanto enfrentava as “pautas-bombas”, o parlamento optou por não priorizar pautas relacionadas às políticas sociais, porém, com o agravamento da crise e o surgimento da pandemia em 2020, uma mudança nesse cenário foi necessária.

## 2.1 Covid-19 e Auxílio Emergencial

Diante da grave crise sanitária que assolava o país e o mundo, o então presidente assinou o Decreto Legislativo n. 6/2020 de calamidade pública, anunciado em 20 de março, posteriormente validado pelo Congresso Nacional, via emenda à constituição, que perdurou até 31 de dezembro de 2020, autorizando a criação de créditos extraordinários para gastos acima do teto e da meta. A decretação de calamidade pública, porém, possibilitou ao poder executivo desonerar-se da expedição de determinações limitadoras de empenhos regulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo, assim, o descumprimento da meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Brasil, 2020c; Couto, 2020).

Em razão disso, o AE fez parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 10/2020, nomeada “Orçamento de Guerra”, criada como condição extraordinária para o combate da pandemia causada pela Covid-19. O então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e mais sete parlamentares apresentaram a PEC ao Congresso Nacional. De acordo com Dias (2020), a PEC facilita a execução orçamentária de medidas emergenciais, pois possibilita o mecanismo constitucional aplicado em situação de normalidade. A medida permite agilidade na realização de custos com obra, serviço e compra pelo Poder Executivo enquanto estiver em calamidade pública.

Desse modo, o Orçamento de Guerra previa o aporte de R\$ 258,5 bilhões, e desse total, grande parcela seria referente ao pagamento do AE para os vulneráveis. Inicialmente, a equipe do ministro Paulo Guedes propôs a liberação de R\$ 15 bilhões em parcelas de R\$ 200 reais durante três meses, deixando de fora quem era beneficiário do PBF e os trabalhadores autônomos fora do Cadastro Único (CadÚnico). Entretanto,

após a mobilização da sociedade e de partidos progressistas, o benefício final aprovado pelo Congresso Nacional previa gastos de R\$ 154,4 bilhões em 2020, tendo mais de 80 milhões de beneficiários.

Sandro Sacchet de Carvalho (2020) afirma que, se considerarmos a projeção do Instituto Fiscal Independente (IFI), a despesa fiscal calculada para o período inicialmente estipulado para o benefício atingiu 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo quatro vezes maior que o montante destinado ao PBF em 2019.

Para uma análise comparativa, destacam-se as informações do BPC, do PBF e do AE que marcaram o contexto histórico brasileiro no que diz respeito aos programas de transferência destinados à assistência social. O Quadro I, a seguir, mostra os principais pontos dos programas referidos.

Quadro I – Comparativo dos principais programas sociais brasileiros

<b>Crítérios</b>	<b>BPC</b>	<b>PBF</b>	<b>AE</b>
<b>Prazo</b>	Indeterminado	Depende do perfil dos integrantes da família	5 meses
<b>Idade</b>	Acima de 65 anos ou pessoas com deficiência	Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza	18 anos, exceto mães adolescentes
<b>Renda por indivíduo</b>	Menor ou igual a um quarto do salário mínimo	Domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza com renda <i>per capita</i> de até R\$ 178,00	Não ter recebido acima de R\$ 28.559,70 no ano anterior
<b>Limite por domicílio</b>	Podendo cobrir mais de um membro por grupo familiar	Varia pela composição familiar	Limite de duas pessoas por família; no caso de mulher provedora, ela recebe duas cotas do auxílio
<b>Benefício</b>	Um salário mínimo	Valor médio de R\$ 185,00	R\$ 600,00 até R\$ 1.200,00
<b>Abrangência</b>	4.748.984	13.170.607	65.000.000
<b>Recursos financeiros</b>	R\$ 19.275.490.190,70	R\$ 31.159.235.696,00	R\$ 116 bilhões creditados até 03/07/2020

Fonte: Autoria própria, adaptado de Costa e Soares (2020, p. 74).

Após o começo da disponibilização do AE, foi possível notar o número expressivo de indivíduos que solicitaram esse benefício. Somente até 3 de julho de 2020, foram aproximadamente 109 milhões de requerimentos, ou seja, mais da metade dos brasileiros. No entanto, apenas 65,1 milhões eram elegíveis, dentro das premissas estabelecidas na Lei n. 13.982 (Brasil, 2020c).

Assim, observam-se as incongruências operacionais que resultaram em milhões de pedidos de reanálise, conforme a Tabela I, a seguir. É importante destacar que o corte da renda para aprovação do requerimento é de 1/2 salário mínimo, e não 1/4 do salário, como é definida a linha de pobreza utilizada no PBF (CEF, 2020).

Tabela I – Informações referentes ao Auxílio Emergencial

AE em milhões de indivíduos	PBF	CadÚnico	Site	Total de pessoas	Total pago (03/07/2020)
<b>Cadastrados</b>	19,9	32,1	57,1	109,1	
<b>Processados</b>	19,9	32,1	55,7	107,1	
<b>Elegíveis</b>	19,2	10,5	35,5	65,1	
<b>Inelegíveis</b>	0,7	21,6	20,2	42,2	
<b>Valor em bilhões</b>	R\$ 45,50	R\$ 19,50	R\$ 51,80		R\$ 116,80
<b>Análise</b>			1,4		
<b>Reanálise</b>			0,8		

Fonte: Autoria própria, adaptada de Costa e Soares (2020, p. 75).

Com base na avaliação do cadastro de informações cruzadas desatualizadas, foi possível perceber que houve milhões de brasileiros impedidos de acessarem ou receberem o AE. Isso por motivos operacionais, visto que constavam erroneamente no sistema trabalhadores formais que não desempenhavam mais tal função. Essa inconsistência de informações aconteceu pelo fato de que muitos empregadores não deram baixa na carteira de trabalho de seus ex-funcionários e porque o governo não buscou em bases de dados informações que permitissem mostrar essas inconsistências. Em síntese, o sistema cruzou dados não atualizados ou condizentes com a realidade do indivíduo. Nessa perspectiva, o PBF e o BPC mostraram-se mais adaptados à realidade do povo brasileiro.

Diante disso, o AE estabelecia o pagamento durante três meses do valor de R\$ 600 ao trabalhador informal, autônomo e desempregado sem rendimentos fixos, trabalhadores intermitentes ativos, microempreendedores individuais, contribuintes individuais da Previdência Social, mães adolescentes e demais categorias de cidadãos em situação de precariedade e que possuíssem Cadastro Nacional de Pessoa Física. Além disso, o valor do benefício pôde chegar ao valor de R\$ 1.200,00 quando a mulher fosse a responsável pelas despesas da família (Brasil, 2020b). Posteriormente, o AE recebeu a primeira ampliação do prazo para mais duas parcelas de R\$ 600,00, pagas nos meses de julho e agosto de 2020, por meio do Decreto n. 10.412. No dia 2 de setembro de 2020, foi instituída a Medida Provisória n. 1.000, para regularizar a vigência do auxílio até dezembro de 2020 (Brasil, 2020a).

A redução realizada sobre o valor do benefício para R\$ 300,00, apresentada na Medida Provisória n. 1.000 (Brasil, 2020a), que permitia extensão do prazo até dezembro de 2020, indica uma limitação dos gastos públicos e uma queda na eficiência dessa política, visto que o cenário pandêmico apresentava uma necessidade latente na manutenção do benefício (Vieira, 2022).

Em 18 de março de 2021, foi publicada no *Diário Oficial* a Medida Provisória n. 1.039, que concedia mais quatro parcelas mensais do AE no valor de R\$ 250,00. No caso de indivíduos que morassem sozinhos, o valor foi reduzido a R\$ 150,00 mensais, e mulheres provedoras de famílias monoparental, a R\$ 375,00 mensais, seguindo os mesmos critérios estabelecidos em 2020 (Brasil, 2021). Cabe ressaltar que a extensão do AE não



foi concedida por meio de novas solicitações, sendo contemplados somente seus beneficiários, conforme o art. 2º da Lei n. 13.982 e do Auxílio Emergencial residual da Medida Provisória n. 1.000, elegíveis no mês de dezembro de 2020 (Brasil, 2020a; 2020c). O histórico brasileiro relacionado à criação de programas de proteção social foi um fator importante na rápida implementação do AE. Do mesmo modo, contribuíram para isso os dados do CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal, que facilitaram o pagamento do benefício e possibilitaram mapear os mais vulneráveis, funcionando como instrumento de inclusão social à população em situação de pobreza. Além disso, o CadÚnico também serviu para pagamentos do BPC.

O montante liberado pelo Governo Federal foi relevante ao combate do coronavírus, visto que forneceu proteção social às camadas mais vulneráveis da população e, ao mesmo tempo, ajudou a frear a contração econômica, injetando dinheiro para redinamizar a economia diante dos agravos causados pela pandemia. Apesar dos opositores, os programas de transferência, como o PBF, por exemplo, estão sempre nas agendas programáticas de diferentes partidos políticos, seja de esquerda ou direita. A disputa entre PT e PSDB sobre quem teria iniciado o PBF afirma sua popularidade e apelo eleitoral (Britto; Soares, 2010).

Além de entendermos a relevância que essas iniciativas possuem ao assegurar a proteção social entre os diversos paradigmas ideológico-partidários, essa ação mostra que há uma estratégia que rege o comportamento político, no qual a oposição pode significar a perda de milhões de votos, como um verdadeiro “suicídio eleitoral” (Britto; Soares, 2010, p. 19).

Nesse sentido, Barbosa e Prates (2020) argumentam sobre a necessidade da substituição do AE por uma renda básica universal, permanente, como uma alternativa necessária nesse período de recuperação econômica, que permita a constância no consumo das famílias e proporcione uma vida digna à população carente. Isso seria importante para não retrocedermos no que diz respeito ao nível de desigualdade de renda, ou seja, voltarmos a patamares semelhantes aos da década de 1980.

A efetividade do AE no âmbito municipal, segundo Costa e Freire (2021), se deu em regiões menos desenvolvidas, que acabaram sendo mais favorecidas por ele, visto que, se considerarmos a situação financeira anterior ao pagamento, é possível perceber que os beneficiários sequer constataram as consequências negativas da crise econômica de 2020. O aumento da renda média da população não se sustentou devido à redução do valor do AE e ao desemprego. Ainda em novembro de 2020, 20% das famílias não tinham emprego formal e, conseqüentemente, não haviam recuperado seus rendimentos (Gonçalves *et al.* 2021).

Cabe ressaltar que essa medida fez com que o governo aumentasse a dívida pública, isto é, seu financiamento se deu por emissão de títulos para o mercado. O custo de emissão dos títulos depende, a longo prazo, do comportamento da taxa de juros, que, aliás, estava em queda devido à estabilização da Selic. Laura Carvalho (2020), em seu livro *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*, afirma que, assim como outros países, o Brasil estava endividado antes da crise sanitária, ou seja, com sua chegada a situação somente se



agravou. Ademais, fica claro que o Estado só atuou dessa forma, contrária à estratégia anterior<sup>65</sup>, em razão da pressão da sociedade e do Congresso Nacional, disponibilizando um total de 7,2% do PIB em suporte ao setor privado (Pires, 2020).

Em síntese, a pandemia trouxe inúmeros reflexos à economia, seja pelas medidas emergenciais, que reduziram a arrecadação de impostos<sup>66</sup> e provocou o aumento da dívida pública, seja pela dilação do ajuste fiscal que era previsto. Além disso, ocorreu uma redução da demanda e uma consequente ausência de pressão inflacionária, o que gerou uma lacuna propícia para mais reduções da taxa básica de juros. As mudanças nas relações de consumo trouxeram desafios para o mercado no pós-pandemia, pois o “novo normal” ocasionou impactos significativos no que tange à produtividade, ao crescimento e à competitividade (Carvalho, L., 2020).

### 3 Metodologia

Há inúmeros estudos acerca da desigualdade de renda que buscam estimar e identificar, por meio de índices, a distribuição da renda. A análise da desigualdade feita neste artigo utiliza como base os índices de Gini e de Palma.

#### 3.1 Índice de Gini

O índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini com o objetivo de sintetizar a desigualdade de renda em valor numérico, variando entre 0 e 1, significando que os valores próximos de zero indicam menos desigualdade e valores próximos a um indicam maior desigualdade (Schneider, 2004).

#### 3.2 Índice de Palma

O índice de Palma, idealizado pelo economista chileno Gabriel Palma, em 2011, estima a desigualdade por meio da razão entre 10% da população com o maior rendimento com 40% da população com menor rendimento. O cálculo estratifica os rendimentos por decis e mede a distância entre o topo com os 40% mais pobres. Segundo Palma (2006), na classificação dos rendimentos, as escalas intermediárias não sofrem grandes oscilações após a estimação da desigualdade, sendo assim mais homogêneas e, portanto, focando sua análise onde as concentrações de renda são mais latentes.

Nesse sentido, as avaliações de Cobham, Schlogl e Sumner (2015) são de que, apesar de ter certas fragilidades em suas estimativas, os índices são úteis e fazem sentido se utilizados em conjunto, para que seja possível ter uma visão mais ampla ao observar a desigualdade e sua magnitude.

---

<sup>65</sup> As estratégias criadas por Paulo Guedes no início do mandato do presidente Jair Bolsonaro eram por natureza opostas às medidas tomadas em meio à pandemia.

<sup>66</sup> A arrecadação foi afetada devido, principalmente, à redução de impostos para empresários aplicada durante a pandemia.



### 3.3 Amostra

Os dados utilizados neste artigo são quase que exclusivamente da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNADC), cujos microdados foram atualizados e disponibilizados em 30 de novembro de 2021, tornando possível a observação da evolução dos rendimentos e comportamentos da desigualdade desde 2012. Cabe ressaltar que é feito um “encaixe” entre a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Covid-19 (PNAD Covid-19) e a PNADC para analisar os efeitos do AE, visto que a PNADC não separa esse rendimento dos demais benefícios do governo, como é realizado com o PBF e BPC.

A metodologia de coleta das informações para PNADC possui um esquema de rotação entre os domicílios escolhidos, em que o entrevistado no 1º mês sai por dois meses subsequentes da amostra, repetindo a mesma sequência por cinco vezes. Diferentemente da PNADC, a PNAD Covid-19 tem uma amostra fixa, ou seja, os domicílios permanecem os mesmos até o fim da pesquisa. De acordo com a metodologia de pareamento apresentada no estudo de Menezes-Filho, Komatsu e Rosa (2021), os domicílios entrevistados no primeiro trimestre de 2018 e 2019 da PNADC são os que compõem a PNAD Covid-19.

As bases de dados foram tratadas para remover observações inválidas, incorretas ou inexistentes, assim como outliers, conforme a metodologia elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a). Os rendimentos foram coletados na primeira e quinta visitas, pois, por conta da pandemia, o levantamento das informações se deu via telefone – somente após a quinta entrevista se tem maior aproveitamento dos dados de 2020 e 2021.

O deflacionamento das variáveis de rendimentos nominais é feito utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em relação aos dados anuais, adota-se a média aritmética dos três meses que compõem cada trimestre. Ressalta-se ainda que o procedimento é semelhante em ambas as pesquisas, e os deflatores podem ser encontrados na documentação dos microdados (IBGE, 2019b; 2021b).

A variável “renda domiciliar *per capita*” soma os rendimentos reais do trabalho (habitual na PNADC e efetivo na PNAD Covid-19) e os de outras fontes dos residentes e os divide pelo número de residentes do domicílio, sendo desconsiderados os empregados domésticos, parentes de empregados domésticos e pensionistas (IBGE, 2021b). Ao estimar os parâmetros populacionais que consideram a separação da população-alvo em classes, o cálculo leva o peso amostral pela variável de rendimento desejada e classifica pelos percentis.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Foi utilizado o *software* R por meio das funções do pacote *Survey*.

## 4 Comportamento da renda média do país com e sem os benefícios sociais

A transferência de renda faz parte do sistema de proteção social, em que o propósito principal é garantir a manutenção da renda e das mínimas condições materiais de vida ao indivíduo e sua família (Marshall, 1950). As diretrizes dessas políticas podem ser instituídas por um histórico de contribuições para o acesso, no caso de aposentadorias, pensões e seguro-desemprego ou auxílio-doença; ou por uma condicionante, como possuir uma renda familiar insuficiente para crianças frequentarem a escola e adultos ingressarem no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as transferências de renda são realizadas para mitigar um aspecto que compõe a vulnerabilidade social, portanto, se faz uso das informações coletadas na PNADC, realizada pelo IBGE, para analisar a influência que os programas sociais possuem sobre os rendimentos.

Ao observar a série da PNADC, é notável que 90% dos programas sociais são representados pelo PBF e BPC, sendo que em 2020 a participação de ambos sofreu uma queda devido ao crescimento de outros benefícios emergenciais instituídos na pandemia. A Tabela 2, a seguir, compara a renda média familiar recebendo ou não algum tipo de benefício, sendo possível verificar a queda nos rendimentos apresentada em 2021, especialmente nos domicílios que receberam algum tipo de benefício.

Tabela 2 – Renda média mensal domiciliar *per capita*, por condição de recebimento ou não de programas sociais, 2012-2021 (R\$)

Ano	Recebe PBF	Não recebe PBF	Recebe BPC-LOAS	Não recebe BPC-LOAS	Recebe outros programas sociais	Não recebe outros programas sociais
2012	423	1.709	790	1.436	708	1.430
2013	448	1.755	830	1.483	597	1.485
2014	458	1.792	847	1.526	721	1.522
2015	436	1.716	834	1.480	783	1.468
2016	408	1.708	816	1.463	684	1.447
2017	392	1.700	819	1.468	674	1.452
2018	390	1.768	789	1.527	794	1.504
2019	390	1.787	822	1.548	743	1.526
2020	409	1.566	855	1.475	833	1.687
2021	365	1.482	788	1.373	616	1.514

Fonte: Autoria própria, com base nos dados apresentados em IBGE (2022b; 2021b).

Nota 1: A preços médios de 2021.

Nota 2: Consolidação das informações da 1ª visita em 2012-2019 e 5ª visita em 2020-2021, PNADC.

Nota 3: No cálculo da renda domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é composto apenas por indivíduos com 14 anos ou mais, exceto pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

No que se refere às reduções dos rendimentos no último ano, cabe ressaltar que os beneficiários do PBF foram impactados em 10,8%, enquanto os que recebem outros programas mostraram uma perda de 26,1% decorrente da diminuição do valor do AE no período. Os beneficiários BPC-LOAS tiveram uma redução de 7,8%, sendo, portanto, o menos discrepante em relação à redução apresentada pelos indivíduos que não receberam qualquer tipo de benefício.

#### 4.1 Composição da renda total ao longo do tempo

De modo geral, ao observar a Tabela 3, a seguir, é possível notar as oscilações dos rendimentos ocorridas de 2012 a 2014, pois houve um aumento em 4,9%, entretanto, em 2015, houve uma queda de 2,9%, atingindo uma média real de R\$ 2.412. Já em 2016, mostrou-se estável, seguida por aumento de 2,6% entre 2017 e 2018. Com a pandemia, a renda média de todas as fontes sofreu um impacto negativo de 3,4% em 2020 e 5,1% em 2021, alcançando um patamar de R\$ 2.265 no último ano.

Tabela 3 – Rendimento médio mensal da população (R\$)

Ano	Todas as fontes	Todos os trabalhos*	Aposentadoria e pensão	Aluguel e arrendamento	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	Outros rendimentos
2012	2.369	2.446	2.002	1.938	662	728
2013	2.426	2.528	2.033	1.820	715	687
2014	2.484	2.605	2.097	1.896	723	631
2015	2.412	2.505	2.059	2.011	710	668
2016	2.402	2.514	2.062	1.866	693	620
2017	2.409	2.505	2.085	1.877	707	647
2018	2.472	2.559	2.156	1.847	718	648
2019	2.471	2.551	2.179	1.843	697	651
2020	2.386	2.638	2.069	1.749	696	732
2021	2.265	2.476	1.959	1.814	667	512

Fonte: Autoria própria, com base nos dados apresentados em IBGE (2022b; 2021b).

Nota 1: A preços médios de 2021.

Nota 2: Consolidação das informações da 1ª visita em 2012-2019 e 5ª visita em 2020-2021, PNADC.

(\*) Rendimento habitual recebido por indivíduos com 14 anos ou mais de idade.

A renda média mensal real habitual recebida por todos os trabalhos (Tabela 3), considerando indivíduos de 14 anos de idade ou mais ocupados na semana de referência, alcançou o maior valor da série em 2020, contudo, em 2021, sofreu uma variação negativa de 6,1%, indo de R\$ 2.638 a R\$ 2.476, sendo a maior queda desde 2015, em que obteve uma variação de 3,8%. Nota-se que essas oscilações seguem o movimento negativo que o mercado de trabalho sofreu durante os períodos de recessão.

A composição dos rendimentos, conforme a Tabela 4, majoritariamente é constituída pela categoria “Todos os trabalhos”, que em 2021 atingiu 75,3%, o restante dos 24,7% inclui 18,2% de aposentadorias e pensão, 1,7% de aluguel e arrendamento, 0,9% de pensão alimentícia, doação e mesada não morador e 4% de outros rendimentos. Observa-se que até 2014 o rendimento de todos os trabalhos apresentou uma tendência crescente, alcançando 76,9%; entretanto, a partir de 2015, a parte relativa a outras fontes mostrou uma elevação, sendo motivada pelo aumento das aposentadorias e pensões, que atingiu 18,7% entre 2018 e 2019. Em 2020 e 2021, novamente ocorreu um aumento da participação de outros rendimentos, como aplicações financeiras, seguro-desemprego e seguro-defeso, entre outros, e os programas sociais.



Tabela 4 – Composição do rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, 2012-2021 (%)

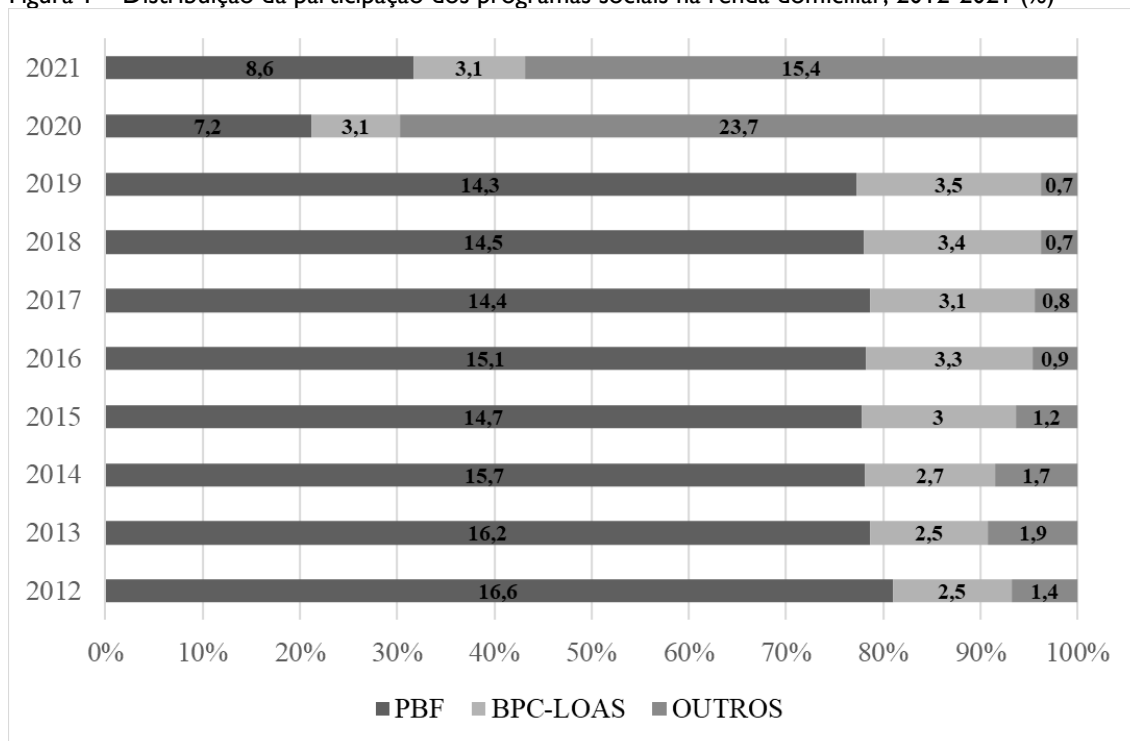
Ano	Todos os trabalhos*	Aposentadoria e pensão	Aluguel e arrendamento	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	Outros rendimentos
2012	75,7	16,5	2,3	1,2	4,4
2013	76,5	16,3	2,0	1,2	4,0
2014	76,9	16,7	1,8	1,1	3,5
2015	76,0	17,0	2,2	1,2	3,7
2016	75,6	17,7	2,2	1,2	3,3
2017	74,8	18,3	2,3	1,2	3,4
2018	74,4	18,7	2,4	1,2	3,3
2019	74,4	18,7	2,4	1,2	3,4
2020	72,8	17,6	1,5	0,8	7,2
2021	75,3	18,2	1,7	0,9	4,0

Fonte: Autoria própria, com base nos dados apresentados em IBGE (2022b; 2021b).

Nota 1: Consolidação das informações da 1ª visita em 2012-2019 e 5ª visita em 2020-2021, PNADC.

(\*) A composição da renda domiciliar *per capita*, ou seja, o rendimento habitual do trabalho, é composto apenas por indivíduos com 14 anos ou mais, exceto pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Figura 1 – Distribuição da participação dos programas sociais na renda domiciliar, 2012-2021 (%)



Fonte: Autoria própria, com base nos dados apresentados em IBGE (2022b; 2021b).

Nota 1: Consolidação das informações da 1ª visita em 2012-2019 e 5ª visita em 2020-2021, PNADC.

Devido à crise sanitária de 2020, o Governo Federal instituiu o AE destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados. Na pesquisa, esse benefício é classificado como “Outros”, conforme a Figura 1, em que se observa o aumento expressivo na participação da renda desse benefício, totalizando 23,7% dos domicílios somente em 2020. Após mudanças realizadas



no auxílio em 2021, a participação reduziu para 15,4%, acompanhada de uma elevação do PBF em 8,6%.

Por fim, conforme a Síntese de Indicadores Sociais publicada pelo IBGE em 2020, a participação dos rendimentos provenientes dos benefícios de programas sociais teve um aumento expressivo entre 2019 e 2020 sobre os arranjos domiciliares, passando de 1,7% para 5,9%. Isso reafirma o efeito que o AE causou sobre os rendimentos, sendo o benefício de maior valor monetário do período.

## 4.2 Resultados da desigualdade de renda

Por meio de recortes específicos, é possível analisar a distribuição dos rendimentos por percentis, sendo uma das formas de estimar a incidência de desigualdades. Nesse sentido, optou-se por selecionar os anos 2012 e 2021 para analisar a variação dos rendimentos entre as classes. A Tabela 5, a seguir, permite notar que, de todas as classes de rendimentos, os mais pobres foram os mais afetados no que tange à redução da renda média domiciliar. Os 5% mais pobres tiveram uma perda de 48% nos rendimentos, passando de R\$ 75 em 2012 a R\$ 39 em 2021, enquanto os que se enquadraram entre 5% e 10% mais pobres tiveram uma variação de -25,3%, reduzindo de R\$ 198 para R\$ 148 seus rendimentos.

Tabela 5 – Renda média *per capita*, 2012/2021 (R\$)

Extrato da renda domiciliar <i>per capita</i>	2012	2021	Varição 2021-2012
Até 5%	75	39	-48,0%
Mais de 5% a 10%	198	148	-25,3%
Mais de 10% a 20%	313	282	-9,9%
Mais de 20% a 30%	449	420	-6,5%
Mais de 30% a 40%	587	561	-4,4%
Mais de 40% a 50%	752	721	-4,1%
Mais de 50% a 60%	953	926	-2,8%
Mais de 60% a 70%	1.170	1.140	-2,6%
Mais de 70% a 80%	1.531	1.476	-3,6%
Mais de 80% a 90%	2.214	2.139	-3,4%
Mais de 90% a 95%	3.482	3.359	-3,5%
Mais de 95% a 99%	6.250	6.237	-0,2%
Mais de 99% a 100%	17.128	15.940	-6,9%

Fonte: Autoria própria, com base nos dados apresentados em IBGE (2022b; 2021b).

Nota 1: A preços médios de 2021.

Nota 2: Consolidação das informações da 1ª visita em 2012-2019 e 5ª visita em 2020-2021, PNADC.

Nota 3: A composição da renda domiciliar *per capita*, ou seja, o rendimento habitual do trabalho, é composto apenas por indivíduos com 14 anos ou mais, exceto pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Nota 4: As classes foram calculadas com base em seus respectivos percentis.

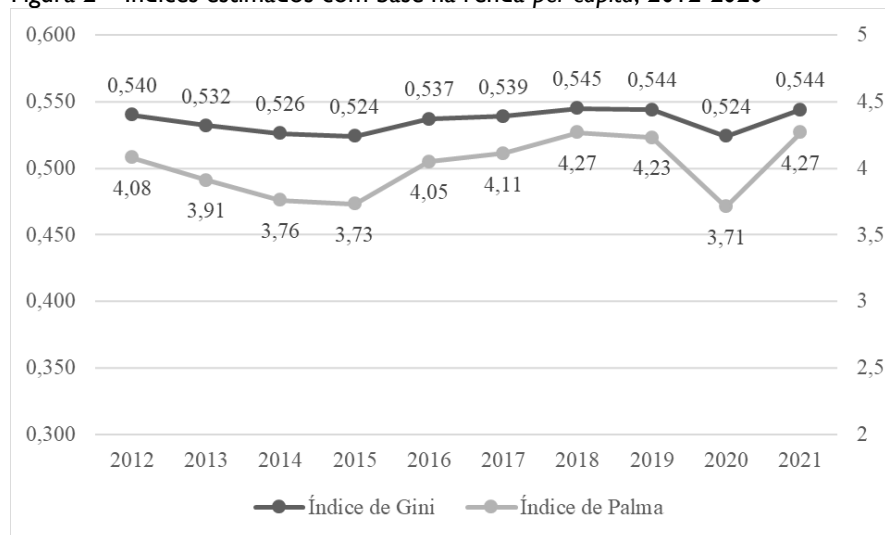
No que diz respeito à análise da concentração dos rendimentos por meio das classes de renda média domiciliar *per capita*, em 2021, os indivíduos que fazem parte do 1% da população mais rica recebeu em média 38,4 vezes mais que a metade dos indivíduos com os menores rendimentos. Ainda no que se refere a essa razão entre os mais ricos e os mais pobres, a análise apresentou uma queda no comparativo entre 2012 e 2014,

atingindo um patamar de 33,5 vezes. Após ocorreu um crescimento na concentração de renda, de 39,8 vezes, sendo o maior pico da série.

No início de 2020, a razão se reduziu para 34,8 vezes, sendo possível relacionar as alterações na composição de renda dos mais pobres pela criação do AE, bem como uma perda dos rendimentos totais da população afetando até os mais ricos devido à crise sanitária. Contudo, a razão voltou a aumentar, em 2021, alcançando 38,4 vezes, decorrente da flexibilização das medidas sanitárias, o que permitiu a retomada do mercado de trabalho e os ajustes no AE.

O primeiro indicador analisado para avaliar a desigualdade de renda, entre 2012 e 2021, é o índice de Gini, que é calculado a partir da renda da população e varia entre zero (perfeita igualdade) e um (quando apenas um indivíduo se apropria de toda a renda). Entre 2012 e 2015, o índice de Gini apresentou uma tendência de queda que foi revertida a partir de 2016, atingindo seu maior nível em 2018, com 0,545. Em 2019, o índice se mostrou estável, tendo uma redução mais expressiva em 2020, fechando com 0,524. Já em 2021, voltou a aumentar a desigualdade, alcançando 0,544. Segundo Hoffmann (2020), essa oscilação a partir de 2015 pode ser associada ao impacto da crise sobre os rendimentos e o crescimento do desemprego.

Figura 2 – Índices estimados com base na renda *per capita*, 2012-2020



Fonte: Autoria própria, com base nos dados apresentados em IBGE (2022b; 2021b).

Nota 1: Consolidação das informações da 1ª visita em 2012 e 2019 e 5ª visita em 2020, PNADC.

Além de estimar a desigualdade de renda pelo índice de Gini, pode-se avaliar esse comportamento por meio da razão entre os decis de renda. O índice de Palma possibilita estimar esse tipo de razão, que sintetiza a seguinte conclusão:

[...] existem duas forças opostas em ação: uma “centrífuga” nos dois extremos da distribuição – aumentando a disparidade entre as apropriações de renda pelos quatro primeiros décimos; e a outra “centrípetas” no meio – aumentando a uniformidade da parcela da renda apropriada pelos décimos 5 a 9 (Palma, 2006, p. 1).

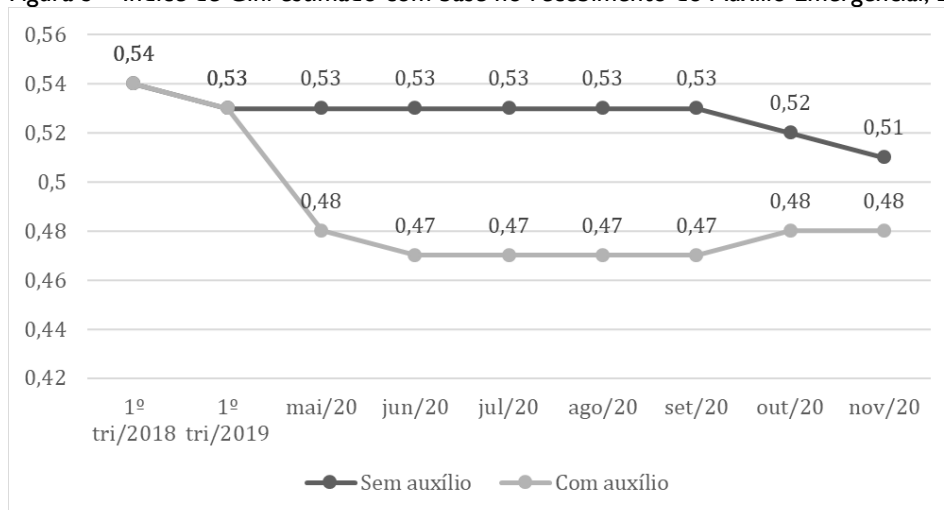
Segundo Palma (2006) e Alvaredo *et al.* (2018), o índice de Gini, em geral, não mostra oscilações representativas no curto prazo, visto que os rendimentos intermediários exercem influência no seu comportamento. Sendo assim, é necessário o uso de séries mais longas para a obtenção de uma análise mais significativa.

O índice de Palma, assim como o índice de Gini, apresentou uma tendência de queda até 2015, seguida de um crescimento na desigualdade de renda (Figura 2). De acordo com Sandro Sacchet de Carvalho (2020), os domicílios com menores rendimentos compensaram suas perdas, até determinada medida, com a expansão das políticas de transferência durante a pandemia.<sup>68</sup> Cabe destacar que, em 2020, ocorreu uma diminuição do nível de desigualdade, devido, principalmente, à focalização do AE nos 40% que possuem menor rendimento, além, obviamente, da queda na renda dos 10% que detêm os maiores rendimentos, provocada pela crise econômica e agravada pela pandemia.

Para obtermos uma análise mais específica do AE e seus efeitos sobre a distribuição de renda, optou-se por fazer uso dos microdados da PNAD Covid-19, considerando os dados divulgados mensalmente a partir de maio de 2020, já contemplando os rendimentos da primeira parcela do benefício. Foi necessário utilizar os microdados trimestrais da PNADC de 2018 para estruturar uma ótica pré-pandemia. O período selecionado corresponde ao mesmo período de domicílios entrevistados na PNAD Covid-19, tornando assim possível a conexão entre as pesquisas.

A Figura 3, a seguir, mostra um cenário estimando o índice de Gini com e sem o recebimento do benefício, decompondo os rendimentos conforme o que foi proposto por Hoffman (2009).

Figura 3 – Índice de Gini estimado com base no recebimento do Auxílio Emergencial, 2018-2020



Fonte: Autoria própria, com base nos dados apresentados em IBGE (2022b; 2021b).

Nota 1: Referência ao estudo do Menezes Filho, Komatsu e Rosa (2021).

A variação sobre a parcela de rendimento total afeta o comportamento do índice de Gini, devido ao fato de o AE ter sido concentrado na camada mais pobre da população

<sup>68</sup> Ver também Barbosa e Prates (2020).



(76%) e ao grande volume de transferência realizada no período. O resultado do índice de Gini ficou abaixo de 0,50, apresentando valores inéditos.

Hoffmann e Jesus (2022) realizaram uma decomposição dos rendimentos em onze parcelas por meio da análise dos microdados da PNADC no período de 2012 e 2020. Ao observar o comportamento dos rendimentos, os autores destacam o PBF como sendo o programa social mais progressivo historicamente. Embora o AE tenha sido mais progressivo em 2020, seu foco nos mais pobres ainda é menor comparado ao PBF. Destaca-se também a importância do auxílio na redução da desigualdade de renda de 2019 para 2020 ( $\Delta G = 0,524 - 0,544 = - 0,020$ ) segundo o índice de Gini.

Por fim, no campo da distribuição da renda, há estudos que investigam impactos provocados pela pandemia, citando alguns efeitos como: redução dos rendimentos, aumento da pobreza mundial, observada desde 1990, e as desigualdades se tornando mais latentes (Sumner; Hoy; Ortiz-Juarez, 2020; Mahler; Lakner; Aguilar, 2020; Blundell *et al.*, 2020; Danquod; Schotte; Sen, 2020). O Brasil, por sua vez, também mostrou sinais nesse sentido. Corroborando esse tipo de análise, a Figura 3 mostra a redução provocada em termos de desigualdade de renda estimada por meio do índice de Gini.

## 5 Considerações finais

A trajetória de indicadores-síntese de desigualdade de renda nos anos 2000 foi marcada por recuperação econômica, inflação baixa e políticas sociais. Entretanto, a tendência não se manteve. Recentemente, houve um agravamento com a crise econômica de 2014-2016, retirando o otimismo com a estabilidade de preços sobre o crescimento econômico. A pandemia intensificou essa piora, e o governo se viu obrigado a rever a condução da política de transferência de renda, principalmente no que tange à manutenção dos rendimentos das famílias, sendo obrigado a prorrogar medidas relacionadas ao ajuste fiscal e a aumentar os gastos públicos no financiamento de medidas emergenciais.

No Brasil, os avanços dos programas de transferência de renda marcaram os anos de 2004 a 2014, principalmente devido à implementação do PBF, além das iniciativas do BPC. Contudo, após 2015, os programas sociais foram impactados negativamente pela crise econômica. Como mencionado anteriormente, o contexto se reverteu após a criação do AE, que foi um instrumento utilizado para a manutenção da renda durante a pandemia de Covid-19.

O AE atendeu, aproximadamente, 65 milhões de brasileiros, número que se mostrou pequeno perante as solicitações realizadas. Apesar das negativas, o reflexo dessa medida provisória sobre as famílias que se enquadram nos 50% com menores rendimentos foi positivo, e a simulação feita retrata sua importância na manutenção da renda, pois é possível observar o comportamento dos dados sem a implementação do AE em 2020. Embora haja divergência com os rendimentos do trabalho habitual, devido ao impacto da crise sanitária, os índices de Gini e Palma se mantiveram estáveis no que tange à análise da desigualdade de renda.



## Referências

- ALVAREDO, Facundo; CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas et al. (coord.). **World Inequality Report 2018**. 2018. Disponível em: <https://wid.world/document/world-inequality-report-2018-english/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- BACHA, Edmar Lisboa; UNGER, Roberto Mangabeira. **Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP no 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. **Mercado de trabalho**, v. 69, p. 65-79, 2020.
- BLUNDELL, Richard; DIAS, Monica Costa; JOYCE, Robert; XU, Xiaowei. COVID-19 and Inequalities. **Fiscal Studies**, v. 41, n. 2, p. 291-319, 2020.
- BRASIL. **Ministério da Cidadania inclui novos públicos no processo de focalização do Programa Auxílio Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-inclui-novos-publicos-no-processo-de-focalizacao-do-programa-auxilio-brasil#:~:text=O%20processo%20de%20focaliza%C3%A7%C3%A3o%20consiste,linhas%20de%20elegibilidade%20e%20perman%C3%Aancia>. Acesso em: 23 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Medida provisória n. 1.039, de 18 de março de 2021**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1039.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1039.htm). Acesso em: 23 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Medida provisória n. 1.000, de 2 de setembro de 2020a**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1000.htm). Acesso em: 23 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 13.998, de 14 de maio de 2020b**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13998.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13998.htm). Acesso em: 23 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020c**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm). Acesso em: 23 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. **CECAD 2.O.** 2020d. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 23 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 10.836, de 4 de janeiro de 2004**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm). Acesso em: 23 out. 2023.
- BRITTO, Tatiana; SOARES, Fabio Veras. Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania –um passo em falso? **Texto para Discussão 75**, 2010.
- CAIXA. **Ações para mitigação de impacto Covid-19**. 2020. Disponível em: [https://caixanoticias.caixa.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/A%C3%A7%C3%B5es-CAIXA-COVID-19\\_-1.pdf](https://caixanoticias.caixa.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/A%C3%A7%C3%B5es-CAIXA-COVID-19_-1.pdf). Acesso em: 23 out. 2023.
- CARVALHO, Laura. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2020.



CARVALHO, Sandro Sacchet de. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD Covid-19. **Carta de Conjuntura**, n. 48, p. 1-18, 2020.

COBHAM, Alex; SCHLOGL, Luke; SUMNER, Andy. Inequality and the Tails: The palma proposition and ratio revisited. **DESA Working Paper**, n. 143, 2015.

COSTA, Andréa Braz; SOARES, Marcos A. Tavares. Crise econômica, pandemia e a política de transferência de renda no Brasil. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 30, p. 65-83, 2020.

COSTA, Ecio de Faria; FREIRE, Marcelo Acioly dos Santos. Estudo de avaliação do programa de auxílio emergencial: uma análise sobre focalização e eficácia a nível municipal. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, 2021.

COUTO, Leandro Freitas. A crise do COVID-19, regras orçamentárias e suas interpretações: mudanças necessárias? **Nota Técnica**, n. 28, 2020.

DANQUAH, Michael; SCHOTTE, Simone; SEN, Kunal. Covid-19 and employment: Insights from the sub-Saharan African experience. **The Indian Journal of Labour Economics**, v. 63, n. 1, p. 23-30, 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Acordos negociados pelas entidades sindicais para enfrentar a pandemia do coronavírus – Covid 19. **Estudos e Pesquisas**, n. 91, 2020.

DIAS, Sérvulo. Orçamento de guerra: entenda o que é pior e por que foi proposto. **Exame**, 10 abril 2020. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/instituto-millennium/orcamento-de-guerra-entenda-o-que-e-e-por-que-foi-proposto/>. Acesso em: 23 out. 2023.

FURCERI, Davide; LOUNGANI, Prakash; OSTRY, Jonathan D. How Pandemics Leave the Poor Even Farther Behind. **IMF Blog**, 11 May 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2020/05/11/blog051120-how-pandemics-leave-the-poor-even-farther-behind>. Acesso em: 23 out. 2023.

GONÇALVES, Ricardo; NASCIMENTO, Julio Cesar; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; MICHELMAN, Carolina; GUIDOLIN, Ana Paula; MELLO, Guilherme. Impactos do Auxílio Emergencial na Renda e no Índice de Gini. **Nota do Cecon**, n. 16, abr. 2021.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 2, 2020.

\_\_\_\_\_. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. **Economia e Sociedade**, v. 18, n. 1, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo; JESUS, Josimar Gonçalves de. A relevância do auxílio emergencial na redução da desigualdade em 2020. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 4, p. e022001-e022001, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Esclarecimentos sobre o deflacionamento dos rendimentos anuais da PNAD Contínua. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas técnicas. Versão 1.9**. 2. ed. 2022a. p. 64-65.

Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101949\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101949_notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 23 out. 2023.



\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Covid-19.** 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=microdados>. Acesso em: 23 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Nota técnica 05/2021.** Sobre os rendimentos de todas as fontes de 2020. 2021a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101874.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Microdados.** Sobre os rendimentos de todas as fontes de 2020. 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>. Acesso em: 23 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Revisão da série de rendimentos do trabalho da PNAD contínua:** identificação e tratamento de rendimentos outliers na série 2012/2019 e revisão de valores repetidos na base de 2014. 2019a. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_Tecnica\\_Revisao\\_da\\_serie\\_de\\_rendimentos\\_do\\_trabalho\\_da\\_PNAD\\_Continua.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Revisao_da_serie_de_rendimentos_do_trabalho_da_PNAD_Continua.pdf). Acesso em: 23 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica Sobre a composição da variável renda domiciliar per capita utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos na PNAD Contínua.**

2019b. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_Tecnica\\_Sobre\\_definicao\\_e\\_analise\\_da\\_distribuiçao\\_de\\_renda.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Sobre_definicao_e_analise_da_distribuiçao_de_renda.pdf). Acesso em: 23 out. 2023.

MAHLER, Daniel Gerszon; LAKNER, Christoph; AGUILAR, R. Andres Castaneda; WU, Haoyu. **The Impact of COVID19 (Coronavirus) on Global Poverty: why Sub-Saharan Africa might be the region hardest hit.** 2020. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/impact-covid-19-coronavirus-global-poverty-why-sub-saharan-africa-might-be-region-hardest>. Acesso em: 23 out. 2023.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Citizenship and social class:** and other essays. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MENEZES-FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno K.; ROSA, João Pedro. Reducing poverty and inequality during the coronavirus outbreak: The emergency aid transfers in Brazil. **Policy Paper**, n. 54, 2021.

PALMA, José Gabriel. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the ‘inverted-u’: the share of the rich is what it’s all about. **Developing World Access**, v. 42, p. 87-153, 2011.

\_\_\_\_\_. Globalizing inequality: “centrifugal” and “centripetal” forces at work. **DESA Working Paper**, n. 35, 2006.

PIRES, Manoel. **Observatório de Política Fiscal atualiza lista de medidas no combate ao Covid-19.** 2020. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/pesquisa-academica/observatorio-de-politica-fiscal-atualiza-lista-de-medidas-no>. Acesso em: 23 out. 2023.

SCHNEIDER, Michael. Measuring Inequality: The Origins of the Lorenz Curve and the Gini Coefficient. **Working Paper n. 01**, 2004.





SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, p. 364-380, 2010.

SUMNER, Andrew; HOY, Chris; ORTIZ-JUAREZ, Eduardo. Estimates of the Impact of COVID-19 on Global Poverty. **WIDER Working Paper**, n. 43, 2020.

VIEIRA, Cainã Domit. **O auxílio emergencial na pandemia da Covid-19 no Brasil: uma política de renda transicional a caminho da renda básica universal**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.



## **Análise do impacto da desigualdade de gênero no crescimento econômico: um estudo com dados em painel para o período 1960 e 2022**

*Analysis of the impact of gender inequality on economic growth: a study with panel data from 1960 to 2022*

**DOI:** [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64896](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64896)

**Autores:** **Laura Alice Borriello Marino** - ESPM-SP. Email: [laurinha.borriello@gmail.com](mailto:laurinha.borriello@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2008-6368> e **Raphael Almeida Videira** - ESPM-SP e da PUC-SP. Email: [ravideira@pucsp.br](mailto:ravideira@pucsp.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2839-4542>

### **Resumo**

Este artigo trata da relação entre desigualdade de gênero e nível de crescimento econômico. Seu objetivo principal é testar a hipótese de que, quanto menor a desigualdade de gênero, maior será o crescimento econômico do país. Trabalhos como os de Klasen e Lamanna (2009), Er (2012) e Lechman e Kaur (2015) tratam do tema com diversas abordagens para avaliar a desigualdade de gênero, tais como o acesso da mulher a serviços de educação e inserção no mercado de trabalho e a relação dessas variáveis com o crescimento econômico. Neste artigo, utilizou-se a base de dados do Banco Mundial para o período de 1960 a 2022, sendo que a técnica econométrica adotada foi a de dados em painel. Os resultados encontrados mostram que as variáveis chave para a análise razão da participação feminina no mercado de trabalho e a razão da escolaridade feminina possuem sinais positivos e estatisticamente significantes. Desta forma, quanto menor a desigualdade de gênero em educação e em acesso à mercado de trabalho, maior o desenvolvimento econômico, tais resultados estão alinhados com trabalhos de Klasen e Lamanna (2009), Lincove (2008) e Thévenon et al (2012).

**Palavras-chave:** Desigualdade de gênero; empoderamento feminino; crescimento econômico.

### **Abstract**

This article deals with the relationship between gender inequality and the level of economic growth. Its main objective is to test the hypothesis that the lower the gender inequality, the higher the country's economic growth. Works such as those by Klasen and Lamanna (2009), Er (2012) and Lechman and Kaur (2015) deal with the subject using different approaches to assess gender inequality, such as women's access to education services and insertion into the labor market and the relationship between these variables and economic growth. In this article, the World Bank database was used for the period from 1960 to 2022, and the econometric technique adopted was panel data. The results show that the key variables for the analysis, the ratio of female participation in the labor market and the ratio of female schooling, have positive and statistically significant signs. Thus, the lower the gender inequality in education and access to the labor market, the greater the economic development. These results are in line with studies by Klasen and Lamanna (2009), Lincove (2008) and Thévenon et al (2012).

**Keywords:** Gender inequality, female empowerment, economic growth

**JEL:** J16



## I – Introdução

A luta das mulheres pela igualdade de gênero está presente no mundo e, nos últimos anos, esta luta ganhou mais relevância e destaque. Uma expressão que passou a ser bastante conhecida foi a do empoderamento feminino, significando o momento em que as mulheres se conscientizam da necessidade de reivindicar seus direitos e de lutar pela igualdade entre os gêneros em diversas situações, seja com relação ao acesso à educação, à saúde, ou mesmo ao mercado de trabalho, como citado por Cortez e Souza (2008).

O mundo vem presenciando as mais diversas manifestações sobre a questão da igualdade de gênero em diversos setores da sociedade. O processo de construção dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS) foi uma continuação do chamado “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM) que estabeleceu metas com relação à erradicação da pobreza, acesso à educação e à água potável (UFMG, 2023). Com o sucesso desta iniciativa, a ONU continuou perseguindo metas para o desenvolvimento sustentável e, na Conferência Rio+20 foi determinado que os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS) deveriam orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional pelos próximos 15 anos. Segundo o Pacto Global (2023), a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de seu programa intitulado “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS), propôs 17 objetivos e 169 metas em diversas categorias temáticas que passam pela saúde, educação e incluíam a igualdade de gênero. Além disso, de acordo com ONU Mulheres (2023), são realizados programas e ações de promoção da cultura da equidade de gênero e empoderamento das mulheres no Brasil.

Dos 17 objetivos, cinco pertencem à igualdade de gênero. Algumas das metas propostas dizem respeito ao empoderamento econômico das mulheres, referindo-se desde seu acesso às oportunidades de liderança, bem como o direito ao acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e aos recursos naturais. Como consequência, ao aumentarem suas conquistas, o empoderamento ganha mais força uma vez que a consciência coletiva é alcançada, fortalecendo e desenvolvendo a igualdade entre os gêneros. Dessa forma, essas metas buscam a garantia de que a discriminação com mulheres e meninas espalhadas pelo mundo termine, algo considerado essencial para acelerar o desenvolvimento sustentável, e assim, atingir os objetivos da Agenda em 2030 no Brasil (ONU, 2015).

Outro fator importante a ser ressaltado como uma ação afirmativa é o *Equal Pay*, ou seja, todos os trabalhadores têm o direito de receber o mesmo valor caso trabalhem no mesmo cargo, o que não ocorre atualmente. Globalmente, a diferença que existe entre os salários de homens e mulheres é de 16%, isto é, as mulheres que trabalham ganham em média 84% do que os homens ganham, segundo dados disponibilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres, 2020). Ainda segundo essa fonte, essa disparidade é maior para mulheres negras, imigrantes e que possuam filhos. Essa diferença é importante de ser apreendida, pois milhares de mulheres e famílias se encontram na pobreza devido a esse fator. Segundo a Organização Internacional do



Trabalho, a igualdade salarial pode reduzir a pobreza, criar condições de trabalho decentes e permitir a redução da desigualdade de gênero (OIT, 2017).

Uma outra ação que teve muita repercussão internacional ocorreu durante a Copa do Mundo de Futebol Feminino, realizada na França em 2019. No evento, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e a ONU Mulheres assinaram um Memorando de Entendimento com o objetivo de trabalharem conjuntamente para tornar o futebol mais acessível a mulheres e meninas e divulgar conteúdos esportivos diversos, de modo a promover a igualdade de gênero. Para isso, irão incentivar: o desenvolvimento de políticas esportivas; a promoção e apoio de projetos sustentáveis – para criar um legado duradouro na mudança da cultura e no empoderamento de mulheres e meninas de todo o mundo; e, por fim, promover ações de comunicação para o aumento da conscientização sobre a igualdade de gênero por meio do esporte (ONU Mulheres, 2019).

Considerando essas ações mais contemporâneas, este artigo investiga a relação entre a desigualdade de gênero e o crescimento econômico, bem como os fatores associados à redução dessa desigualdade, tal como apontado na literatura econômica.

A hipótese adotada é que os países com menor desigualdade de gênero registram maior crescimento econômico. Incorporando elementos de Klasen e Lamanna (2009), Er (2012) e Lechman e Kaur (2015), a hipótese que é investigada neste estudo é que a desigualdade de gênero é medida por um conjunto de variáveis e que serão apresentadas posteriormente, sendo que algumas delas são: acesso à educação e ao mercado de trabalho. Espera-se que em países com maior igualdade de acesso a políticas educacionais e de acesso ao mercado de trabalho apresentem maior crescimento econômico do que em países em que isso não se registra.

A primeira parte do artigo consiste em revisão da literatura que trata do tema da desigualdade de gênero e de seus impactos sobre a sociedade, tais como Mammen e Paxson (2000), De Haan (2017), Roncolato et al. (2017), entre outros autores. A segunda parte compreende a apresentação da investigação empírica realizada na qual foi utilizada a técnica de dados em painel. Tal técnica pode ser justificada a partir do momento em que temos mais de uma unidade de análise (países, no caso) e uma série temporal com mais de um período. Nesse caso, mediante a criação de variáveis, é possível a comparação entre grupos de países, seja de regiões ou mesmo nível de renda, tal como realizado por Er (2012), Seetanah (2009), Klasen (2002) e Thévenon et al (2012). Além das variáveis que remetem à questão educacional e de acesso ao mercado de trabalho, outras variáveis de controle são incluídas na análise, tais como a inflação, grau de abertura da economia e o crescimento da população.

Espera-se que o estudo auxilie para identificar os principais determinantes para o crescimento econômico e potenciais áreas de investimentos em políticas públicas para a redução da desigualdade e, assim, ao serem enfrentados, permitam posterior aumento do crescimento econômico, tal como apontado em estudos empíricos mencionados anteriormente.



Dessa forma, o artigo está construído com quatro seções, sendo a primeira delas esta introdução. A segunda é dedicada à revisão da literatura da temática associada à desigualdade de gênero e seu impacto sobre o crescimento econômico dos países e, a terceira apresenta a discussão metodológica sobre a técnica econométrica de dados em painel utilizados na pesquisa e sua análise. A última seção é dedicada ao fechamento do artigo, sendo denominada “A título de resumo”.

## 2 – Revisão da Literatura

Esta seção trata dos principais trabalhos que analisam a relação entre a desigualdade de gênero e o crescimento econômico, considerando a modelagem econômica e estatística. A busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres sempre existiu através da história, dado que as mulheres sempre foram colocadas em condições de inferioridade hierárquica em relação ao homem. A superação das várias formas sob as quais se expressa a opressão das mulheres é um processo longo e mesmo gradativo. Houve a necessidade de as mulheres acreditarem na sua própria força e se organizarem em grupos feministas para que reivindicassem e conquistarem direitos (Preto e Schorr, 2020).

A literatura que estuda a relação entre a desigualdade de gênero e o crescimento econômico é extensa. Um dos primeiros trabalhos sobre o tema foi o realizado por Oaxaca (1973). Nele o autor utilizou dados do censo demográfico dos Estados Unidos do ano de 1960 e concluiu pela existência de uma enorme diferença entre os salários de homens e mulheres no mercado de trabalho na região urbana. A partir deste estudo, vários outros pesquisadores tentaram explicar fatores relacionados a esta diferença. Gunderson (1989), no entanto, destacou que o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho vem acompanhado de aumento em seus salários, porém ainda existe uma ampla diferença entre os salários recebidos pelos homens e o das mulheres.

Um dos estudos mais importantes desta vertente é o de Mammen e Paxson (2000). Neste trabalho, as autoras analisam de forma minuciosa a relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e o crescimento econômico. As autoras utilizam o instrumental teórico da *U-Shape Curve* para balizar sua análise estatística. Tal instrumental pressupõe que para países pobres, a participação feminina na força de trabalho é elevada e as mulheres trabalham principalmente em empresas familiares agrícolas ou não agrícolas. O crescimento econômico, inicialmente, faz com que as mulheres saiam da força de trabalho, em parte devido ao aumento das oportunidades de mercado para os homens e, em parte, devido às barreiras sociais que impedem as mulheres de ingressar no mercado de trabalho remunerado. Porém, com o crescimento econômico, os níveis de educação das mulheres aumentam e as mulheres conseguem voltar ao mercado de trabalho. Nesse modelo, são consideradas as questões de fertilidade e de possibilidade de empregabilidade das mulheres no mercado de trabalho.

As autoras utilizam dados de 90 países para o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980. A evidência de que maiores níveis de educação das mulheres resultam em maiores níveis de crescimento econômico é corroborada; além disso, as autoras



apontam que a participação da mulher no mercado de trabalho está diretamente relacionada com o nível de crescimento econômico do país em questão. Neste caso, esta relação ocorre, principalmente porque, na visão das autoras, a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho está associada às oportunidades recebidas pelos homens. Caso os homens recebam aumentos de salários e os salários recebidos pelas mulheres não aumentem, é possível que não exista aumento da participação feminina no mercado de trabalho. A pesquisa destaca que o nível educacional das mulheres é a variável chave para o aumento da participação delas no mercado de trabalho, e para o crescimento econômico do país. Tal resultado é corroborado com estudos de caso particulares da Índia e da Tailândia sobre a relação entre educação e a presença da mulher no mercado de trabalho. As autoras apontam que mulheres com nível de educação mais elevado, possuem maior presença no mercado de trabalho, considerando inclusive o seu estado civil.

Ao se rever a literatura associada ao tema, percebe-se que o trabalho realizado por Mammen e Paxson (2000) foi um grande indutor de estudos subsequentes que usam técnicas estatísticas como o modelo de *U-Shape Curve*. Entre eles se destacam Lincove (2008), Mishra (2018), Altuzarra et al (2019) e Gupta et al (2020). Lincove (2008), que explora a relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e o crescimento econômico utilizando-se do instrumental da *U-Shape Curve*, analisa 141 países para o período compreendido entre 1970 e 2000. Os resultados a que chega sugerem que, quanto maior a escolaridade das mulheres, maior será a sua participação no mercado de trabalho. Além disso, pelas estimações econométricas, a autora sugere que países com diferentes níveis de escolaridade das mulheres e, conseqüentemente, diferentes níveis de participação das mulheres no mercado de trabalho, terão níveis de crescimento econômico distintos entre si.

Mishra (2018) analisa a relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e o crescimento econômico para a Índia, utilizando-se de dados de *cross section* para os anos de 2001 e 2011. Mishra (2018) não realiza uma análise de dados em painel, pois ele acaba estimando modelos isolados para os anos de 2001 e de 2011. A partir do modelo estimado, o autor não verificou a existência de relação entre crescimento econômico e participação da mulher no mercado de trabalho.

Altuzarra et al. (2019) estudam essa relação em vinte e oito países da União Europeia para o período compreendido entre 1990 e 2016. Os autores dividem a sua análise em dois grupos de países, sendo que 15 deles são considerados como membros mais antigos e os outros 13 como membros mais novos. Os resultados para todos os países contemplados no estudo sugerem a existência da *U-Shape Curve*, em que o crescimento econômico e a participação feminina no mercado de trabalho estão positivamente relacionados. Contudo, quando analisados por grupos de membros mais antigos e novos, os resultados são mantidos para o grupo de países considerado como novo, mas não se comprova para o grupo mais antigo de países.

Gupta et al. (2020) avaliaram, para a Índia, a participação das mulheres no mercado de trabalho considerando o nível de educação, bem como a região (rural ou urbana) onde elas moravam. Tal estudo incorporou, além de características de controle habituais,



variáveis que indicavam se a mulher era casada, por exemplo. Os resultados apontaram para o fato de que o formato da *U-Shape Curve* era mais notório e persistente em regiões rurais do que em regiões urbanas.

O tema da desigualdade de gênero e sua relação com o crescimento econômico também são analisados por trabalhos basicamente empíricos. Em Klasen (2002), o enfoque escolhido é o da relação entre desigualdade de gênero na educação e o crescimento econômico. O autor utiliza dados da Penn World Tables e trabalha com dados em painel, baseados em Barro e Lee (1996), para o período entre 1960 e 1992. Dois são os resultados a que chega: o primeiro sinaliza que a desigualdade de gênero na educação reduz o crescimento econômico justamente por diminuir o estoque de capital humano do país; o segundo é que existem diferenças significativas dessa relação entre as regiões. O autor sugere que, pelos seus resultados, a região localizada na África Subsaariana poderia se beneficiar de forma mais intensa de políticas para a redução da desigualdade na esfera da educação.

Já a pesquisa de Morrison, Raju e Sinha (2007) considera vários fatores como possíveis de influenciar na redução da pobreza, isto é, vai além da questão educacional que é muito explorada na literatura. Entre esses fatores, destacam-se o acesso das mulheres a mercados de crédito, de terra e de trabalho, bem como o poder maior ou menor de decisão das mulheres como chefes de família. Concluem que quanto maior a igualdade de gênero (mensurada pelo Gender Development Index), maior será o crescimento do PIB *per capita*.

Thévenon et. Al (2012) analisam até que ponto o aumento do capital humano das mulheres, medido pelo nível educacional das mulheres, contribuiu para o crescimento econômico de 30 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas últimas cinco décadas. O estudo compreendeu o período entre 1960 e 2008 e os resultados sugerem um impacto positivo e significativo do aumento da educação no crescimento do PIB *per capita* e este aumento é potencializado quando as oportunidades de acesso são iguais entre homens e mulheres.

Já Lechman e Kaur (2015) apontam para uma relação positiva entre a participação das mulheres no mercado de trabalho e o crescimento econômico. Com uma base de dados para 162 países para o período compreendido entre 1990 e 2012, as autoras encontram evidências de confirmação da sua hipótese, porém ressaltam a existência de uma enorme variabilidade de tais dados entre os países.

Banerjee, Alok e George (2020) analisam como o empoderamento feminino acaba afetando o crescimento econômico. Entendem que o empoderamento feminino decorre de as mulheres terem oportunidades para serem financeiramente e socialmente independentes. O empoderamento feminino, quando ocorre mediante investimentos em saúde e educação, acaba por aumentar o crescimento econômico.

Outros autores avaliam a relação da participação das mulheres no mercado de trabalho sob outros pontos de vista e incorporam outras variáveis, como é o caso de Forgues-Puccio e Lauw (2021), Ghosh (2021) e Dang e Viet Nguyen (2021). Forgues-Puccio e



Lauw (2021) desenvolvem um modelo teórico relacionando o efeito da corrupção sobre o crescimento econômico quando existe discriminação no mercado de trabalho contra as mulheres. Já Ghosh (2021), incorpora em seu estudo uma variável pouco analisada na literatura que é o comércio. Neste sentido, o autor encontra resultados que mostram que uma queda na desigualdade de gênero ilustrada por aumento de oportunidades para as mulheres no acesso à educação, por exemplo, leva à um crescimento econômico mais elevado e uma pauta de exportações mais diversificada.

### 3 – Análise dos dados

#### 3.1 – Revisão da literatura empírica

A metodologia que é utilizada compreende dois tipos de análise. A primeira, qualitativa, consiste em revisão de literatura que embasa não apenas a hipótese envolvida, mas também os procedimentos econométricos adotados neste trabalho. Já para a metodologia quantitativa, a análise estatística que é aplicada neste trabalho é a econometria de dados em painel, tal como utilizada em Klasen e Lamanna (2009), Er (2012) e Lechman e Kaur (2015).

A metodologia econométrica de dados em painel é usada para unir dados dispostos em corte transversal e em séries temporais, como é o caso do objetivo do trabalho aqui apresentado. Tal análise é justificada para o problema apresentado, pois os dados serão analisados para os países, no período compreendido entre 1960 e 2022.

Desta forma, e com o objetivo de testar a evidência com relação ao efeito da desigualdade de gênero sobre o crescimento econômico dos países, a variável de crescimento econômico será incorporada ao modelo econométrico de dados em painel como variável dependente. A ideia é testar essa relação para todos os países por meio desta técnica, mas a definição do número de países ficará sujeita à disponibilidade dos dados no Banco Mundial.

O modelo inicial a ser estimado com a técnica de dados em painel pode ser expresso pela equação abaixo e segue Wooldridge (2016):

$$Y_{it} = \beta' X_{it} + V_{it}$$

Onde  $Y_{it}$  é o vetor de variáveis dependentes representada pelo crescimento econômico dos países na amostra;  $X_{it}$  é o vetor de variáveis independentes que buscam explicar o crescimento econômico, dentre elas o nível de educação das mulheres; sendo que  $V_{it}$  é o distúrbio aleatório. O subscrito “i” denota quais países serão utilizados na estimação e o subscrito “t” será a unidade temporal utilizada.

#### 3.2 – Análise dos dados e realização das estimações

O primeiro entrave existente na coleta de dados existente junto ao Banco Mundial é o fato de que o banco de dados pode apresentar alguns dados faltantes para algumas das





variáveis (*missing values*). Isso acabou por limitar a escolha de variáveis, bem como a análise estatística. As variáveis aqui coletadas, estão baseadas em nos artigos já citados anteriormente (Klasen e Lamanna (2009), Er (2012) e Lechman e Kaur (2015)) e foram retiradas do site do Banco Mundial. No Quadro I, apresenta-se um resumo das variáveis coletadas, e seus nomes utilizados neste trabalho.

Quadro I – Variáveis Utilizadas

<u>Variável Coletada</u>	<u>Nome Utilizado</u>
Inflation, consumer prices (annual %)	<u>Inflação ao Consumidor</u>
Trade (% of GDP)	<u>Comércio em % do PIB</u>
Population growth (annual %)	<u>Crescimento anual da população</u>
GDP <i>per capita</i> , PPP (constant 2017 international \$)	PIB <i>per capita</i> , PPP (dólares constantes de 2017)
Ratio of female to male labor force participation rate (%)	<u>Razão da participação feminina sobre a masculina no mercado de trabalho</u>
Average years of schooling gender ratio	<u>Razão da escolaridade feminina sobre a masculina (média de anos de estudo)</u>

Fonte: Banco Mundial

As variáveis coletadas abrangem desde o PIB *per capita* (PPP em dólares constantes de 2017), passando por variáveis de controle como os indicadores de escolaridade e as características sobre o emprego.

As estatísticas descritivas apresentadas no Quadro 2 mostram, de forma geral, que diversas variáveis que são utilizadas no estudo possuem média e mediana muito próximas, porém contam com o desvio padrão muito elevado. Este padrão não é reproduzido na variável de controle que é a inflação ao consumidor.

A técnica econométrica que é empregada neste estudo é a de dados em painel, considerando um painel balanceado. Isso significa que o estudo contempla variáveis e países que possuem observação e exclui dados que não possuam esta característica.

Quadro 2 – Estatísticas Descritivas

	Comércio em % do PIB	Crescimento Anual da População	PIB per Capita, PPP (Dólares Constantes de 2017)
<b>Média</b>	84,83	1,45	19043,58
<b>Mediana</b>	79,94	1,37	10751,40
<b>Desvio Padrão</b>	53,71	1,51	20585,09
<b>Observações</b>	4727	4727	4727

	Inflação ao Consumidor	Razão da Participação Feminina sobre a Masculina no Mercado de Trabalho	Razão da Escolaridade Feminina sobre a Masculina (Média de Anos de Estudo)
<b>Média</b>	21,72	69,13	0,93
<b>Mediana</b>	3,96	74,50	0,98
<b>Desvio Padrão</b>	382,63	19,29	0,16
<b>Observações</b>	4727	4727	4727

Fonte: Banco Mundial

Com relação à análise propriamente dita, o estudo pretende verificar se, no período compreendido entre 1960 e 2022, existe influência da redução da desigualdade entre homens e mulheres no crescimento econômico, isto é, se resulta em maior crescimento. Para efeito de comparação entre homens e mulheres, optou-se por variáveis de razão de escolaridade e a razão da participação da mulher no mercado de trabalho. Desta forma, as estimações consideram não apenas a participação da mulher no mercado de trabalho, mas também a sua participação em relação ao homem. De modo similar, a razão da escolaridade possui o mesmo raciocínio, sendo que a média dos anos de escolaridade da mulher é comparada à escolaridade do homem no mesmo período.

O sinal esperado para ambas as variáveis é positivo, ou seja, quanto maior a participação da mulher na educação ou no mercado de trabalho, maior será o nível de crescimento econômico do país. A construção de ambas as variáveis está amparada em Klasen e Lamanna (2009). Com relação às equações estimadas, foram estimados três modelos com as mesmas variáveis, porém com uma diferença amostral entre eles. O primeiro modelo é o mais geral e contempla todos os países com observações, sem fazer distinção entre os grupos de países. O segundo e o terceiro modelo separam entre os países desenvolvidos e os países emergentes e em desenvolvimento (de acordo com a classificação do FMI<sup>69</sup>). O objetivo da estimação destes modelos é verificar se existem diferenças entre as respostas da variável PIB *per capita* às variações nos controles para os grupos de países. A estimação de cada um dos modelos foi realizada considerando o procedimento de White para a variância robusta e algum eventual problema para a heterocedasticidade.

<sup>69</sup> Disponível em <https://www.imf.org/>

Os resultados dos modelos estimados encontram-se no Quadro 3. Cabe salientar que os modelos foram estimados pela técnica de dados em painel, efeitos fixos, que foram devidamente escolhidos pelo teste de Hausman.

Quadro 3 – Resultados Estimados – Variável Dependente: PIB *per capita* (PPP)<sup>70</sup>

Variáveis	Modelo Geral	Modelo - Emergentes e Renda Baixa	Modelo - Economias Avançadas
Inflação ao Consumidor	-0,066 (0,542)	-0,174 ** (0,015)	-22,986 (0,800)
Comércio em % do PIB	69,080 *** (0,000)	14,291 ** (0,011)	94,619 *** (0,000)
Crescimento Anual da População	224,178 ** (0,047)	88,775 (0,425)	293,146 (0,689)
Razão da Participação Feminina sobre a Masculina no Mercado de Trabalho	503,375 *** (0,000)	278,320 *** (0,000)	718,377 *** (0,000)
Razão da Escolaridade Feminina sobre a Masculina (Média de Anos de Estudo)	2887,158 *** (0,000)	4828,452 *** (0,000)	7241,912 *** (0,000)
Constante	-24616,21 *** (0,000)	-12564,961 *** (0,000)	-30462,591 *** (0,000)
R-Quadrado	0,9475	0,9294	0,91
Prob-F	(0,000)	(0,000)	(0,000)
Número de Observações	4727	3582	1145

Fonte: Elaboração dos Autores

Ao interpretarmos os modelos, percebe-se que existe um padrão com relação à significância estatística das variáveis, como por exemplo a variável Inflação e a variável Comércio. Enquanto a primeira apresentou significância estatística apenas no modelo para os países emergentes e com sinal esperado, a variável Comércio se comportou tal como a literatura aponta. O sinal positivo para o comércio aponta que países mais abertos ao comércio internacional apresentam crescimento econômico maior que os menos abertos. Este resultado está em linha com o resultado encontrado por Er (2012).

Com relação às variáveis mais importantes e que tentam captar o efeito da desigualdade de gênero sobre o crescimento econômico, os resultados estão alinhados com a literatura. No caso da participação feminina no mercado de trabalho ser positiva e estatisticamente significativa acaba por mostrar que quanto maior a participação das mulheres no mercado de trabalho, maior o crescimento econômico. Desta forma, os resultados encontrados estão conectados com a literatura existente e coletada anteriormente, como é o caso de Klasen e Lamanna (2009) em que sugerem que o governo poderia realizar políticas direcionadas para o aumento da parcela feminina no universo de trabalhadores.

Com relação à razão da escolaridade feminina em relação à masculina, o coeficiente positivo ilustra que quanto maior o número de anos de estudo de mulheres em relação aos homens, maior será o crescimento econômico. Este resultado geral é corroborado pelo resultado nos modelos de países emergentes e de países emergentes e em

<sup>70</sup> Lembrando que os valores entre parêntesis representam o p-valor, e as \*\*\* os níveis de significância estatística: \*\*\* - 1%; \*\* - 5% e \* - 10%.



desenvolvimento. Em Klasen e Lamanna (2009), os autores ressaltam que a desigualdade de gênero no âmbito do trabalho reduz o crescimento econômico, e em regiões onde existe uma menor desigualdade, o crescimento econômico seria maior, resultado este comprovado nos modelos estimados. Em Lincove (2008), um dos grandes *drivers* de política pública estabelecido pelo autor é o foco no estabelecimento de ótimos indicadores educacionais para meninas, pois possuem impacto importante para o crescimento econômico. Em Thévenon et. Al (2012) a importância do investimento para a minimização da desigualdade de gênero na educação também possui impacto importante no crescimento econômico.

#### 4 – A título de resumo

A literatura utilizada para analisar a relação entre a desigualdade de gênero e o crescimento econômico é ampla. Oaxaca (1973) fez um dos primeiros trabalhos sobre o tema de gênero e utilizou dados do censo demográfico para os Estados Unidos para o ano de 1960, apontando uma grande diferença entre os salários de homens e mulheres dentro do mercado na região urbana. Esse estudo serviu como exemplo para outros pesquisadores tentarem explicar fatores relacionados à essa divergência. Assim, um trabalho com grande importância para a realização deste objetivo foi o de Mammen e Paxson (2000), que analisaram atentamente a relação entre a participação da mulher no mercado de trabalho e o crescimento econômico.

Na pesquisa desenvolvida, esperava-se que, em países com maiores oportunidades de acesso à educação para as mulheres, fosse também maior o crescimento econômico, tal como apontado por Lechman e Kaur (2015), Klasen (2002) e Er (2012). A metodologia qualitativa utilizada apoiou-se numa revisão da literatura, onde foram detalhadas as medidas de desigualdade de gênero e políticas envolvidas para a sua redução, visto em Mammen e Paxson (2000), De Haann (2017), Roncolato et al. (2017), e outros. Já a metodologia quantitativa, foi utilizada a técnica econométrica de dados em painel, que pode ser justificada a partir do momento em que temos mais de uma unidade de análise, - neste caso, países – e uma série temporal com mais de um período. Assim, foi possível comparar grupos de países, como regiões ou mesmo nível de renda, do mesmo modo que Er (2012), Seetanah (2009), Klasen (2002) e Thévenon et al (2012).

A análise dos dados foi feita com a utilização dos dados disponíveis no Banco Mundial, diante disso, a técnica econométrica que foi empregada neste estudo foi a de dados em painel, considerando um painel balanceado. Isso significa que o estudo contempla variáveis e países que possuam a observação e excluindo países que não a possuam. Com relação à análise, o estudo compreende o período 1960 e 2022.

Os resultados encontrados sugerem que das variáveis de controle adotadas nas estimações, a variável Comércio apresentou significância estatística e resultados alinhados com a literatura pesquisada neste trabalho. Para países mais abertos ao comércio, o crescimento econômico será mais alto. Resultados como este são encontrados no trabalho de Er (2012).



Já com relação à inflação e a variável de crescimento populacional, elas não apresentaram significância estatística na maioria dos modelos estimados aqui, com exceção do modelo geral para a variável de crescimento populacional.

Com relação às variáveis chave para o trabalho, que nos remetem ao acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à educação, tais variáveis apresentaram sinais esperados (positivos) e alinhados com a literatura coletada e analisada. Neste caso, optou-se por avaliar a razão da participação da mulher no mercado de trabalho em relação aos homens e da mesma forma a média de anos de estudo das mulheres em relação aos homens. Desta forma, os resultados encontrados estão conectados com Klasen e Lamanna (2009) que acabam por sugerir políticas públicas direcionadas para o aumento da parcela feminina no universo de trabalhadores, bem como avaliam que a desigualdade de gênero no âmbito do trabalho reduz o crescimento econômico, e em regiões onde existe uma menor desigualdade, o crescimento econômico seria maior, resultado este comprovado nos modelos estimados. Já em Lincove (2008) e com o investimento em estabelecimento de melhores indicadores educacionais para meninas, pois possuem impacto importante para o crescimento econômico. Tais resultados também estão alinhados com Thévenon et. Al (2012) em que os autores ressaltam a importância do investimento para a minimização da desigualdade de gênero na educação e este possui impacto importante no crescimento econômico.

## Referências

- ALTUZARRA, Amaia; GÁLVEZ-GÁLVEZ, Catalina; GONZÁLEZ-FLORES, Ana. Economic Development and Female Labour Force Participation: The Case of European Union Countries. **Sustainability**, v. 11, n. 7, p. 1962, 2019.
- BANCO MUNDIAL. **DataBank | the World Bank**. Worldbank.org. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/>>.
- BANERJEE, Sudatta; ALOK, Swati; GEORGE, Bincy. **Determinants of Women Empowerment as Measured by Domestic Decision-Making: Perspective from a Developing Economy**. RePEc - Econpapers. Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/bookchap/emeisetez/s1571-038620200000027001.htm>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Schooling Quality. **The American Economic Review**, v. 86, n. 2, p. 218–223, 1996. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2118126>>.
- CORTEZ, Mirian Béccheri ; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 171–180, 2008.
- DANG, Hai-Anh H.; VIET NGUYEN, Cuong. Gender Inequality during the COVID-19 Pandemic: Income, Expenditure, Savings, and Job Loss. **World Development**, v. 140, n. 105296, p. 105296, 2020.
- DE HAAN, Arjan. **The Win-Win Case for Women’s Economic Empowerment and Growth: Review of the Literature GrOW Working Paper Series**. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <<https://grow.research.mcgill.ca/publications/working-papers/gwp-2017-03.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- ER, Şebnem. Women Indicators of Economic Growth: A Panel Data Approach.



- Economic Research Guardian**, v. 2, n. 1, p. 27–42, 2012. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/wei/journal/v2y2012i1p27-42.html>>.
- FORGUES-PUCCIO, Gonzalo F; LAUW, Erven. Gender inequality, corruption, and economic development. **Review of Development Economics**, v. 25, n. 4, p. 2133–2156, 2021. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/bla/rdevec/v25y2021i4p2133-2156.html>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- GHOSH, Sudeshna. **How trade diversification and economic growth affect gender inequality in female labour market participation? The case ...** ouci.dntb.gov.ua. Disponível em: <<https://ouci.dntb.gov.ua/en/works/4wJJRZY7/>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- GUNDERSON, Morley. Male-Female Wage Differentials and Policy Responses. **Journal of Economic Literature**, v. 27, n. 1, p. 46–72, 1989. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2726941>>.
- GUPTA, Nabanita; NANDY, Debasish; SIDDHANTA, Suddhasil. “Opt out” or kept out? The effect of stigma, structure, selection, and sector on the labor force participation of married women in India. **Review of Development Economics**, 2020.
- KLASEN, Stephan. Low Schooling for Girls, Slower Growth for All? Cross-Country Evidence on the Effect of Gender Inequality in Education on Economic Development. **The World Bank Economic Review**, v. 16, n. 3, p. 345–373, 2002.
- KLASEN, Stephan e LAMANNA, Francesca. The Impact of Gender Inequality in Education and Employment on Economic Growth: New Evidence for a Panel of Countries. **Feminist Economics**, v. 15, n. 3, p. 91–132, 2009. Disponível em: <<http://chicagopolityreview.org/wp-content/uploads/2014/09/Gender-and-Economic-Growth.pdf>>.
- LECHMAN, Ewa; KAUR, Harleen. **Economic Growth and Female Labor Force Participation – Verifying the U-Feminization Hypothesis. New Evidence for 162 Countries Over the Period 1990-2012**. papers.ssrn.com. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2551476](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2551476)>.
- LI, Yujie. **The Relationship between Fertility Rate and Economic Growth in Developing Countries**. [s.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<https://lup.lub.lu.se/student-papers/record/8727479/file/8768892.pdf>>.
- LINCOVE, Jane Arnold. Growth, Girls’ Education, and Female Labor: A Longitudinal Analysis. **The Journal of Developing Areas**, v. 41, n. 2, p. 45–68, 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40376175>>.
- MAMMEN, Kristin; PAXSON, Christina. Women’s Work and Economic Development. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 4, p. 141–164, 2000.
- MISHRA, Swayam Prava. Female Labour Force Participation and Economic Growth in India: A Cross Sectional Analysis using Census Data. **IJRAR-International Journal of Research and Analytical Reviews**, v. 5, 2018. Disponível em: <[http://www.ijrar.com/upload\\_issue/ijrar\\_issue\\_651.pdf](http://www.ijrar.com/upload_issue/ijrar_issue_651.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2023.
- MORRISON, Andrew; RAJU, Dhushyanth; SINHA, Nistha. **Gender Equality, Poverty And Economic Growth**. [s.l.]: The World Bank, 2007.
- OAXACA, Ronald. Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets. **International Economic Review**, v. 14, n. 3, p. 693–709, 1973.
- OIT (2017). **OIT e parceiros lançam iniciativa pela igualdade salarial entre homens e mulheres**. www.ilo.org. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_577491/lang--](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_577491/lang--)



- pt/index.htm#:~:text=Lan%C3%A7ada%20no%20dia%2018%20de>.
- ONU (2015). **As Nações Unidas no Brasil**. brasil.un.org. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>.
- ONU MULHERES (2019). **FIFA e ONU Mulheres assinam compromisso para a promoção da igualdade de gênero no esporte – ONU Mulheres**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/fifa-e-onu-mulheres-assinam-compromisso-para-a-promocao-da-igualdade-de-genero-no-esporte/#:~:text=ONU%20Mulheres->>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- ONU MULHERES (2020). **Everything You Need to Know about Pushing for Equal Pay**. UN Women. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/9/explainer-everything-you-need-to-know-about-equal-pay>>.
- ONU MULHERES (2023). **Empoderamento Econômico – ONU Mulheres**. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- PACTO GLOBAL (2023). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. www.pactoglobal.org.br. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/ods>>.
- PRETO, A. dos S.; SCHORR, J. S. O empoderamento feminino sob a perspectiva histórico-cultural da trajetória da mulher desde o século XIX até os dias atuais. **IUS GENTIUM**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 82–112, 2021. DOI: 10.21880/ius gentium.v11i1.528. Disponível em: <<https://revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/528>>. Acesso em: 18 out. 2023.
- RONCOLATO, Leanne; REKSTEN, Nicholas; GROWN, Caren. Engendering Growth Diagnostics: Examining Constraints to Private Investment and Entrepreneurship. **Development Policy Review**, v. 35, n. 2, p. 263–287, 2017.
- SEETANAH, Boopen. The Economic Importance of Education: Evidence from Africa Using Dynamic Panel Data Analysis. **Journal of Applied Economics**, v. 12, n. 1, p. 137–157, 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S151403260960009X>>. Acesso em: 6 maio 2019.
- THÉVENON, Olivier; ALI, Nabil; ADEMA, Willem; et al. Effects of Reducing Gender Gaps in Education and Labour Force Participation on Economic Growth in the OECD. **www.oecd-ilibrary.org**, 2012. Disponível em: <[https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/effects-of-reducing-gender-gaps-in-education-and-labour-force-participation-on-economic-growth-in-the-oecd\\_5k8xb722w928-en](https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/effects-of-reducing-gender-gaps-in-education-and-labour-force-participation-on-economic-growth-in-the-oecd_5k8xb722w928-en)>.
- UFMG (2023), **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Espaço do Conhecimento UFMG**, www.ufmg.br, disponível em: <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/#:~:text=Como%20surgiram%20os%20ODS%3F>>.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introductory econometrics: a modern approach**. 6. ed. Boston: Cengage Learning, Cop, 2016.



## O ambíguo cenário dos MEIs e uma política pública francana de fomento ao empreendedorismo

*The ambiguous scenario of individual micro-entrepreneurs (MEIs) and a public entrepreneurship support policy in Franca*  
*The ambiguous scenario of individual micro-entrepreneurs (MEIs) and a public entrepreneurship support policy in Franca*

**DOI:** [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64897](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64897)

**Autor:** Lucas Mikael da Silva dos Santos - Doutorando em economia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: [lucasmikael19@gmail.com](mailto:lucasmikael19@gmail.com) - Orcid: 0000-0003-2800-7987

### Resumo

Considerando-se o momento crítico por que passa o país atualmente, no qual recessos econômicos e marcadamente políticos esboçam obstáculos à atuação profissional e agravam problemáticas de injustiça e desigualdade, é necessário direcionar atentamente o olhar às perspectivas contemporâneas do empreendedorismo, visto como alternativa à contribuição com a previdência social e às comumente escassas oportunidades empregatícias. Nesse contexto, busca-se pontuar a complexidade da matéria, fulcral à modernidade, e ampará-la sobre sólido fundamento teórico, que sirva de ferramenta de estudo a uma situação concreta em amplo crescimento: a implementação de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e à formalização, cujo aspecto dúbio pode fornecer reflexões, a mesmo tempo, sobre a busca humana por realização expressa em direitos fundamentais e a atuação política e econômica do Estado. Para exemplificar, usa-se o caso concreto da Sala do Empreendedor francana, a partir de dados disponibilizados pela prefeitura da cidade, em um momento de expansão e informatização da assistência empreendedora. Assim, em união a autores de variado espectro acadêmico, analisam-se as conclusões de estudos com essa temática e revelam-se caminhos de análise, iluminando o que fica oculto sob sombras espessas, estranhamente comuns nas moderníssimas, globalizadas e informatizadas terras brasileiras.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Modernidade; Microempreendedor Individual; Políticas Públicas.

### Abstract

Considering the critical moment the country is currently going through, in which economic and markedly political recessions outline obstacles to professional performance and aggravate problems of injustice and inequality, it is necessary to pay attention to the contemporary perspectives of entrepreneurship, seen as an alternative to the contribution with social security and the often scarce employment opportunities. In this context, the aim is to point out the complexity of the matter, which is central to modernity, and support it on a solid theoretical foundation, which serves as a study tool for a concrete situation in broad growth: the implementation of public policies to encourage entrepreneurship and formalization, whose dubious aspect can provide reflections, at the same time, on the human search for realization expressed in fundamental rights and the political and economic action of the State. To exemplify, the concrete case of the Sala do Empreendedor in Franca is used, based on data provided by the city hall, at a time of expansion and computerization of entrepreneurial assistance. Thus, together with authors from a varied academic spectrum, the conclusions of studies with this theme are analyzed and paths of analysis are revealed, illuminating what is hidden under thick shadows, strangely common in the most modern, globalized and computerized Brazilian lands.

**Keywords:** Entrepreneurship; Modernity; Individual Microentrepreneur; Public policy.

**JEL:** A1





## I. Introdução: empreendedorismo e modernidade

Na descontínua linha de acontecimentos que definem e caracterizam a modernidade, a economia capitalista vertiginosamente há produzido mitos ainda vivos no imaginário social hodierno, definindo, por meio de símbolos, as relações construídas a partir desse modo de produção. Se a conotação desses mitos obteve o central papel de retratar o domínio de uma classe ascendente, também recebeu o fardo de figurar uma ambígua fase inovadora da história humana, um rompimento em transição a um novo mundo, regido por inéditos padrões de velocidade. Convencionou-se chamar de modernidade ao desenvolvimento capitalista desenfreado, estabelecido a brados de independência política e científica, com inegáveis desdobramentos a todos os estrados da sociedade, dos saberes e das ciências. Nesse sentido, iniciando-se em vislumbres de uma época pré-moderna, a figura do empreendedor alcança novíssimo sentido e passa a integrar o próprio ideal capitalista, que se viria a metamorfosear em tão diversas (e dúbias) expressões até os dias atuais, conforme se quer aqui discutir.

A transição econômica e política à modernidade é retratada por obras de amplo espectro artístico, influenciadas pelo contexto que discutem. Como importa a este trabalho sobre empreendedorismo exemplificar, é relevante Fausto, que apresenta um panorama geral dos perigos e tentações da era firmada pelas revoluções burguesas, personagem que não apenas sonha uma distante ação sobre o mundo, mas consolida-a na figura do fomentador, senhor de sua vontade, estimulado por forças íferas, descontente com o simples sentimento, em busca da transformação ativa da realidade. A beleza irônica da narrativa revela um empreendedor e o seu protagonismo na sociedade que surgia, conforme vasta fortuna crítica da obra aponta em seus infintos pontos de conexão social.

Dá-se esse exemplo à guisa de ilustração do presente assunto como ponto fulcral à modernidade, bem como para contrastar a teoria e a praxe, em perseguição recíproca e incansável no campo de que se busca tratar. Na economia, assim, que comporta a ciência da escassez e a racionalidade metódica da distribuição, uma figura torna-se especial modernamente, por ter o impulso essencial da ação e arriscar-se à iniciativa, e consolida-se em virtude da organização jurídica, social e econômica que a ampara. Desse modo, “Este homem conjuga racionalidade econômica e auto interesse com valores modernos e, nesta medida, não é um mero capitalista” (MARTES, 2010, p. 257). Até os dias atuais há busca cega por ampliar a relevância empreendedora em todos os campos sociais, não apenas em enormes empreendimentos, delírios modernos, mas também na expressão em menor escala de suas forças, não menos intensas.

Assim, primeiramente, visa-se discutir historicamente o conceito do empreendedorismo, por meio de autores essenciais à discussão, por sintetizarem as correntes ideológicas e os distintos focos sobre a figura e o papel do empreendedor. A partir dessa discussão, traz-se ao Brasil contemporâneo o conceito discutido, conforme as definições legais nacionais, contrastado com a concretude de sua aplicação, deformada e problemática. A escolha a retratar essa afirmação é o MEI – Microempreendedor Individual –, introduzido em 2008 pela Lei Complementar n. 128. Com base em pesquisas já realizadas sobre essa figura, propõe-se ir além das consequências práticas imediatas



de sua criação, até profundas fragilidades permitidas pelos dispositivos que a regulam, em atenta consideração a deficiências perpetuadas pelo Estado brasileiro, enquanto tenta contornar problemas apenas, sem resolvê-los propriamente. Dessa forma, abarcando amplas perspectivas de análise, tenta-se apontar caminhos a futuros estudos e pontuar essenciais elementos críticos a servir de inspiração a um engajamento sério e mais bem situado, de que se tem necessitado tanto hodiernamente.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica mais variada e crítica, não se busca falar tão somente dos empreendedores que se valem do sistema simplificado do MEI para iniciar a gerência de um pequeno negócio ou serviço, a quem é voltado a princípio, mas dos que nele ingressam por não verem outras perspectivas de emprego, por não conseguirem contribuir de outra forma com a Previdência Social ou por serem obrigados por um empregador que não os quer registrar conforme a legislação trabalhista. Esse contexto, revelador de crises em diversos âmbitos jurídicos e econômicos, paira acima da crescente formalização de empreendimentos proporcionada pela Lei do MEI, cujos benefícios e desvantagens vários autores constataam, e revela um conjunto de fatores que não podem ser desconsiderados, já que a realidade de qualquer política pública no setor os encontrará ao ser posta em prática e mover-se na circunscrição de seu ciclo. Assim, chega-se ao próximo ponto da análise, comprovando-se, ao exemplo de uma política pública francana, que várias respostas escusas e omissões se encontram no contexto brasileiro de amparo ao empreendedorismo desde a sua base.

Contrapõe-se o fomento empreendedor enquanto direito constitucional ligado aos pressupostos e princípios econômicos que prevê a Constituição vigente, à busca de maior equilíbrio na disposição de estabelecimentos na economia, em relação ao empreendedorismo informal e ao empreendedorismo desesperado, que movimentam indivíduos nus, cujo halo está atirado a uma estrada asfaltada de contínuo e desenfreado movimento, alimentado e estimulado pela modernidade. De fato, o empreendedorismo, em sua fundamentação liberal, em sua base fáustica, pretende movimentar a economia e concretizar o seu crescimento, fator basilar a um desenvolvimento mais igualitário e acessível, que atinja o maior contingente possível de pessoas e possibilite a inovação como alternativa viável, fonte de benefícios aos contextos econômicos municipal, estadual e federal, no contexto brasileiro. No entanto, como obstáculo a esse ideal almejado ao incentivar o espírito empreendedor, já que a economia é inseparável do direito e só por meio dele se pode efetivar, busca-se demonstrar que também essa corrente, do modo como é positivada, pode funcionar como suporte à injustiça e à repressão de um Estado desarticulado, cujas discussões legais não considerem o fulcro de amplos problemas, cujas políticas públicas não atuem em conjunto, em favor da realização ampla e efetiva de garantias e direitos constitucionais.

A outra parte do trabalho buscará demonstrar que o fundamento das políticas públicas, em seus aspectos mais abrangentes, enquanto atividade criativa e criadora do Estado, deve relacionar-se à motivação das decisões que as baseiam, embora possa macular-se facilmente se os seus agentes se perderem entre os meandros administrativos do planejamento e do governo. Na verdade, as políticas públicas, se mal implementadas e mal orquestradas, sob as suas complexas sistemáticas, tornam-se outras formas de expressão da mesma opressão que poderiam combater ativamente. Daí encontra-se



marcante ambiguidade nas políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, que buscam assegurar aos microempreendedores individuais acesso à informação e à formalização de suas atividades.

Por fim, é importante dizer que se considera a evolução do contexto do MEI até a pandemia, momento central à problemática, em que a sua atuação foi estimulada e dificultada a mesmo tempo. Ademais, as políticas públicas de fomento, por necessidade, conforme exemplo a ser discutido, estabeleceram novas formas de atendimento remoto, usando da internet para garantir a formalização e amparo aos microempreendedores, facilitando processos e dinamizando o contato. Cerra-se o recorte trágico a partir do contexto que convida a repensar a modernidade e suas consequências, noutra era fáustica que vai desabando junto às outras.

## 2. Aparato teórico: os microempreendedores individuais e seu contexto

Na década de 1970 já se iniciava uma discussão em relação ao real conceito que a informalidade empregava em âmbito internacional pela OIT, como destacam Feijo, Silva e Souza (2009). A definição de setor informal passa muito por um contexto em que a economia é considerada informal, contudo, “ela não é [...] a mais adequada, uma vez que não consegue abranger todo o caráter dinâmico, heterogêneo e complexo do fenômeno” (FEIJO; SILVA; SOUZA, 2009, p. 333).

O termo “setor” é comumente utilizado para representar um grupo específico de indústrias ou de uma atividade econômica, sendo assim, não fazendo correspondência à realidade do fenômeno da informalidade no trabalho, pois este pode estar espalhado por toda economia, acrescentam os autores.

Pode-se considerar como trabalhador informal aquele que pode influenciar na economia. A partir disso, vale ressaltar como informal aquele indivíduo que busca dentro do seu contexto uma forma de exercer uma profissão por conta própria, pois encontra barreiras que o inibem na demanda por uma oportunidade de emprego. Com intuito de diminuir as consequências ocasionadas pela atividade informal na economia, são imprescindíveis ações que sejam direcionadas ao combate da informalidade no país (SOUZA, 2010).

Para tanto, é importante enfatizar que esse conceito sobre os trabalhadores informais varia de acordo com as diretrizes do Estado, ou seja, ele é assimilado pela concepção em relação ao que é considerado formal. Pode-se dizer que no Brasil são considerados como informais os indivíduos que não apresentam registro na carteira de trabalho. A atividade informal está conectada às etapas da produtividade, trocas de bens e serviços, que são organizadas pelo mercado e confrontam as leis fiscais, comerciais e trabalhistas (JULIÃO, 2011).

Em 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, houve uma reformulação no conceito e, assim, passou-se a utilizar o termo “economia informal” na tentativa de englobar toda a diversidade e dinamismo existente, apontam Krein e Proni (2010). Essa



abrangência mais ampla reconheceu a importância social e política das atividades envolvidas. Tal conceito mais abrangente contempla, do ponto de vista metodológico, tanto o critério de “unidade produtiva” como o de “ocupação”.

Seu âmbito se ampliou e passou a incluir as seguintes categorias: a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) “falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”); d) microempregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária. (KREIN; PRONI, 2010, p. 12).

Assim sendo, tendo a informalidade como um fenômeno em expansão que não poderia ser eliminado a curto ou médio prazo, a OIT passou a defender uma intervenção pública que reduzisse as diferenças existentes entre o padrão de emprego definido para as atividades formais e as condições de trabalho que as atividades informais possuem, finalizam os autores.

Ao analisar a evolução do mercado de trabalho do Brasil, observa-se que parcela considerável da população sempre ficou subjugada e daí advêm as não incorporações das populações de cor, populações rurais e algumas categorias de trabalhadores do meio urbano no mercado de trabalho formal (COSTA, 2010).

O estudo de Proni (2013) destaca a precariedade ocupacional e enfatiza a promoção do trabalho decente como forma de combatê-la, informando que o desafio das políticas está em combater a vulnerabilidade social, para o que destaca a necessidade de combater a informalidade e promover o crescimento econômico.

Numa contextualização histórica, tem-se que entre as décadas de 1960 e 1970, a informalidade passa a ser discutida no tocante aos países subdesenvolvidos, principalmente da África e América Latina, que, ao adotarem modelos de industrialização, acabaram por deixar distintos segmentos subjugados.

Neste cenário a compreensão da informalidade perpassava pela análise de duas distintas correntes: a) a corrente estruturalista, segundo a qual o subdesenvolvimento seria decorrência de uma desvantagem no valor relativo das trocas econômicas entre o centro desenvolvido e a periferia, e b) a corrente marxista que sustenta que o problema da marginalidade e da informalidade é resultado de um modo de acumulação capitalista, estruturado sob uma lógica de dominação das relações de produção, portanto de classe, que gera seu próprio excedente de trabalho (COSTA, 2010).

Já na década de 1980, Costa (2010) destaca que a informalidade passa a tratar da perda da capacidade de geração de empregos pelo setor secundário e o aumento da força do setor terciário a absorver a mão de obra. Ao final da década de 1980, os políticos e especialistas passaram a se conscientizar da necessidade de reduzir a informalidade e



reconheceram que ela “era um legado de uma economia semi-industrializada, cujo fim era uma questão de tempo e desenvolvimento” (NORONHA, 2003, p. 115). Assim, compreender as questões relacionadas ao emprego, subemprego, mercado formal e informal, vai além da abordagem de economistas e juristas e exige uma abordagem multidisciplinar capaz de compreender a formação da sociedade.

Meneguín e Bugarin (2008) afirmam que mudanças institucionais impactam na informalidade, a exemplo das alterações macroeconômicas vivenciadas, e confirmam que, por vezes, os empregadores optam pela manutenção da informalidade, mesmo conscientes das despesas trabalhistas que podem surgir. Os autores sugerem que combater a informalidade requer políticas públicas adequadas e reformas na justiça trabalhista.

No Brasil, o crescente contingente da população enquadrada no trabalho informal é tido como um problema tanto econômico como social, já que, por uma perspectiva do mercado de trabalho, esta se encontra em desvantagem, como afirmam Sasaki e Vasques-Menezes (2012). Com o objetivo de formalizar os profissionais que atuavam sem carteira assinada ou qualquer outro benefício destinado aos trabalhadores, e também com o de tratar da questão referente à sonegação de impostos, foi criada a lei que institui o Empresário Individual (EI). Considera-se empresário ao que se refere o art. 966 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, do Código Civil:

Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (BRASIL, 2002).

Derivando dessa lei e com objetivo de formalizar os indivíduos que se encontravam no mercado informal com baixos custos foi instituída a figura do Microempreendedor Individual (MEI). O Microempreendedor Individual, figura jurídica, entrou em vigor em 1º de julho de 2009 instituído pela Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008, que alterou a Lei Complementar do Supersimples n. 123/2008, dispondo a princípio:

Art. 18-A [...] Parágrafo primeiro. Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo (BRASIL, 2008).

O microempreendedor individual é a pessoa física que trabalha individualmente ou possui até um empregado contratado que receba salário mínimo ou o piso da categoria. O MEI pagará apenas 3% do salário do empregado, a título de contribuição patronal para a Previdência Social, além da contribuição descontada do trabalhador, e tudo num único documento de arrecadação, a ser disponibilizado pelo Comitê Nacional do Simples. Além disso, caso ocorra afastamento legal do único colaborador, é permitida a



contratação de outro funcionário por tempo determinado (SILVA et al., 2010).

As atividades que podem ser desenvolvidas pelo empresário são de comércio, indústria e serviço, não podendo se enquadrar no MEI as atividades que são tributadas pelos Anexos IV ou V da lei complementar 123/2008. Também não se enquadra ao MEI quem possui mais de uma empresa, tenha participação em outra sociedade como sócio e as profissões regulamentadas, como médicos, advogados, engenheiros, etc.

A empresa será registrada no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), tendo equiparação como pessoa jurídica, o que lhe permitirá desfrutar das vantagens empresariais disponíveis, como emissão de Notas Fiscais para todas as suas vendas, colocam Silveira e Teixeira (2011). Os autores comentam que o MEI também irá usufruir dos benefícios da Previdência Social como aposentadoria por idade, seguro por acidente de trabalho, licença maternidade, pensão por morte do segurado e auxílio-reclusão.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), ao microempreendedor individual deve recolher os impostos e contribuições que abrangem o Simples Nacional, contudo, serão valores fixos mensais, que não dependam da receita bruta gerada no mês. Caso a atividade tenha se iniciado durante o ano, o valor será multiplicado pelo número de meses compreendidos desde o início da atividade e o final do respectivo ano, não ultrapassando R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) por ano, atualmente.

A criação da lei que estabelecia a figura do MEI ocorreu em 2008, entrando em vigor em 1º de julho de 2009, contudo, em 2012, houve uma série de alterações nos dispositivos que modificaram a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e gerou outras providências com objetivo de ampliar os incentivos à formalização e ao acesso aos benefícios previdenciários da categoria, apresentam Shcwingel e Rizza (2013). Desde 1996, com a introdução do Simples Nacional, o governo vem tentando reduzir os encargos tributários e burocracias que incidem sobre as micro e pequenas empresas (MPEs), afirmam Corseuil, Neri e Ulysea (2013). Continuam explicando que essas políticas têm por objetivo incentivar a criação de novas empresas formais, retirar a massa da população que trabalha na informalidade e gerar empregos formais derivados dessas atividades.

Em 2008, a criação do MEI estabeleceu novos incentivos para os empreendedores que trabalham individualmente ou com apenas um empregado, criando benefícios específicos para a formalização de seus negócios e contribuição previdenciária, apresentam eles. Ainda segundo Corseuil, Neri e Ulysea (2013), a política do MEI reduziu expressivamente os custos em formalizar o negócio e possibilitou a permanência desses na formalidade, uma vez que há redução de tributos também. A partir de então, possibilitou aos empreendedores informais a realização de abrir seu próprio negócio com baixo custo, proporcionando grandes oportunidades de crescimento, finalizam os autores.

A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Entre as



vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que segundo Souza (2010), facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais (BRASIL, 2008).

O MEI também será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal para comércio ou indústria, prestação de serviços ou comércio e serviços, que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros (BRASIL, 2008).

A criação do Microempreendedor Individual (MEI), instituído pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que na sua origem está ligado às ações de aumento da cobertura previdenciária no Brasil, atualmente constitui uma das iniciativas governamentais voltadas a promover a redução da informalidade dos pequenos empreendimentos, dos trabalhadores por conta própria (BRASIL, 2008).

Por fim, ressalta-se que o Portal do Empreendedor disponibiliza todo o suporte necessário e orienta que a formalização pode ser feita diretamente no portal ou com o suporte de um escritório de contabilidade optante pelo simples nacional, informando que é recomendável uma consulta prévia ao município acerca das legislações municipais, ressaltando que tudo isso é sem custo para o empreendedor. A fim de auxiliar esses indivíduos, existem políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, como se exemplificará na próxima seção.

Ao final do processo de inscrição, o Microempreendedor já possui seu CNPJ e, mediante declaração de que está dentro da legislação municipal, é emitido o alvará provisório com validade de 180 (cento e oitenta) dias. A resolução nº 2 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, regulamenta e estabelece como deve ser todo o processo de formalização do MEI. Essa resolução descreve de forma detalhada sobre cada procedimento: “O processo de registro e legalização do Microempreendedor Individual compreende o conjunto de atos, processos, procedimentos e instrumentos, observadas as disposições desta Resolução, que possibilitam o seu registro e legalização com vistas ao seu funcionamento” (CGSIM, 2009).

O pagamento dos valores mensais se dá por meio Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), devendo o pagamento ocorrer até o dia 20 de cada mês:

A emissão de carnê para pagamento da contribuição previdenciária e do(s) tributo(s) para geração de direitos e garantias individuais previstas em Lei para o Microempreendedor Individual será disponibilizada no Portal do Microempreendedor (CGSIM, 2009).

O MEI deve mensalmente preencher o relatório de receitas brutas, referente ao mês anterior, anexando as notas fiscais de compras de materiais ou serviços e as notas emitidas e anualmente declarar o faturamento bruto, referente ao ano anterior. A



emissão de nota fiscal de prestação de serviço ou de venda é somente obrigatória para pessoas jurídicas, conforme art. 26, § 6º, II, da Lei Complementar n. 123. Em atenção ao contexto exposto, dessa forma, deve se avançar a discussões críticas acerca do MEI no contexto brasileiro, problematizando as searas afetadas por essa categoria, que comporta ambivalências e necessita de discussões metodológicas mais profundas e mais bem definidas.

### **3. Uma política pública de fomento ao empreendedorismo e à formalização em Franca - SP**

Política pública, conforme definição de Dimoulis e Lunardi (2016, p. 241), essencial a este esboço, “constitui um programa de ação com finalidades concretas, meios de ação para atingi-las (estruturas, recursos financeiros), formas de atuação e mecanismos de controle e avaliação dos resultados e do uso de recursos”. Os autores, assim, destacam a racionalidade das medidas e a importância da fiscalização sobre a ação governamental, com a disposição de metas passíveis de verificação concreta, uma vez que se trata de instrumentos com direção delimitada, voltados a situações da realidade, “concretizados mediante a legislação e implementados pela administração pública” (DIMOULIS; LUNARDI, 2016, p. 241). Outro ponto relevante levantado é a discussão da Constituição em sua realidade política, posto ser esse domínio inarredável do texto constitucional (DIMOULIS; LUNARDI, 2016, p. 261), proposição aferível ao tema aqui esmiuçado, basilar às ações estatais, que, se mal organizadas, contradizem-se em perpétuo conflito, sobrepostas em rede crescentemente complexa.

Outra autora que contribui substancialmente à discussão é Celina Souza, que consolida da seguinte forma o conceito das políticas públicas:

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo (variável dependente) (SOUZA, 2003, p. 5).

Desse modo, desenha-se um ciclo contínuo em relação ao seu sentido, em que têm papel ativo os três poderes a todos os níveis federativos, com quadros referenciais e metodológicos de verificação e análise, trazidos ao exemplo escolhido e discutido nesta seção.

Com base no aparato teórico apresentado, passa-se a considerar o caso de Franca, cidade paulista de porte considerável, que tem inegável importância regional. Sua Secretaria de Desenvolvimento tem atuado de diversas formas a incrementar o empreendedorismo ao longo dos anos. A principal medida, de maior e mais abrangente destaque, é a implementação da Sala do Empreendedor, em 2015, exclusivamente para o atendimento de microempreendedores individuais. Trata-se de política pública amplamente difundida em todo o país, com várias particularidades embora, principalmente por intermédio parceiro do SEBRAE, instituição essencial ao contexto,





com vistas à concretização da Lei das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar n. 123/2006), em sua importante dimensão constitucional, e à atuação ativa dos municípios a difundir o empreendedorismo e facilitar o acesso da população aos sistemas empresários simplificados. A difusão, em verdade, é central à efetividade da Lei, uma vez que é preciso alcançar toda a classe de pessoas em situação de marginalidade e informalização, seus destinatários principais, com medidas acessíveis e amplas.

A partir disso, observa-se nas Leis n. 8.039/2014 e 8.228/2015, do município de Franca, autorização à abertura de créditos adicionais suplementares nos Orçamentos Fiscais, respectivamente, de 2014 e de 2015, destinados à implementação da Sala, conforme convênio celebrado com a União, por meio da Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Dessa forma concretizou-se a política pública de fomento ao empreendedorismo, relacionada espacialmente com o Banco do Povo Paulista, voltado à concessão de crédito, concluídos ambos ao atendimento ainda em 2015, com enfoque especial sobre os MEIs. Na página da Prefeitura de Franca dedicada a essas políticas veem-se informações oficiais que se devem considerar à base de uma análise mais profunda, elencados os objetivos de orientação e acesso à informação a microempreendedores, para que exerçam as suas atividades regularmente e entendam quais são os seus direitos e obrigações ao assumir uma feição empresária, com as contribuições e encargos facilitados a que se submetem.

A fim de compreender esse ponto superficial, é interessante observar que, com a constituição da política pública francana, passa a ser definida nova competência ligada à Secretaria de Desenvolvimento, em seu Departamento de Indústria, Comércio e Serviço, com o seguinte imperativo, conforme art. 5º, parágrafo único, Lei Complementar n. 350/2021: “[...] Articular em conjunto com os demais diretores da Secretaria de Desenvolvimento, cursos de qualificação empresarial para acesso aos empresários atendidos pela Sala do Empreendedor; [...]”. Do mesmo modo, na Lei Complementar n. 315/2019, o art. 15 já dispunha, em relação ao Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Municipal (Lei Complementar n. 01/1995), a promoção do empreendedorismo de acordo com os projetos da Secretaria de Desenvolvimento, a nível do acesso à informação, incentivo, apoio e tratamento facilitado às micro e pequenas empresas como fonte de desenvolvimento local, acompanhamento da situação das empresas, realização de parcerias, além da referência especial à Sala do Empreendedor, que simboliza o centro dessas medidas, relacionado também ao Via Rápida Empresa, programa estatal para a formalização ágil e eficiente de empreendimentos.

Todo esse aparato legislativo concreto, base à política pública municipal, é amparado por dispositivos estaduais preocupados com as micro e pequenas empresas, promulgados após a Lei Complementar n. 123/2006, avançando à assunção do compromisso firmado por ela, da mesma forma que a Sala do Empreendedor visa à sua concretização a nível municipal, segundo a capilaridade do poder disposto entre os entes federados. Nesse sentido, o Decreto do Estado de São Paulo n. 52.228/2007 estabelece tratamento diferenciado aos pequenos empreendimentos, ressaltando-se o estímulo à inovação. Nesse instrumento legal figura a Sala do Empreendedor Paulista, no inciso II de seu art. 2º, que esboça o seu papel. Já o programa Via Rápida Empresa, citado anteriormente,



essencial à efetiva atuação de políticas públicas e à formalização por elas almejada, é disposto pelo Decreto n. 58.053/2012, de modo a integrar a viabilidade dos empreendimentos e permitir célere análise de suas atividades em relação a órgãos públicos de controle e fiscalização, entregando prontas respostas quando é devidamente articulado o sistema com as políticas municipais, a exemplo do caso francano.

Dessa forma, assentando-se bases estaduais e municipais, busca-se efetivar a formalidade de empreendimentos vislumbrada pela lei, já que, para tanto, é preciso que o próprio direito se mobilize, a fim de que se consolidem as mudanças no setor econômico. Nesse sentido, as leis de todas as esferas federativas devem entrar em consonância para que as políticas públicas como a Sala do Empreendedor se construam, como corolário do que se discutiu nas outras seções do presente estudo. A economia, sem o direito, estiola-se; já o direito, sem a economia, perde-se. O exemplo factual dos microempreendedores individuais evidencia com clareza solar esses conceitos, visto surgir de definição legislativa com objetivo eminentemente econômico e desenvolvimentista, que depende de bases políticas da agenda de governos, articuladas em direção comum.

A política pública considerada, desde que foi instituída, tem alcançado bons resultados, principalmente no ano presente, como atesta notícia da própria Secretaria de Desenvolvimento francana, após turbulento período de pandemia, no qual foi preciso realizar inovações para informatizar o atendimento. De acordo com dados disponibilizados no dia 3 de agosto, demonstrando-se o resultado de maior entrelaçamento entre atendimentos presenciais e virtuais, “Durante os últimos 7 meses receberam algum tipo de atendimento na Sala do Empreendedor 6.854 pessoas, das quais 3,2 mil por via eletrônica (e-mail e WhatsApp) e mais de 3,5 mil presenciais” (BANCO DO POVO, 2022).

A principal medida, observa-se, foi o atendimento por canais de comunicação alternativos, com destaque a um número de WhatsApp em que se esclarecem dúvidas simples e se fornecem orientações sobre os procedimentos necessários para realizar a abertura e a formalização do MEI com a Prefeitura de Franca. Assim, o número de atendimentos mensal torna-se expressivo, com altas taxas de abertura de novos microempreendedores individuais.

Em consideração às etapas de avaliação sobre o alcance de objetivos da política pública em análise, após a implementação na realidade francana, é inegável o seu sucesso, se considerada apenas a Lei Complementar que institui a figura do microempreendedor, já que seu alcance se tem espreado gradualmente pela cidade, com destaque à atualização do atendimento e do contato facilitado com os usuários, influenciando sobre a quantidade de empreendimentos que atingiram a formalização e deixaram a informalidade. De fato, no ciclo em que se subscreve a Sala, observam-se impasses expressivos superados pela definição de inovações, de modo a adaptar novos meios ao alcance de suas metas, que se mantiveram. Da mesma forma, vários artigos sobre a situação de políticas públicas de fomento análogas à Sala demonstram mudanças trazidas pela pandemia e a relevância do atendimento virtual para manter em funcionamento esses núcleos municipais de fomento.



O dialógico e circular percurso no qual é a política pública inscrita demonstra a articulação necessária dos órgãos a ela relacionados, em especial da Secretaria que a sustém, bem como o papel dos cargos designados e a ligação com outras instituições importantes, a exemplo do SEBRAE. É importante delimitar essa atualização, sobretudo, a fim de entender o desenvolvimento da própria política em seu meio de atuação, cuja adaptação visa “diminuir o risco de fragmentação ou desarticulação da ação governamental que pode causar ineficiência, perda de investimentos e descontinuidade nas políticas públicas e nas mudanças governamentais” (DIMOULIS; LUNARDI, 2016, p. 242).

Ademais, a Sala do Empreendedor é medida aplicada por inúmeros municípios, da mesma forma como Franca a implementou em sua realidade. Tenta defini-la o próprio SEBRAE, inclusive a partir de recomendações concretas quanto à disposição no município para permitir a correta implementação (SEBRAE, 2018), e vários estudos apontam a sua efetividade enquanto política pública de fomento ao empreendedorismo, bem como os seus desafios, enquanto instrumento que visa diretamente a concretização da legislação complementar federal já discutida. Ao investigar a implementação da Sala do Empreendedor no município de Araraquara, defende Lucas Campanha (2016, p. 20) que as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo representam esperança e alerta, principalmente por conta de seu complexo ciclo, influenciado pelo devir dos governos, e de seu caráter incipiente no Brasil atual, incluindo divergências conceituais de uma classe heterogênea, sem um senso de identificação que se reconheça sob os moldes empreendedores. “Na prática há pouca vinculação entre as ações, muito menos clareza sobre onde e o que precisa ser discutido” (CAMPANHA, 2016, p. 21).

Na verdade, não são essas políticas suficientes a uma análise mais profunda da sistemática empreendedora inaugurada pelo Brasil após a criação do MEI, já que não conduzem à solução completa de problemas enfrentados pela classe plural que contará com elas. Assim, se por um lado garantem informação segura sobre o microempreendedor e suas formas de atuação regularizada, podem servir também a propagar situações críticas, sem ferramentas próprias a combatê-las, dado o vasto contato em sua atividade, que extrapola o seu escopo. Posto atenderem muitas pessoas, inclusive as que não se encaixarão no contexto empresário propriamente dito, mas em perfis outros, não há meios de combater os reais problemas já apontados, uma vez que muitas vezes se parece priorizar apenas a quantidade de pessoas que consegue abrir um MEI, sem qualitativa preocupação com a efetiva atuação após a abertura e os graus de formalização e adequação atingidos.

Assim é possível compreender o conceito de semiformalidade constatado por Tatiane Prado em sua pesquisa, “caracterizada pela aglutinação de práticas formais e informais, utilizando-se do respaldo formal para justificar as práticas informais” (2019, p. 100). Faltam à maioria das políticas públicas de atendimento ao microempreendedor, então, análises mais profundas sobre os perfis de quem é atendido, faltam considerações sobre o que se tem feito de fato em prol dos contribuintes que as procuram em números crescentes, contraposta a sua atratividade à real efetividade dos serviços, como aponta a maioria das pesquisas analisadas à feitura desta. São essas “zonas nebulosas entre o formal e informal que precisam ser problematizadas, compreendidas para que se tenha



real clareza dos objetivos da política pública que o criou e a configuração prática, ou misto de configurações, que pode ser observada no país” (PRADO, 2019, p. 109), destacando-se as formas de concretização desenvolvidas ao MEI, como a do exemplo visualizado mais de perto.

Nesse sentido, considera Lucas Campanha que a formalização possibilitada pela Lei do MEI é, em parte, incompleta, já que [...] muitos empreendedores optariam por usufruir desta política pública, angariando a redução tributária, alcançando um registro e uma formalização em um único aparato burocrático e desconsiderando outros aspectos da legislação brasileira, evitando o crescimento ou escondendo parte do faturamento obtido, para se beneficiar dos benefícios oferecidos pela lei (CAMPANHA, 2016, p. 74). Considerada a questão da informalidade no estudo apontado, é possível afirmar que a incompletude mais profunda e menos visível dessas políticas, a exemplo da araraquense e da francana, dentre outras tantas, nasce da insuficiência da lei a definir o seu público-alvo, já que muitas camadas de pessoas acabam sob o seu âmbito de modo desesperado ou forçado, desamparadas em outros campos do direito e da sociedade. Essa é a base ao questionamento dos dispositivos citados, considerando-se a mitologia empresária moderna e o alargamento desnecessário desse conceito, que mascara outros problemas sem os resolver de modo integrado, perdendo-se o ideal da esfera jurídico-econômica.

Outros pontos são a estagnação dos microempreendedores a atividades de baixo capital social e a reduzida possibilidade de ascensão, o que reflete a realidade plural dessa classe, a qual muitas vezes não atinge a independência a princípio prometida pelo simples vocábulo “empreendedorismo”, que acaba inutilizado. Assim, em todos os contextos em que há políticas públicas de formalização, principalmente com as mudanças e problemáticas advindas da pandemia, deve-se investigar criticamente o vertiginoso aumento dos números de microempreendedores, “questionar a qualidade do empreendedorismo formado e a contribuição dada pela lei à ampliação do bem-estar social” (CAMPANHA, 2016, p. 100).

Portanto, os bons resultados, conforme apresentados pela Prefeitura de Franca recentemente em relação à política pública considerada, reclamam inspeção mais atenta e mais interconectada a outros ramos sociais e jurídicos. Ainda há vazios institucionais extremamente problemáticos a cujo preenchimento se devem propor verdadeiras e mais estáveis soluções, que não se apoiem em mitos sem significado e sem aplicação fática a grande parte dos atingidos pelas inovações legislativas e políticas de fomento. A concretização das medidas federais nas cidades, então, é preciso considerar criticamente, uma vez que os verdadeiros resultados continuam ocultos à municipalidade e fogem à compreensão mais profunda dos governantes e de suas agendas, afora a informalidade parcial e a incapacidade de crescimento e bem-estar econômicos, óbices aos objetivos centrais ao MEI desde a sua criação em 2008. Ainda que haja específico tratamento, não se reconhecem a nível mais profundo as necessidades de quem recorre a essa categoria, apesar dos benefícios que trouxeram essas políticas aos contextos de sua implementação.



#### 4. Considerações finais

Os principais questionamentos, difíceis, que surgem da presente pesquisa, podem resumir-se assim: em que medida a conotação constitucional do fomento ao empreendedorismo é um direito, relacionando-se com a ordem econômica? Poder-se-ia afirmar-lhe algum tom social em consideração a seus amplos destinatários, da forma como foi concretizado? E de que forma conflitua essa disposição com outros direitos centrais ao estado democrático de direito?

Não será possível responder a todas as perguntas com definitividade, mas o artigo busca dar primeiros passos ao recolher literatura crítica, sob vários aspectos. Assim, o implemento da inclusão produtiva, como se discutiu e se exemplificou, deve ser visto com ressalvas, porque, apesar da promoção de benefícios a uma classe empreendedora ampla, de pessoas que veem o dispositivo como oportunidade sedutora para iniciar uma atividade de forma simples, permitem-se formas novas de corromper outras esferas jurídicas e agravar situações já fragilizadas no Brasil da atualidade.

A situação do empreendedor tem marcante delimitação histórica desde as origens da modernidade capitalista, e demonstra os mitos mais patentes de sua sociedade, que olha aos princípios valorizados em seu seio com os ares rarefeitos da imaginação: distante, perde ela o seu senso de realidade. Parece haver mitos ainda no tratamento dispensado à situação empreendedora no Brasil atual, como houve em todo o mundo à gradual evolução das legislações empresariais, as quais buscaram ativamente definir agendas políticas para o estímulo da inventividade irreal, do senso de acumulação e criatividade capaz de criar saídas onde não as há, capaz de sustentar um sistema econômico todo nos braços ativos, capaz de erigir bases mais sólidas ao mundo que aguarda o seu inevitável sucesso.

É preciso dissipar essas visões envidadas e perceber que há utopias nesse tratamento; do mesmo modo, a classe que dá origem ao MEI é apenas trabalhadora, por ser desprovida das características históricas definidas ao empreendedor em grande parte, ainda que seja capaz de gerir um pequeno negócio próprio, e deve ser amparada enquanto tal, em todos os seus interesses e direitos. Expressão do desespero e da carência de oportunidade, mas também, por escolha política, da autodeterminação e da vontade, o microempreendedor individual é figura ambígua, que cresce a largos passos, a exemplo do caso francano, em detrimento de outros setores conexos, cujos problemas permanecem no tempo e proliferam-se. Não busca a definição do MEI simplesmente consertar um problema marcante, mas possibilitar o desvio de vários outros, em decorrência de situação crônica de desemprego e crise.

Então, a despeito dos benefícios inegáveis que tem a figura do MEI trazido às esferas federal, estadual e municipal – considerem-se os avanços tributários e econômicos –, concretizados amplamente por meio de políticas públicas, o crescimento em determinados setores dá nova expressão a problemáticas de outros, e deve funcionar, criticamente, a que se repensem os direitos constitucionais de modo mais integrado. Devem-se entender, na significação do empreendedor, as definições próprias a esse conceito, de fato relevante à economia que hoje está enraizada no país, retirando-se



dele o halo mítico, sem o estender demais a situações que, por óbvio, não pode jamais comportar. O mais patente problema, assim, é que as discussões acerca do microempreendedor individual não têm evoluído de modo crítico em relação às políticas públicas que o consolidam, nem se têm aprimorado a sanar vícios visualizados por meio das políticas como através de lentes de aumento.

Quais as consequências do pacto firmado sob o contexto pós-moderno se não é a figura empreendedora, desejosa de ação, que o assuma? Talvez o indivíduo alheio ao risco submetido à aposta se veja ainda desesperançado, sem a possibilidade de concretizar os seus verdadeiros interesses, levado em um último recurso de desespero que impede a ação, visto haver outros entes a disputar-lhe a alma, como uma versão de Fausto que não pudesse sonhar.

## Referências

BANCO do Povo emprestou mais de R\$ 2 milhões neste ano. Prefeitura de Franca, Franca, 3 ago. 2022. Disponível em:

<<https://www.franca.sp.gov.br/noticias/desenvolvimento/blog/page-2>> Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)> Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília-DF: Presidência

da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)> Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm)> Acesso em: 20 ago. 2022.

CAMPANHA, Lucas José. Implementação da Lei do MEI no município de Araraquara SP: Uma análise multidimensional. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente), Universidade de Araraquara, 2016.

CAMPANHA, Lucas José. O empreendedorismo como tema do ensino e pesquisa em universidades brasileiras. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente), Universidade de Araraquara, 2021.

COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO



REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS – CGSIM. Resolução CGSIM nº 2, de 1º de julho de 2009. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=31563>

#:~:text=Resol.,CGSIM%20n%C2%BA%202%2F2009&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20

o%20procedimento%20especial,e%20legaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Microempreeen dedor%20Individual> Acesso em: 18/08/2022.

COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS – CGSIM. Resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=31973> > Acesso em: 18/08/2022.

COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS – CGSIM. Resolução CGSIM nº 36, de 2 de maio de 2016. Disponível em:

<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/resolucoes>> Acesso em: 18/08/2022.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; NERI, Marcelo C.; ULYSSEA, Gabriel L.. Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos Microempreendedores Individuais. Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, v. 54, n. 18, p.32-41, 2013.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Caderno Crh, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya Gasparetto. Dimensões da constitucionalização das políticas públicas. RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 273, p. 237- 267, set./dez. 2016.

FEIJO, Carmem A. SILVA, Denise B. N. SOUZA, Augusto C. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na ECINF. Revista Economia contemporânea, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 329-354, 2009.

FRANCA. Lei n. 8.039, de 14 de abril de 2014. Autoriza a abertura de créditos adicionais no Orçamento Fiscal de 2014, altera a tríade orçamentária, e dá outras disposições. Franca: Câmara Municipal. Disponível em:

<[https://leismunicipais.com.br/a2/sp/f/franca/lei\\_ordinaria/2014/804/8039/lei-ordinaria-n-8039-2014-autoriza-a-abertura-de-creditos-adicionais-no-orcamento-fiscal-de-2014-altera-a-triade-orcamentaria-e-da-outras-disposicoes](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/f/franca/lei_ordinaria/2014/804/8039/lei-ordinaria-n-8039-2014-autoriza-a-abertura-de-creditos-adicionais-no-orcamento-fiscal-de-2014-altera-a-triade-orcamentaria-e-da-outras-disposicoes)> Acesso em: 20 ago. 2022.

FRANCA. Lei n. 8.228, de 11 de fevereiro de 2015. Autoriza a abertura de créditos adicionais no Orçamento Fiscal de 2015, e dá outras disposições. Franca: Câmara Municipal. Disponível em: <[https://leismunicipais.com.br/a2/sp/f/franca/lei-ordinaria/2015/823/8228/lei\\_ordinaria-n-8228-2015-autoriza-a-abertura-de-creditos-adicionais-no-orcamento-fiscal-de-2015-e-da-outras-disposicoes](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/f/franca/lei-ordinaria/2015/823/8228/lei_ordinaria-n-8228-2015-autoriza-a-abertura-de-creditos-adicionais-no-orcamento-fiscal-de-2015-e-da-outras-disposicoes)> Acesso em: 20 ago. 2022.

FRANCA. Lei Complementar n. 01, de 24 de julho de 1995. Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Municipal de Franca, sua estrutura organizacional, institui as tabelas de vencimentos e dá outras providências. (Redação



dada pela Lei Complementar nº 287/2017). Franca: Câmara Municipal. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/sp/f/franca/lei-complementar/1995/01/lei-complementar-n-1-1995-dispoe-sobre-o-plano-de-classificacao-de-cargos-do-servico-publico-municipal-de-franca-institui-nova-tabela-de-vencimentos-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 20 ago. 2022.

FRANCA. Lei Complementar n. 315, de 21 de maio de 2019. Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 01, de 24 de julho de 1995 e suas alterações posteriores e dispõe sobre a organização e atribuições das Unidades da Administração Municipal Direta do Município de Franca e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/sp/f/franca/lei-complementar/2019/32/315/lei-complementar-n-315-2019-dispoe-sobre-alteracao-da-lei-complementar-n-01-de-24-de-julho-de-1995-e-suas-alteracoes-posteriores-e-dispoe-sobre-a-organizacao-e-atribuicoes-das-unidades-da-administracao-municipal-direta-do-municipio-de-franca-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 20 ago. 2022.

FRANCA. Lei Complementar n. 350, de 03 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional, Competências, Funções, cargos e suas atribuições da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/f/franca/lei-complementar/2021/35/350/lei-complementar-n-350-2021-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-competencias-funcoes-cargos-e-suas-atribuicoes-da-secretaria-municipal-de-desenvolvimento-e-da-outras-providencias?q=%22sala%20do%20empreendedor%22>. Acesso em: 20 ago. 2022.

KREIN, José D. PRONI, Marcelo W. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: 2010.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Shumpeter: a ação econômica do empreendedor. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2, pp. 254-270, abril-junho, 2010. Disponível em:

<https://centrodeeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/441/432>. Acesso em: 15 ago. 2022.

NORONHA, Eduardo G. "INFORMAL", ILEGAL, INJUSTO: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Revista Brasileira De Ciências Sociais. v.18, n. 53, 2003.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 30, n. 1, p. 225-249, 2013.

PRADO, Tatiane de Moraes. Trabalho informal e empreendedorismo no Brasil – Impactos da criação do MEI. Tese (Mestrado em Administração), Universidade Federal Fluminense, 2019.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. Economia Social. Campinas. v. 22, n. 3, p. 825-854, 2013.

SCHWINGEL, Inês; RIZZA, Gabriel. Políticas Públicas para Formalização das Empresas: Lei Geral Das Micro e Pequenas Empresas e Iniciativas Para a Desburocratização. Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, v. 54, n. 18, p.47-56, 2013.

SÃO PAULO. Decreto n. 52.228, de 05 de outubro de 2007. Introduce, no âmbito





da Administração direta, autárquica e fundacional, tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte. São Paulo: Assembleia Legislativa. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-52228-05.10.2007.html>> Acesso em: 20 ago. 2022.

SÃO PAULO. Decreto n. 58.053, de 17 de maio de 2012. Cria, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa, altera os Decretos nº 56.636, de 1º de janeiro de 2011, e nº 55.764, de 3 de maio de 2010, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58053-17.05.2012.html>> Acesso em: 20 ago. 2022.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas – Sebrae/AM. Orientações do Sebrae sobre as Salas do Empreendedor. 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Artigos/1%20-%20Cartilha%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20do%20Sebrae%20sobre%20as%20Salas%20do%20Empreendedor.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2022.

SOUZA, Celina. “Estado da Arte” da Área de Políticas Públicas: Conceitos e Principais Tipologias. 2003. Caxambu, MG: XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário. Vol. I. 13. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.



**Resenha do livro “Angus Deaton – Economics in America: an immigrant economist explores the land of inequality – Princeton University Press, Princeton, 2023, 271 p. (A ciência econômica na América: um economista imigrante explora o mundo da desigualdade)”**

Por: Ladislau Dowbor, professor titular da PUC-SP e editor da revista Pesquisa & Debate. Orcid: 0000-0002-5124-1504. E-mail: ldowbor@gmail.com

“Temos de abandonar a nossa única concentração (*sole fixation*) no dinheiro como medida do bem-estar humano.” (237)

Angus Deaton ganhou o Nobel de economia (prêmio do Banco da Suécia) em 2015, e parece ser um dos que mereciam. Escocês que migrou para os Estados Unidos nos anos 1980, precisava ser um pesquisador com certa “exterioridade” relativamente ao mundo dos economistas americanos, para traçar este retrato cativante de como é o universo dos economistas neste país. Muito mais, na realidade, pois com essa viagem entre as diversas posturas dos economistas e as diversas escolas, abre espaço para que fiquem muito mais claras as infantilidades (termo do autor) como a de que o Estado deve se comportar como dona de casa que só deve gastar o que tem, ou de que a pobreza e fragilidade geral do andar de baixo da sociedade resulta da falta de esforço, ou da preguiça, com o conto de que os ricos são ricos porque o fizeram por merecer, e os pobres são pobres porque o merecem. De certa forma, ao apresentar os diversos economistas com os quais conviveu ou que estudou, Deaton abre o leque de posições desta área das ciências sociais, a economia, que busca novos rumos.

No subtítulo, que sugere a exploração do mundo da desigualdade, Deaton já traz o principal desafio. O capitalismo, afinal das contas, está funcionando para quem? “O capitalismo democrático americano tal como atualmente praticado está servindo a apenas uma minoria da população, e a maioria não está feliz nem com a democracia nem com o capitalismo. A fábula de que deixar os financistas enriquecer teria ajudado a economia a crescer e teria beneficiado a todos foi exposta pela Crise Financeira...São apóstolos da globalização e da mudança técnica que enriqueceu uma elite e redistribuiu a renda e a riqueza dos trabalhadores para o capital, enquanto destruía milhões de empregos, esvaziava as comunidades, de piorava as vidas dos seus residentes.”(229) É tão dramático? Deaton também apresenta os “muitos economistas [que] têm um sistema ético bem desenvolvido e um senso de justiça.” Mas “a grande questão é se o capitalismo americano atual - e numa menor medida o capitalismo em outros países ricos – continua a ser compatível com a democracia liberal.”(213).

Essa reaproximação da economia com a ética e os objetivos sociais vem com força, reconstituindo raízes com “o objetivo do bem-estar social que Adam Smith viu como tarefa essencial do economista.”(233) Não é o que hoje ensinamos. “Na minha própria



visão”, escreve Deaton, “o problema central da ciência econômica moderna é o seu horizonte limitado e a matéria de seu estudo. Essa disciplina se desarvorou da sua própria base, que é o estudo do bem-estar humano.” Esse é o eixo, o ângulo a partir do qual o autor analisa as diversas escolas, os principais ou mais influentes personagens do mundo de economistas americanos. As raízes são keynesianas: “A ciência econômica deveria ser sobre a compreensão das razões e de como se livrar da sordidez e tristeza (*sordidness and joylessness*) que acompanham a pobreza e a privação. Keynes também apresentava um bom resumo: “O problema político da humanidade: como combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.””(234)

Uma questão central na construção, ou reconstrução de uma ciência econômica que responda às necessidades da sociedade, está na polarização entre os que justificam a limitação das políticas sociais e da presença das políticas públicas, e os que entendem que essas políticas são essenciais. Muitos candidatos republicanos se elegeram com “plataformas que prometiam curar o desemprego ao *eliminar* o déficit em Washington. Vamos apagar o incêndio fechando a torneira de água.” Deaton explica: “Governos não ficam sem dinheiro da mesma forma que as pessoas – podem imprimir mais dinheiro se precisam dele, e há pouco risco de inflação quando a economia está numa situação de subutilização da sua capacidade. Reduzir os gastos do governo numa economia fragilizada (*in a slump*) é como reduzir importação de alimentos durante uma fome.”(151) O resultado é a “geração do rentismo facilitado pelo governo, e uma destruição apoiada na ideologia do fundamentalismo de mercado.”(212)

No nosso caso brasileiro, com a dramática subutilização da força de trabalho, da terra, dos recursos financeiros e da capacidade científica e tecnológica moderna, privar-se do instrumento de dinamização por meio do investimento público é particularmente absurdo. Deaton descreve em detalhe os debates americanos sobre o efeito multiplicador dos investimentos públicos: “Muitos políticos e grande parte da mídia apresentam como óbvio que o mercado de ações mede o bem-estar social, e que a tarefa de qualquer administração [pública] é de mantê-lo alto”. É desconhecer o efeito multiplicador do investimento público: “O efeito multiplicador se refere ao fator pelo qual o consumo estimulado aumentará a renda nacional, um número que os economistas da administração [pública] acreditava ser superior a um.” Ou seja, um “gasto” que gera mais recursos do que o que foi investido. Lembremos que no caso do Bolsa Família na primeira gestão Lula o IPEA calculou que um real alocado gerava um aumento do PIB de R\$1,78.

No caso americano, Deaton desanca o economista Robert Barro, que afirmava que o investimento público afogaria as pessoas em dívida que teriam que pagar: “Para a maioria dos economistas, eu inclusive, essa insanidade é embaraçosa, e o fato que Barro seja tomado com seriedade – e sendo professor em Harvard, em vez de ser um blogueiro periférico – é uma indicação segura de que, realmente, a macroeconomia regrediu, não progrediu, desde 1936.”(215) Mas essa insanidade é fortemente financiada: “O *Cato Institute*, que tem como um dos cofundadores Charles Koch, encontrou duzentos economistas para assinarem uma página inteira de publicidade afirmando que gastos do



governo não estimularam a economia no passado, e não o fariam então.” “Eu acho profundamente deprimente, escreve Deaton, “que pelo menos no que se refere à política macroeconômica, não haja consenso que possa convencer um leigo inteligente mas cético.” E para os que ganham com o sistema, a não-compreensão é interessada: “É mais fácil captar lucros por meio do rentismo e da monopolização do que pela inovação e investimento.” (108)

O sistema de gestão da saúde é particularmente detalhado. Lembremos que se trata do maior setor da economia americana, 20% do PIB. A indústria representa 11%. Mas aplicar mecanismos de mercado à área de saúde leva a absurdos: com ‘mercados’, “chegamos a um mundo em que a família Sackler se remunerou em mais de \$14 bilhões estimulando e promovendo uma epidemia de opioides que matou centenas de milhares de americanos. Johnson&Johnson, fabricante de Band-Aid e de Baby Powder, cultivou papoulas de ópio na Tasmânia, alimentando a epidemia opioide, enquanto os militares americanos bombardeavam os fornecedores de heroína do Talibã na província de Helmand”.(94) Lembremos que a Pfizer vende a dose de tratamento da Covid-19, 30 pílulas de Paxlovid, por 1390 dólares, quando pesquisadores de Harvard calcularam que o custo de produção é de 13 dólares. Os mercados, escreve Deaton, funcionam quando são competitivos, “o que não é o caso dos hospitais, ambulâncias ou até prisões, em que o mercado de ações é ativo. Tampouco funciona quando acionistas compram uma grande parte dos pontos de venda numa localidade, criando um monopólio local.”(95)

O que chamamos de mercado, lucro e investimento se transformou em sistemas de controle, rentismo abusivo e aplicações financeiras. “Em retrospecto, não é tão surpreendente que mercados livres, ou pelo menos mercados livres em que o governo permite e encoraja o rentismo (*rent seeking*) pelos ricos, tenha produzido não igualdade, mas uma elite extrativa que é predadora da população em geral. A retórica utópica sobre a liberdade levou a uma distopia social injusta, e não pela primeira vez. Mercados livres com rentistas não é o mesmo como *mercados competitivos*; na realidade, frequentemente são exatamente o oposto.”(95) Essa é uma história que temos sempre de repetir, escreve Deaton, “de um rentismo facilitado pelo governo e de uma destruição apoiada na ideologia fundamentalista de mercado.”(212)

Deaton pesquisou amplamente a fratura social que se gerou entre os que puderam ter acesso ao diploma universitário, cerca de um terço dos adultos, e os dois terços restantes, cuja situação econômica e status social se deterioraram, faceta característica da atual sociedade americana. Nesta economia do conhecimento, a ciência, o acesso ao diploma, se tornaram elementos essenciais do progresso social individual, penetrando tantas facetas da organização da sociedade, na organização dos bairros e das habitações, no acesso ao transporte, no acesso à saúde, e naturalmente no acesso a sistemas elitizados de educação. “Uma das divisões mais importantes na América hoje é entre os que têm um diploma de quatro anos de universidade, e os que não têm. O diploma se tornou crescentemente um passaporte não apenas a um bom emprego – o tipo de emprego que vale a pena ter e cuja remuneração têm aumentado regularmente durante



o último meio-século – mas também a um bom serviço de saúde, longevidade, e uma vida social florescente. Sem isso, você se arrisca a ser um cidadão de segunda classe.”(218)

Para o andar de baixo da sociedade, a situação gera não só frustração como desespero, e explica em boa parte o trumpismo. Deaton detalha a onda de suicídio – publicou com Anne Case o livro *Deaths of Despair and the Future of Capitalism* – e a redução do tempo de vida. “Fazemos um paralelo com as análises de Emil Durkheim sobre o suicídio, em que as pessoas se encontram numa economia e numa sociedade que já não funciona para elas e já não lhes assegurar o apoio de que necessitam para fazer as suas vidas valer a pena.”

A impressão geral que fica, com a leitura do livro, é de uma radiografia poderosa das contradições no mundo dos economistas americanos, e em particular da erosão acelerada da legitimidade do que temos chamado de economia ortodoxa, que cheira a século passado, e constitui muito mais um conjunto de narrativas para justificar o injustificável, como a desigualdade explosiva, o desastre ambiental, a frustração ampliada na base da sociedade. Isso que Deaton chama de ‘capitalismo predatório’ (109) está nos levando para uma catástrofe sistêmica: “A grande questão, escreve Deaton, é se o capitalismo americano atual – e em menor grau o capitalismo em outros países ricos – continua a ser compatível com a democracia liberal.”(213)



**Resenha do livro “Um novo olhar sobre os portos: uma leitura multidimensional do sistema portuário” de Cassia Bömer Galvão. São Paulo, editora Dialética, 2022, 604 p**

Por: Pedro Henrique Pedreira Campos. Departamento de História da UFRRJ.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9280-3649> E-mail: [phpcampos@yahoo.com.br](mailto:phpcampos@yahoo.com.br)

O livro de Cassia Bömer Galvão, “Política de desenvolvimento portuário brasileiro: uma abordagem multidimensional” (São Paulo, editora Dialética, 2022, 604 p.), representa uma contribuição para o estudo da questão portuária e a política para o setor no Brasil. Fruto de uma pesquisa especializada sobre a questão, a obra constitui um trabalho bastante original que guarda alguns pontos de destaque. Para quem deseja compreender o que está em jogo no que diz respeito aos portos e as políticas para o setor no nosso país, trata-se de uma obra que deverá ser lida para o devido entendimento do assunto.

Em primeiro lugar, deve-se chamar a atenção para a pertinência do tema que é tratado no livro. Trata-se de uma obra que avança sobre um assunto pouco estudado nos termos em que é trabalho no estudo, ou melhor, problematizando econômica e politicamente a questão portuária no nosso país nas últimas décadas de maneira profunda e abrangente. Os portos hoje são fundamentais para a dinâmica do comércio internacional e as políticas para o setor têm se aperfeiçoado, ajustando-se às modificações sofridas nos quadros da economia global, tendo em vista todo o avanço da mundialização do capital e da financeirização da economia global, temas devidamente trabalhados no livro.

Uma qualidade do trabalho diz respeito à elevada organização do texto e das partes do livro, devidamente encadeadas em dimensões específicas tratadas sobre a questão. Merece destaque também a grande quantidade e qualidade de quadros, gráficos, tabelas e informações que constam ao longo dos capítulos do livro. A presença desses elementos quantitativos permite que o leitor tenha a dimensão da evolução do volume de comércio, bem como compreenda as razões de grandeza e valor envolvendo os portos brasileiros e os do exterior. A quantidade de informações é realmente monumental, denotando o trabalho profundo desenvolvido pela autora junto às agências que produzem fontes e dados sobre a questão.

O livro demonstra conhecimento minucioso do assunto, o que é explicado não só pela dedicação e leitura sobre o tema, mas também pela sua própria trajetória profissional, tendo em vista que a autora chegou a trabalhar em portos e conhecer diretamente a dinâmica de funcionamento do setor. Além disso, Cassia Galvão demonstra significativo conhecimento a respeito da bibliografia competente e acerca dos principais trabalhos e debates envolvendo os portos no Brasil e no exterior. Essa erudição é um dos pontos altos do trabalho, tendo em vista que permite ao leitor ter a dimensão do estado da arte da produção bibliográfica acerca da questão portuária no Brasil e no mundo.



Para além da erudição e conhecimento sobre o assunto, a obra demonstra uma grande solidez teórica e metodológica. O capítulo de desenvolvimento do quadro teórico expressa a segurança no domínio dos conceitos e das matrizes em que a obra se postula. Há uma reflexão significativa sobre o papel do Estado e das políticas públicas, bem como a importância da financeirização e mundialização da economia capitalista, processos que geram significativas consequências para a dinâmica dos portos em todo mundo.

A grande qualidade do trabalho se encontra justamente na abordagem que ele procede em relação à questão portuária, que é trabalhada de forma multidimensional. Assim, há um debate sobre a cena política, os agregados macroeconômicos, a relação com o comércio internacional, o planejamento e o investimento, a dimensão estratégica e também a política, com a devida problematização dos interesses e projetos em jogo em relação ao tema. Com isso, o leitor dispõe de um quadro abrangente sobre o problema dos portos, conseguindo ter uma leitura do conjunto das questões fundamentais que presidem a política portuária na economia brasileira contemporânea.

Há um estudo de caso particular sobre as políticas direcionadas à questão portuária, com a problematização específica da lei de 2013, que reorganizou o funcionamento dos portos no país, abrindo caminhos para uma maior presença privada na gestão e investimentos dos portos brasileiros. O estudo específico sobre essa legislação no livro conta com uma análise cuidadosa das principais discussões travadas no Congresso Nacional, bem como dos principais agentes interessados na questão, de modo que a autora procede um acompanhamento minucioso da tramitação do assunto e a correlação de forças entre os principais atores sociais envolvidos naquele processo. O estudo da atuação empresarial em relação a essa questão é bem completa no livro, com a exposição do posicionamento de cada uma das organizações interessadas no tema, como a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), bem como também órgãos estatais, em especial o Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Dessa forma, o livro de Cassia Galvão constitui uma obra que possui um impacto significativo sobre a literatura acerca da questão portuária no Brasil. Tendo em vista as qualidades arroladas e o viés multidimensional do estudo, a leitura da obra se torna obrigatória para quem deseja compreender a questão portuária no Brasil contemporâneo e quem busca entender o que está em jogo na política portuária do país.